

Eduardo José Marandola Junior

# HABITAR EM RISCO

Mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana





**UNICAMP**

Número 09/2008  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

EDUARDO JOSÉ MARANDOLA JUNIOR

# HABITAR EM RISCO

mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana

Tese apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências, na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

CAMPINAS – SÃO PAULO  
FEVEREIRO DE 2008

## **Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP**

M325h Marandola Junior, Eduardo José  
Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. / Eduardo José Marandola Junior -- Campinas, SP.: [s.n.], 2008.

Orientador: Daniel Joseph Hogan.  
Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Riscos. 2. Geografia Urbana. 3. Migração Interna.  
4. Fenomenologia. 5. Ontologia. I. Hogan, Daniel Joseph. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.  
III. Título.

Título em inglês: Dwelling at risk: mobility and vulnerability in the metropolitan life

Keywords: - Risks;  
- Urban Geography;  
- Internal Migration;  
- Phenomenology;  
- Ontology.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Ciências

Banca examinadora: - Daniel Joseph Hogan  
- Oswaldo Bueno Amorim Filho;  
- Maurício de Almeida Abreu;  
- Lívia de Oliveira;  
- Maria Tereza Paes-Luchiari;  
- Antônio Carlos Vitte.

Data da defesa: 29/02/2008

Programa: Geografia.



**UNICAMP**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

**AUTOR: EDUARDO JOSÉ MARANDOLA JUNIOR**

**HABITAR EM RISCO:**

Mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan**

Aprovada em: 29/02/2008

**EXAMINADORES:**

**Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan**

Daniel Joseph Hogan - Presidente

**Profa. Dra. Livia de Oliveira**

Livia de Oliveira

**Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari**

Maria Tereza Duarte Paes Luchiari

**Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho**

Oswaldo Bueno Amorim Filho

**Prof. Dr. Mauricio de Almeida Abreu**

Mauricio de Almeida Abreu

**Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte**

Antonio Carlos Vitte

200813702

Campinas, 29 de fevereiro de 2008

# AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Daniel, com quem aprendi tanto que não conseguiria compor uma lista aqui. Pela confiança, rigor, oportunidades e por “arriscar-se” comigo neste caminho ainda a ser descoberto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, em especial Tereza, Claudete, Vitte e Arlete, pelas várias formas que existem de se aprender.

Ao José Marcos, coordenador do Projeto Vulnerabilidade, do Nepo, onde tive total apoio e estrutura para desenvolver esta pesquisa, além de um grupo disposto a discutir e debater tantos temas.

A Val e a Edinalva, da Secretaria de Pós-Graduação, prontas e sempre dispostas a nos ajudar e a nos dar todo o apoio possível. Nos chamam de anjos. Anjos são vocês!

Aos alunos de iniciação científica com quem trabalhei, que me ajudaram a centrar o foco e a me lembrar de coisas que o tempo vai levando: Fernanda, Tiago, Gabrielle, Natália, Thais, Adriana e Majore.

Aos alunos das disciplinas que ministrei nos cursos de graduação em Geografia e Ciências Sociais, que me ajudaram a me reconhecer geógrafo e professor.

Aos meus colegas de Pós-Graduação, com quem os cinco anos na Unicamp foram tão poucos: Zuleika (nossa mãe), Rodrigo (irmão de delírios epistemológicos), Ana (tia briguenta), Paulo (irmão curioso), Carlos (irmão desviante) e Melissa (irmã em dispersão).

Ao Quarteto, por ter colaborado diretamente na elaboração destas idéias por meio da cumplicidade e convívio intelectual, sem os quais os rumos desta tese seriam outros. Queria eu ter escrito a primeira tese a oito mãos: Conceição, Leonardo e Ricardo.

A Lúcia Helena, amiga querida com quem continuo sonhando geografias e projetos, sempre em maior número aqueles que ainda vamos fazer do que os que já tenhamos feito.

A Werther e a Wences, por me inspirarem a discordar das ditaduras acadêmicas.

Ao José Pinheiro, que me ajudou a ter a correta perspectiva sobre este trabalho.

Aos professores Lívia, Carlos Augusto e Oswaldo, que me ajudaram a encontrar alguns caminhos para trilhar nesta tese, ao mesmo tempo em que me deixaram aprender muito, tanto do ponto de vista formal quanto de diretrizes de vida e postura acadêmica.

A minha família, em especial ao Hugo, pela leitura de alguns dos originais e pela companhia em alguns dos momentos finais desta tese, e a Dona Aurea, pelo espírito crítico e argumentador que me trouxe até aqui.

A Dinda, pela revisão do português e por ter uma chatice inspiradora.

A Conceição, pelo entusiasmo, leituras, discussões e por ter me ensinado tanto sobre a nossa RMC.

A Fernanda, por compartilhar o deslumbramento e fascínio por nossa Geografia.

A Gabrielle, pelas consultas em latim que ajudaram a refinar o entendimento de alguns termos.

A Mariane, Marina e Ricardo, pelo apoio na fase final de confecção da tese, principalmente com os dados, tabelas e mapas.

Ao Danilo, pela criação da capa e das folhas de rosto.

A Nina, pela companhia e por ter garantido minha sanidade mental.

A tantos que me ajudaram por enviar referências e bibliografias, fazendo indicações, discutindo ou criticando minhas posturas, o que ajudou decisivamente na composição deste pensar.

Aos meus conversantes, que permitiram que sua experiência fosse investigada numa pesquisa acadêmica. Sem estes, não haveria uma tese aqui.

E a Janaina, pelo amor, paciência e apoio em tudo que vai muito além das páginas desta tese. Minha bi-experiente nessa região e na vida, é co-autora destas páginas por dividir tudo comigo e me obrigar a não esquecer das coisas simples e importantes.

Funil imperfeito...

*No pensamento do sentido, chegamos propriamente onde, de há muito, já nos encontramos, embora sem tê-lo experienciado e percebido. No pensamento do sentido, encaminhamo-nos para um lugar onde se abre, então, o espaço que atravessa e percorre tudo que fazemos ou deixamos de fazer. [...] Os caminhos do pensamento do sentido sempre se transformam, ora de acordo com o lugar, onde começa a caminhada, ora consoante o trecho percorrido pela caminhada, ora conforme o horizonte que, no caminhar, vai se abrindo no que é digno de ser questionado.*

Martin Heidegger



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

## RESUMO

O homem sempre conviveu com a incerteza. Na modernidade, ela se manifesta como riscos e perigos que interferem de maneira crescente em todas as facetas da vida social. De um fenômeno circunscrito espaço-temporalmente, o risco passou a permear o mecanismo de reprodução social, gerando incerteza e insegurança cada vez mais generalizadas. No contexto do atual estágio da modernidade, há uma flexibilização nas instituições que se reflete diretamente na vida das pessoas. Chamada de modernidade líquida, a fluidez é tanto a da mobilidade constante (de pessoas, capitais, produtos, padrões, valores, populações) quanto da diluição das certezas e de padrões modernos. As condições próprias desta mobilidade e do viver se transformam, produzindo alterações ontológicas do próprio sentido da existência, reveladas nas diferentes formas de habitar contemporâneas, que são, numa leitura fenomenológica, expressão do próprio ser e estar no mundo. Investigamos essas formas de habitar na Região Metropolitana de Campinas para poder pensar o fenômeno no âmbito das novas morfologias urbanas. A estratégia passa por uma prática fenomenológica de investigação, que coloca a história e os espaços de vida das pessoas no centro do pensar, permitindo uma compreensão das repercussões dos fenômenos macro-sociais (a modernidade líquida) nas interações e envolvimento particulares que as pessoas desenvolvem em suas vidas diárias (a experiência vivida). A tese que defendemos é a de que as transformações descritas acima alteraram o significado da casa e seu papel enquanto promotora de proteção/risco na metrópole contemporânea. O incremento da mobilidade aumenta a distância e o tempo dos deslocamentos, mantendo-nos cada vez mais tempo fora do lugar, da casa, nossa principal fonte de proteção. As relações de vizinhança e de identidade comunitária provocam e são consequências deste processo, haja vista que com a diminuição da permanência na casa, os laços fundamentais de proteção ficam fragilizados e, em consequência, estar em casa não é mais estar sempre seguro. O resultado é um espaço de vida mais esgarçado, com os recursos que promovem a proteção dispersos no espaço regional metropolitano, quando oriundos dos sistemas locais, e espalhados pela difusa rede de localidades globais, quando provenientes dos sistemas de peritos. Uma das grandes perdas do atual estágio da modernidade é a casa, lugar da proteção por excelência, ter se tornado, também, um lugar de risco, o que torna o habitar metropolitano um habitar em risco.

### **Palavras-chave**

Riscos e perigos, Espaço de vida, Mobilidade, Ontologia, Fenomenologia Geográfica



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

## **ABSTRACT**

Man has always coexisted with uncertainty. In modernity, it is manifested as risk and hazard which increasingly intervene in all aspects of social life. From a spatially and temporally circumscribed phenomenon, risk came to permeate the very mechanisms of social reproduction, producing generalized uncertainty and unreliability. In the context of the current period of modernity there is a flexibility in institutions which is directly reflected in people's lives. Called liquid modernity, this fluidity involves both constant mobility (of people, capital, products, standards, values, populations) and the dilution of certainties and standards. The conditions of mobility and living are themselves transformed, producing ontological change, that is, change in the very meaning of existence, revealed in the different contemporary forms of dwelling, which are, in a phenomenological reading, expressions of being in the world. We investigated these dwelling forms in the Campinas Metropolitan Region to be able to consider the phenomenon in the scope of the new urban morphology. The research strategy is that of the phenomenological practice of inquiry, which places the history and life spaces of people at the center, allowing an understanding of repercussions of macro-social phenomena (liquid modernity) on the interactions and particular involvements which people develop in their daily lives (lived experience). The thesis we defend is that the transformations described above have modified the meaning of the home and its role as promoter of protection and risk in the contemporary metropolis. Greater mobility increases the distance and time of movements, keeping us away from the place, from the home – our main source of protection – for longer periods of time, while this absence simultaneously weakens the place itself. Neighborhood relations and community identity are both causes and consequences of this process, in that with reduced permanence in the home, the fundamental ties of protection are weakened and, consequently, being at home does not always mean being safe. The result is more fragmented life spaces, with the resources which promote protection dispersed in metropolitan space - when originating within local systems – and spread out over the diffuse global network of localities when proceeding from expert systems. One of the great losses of the current period of modernity is that the home, place of protection *par excellence*, has also become a place of risk, which makes metropolitan dwelling a dwelling at risk.

### **Key-words**

Risks and hazards, Life spaces, Mobility, Ontology, Geographical Phenomenology

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 – O papel do cientista: um mago que prediz o futuro? _____	18
Figura 2.1 – Diagrama conceitual risco-perigo-vulnerabilidade _____	57
Figura 3.1 – Conceito de 'risco' conforme orientação ontológica e epistemológica _____	63
Figura 3.2 – Fenômenos que interferem na tensão risco/proteção e segurança/insegurança ontológica _____	84
Figura 4.1 – As conchas do homem de Moles e Rohmer (1964) segundo Frémont (1976) _____	96
Figura 4.2 – Métodos orais qualitativos em Geografia Humana _____	110
Figura 4.3 – Região Metropolitana de Campinas – Mapa de Localização _____	113
Figura 4.4 – Município de Campinas – Mapa de Localização _____	117
Figura 4.5 – Município de Americana – Mapa de Localização _____	121
Figura 4.6 – Município de Sumaré – Mapa de Localização _____	123
Figura 4.7 – Município de Nova Odessa – Mapa de Localização _____	125
Figura 4.8 – Município de Santa Bárbara D'Oeste – Mapa de Localização _____	127
Figura 5.1 – Padrões de interações espaciais em rede _____	150
Figura 5.2 – Microrregião Noroeste e Sede Metropolitana – Mapa de Identificação _____	155
Figura 5.3 – Microrregião Noroeste – Município de residência dos migrantes originados de outros municípios da Região Metropolitana de Campinas em 1º de Julho de 1995 _____	157

Figura 5.4 – Microrregião Noroeste – Tempo de residência ininterrupta no município de pessoas com município de nascimento diferente do atual _____	160
Figura 5.5 – Municípios da Microrregião Noroeste – Tempo de Residência Ininterrupta no Município de pessoas com Município de Nascimento diferente do atual – 2000 _____	161
Figura 5.6 – Microrregião Noroeste – Destino dos Fluxos Pendulares – 2000 _____	164
Figura 5.7 – Microrregião Noroeste – Totais de Fluxos de Movimentos Pendulares de Migrantes e Não-Migrantes por Condição de Renda - 2000 _____	165
Figura 6.1 – O Atomium de Bruxelas _____	179
Figura 6.2 – Espaço de vida da metrópole industrial _____	182
Figura 6.3 – Habitar Demorado: Estabelecidos da Metrópole _____	188
Figura 6.4 – Habitar Demorado: Estabelecidos da Região Metropolitana _____	190
Figura 6.5 – Habitar Desenraizado: Migrantes da Metrópole _____	191
Figura 6.6 – Habitar Desenraizado: Migrantes da Região Metropolitana _____	192
Figura 7.1 – Estabelecido em Americana – Mapa do Espaço de Vida de P. _____	201
Figura 7.2 – Estabelecido em Americana – Mapa do Espaço de Vida de O. _____	205
Figura 7.3 – Estabelecido em Nova Odessa – Mapa do Espaço de Vida de Mg. _____	211
Figura 7.4 – Estabelecido em Sumaré-Nova Odessa – Mapa do Espaço de Vida de B. _____	215
Figura 7.5 – Migrante em Sumaré – Mapa do Espaço de Vida de Gk. _____	217
Figura 7.6 – Estabelecida em Santa Bárbara D’Oeste – Mapa do Espaço de Vida de Gl. _____	221
Figura 7.7 – Estabelecido em Sumaré – Mapa do Espaço de Vida de R. _____	225
Figura 7.8 – Estabelecido em Nova Odessa – Mapa do Espaço de Vida de J. _____	229
Figura 7.9 – Migrante em Sumaré – Mapa do Espaço de Vida de C. _____	231
Figura 7.10 – Migrante-Estabelecido em Sumaré – Mapa do Espaço de Vida de Mm. _____	235

# LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 – Equipamentos de Lazer na Região Metropolitana de Campinas _____	135
Tabela 4.2 – Organização de Ensino Superior – Região Metropolitana de Campinas _____	137
Tabela 5.1 – População total e distribuição relativa (%) – Região Metropolitana de Campinas – 1970-2007 _____	152
Tabela 5.2 – Taxas de crescimento (% a.a.) – Região Metropolitana de Campinas – 1970-2007 _____	153
Tabela 5.3 – Movimentos pendulares por motivo de trabalho ou estudo – Microrregião noroeste - 2000 _____	161
Tabela 5.4 – Deslocamentos pendulares segundo grandes destinos – Região Metropolitana de Campinas, 2000 _____	162
Tabela 5.5 – Destino das Viagens Totais de Sumaré em Direção à Campinas e Americana, por Zona O-D – 2003 _____	163

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO	
PARA PENSAR OS RISCOS CONTEMPORÂNEOS	1
PARTE I	
GEOGRAFIA DOS RISCOS	13
1 O Tempo da Incerteza e da Vulnerabilidade	15
1.1 A Busca pela Certeza no Pensamento Geográfico	15
1.2 A Liquidez Moderna e as Territorialidades	24
2 Das Incertezas da Natureza à Insegurança Social	33
2.1 Perigos Naturais, Desastres e Percepção dos Riscos	34
2.2 Sociedade de Risco e Modernidade Líquida	44
2.3 Vulnerabilidade do Lugar	51
3 Fenomenologia Geográfica dos Riscos e Perigos	61
3.1 O Sentido Ontológico do Habitar	70
3.2 Experiência dos Riscos e Perigos	78
PARTE II	
A REGIÃO E AS CIDADES	89
4 A Região e a MetrÓpole na Perspectiva da Experiência	91
4.1 Sobre o Conceito de MetrÓpole	91
4.2 Fenomenologia Geográfica: Caminhos da Pesquisa	99
4.2.1 Implicações epistemológicas e metodológicas	102
4.2.2 Procedimentos de pesquisa	107
4.3 A Região Metropolitana de Campinas na Perspectiva da Experiência	112
4.3.1 Uma descrição preliminar	115
4.3.2 Espaço público e lugares na metrÓpole	130
5 Mobilidade: Interação Espacial e modo de vida metropolitano	139
5.1 Mobilidade e Espaço de Vida na MetrÓpole	140
5.2 Dinâmicas Demográficas Recentes na Região Metropolitana de Campinas	150
5.3 Fluidez e Permanências no Espaço Metropolitano	158

6	A Fluidez da Casa e do Bairro _____	169	
6.1	Casa: Lugar do Ser-no-Mundo _____	169	
6.2	Formas de Habitar Ideal e Espaços de Vida _____	180	
PARTE III			
	HABITAR A METRÓPOLE _____	195	
7	A Microrregião e as Possibilidades do Habitar _____	197	
7.1	Morfologia da Experiência Metropolitana _____	198	
8	Vulnerabilidade Existencial entre Mobilidades e Permanências _____	241	
8.1	Casulo Protetor e Mundo Circundante _____	241	
8.2	Mobilidade e Multiterritorialidade _____	245	
8.3	A Casa da Modernidade Líquida _____	249	
CONSIDERAÇÕES FINAIS			
	DO HABITAR AO PENSAR _____	255	
REFERÊNCIAS _____			265

INTRODUÇÃO

# Para pensar os riscos contemporâneos

*“Continuamos a falar da nação, da família, do trabalho, da tradição, da natureza, como se todos continuassem iguais ao que foram no passado. Não continuam. A casca permanece, mas por dentro eles mudaram.”*

**Anthony Giddens (2006)**





O medo e a insegurança são palavras presentes em nosso cotidiano. Risco, perigo e vulnerabilidade são outras palavras que acompanham as primeiras em suas aparições na mídia, nas conversas e nas preocupações acadêmicas. “Estar em risco”, “proteger-se do perigo”, “manter-se seguro”, “diminuir a vulnerabilidade”. Essas são ações correntes que executamos em busca de tranquilidade e para poder usufruir uma vida com maior qualidade. Mas quais as raízes dessa insegurança generalizada que parece estar tomando conta de nossas cidades, atingindo as diferentes classes sociais, lugares e regiões? Quais as implicações para os modos de vida e para a própria existência das pessoas? E para o espaço urbano, quais as conseqüências e transformações?

Esta tese investiga essas questões na Região Metropolitana de Campinas (RMC) para angariar elementos que permitam pensar a problemática no âmbito das regiões densamente urbanizadas e modernizadas da atualidade. Podemos pensar, a partir das experiências urbanas e metropolitanas dessa região, as implicações deste viver em risco na dimensão da existência. Viver nessas áreas é um ser e estar específico, fundado numa dada espacialidade, que é substancialmente diferente das outras formas urbanas. Nosso intuito é discutir a natureza deste viver metropolitano a partir de alguns elementos que o singularizam contemporaneamente.

Contudo, o intuito não é demarcar uma diferença radical entre os espaços metropolitanos e as demais manifestações urbanas. O metropolitano está deixando de ser uma exclusividade das regiões mais centrais no sentido econômico (a forma clássica de delimitar o metropolitano), espalhando-se pelo espaço, incluindo sob sua lógica e racionalidade áreas cada vez mais dispersas (OJIMA, 2007), levando essa metropolitandade (o qualitativo próprio do ser e estar metropolitano) até regiões que não são, no sentido tradicional, metrópoles, entendidas como os centros mais dinâmicos economicamente, que concentram o comando e as decisões (MUMFORD, 1998; CASTELLS, 2000). As metrópoles representam, assim, os espaços mais intensos e densos

da sociedade urbana, onde suas características são mais explicitamente reveladas e onde a diversidade social e espacial é mais acentuada (fonte da densidade e da intensidade). Isto não quer dizer que o urbano esteja desaparecendo, mas que as transformações aqui investigadas, embora se orientem para o fenômeno metropolitano, dizem respeito ao urbano de maneira geral, embora como isto ocorre em cada caso deva ser investigado. Assim, estas reflexões se prestam a pensar não apenas as regiões metropolitanas, mas as transformações que se operam no fenômeno urbano de uma maneira mais ampliada.

Como centros de comando de suas respectivas áreas de influência, é a partir das metrópoles que ocorrem as transformações socioespaciais da macroescala, tais como as inovações tecnológicas, as alterações produtivas, as normas e os estilos de vida. Esse circuito metropolitano tendeu à integração desde o advento da modernidade, intensificando-se com a industrialização e as cada vez mais eficientes formas de transporte e comunicação. O resultado é um sistema global-integrado, ligado às metrópoles, sede de um sistema-mundo que tende à homogeneização dos estilos de vida, dos espaços, das relações sociais e das pessoas. Se existe uma globalização em curso, é uma globalização metropolitana, que toma como modelo esse estilo de vida e procura torná-lo global.

Esse processo de expansão e generalização de um estilo de vida ligado diretamente aos processos globalizatórios tem trazido cada vez mais para o local aquilo que é global, ou seja, aquilo que é externo. Os riscos e perigos produzidos pelos avanços tecnológicos vêm junto com esse sistema globalizado, a maioria deles sem o acompanhamento de elementos que permitam às pessoas proteger-se ou sequer avaliar sua extensão. Isso sem mencionar que muitos desses novos perigos são ainda desconhecidos, não sendo possível estimar seu risco nem os seus danos. É um pacote fechado que cada vez mais pessoas, lugares e regiões têm comprado (ou sendo obrigados a comprar), assumindo um novo estilo de vida que possui seus próprios riscos e que os sistemas de proteção anteriores não conseguem lidar adequadamente.

A RMC é uma das regiões mais dinâmicas do país, seja em seus aspectos econômicos, demográficos ou industriais. Conhecida por seu parque industrial (tanto tradicional quanto de alta tecnologia), possui uma situação que a coloca em condição muito favorável neste sistema-mundo, pois possui laços diretos com o mercado internacional (SANTOS, 2003). Isso se reflete no volume e quantidade de trabalhadores do conhecimento que vivem na região, constituindo um grupo demográfico específico que interfere na organização socioespacial das cidades (MELLO, 2007).

As duas condições básicas de regiões como essa, que estão ligadas ao sistema global-metropolitano, são a conectividade e a mobilidade: comunicação e transporte. Ambos são destacadamente desenvolvidos na RMC, com uma densa e ampla rede de auto-pistas que conectam as cidades da região (e a região ao restante do país, em especial a áreas estratégicas como a Região Metropolitana de São Paulo, o Aeroporto de Viracopos, o interior do Estado e o porto de Santos) e uma rede de fibra ótica e de outras redes de telecomunicações de grande extensão e eficiência.

A virtualidade da conexão e da mobilidade está em toda a parte. As estruturas e os objetos técnicos existem, trazendo implicações para a experiência desse espaço e para o modo de vida. Qual o papel dessa espacialidade no aumento ou na diminuição dos riscos? Nem todos têm o mesmo acesso a tais desenvolvimentos, nem pessoas nem lugares (bairros ou cidades). Mas será que estar nessa região faz diferença no sentido da diminuição da insegurança? Como?

A mobilidade e a conectividade, portanto, são elementos-chaves para pensarmos a dimensão da experiência do espaço nessas regiões. A mobilidade estrutura o espaço de vida, constituindo uma morfologia do dia-a-dia. O conjunto de lugares e itinerários que a pessoa vive na metrópole é a espacialidade-base de sua experiência. Este desenho revela também as áreas exclusivas, as dificuldades de acesso e as interações espaciais entre os pedaços da região. Os espaços de vida são cada vez mais regionais, com fluxos intensos cada vez mais significativos, implicando uma integração maior entre as cidades. Aumenta a possibilidade de escolha do local da moradia. O mercado imobiliário torna-se também regional, já que é possível trabalhar em uma cidade e morar em outra, com distâncias a se percorrer cada vez maiores (PIRES, 2007). A malha rodoviária e o sistema de transporte possibilitam que grandes distâncias sejam vencidas em poucos minutos. Não raro, trajetos intra-urbanos são mais demorados do que trajetos inter-urbanos, valorizando localizações distantes porém conectadas. A escolha do onde morar torna-se um processo mais complexo do que os modelos da ecologia humana, exigindo por parte da pessoa-família a avaliação de vários elementos de diferentes naturezas, desde o tempo e o custo envolvidos nos deslocamentos, a capacidade de adquirir ou pagar a moradia, a segurança, a qualidade de vida, o acesso a bens e serviços, o apego/conhecimento do lugar, conhecimento de vizinhos, etc. A escolha ocorre freqüentemente num equilíbrio de funções e avaliações: estar mais perto do trabalho de qual membro da família? O deslocamento de quem irá ser mais demorado? Onde as crianças estudarão? Quem poderá ajudar em caso de necessidades? Proximidade de parentes; e assim por diante.

Em vista disso, a casa e o seu espaço imediato, o bairro, têm sido escolhidos e vividos de maneira diferente no cenário metropolitano contemporâneo. A casa sempre teve um papel fundamental na identidade e na existência da pessoa. É a partir de sua casa (seu lugar por excelência) que cada um estabelece sua relação com o mundo. É o centro de significação e o ponto mais denso de todo o espaço de vida. É nela que estão centrados os mais poderosos mecanismos de proteção e de segurança existencial. E é a casa o ponto zero de onde partem nossos deslocamentos, sendo o centro de toda a experiência.

A tese que defenderemos é a de que as transformações descritas acima alteraram o significado da casa no metropolitano contemporâneo. O incremento da mobilidade aumenta a distância e o tempo dos deslocamentos, mantendo-nos cada vez mais tempo fora do lugar, da casa, nossa principal fonte de proteção. As relações de vizinhança e de identidade territoriais são fenômenos que provocam e são consequências desse processo, haja vista que com a diminuição da permanência na casa, os laços fundamentais de proteção ficam fragilizados e, em consequência, estar em casa não é mais estar sempre seguro. O resultado é um espaço de vida mais esgarçado, com os recursos que promovem a proteção dispersos no espaço regional metropolitano, quando oriundos dos sistemas locais, e espalhados pela difusa rede de localidades globais, quando provenientes dos sistemas de peritos (os sistemas técnicos especializados) (BECK, 1992). Diferentes formas de ser e estar na metrópole exigirão, portanto, diferentes estratégias de promoção da segurança ontológica e de estabilidade do ser, sejam baseadas no lugar, na comunidade ou na mobilidade. Em vista disso, a mobilidade não é sinônimo de risco, assim como a casa não é sinônimo de proteção. A ambivalência risco/proteção e segurança/insegurança está ligada à relação que estabelecemos tanto no lugar quanto na mobilidade, mais ligada à nossa capacidade de inserção nos dois sistemas de localidades e de saber (global-metropolitano e local-tradicional). As repercussões em termos ontológicos são o aprofundamento da segurança/insegurança expressa na vulnerabilidade existencial. Uma das grandes perdas do atual estágio da modernidade é a casa, lugar da proteção por excelência, ter se tornado, também, um lugar de risco, o que torna o habitar metropolitano um habitar em risco.

Este habitar é mais do que simplesmente morar em um local. Orientamos nosso pensar o sentido da casa e da vulnerabilidade no metropolitano contemporâneo a partir de uma leitura fenomenológica, centrada na experiência e na existência. Habitamos a casa, o bairro, a cidade, a região e, em última análise, a Terra. Nesta leitura, habitar é a expressão do próprio ser e estar na metrópole, constituindo-se

enquanto fundamento do ser-no-mundo, envolvendo lugares, territórios e espaços de vida. Habitar é o próprio *Da-sein*, expressão heideggeriana da essência do ser<sup>1</sup>, implicando um conjunto fenomênico de elementos que são mediados pelas ações intencionais e do querer do homem. A existência é fundada num habitar, e este marca, demarca e transforma o espaço. Muitas formas de habitar só se desenvolvem em certa duração, implicando conhecimento, vivência e um envolvimento com a comunidade, a cultura local e o estabelecimento de territorialidades. Em vista disto, espaço e tempo são elementos fundamentais do ser e estar fundado no habitar.

Entendemos aqui a experiência como fundamento da existência, e por isso é a partir da investigação das experiências urbanas singulares que buscamos conhecer essas diferentes formas de habitar. É a partir daquilo que aparece nas próprias existências que podemos pensar o sentido desse habitar em risco contemporâneo: a casa, o lugar, o território e a mobilidade. O espaço de vida, noção morfológica estruturante da vivência metropolitana, é a expressão da articulação desses fenômenos, revelando assim a dimensão material do próprio habitar.

Este caminho exige um perguntar sobre o sentido de fenômenos que pela linguagem comum ou pelo próprio conhecimento científico achamos já saber o que são. Contudo, estes já não o são com tanta clareza, seja porque são fenômenos em contínua mutação, seja porque não os pensamos de maneira essencial: cidade, metrópole e casa. Que é cidade? Que é metrópole? Que é casa? Que sentidos instituem ontologicamente tais fenômenos em nosso tempo? Por outro lado, num período histórico em que assistimos à crise da razão, o questionamento do conhecimento científico e a sua vulnerabilidade, é mais importante do que nunca manter uma postura crítica para que não fiquemos presos às nossas formas de ver e interpretar a realidade. O contínuo questionar é uma ação imprescindível para o pensamento no tempo da incerteza.

Esse pensar ontológico, portanto, torna-se uma postura que encaminha toda a investigação, orientada à compreensão dos fenômenos. O movimento da tese se dá, conforme sugeriu Armando Corrêa da Silva, do pensar (teoria) para a pesquisa-

---

1 *Da-sein* é a palavra-chave do alemão utilizada por Martin Heidegger para expressar o significado do ser em sua ontologia fundamental, evocando o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade, sem se misturar com estes termos nem se referir simplesmente à existência. É no *Da-sein* que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, a sua história. É traduzido frequentemente por "ser-aí" ou "pre-sença" (como na edição de *Ser e Tempo* em português). Nenhuma das duas, no entanto, expressa completamente o sentido que o filósofo atribui ao termo, já que Heidegger utiliza uma forma muito particular e original de expressão, tendo uma escrita densa que atribui significado à composição das palavras, ora resgatando seus sentidos originais, ora atribuindo-lhes novos. Preferimos, em vista disso, seguir a forma consagrada de referência na literatura nacional e internacional que utiliza o termo em sua forma original. Em vista disso, outros termos que aparecerão no decorrer do texto também serão mantidos tais como Heidegger os utilizou ou como é mais freqüente encontrarmos em suas traduções.

empíria (método) e de volta ao pensar (teoria) (SILVA, 2000). O sentido deste pensar é uma reflexão acerca do significado dos fenômenos, em busca de sua essência (sentido ontológico), que se manifesta na experiência e que pode ser interpretado e refletido pela atividade cognoscente racional.

Como mostrou Heidegger (2001a, p.39), a ciência "é um modo decisivo de se apresentar tudo que é e está sendo." Isso não é feito, na opinião do filósofo, pela demonstração técnica, mas pelo movimento do pensar. Esse pensar é aquele que se orienta ao pensamento do sentido, ou seja, da essência do real. Essa realidade é o que se realiza, o que pode se realizar, manifestando-se enquanto objeto. Por isso, afirma Heidegger, a ciência busca a objetividade: aquilo que é manifesto, que se realiza enquanto objeto. Portanto, o pensar científico é o pensamento do sentido do objeto, numa fenomenologia que une sujeito e objeto. O real não é a passividade, mas só o é diante de um sujeito. Assim, o pensar é colocar o objeto-para-mim, para um sujeito. O erro da ciência moderna, afirma Heidegger, foi reduzir o real ao que a ciência era capaz de medir/calcular. Fazendo isso, o pensar se limitou à técnica, subvertendo o sentido da própria ciência. O pensamento do sentido nos leva para além do tangível pela ciência medidora. Pensar o sentido é necessário para conduzir a investigação a partir do movimento pensar-pesquisar-pensar, abrindo-se para o inesperado.

Essa forma de encarar a produção do conhecimento e o papel do pesquisador está atrelada a uma gama de idéias que tem se manifestado no universo científico já há pelo menos 50 anos. Novas teorias que vieram principalmente da física (princípio da incerteza de Heisenberg, por exemplo), provocaram revisões na filosofia e na história da ciência, alterando nossa forma de interpretar e compreender a própria realidade física. A partir dessas revisões, toda a episteme das ciências, sua relação com a sociedade e a natureza da produção do conhecimento precisou ser revista, atrelada a um período de grande crise histórica, crise que atinge todas as facetas de nossa vida (MONTEIRO, 1988).

A busca por novos paradigmas e orientações veio acompanhada da revisão de antigas posturas, renovações teórico-metodológicas e um sentimento de crise constante o que, para a Geografia, não é novidade. Os geógrafos sempre estiveram envolvidos nesses debates, embora em geral um pouco a reboque das outras ciências. A maioria das polêmicas da crise das ciências não atingiram diretamente a Geografia ou seu núcleo fundamental, já que ela nunca teve um lugar axiomático nas classificações das ciências. De ciência matemática, corológica, regional ou fisiográfica, a Geografia já estava, de certa forma, preparada para o atual período de transição paradigmática, em

que diluem-se as divisões dicotômicas da modernidade e há um esforço de religação dos saberes (SANTOS B., 2000; MORIN, 2002), embora internamente haja constante discussão sobre seus fundamentos.

Partimos da necessidade de considerar as repercussões ontológicas e epistemológicas para a operacionalização de conceitos e da pesquisa. Procuramos qualificar os fenômenos geográficos na experiência, buscando compreendê-los em seus atributos ontológicos. Estes se dão em determinada intersubjetividade, que envolve os fenômenos coletivos que nos conduzem aos significados cultural, social, geográfico e historicamente compartilhados. A comunidade, o bairro e a cidade (em alguns casos) são os eixos dessa intersubjetividade. Mas também o são a família, o grupo demográfico, a religião, a origem cultural. Em vista disso, na investigação das experiências, a história de vida é fundamental para balizar a compreensão daquela existência enquanto um fenômeno holístico e com a capacidade de revelar-se em si mesmo (HEIDEGGER, 2002).

Para tanto, traçamos um caminho que parte de uma geografia contemporânea dos riscos, entendendo este tempo como o da incerteza. Buscamos um sentido abrangente para os riscos, perigos e vulnerabilidade, compondo uma leitura fenomenológica da insegurança e da incerteza. Habitar é a noção central que nos permite compreender as repercussões desses fenômenos na experiência do ser-no-mundo e, por isso, ele é significado a partir da ontologia fenomenológica de Martin Heidegger (Parte I). Outros procedimentos de investigação fenomenológica, alguns mais outros menos utilizados pelos geógrafos, são também movimentados, procurando operacionalizar a pesquisa de campo enquanto momento privilegiado de produção do conhecimento.

Nesse sentido específico, uma das expectativas desta tese é contribuir para uma utilização mais explícita e estrutural dos fundamentos fenomenológicos. Temos sofrido influência desse sistema filosófico já há várias décadas, em especial nos estudos humanistas, mas seu uso tem sido muito variado e parcial, às vezes apenas operacionalizando a pesquisa, outras vezes trazendo conceitos ou mesmo servindo apenas de inspiração ou orientação mais abrangente de uma epistemologia conceitual (BUTTNER, 1976; TUAN, 1976; PICKLES, 1985). Muito raramente a incorporamos como base de uma ontologia espacial ou geográfica ou como uma base metodológica explícita. Realizar este intento contém suas insuficiências e dificuldades, mas também suas virtudes, e por isso escolhemos orientar o trabalho nessa direção.

Outras duas áreas com as quais esta tese é levada a dialogar são os estudos populacionais e os estudos urbanos e regionais. No primeiro caso, nos

esforçamos em incorporar a perspectiva humanista, que agrega aos fenômenos demográficos um olhar em microescala, enfatizando o papel individual e familiar nos processos de tomada de decisão e colocando a Geografia em um diálogo interdisciplinar com as ciências sociais. Além disso, conforme salientaram Findlay e Graham (1991), a perspectiva humanista permite uma aproximação maior com outros elementos demográficos dos fenômenos, por ser mais empírica e contextual, ajudando também a desenvolver uma abordagem espacial da Demografia, em especial nas relações da população com o ambiente e com a sociedade.

No segundo caso, a tese se envolve no debate do risco enquanto nova dimensão da Geografia Urbana (CASTRO AGUIRRE, 1995) e das repercussões da morfologia das cidades contemporâneas para o modo de vida e a experiência urbana. Realizar o questionamento sobre o sentido de metrópole e da região é um horizonte que a condução destas preocupações nos levou. Como no restante da tese, a discussão muito mais levanta dúvidas, aponta caminhos e problematiza as questões do que propriamente as responde. Se há algum resultado conclusivo a esse respeito é a permanência da necessidade de aprofundar esses questionamentos, não deixando a função de gestão desses espaços limitar o pensar sobre a essência de tais fenômenos.

Mas o fio principal que conduz essas questões é uma leitura ontológica dos riscos e perigos contemporâneos, a partir de uma fenomenologia geográfica, que recorta a problemática para a dimensão da experiência e da existência e do modo próprio de ser e estar na metrópole contemporânea. Essa opção justifica-se pela necessidade de tornar a ciência mais humanista, dando voz às próprias pessoas, ou seja, valorizando aquilo que provêm delas mesmas em suas experiências diárias. É uma forma de colocar o ser humano no centro, enquanto valor fundamental de todo o pensar científico, permitindo que ele dê testemunho daquilo que lhe diz respeito diretamente, considerando seu depoimento e experiência válidos no processo de produção do conhecimento (BUTTNER, 1974; SANTOS B., 2000; MARANDOLA JR., 2005).

Nossa leitura da RMC, portanto, contém essa marca. Nossa própria experiência da região, enquanto moradores dela, constitui o material primeiro de toda a inquietação e parte indissociável do processo e dos resultados da pesquisa. Não procuramos dissociar essa "contaminação" do texto, incorporando-a enquanto elemento fundamental do processo. Deixando essa vinculação clara e explícita, esperamos permitir que os leitores possam, criticamente, compreender aquilo que advém dessa experiência singular e aquilo que advém de processos mais abrangentes e que se manifestaram na investigação por serem parte da essência dos fenômenos investigados.

Durante o processo da pesquisa, vivemos em duas cidades da região: Campinas, a sede, e Sumaré, a cidade de maior integração metropolitana e classificada, no senso comum regional, como “cidade dormitório”, a periferia da metrópole. Viver as duas faces da metropolização, na sede num primeiro momento (num bairro consolidado no centro da metrópole) e “pendulando” posteriormente, interferiu diretamente na direção da pesquisa, pois forneceu elementos do processo e do seu reverso, relativizando ambos os pontos de vista que dominam a leitura de regiões: do centro e das bordas.

E foi justamente por morar nos últimos três anos na borda, que a pesquisa se orienta para uma área específica da RMC: a porção noroeste. Esta é o conjunto mais dinâmico e de relações inter-urbanas mais orgânicas em toda a região. Centralizadas por Americana (um subpólo regional dentro da região metropolitana), temos Santa Bárbara D’Oeste, Nova Odessa e Sumaré formando um subconjunto na RMC: uma microregião. A intensidade da conurbação, das trocas diárias e da própria contiguidade dos espaços de vida entre essas cidades dotam a microregião de uma identidade própria, que nos permite identificar, de forma mais clara, o sentido regional deste habitar. Até morar em Sumaré, tínhamos um questionamento acerca da natureza da interação entre as cidades da RMC (muitos que não a conhecem duvidam de sua condição de região metropolitana). Tais dúvidas se dissiparam com o conhecimento e vivência na microrregião, que mais do que constituir uma bacia de empregos, como a chamam os economistas, são espaços integrados que permitem o desenho de espaços de vida regionais, integrando pedaços da região na experiência urbana.

A integração dessas cidades é revelada nos próprios dados secundários de pendularidade e migração, que utilizamos para contextualizar os fenômenos em sua espacialidade. Se é possível que hajam espaços de vida que extrapolam uma só cidade nesta região, é porque existem processos históricos e econômicos que integraram tais cidades numa dinâmica socioespacial interdependente. Esta pesquisa, no entanto, não se debruça na explicitação ou explicação de tais processos. O que nos interessa são as repercussões nos modos de vida e nas existências, expressas no habitar em risco. É este ser e estar em risco, que se edifica sob esta espacialidade, e com ela interage, que nos propomos investigar (Parte II).

Esse caminho de investigação nos conduz à discussão sobre os fenômenos ambivalentes de risco/proteção e segurança/insegurança, no plano ontológico. É aqui que a tese se afunila para refletir sobre as questões fundamentais que a erigiram e como é possível, a partir da pesquisa realizada, pensá-las. As biografias, espaços de vida e experiências metropolitanas singulares vêm à luz para revelar o

sentido da fluidez e das permanências, estruturadas a partir da casa (bairro/cidade de moradia) e da mobilidade (deslocamentos diários ou não que promovem interações espaciais e exposição/proteção de perigos). A vulnerabilidade é o conceito-chave, pois é ela que nos ajuda a ter em perspectiva os vários fenômenos que tornam a vida insegura e incerta, permitindo, a partir de um entendimento fenomenológico, contribuir para pensar o habitar, entre mobilidades e permanências, no espaço metropolitano (Parte III).

De pensar a RMC, passamos a pensar os processos em seus traços essenciais, procurando na investigação proposta elementos que nos permitam ir além da singularidade, da particularidade. A compreensão dos fenômenos não se dá pela mera verticalidade. Esta é necessária para dar profundidade, mas não se esgota ali. O procedimento fenomenológico envolve a “busca das coisas em si mesmas”, ou seja, a busca do sentido mais original, mas não para ficar nele. Antes, o fim é percorrer os sentidos e significados a partir daquele ponto, resignificando aquilo que pensávamos entender ou conhecer. Por isso as perguntas regressivas são tão importantes e por isso manter o espírito crítico e aberto é tão fundamental.

Num período de incerteza e risco, com a própria ciência sendo questionada, manter-se sem essa criticidade na base da investigação científica, duvidando das próprias conclusões e métodos, seria limitar, de saída, a possibilidade de descoberta, do novo e do inesperado. Buscamos nesta tese orientar-nos pela dúvida, não pela certeza. Ela é a motivadora e a provocadora do caminho. Se nos embrenhamos por essas sendas, não é em busca de resultados ou de conclusões. Antes, é um exercício de pensar, com método e direção, mas com a disposição de mudar de caminho e de errá-los, tanto de acertá-los e revê-los no final.



# Geografia dos riscos

- 1 | O Tempo da incerteza e da vulnerabilidade
- 2 | Das incertezas da natureza à insegurança social
- 3 | Fenomenologia geográfica dos riscos e perigos

*"To be a geographer, or to live as a geographer,  
is to be conscious of both the risks and the possibilities  
facing humanity in order to ameliorate material  
and moral life conditions."*

**Jean-Robert Pitte (2002)**



# 1 O TEMPO DA INCERTEZA E DA VULNERABILIDADE

## 1.1 A Busca pela Certeza no Pensamento Geográfico

A Geografia é uma ciência moderna. Estruturada enquanto tal no século XIX, se edificou enquanto conhecimento científico a partir do positivismo, buscando nele a legitimidade de um saber sobre a Terra e os homens, suas formas de interação, suas unidades regionais, sua organização espacial e as características próprias dos elementos terrestres, sobretudo a botânica, a geomorfologia e o clima. Estas quatro tradições do pensamento geográfico tiveram origem na Antiguidade Clássica, estavam presentes no momento de sua sistematização e continuam produzindo frutos e orientações na ciência geográfica contemporânea (PATTISON, 1977). Mesmo partindo de pontos distintos, tais tradições compartilham a busca de um conhecimento mais preciso e exato.

Antes da sistematização e institucionalização da Geografia, portanto, o pensamento geográfico já se constituía em um saber que se orientava pela exatidão. A ampliação do conhecimento geográfico foi uma busca por um conhecer mais preciso, mais exato. Na constituição das cartas e mapas, que eram a grande expressão dos conhecimentos adquiridos, a imprecisão era disfarçada, não desprezada. E desde esta época a precisão era fornecida pela matemática, a partir da correspondência do plano de coordenadas ptolomaico. Tanto quanto possível, a busca pela precisão matemática que refletia a correspondência da representação com o objeto era uma meta somente possível a partir do conhecimento oriundo das explorações, com técnicas de acurácia cada vez mais desenvolvidas. A verdade, entendida enquanto a correspondência com o real, sempre foi a motivação da investigação, já que o entendimento de que ela existia e que o trabalho racional e metódico poderia alcançá-la é uma constante no pensamento ocidental desde os clássicos.

Por isso a descrição, mesmo antes da ciência moderna, já era um procedimento fundamental da produção do saber geográfico. A paisagem, vista como o próprio real, dava-se à descrição minuciosa de seus elementos, permitindo assim

comparações que conduziam a grupos de identidade de elementos da paisagem: as regiões e paisagens (MOREIRA, 2006). Quanto mais precisas e exatas melhores seriam as descrições. Buscava-se, portanto, uma distinção entre um conhecimento produzido à luz da filosofia ou da natureza, àquele tipo de conhecimento ligado ao saber mágico-religioso ou às artes. O documento cartográfico, sobretudo depois de Mercator, que incorporou ao mapa os princípios cartesianos, tornou-se o símbolo dessa precisão, a expressão do comprometimento dos geógrafos com a exatidão e precisão de seu conhecimento (SANTOS D., 2002).

A Geografia, enquanto conhecimento de mundo, se insere como saber moderno alinhada com os princípios que a modernidade vinha introduzindo em todas as facetas da sociedade. O Século das Luzes foi o período de formação dessa postura, mantendo a orientação que outrora havia se consolidado, mas incorporando agora uma diretriz filosófica mestra que constituiu o Método (em maiúsculo pois era um único, superlativo), a própria formalização dos seus princípios.

A incerteza, em todo esse desenvolvimento, possui um papel ambivalente: ela é rechaçada enquanto fissura no edifício do conhecimento, um ponto de fragilização deste, ao mesmo tempo em que ela é a motivação que conduz à busca da precisão, alcançando o conhecimento positivo. Conforme apontam Lieber e Romano-Lieber (2005), evidência e incerteza se articulam no conhecimento científico pois o procedimento hipotético-dedutivo leva o cientista a fazer prognósticos, mesmo que o método não lhe forneça a suficiência para todas as afirmações. Em vista disso, o recurso científico é ele próprio contingente, ao mesmo tempo em que carrega a constatação da contingência. O problema desse jogo é que a contingência nem sempre é lembrada, tornando a eliminação da incerteza uma prática de afirmação de certezas alcançadas. E a certeza, para o conhecimento, é imobilizante, pois estabelece e cristaliza, ao invés de inquietar e provocar, os quais são elementos centrais da busca constante pelo conhecimento. Embora assumidamente provisório, o conhecimento científico cristaliza-se em práticas sociais e corporativas, que são superadas a duras penas, apenas quando nova certeza é estabelecida, conforme a teoria das revoluções científicas de Kuhn (1989) apontou com legitimidade.

Na história da Geografia, no entanto, não conseguimos identificar de forma explícita a alternância entre períodos normais e revolucionários como propôs Kuhn (MONTEIRO, 1988; CLAVAL, 2002), tanto que as quatro tradições da Antiguidade permanecem em desenvolvimento e sem uma nítida diferenciação. Há várias formas, além desta, de identificar as tendências epistemológicas e temáticas internas da ciência

geográfica, que ressaltam certos elementos ou ocultam outros. Para nossa discussão, por exemplo, é reveladora a bipolaridade que Paulo C. C. Gomes denomina de os dois pólos epistemológicos da modernidade: o racionalismo e suas contracorrentes (GOMES, 1996). Segundo o autor, a Geografia moderna se estabelece enquanto ciência buscando incorporar o racionalismo científico do Método proveniente das ciências da natureza. Esse processo não ocorre sem a contraposição de contracorrentes que se opunham à exacerbação da razão frente a outras formas de conhecimento. Filosofia da natureza, romantismo, hermenêutica e fenomenologia são algumas das contracorrentes que propuseram alternativas ao projeto racionalista de conhecimento.

Essa bipolaridade opunha o universalismo racionalista ao particularismo das contracorrentes. Se a razão se converteu em ciência no século XVIII, um sistema totalizador e excludente, “A valorização do particular, do desconstrucionismo, das noções de caos e de anarquia, e das estruturas míticas se inscreve em uma rede coerente de oposição ao sistema unificador da racionalidade moderna.” (GOMES, 1996, p.25). É contra esse racionalismo totalitário, e não contra a razão, que filósofos da ciência se manifestaram ao longo do século XX, procurando estabelecer novas bases para uma ciência que fosse racional, sim, com método e rigor, mas que não se colocasse como o único caminho para o conhecimento, ou, com apenas uma via para chegar lá. *Contra o método*, de Paul Feyerabend, é uma das grandes obras de questionamento direto a essa postura totalitária e limitadora da rigidez do método racionalista, causando grande repercussão e discussão nos anos 1970 e 1980 (FEYERABEND, 2007).

Mas tanto o racionalismo hegemônico quanto as contracorrentes não incorporaram a incerteza como parte do conhecimento metodológica ou epistemologicamente. As incorporações vinham sempre num equilíbrio inconstante entre as grandes oposições ou pares dicotômicos como racionalismo-empirismo e universalismo-particularismo. O século das luzes estabeleceu uma confiança axiomática na capacidade do homem de conhecer (racionalismo). Essa certeza científica que a Geografia compartilhou se estabeleceu de tal forma no pensamento ocidental que suas bases ainda estão firmes e influenciando nossa forma de ser e pensar.

Toda a história da ciência moderna é erigida sobre a promessa de certezas, que substituiriam aquelas que o conhecimento tradicional-religioso promovia (SANTOS B., 2000). Durante alguns séculos, não apenas a ciência, mas a sociedade científico-capitalista do ocidente prosperou acreditando nesta nova deusa, a Razão (TOURAINÉ, 1998). A ciência prometia resolver os problemas, controlar e dominar as catástrofes e os fenômenos da natureza, trazendo a segurança total (VEYRET, 2007). O

cientista é visto como uma espécie de mago que tinha a Razão e o Método como seus instrumentos de clarividência (Figura 1.1). Ainda hoje prevalece essa visão do cientista, como vemos em situações de risco, em especial em fenômenos atmosféricos ou outros riscos associados aos eventos da natureza. O ano de 2007 foi exemplar nesse sentido, quando vimos alguns cientistas associados ao *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) proferindo uma centena de palestras, dando entrevistas em todos os meios de comunicação e participando de um sem número de fóruns de debate após a divulgação do seu quarto relatório, anunciando que pelas evidências atuais, há mais de 90% de probabilidade de que o aquecimento global tenha causas antropogênicas. Em todas estas situações, a ênfase não era na problemática, mas nas previsões e projeções dos impactos das mudanças climáticas. A sociedade demandando que a ciência seja utilizada para prever, com certeza, o futuro.

Figura 1.1 – O papel do cientista: um mago que prediz o futuro?



Fonte: Natural Hazards Observer (1991, p.1).

Descartes, o pai filosófico de toda essa revolução no conhecimento ocidental, assim expressou a força que a busca da certeza tinha nessa nova forma de ver e interpretar o mundo:

/1/ Em tantas dúvidas fui lançado pela meditação de ontem que já não sou capaz de as esquecer, nem vejo todavia o modo de as resolver. E, como se de repente houvesse caído em um poço profundo, minha perturbação é tal que nem posso firmar o pé no fundo, nem vir à tona. Esforçar-me-ei, contudo, para retornar ao caminho onde ontem ingressei, a saber, fazendo a remoção de tudo o que comporte a mais mínima dúvida, como se o descobrisse de todo falso. E

prossequirei até conhecer algo certo ou, na falta de outra coisa, que pelo menos reconheça como certo que nada há que seja certo. (DESCARTES, 2004, p.41;43)

Na seqüência, Descartes medita sobre a natureza da mente humana e, driblando as incertezas, busca o que seja certo, indiscutível, verdadeiro. A positividade do conhecimento é a marca da explicação científica, que se manifesta nas leis, nos modelos e nos princípios de causalidade, determinismo e indeterminismo (NAGEL, 1961). À ciência moderna cabe fugir dos indeterminismos, procurando meios de controlá-los e determiná-los. Estes estavam pautados numa visão mecânica do universo e da materialidade, entendendo a relação de um ponto de vista matemático.

Na Geografia, tivemos dois momentos de incorporação mais significativa desses princípios. O primeiro foi com a sua sistematização e institucionalização enquanto ciência. Humboldt e Ritter iniciaram a incorporação dos princípios desse novo padrão de conhecimento, o que permitiu a sistematização da ciência geográfica (MORAES, 2002). Ambos buscavam sistematizar o conhecimento geográfico numa base comparável, que permitisse sua discussão e ampla utilização, aspirando assim à universalidade e proporcionando a elaboração de leis e de entendimentos gerais (conceitos). Ratzel e La Blache levaram essa incorporação do método científico positivista às suas últimas conseqüências (CAPEL, 1981), ampliando o alcance do conhecimento geográfico, elaborando conceitos de validade universal e ocupando-se no método de pesquisa e no objeto próprio da Geografia.

O segundo momento dessa incorporação foi com a Nova Geografia, que se orientou pelo neopositivismo, buscando nas ciências mais avançadas os parâmetros para uma teoria geográfica e para a explicação geográfica (AMORIM FILHO, 1978). Esses geógrafos trouxeram o rigor e os elementos do Método como fundamentais à prática geográfica. A busca pela precisão e pela exatidão ganhou o apoio de modernas técnicas de processamento de dados e de novas técnicas cartográficas. As possibilidades abertas pela nascente computação às modelagens que processavam grande quantidade e variedade de dados em complexas equações tornavam a prática científica aparentemente mais precisa e confiável. O mundo ficou menor, cada vez melhor descrito e representado. A geometria e a organização espacial (localização e distribuição) tornaram o ideal da certeza alcançável a partir da linguagem geográfico-matemática (BUNGE, 1966; BERRY e MARBLE, 1968; ABLER, ADAMS e GOULD, 1971).

As décadas de 1950 e 1960 foram anos muito movimentados no mundo, assim como na ciência. Ao final da Segunda Guerra, houve grandes avanços, provocando revoluções e renovações paradigmáticas. O movimento da Nova Geografia era uma

resposta a esse cenário externo. Novas teorias e técnicas de pesquisa eram desenvolvidas, sempre na direção de melhorar a precisão, eliminando a incerteza na tentativa de discipliná-la. Os modelos e a teoria da probabilidade exerceram papel fundamental nesse sentido. Os modelos permitiam simular o comportamento de determinados fatos e a interação entre eles, fornecendo elementos para se prever e descrever determinada realidade. Tinham a função da estrutura causal onde os fatos geográficos ocorriam, permitindo a partir deles fornecer explicações genéticas e comportamentais (HARVEY, 1969).

Sua previsibilidade e eficiência, no entanto, estava intimamente ligada à teoria da probabilidade que, enquanto teoria matemática, estabelece a forma de calcular eventos futuros, baseada em fatores de frequência que buscam, a partir da consistência e da coerência das condições estabelecidas, a lógica dos fatores de probabilidade. Aplicada tanto aos trabalhos sobre processos de tomada de decisão quanto de ocorrência de fenômenos físicos, a teoria servia para dar, nos moldes de uma ciência cuja linguagem legítima é a matemática e que não tolera a incerteza, parâmetros de certeza e controle sobre os eventos que permitiriam a sua explicação científica (HARVEY, 1969).

Isso só era possível porque toda a Geografia Moderna fora erigida numa concepção mecânica de tempo, que também gerou a concepção de natureza, homem e espaço de forma mecânica (MOREIRA, 2007). Mesmo passando do espaço absoluto euclidiano ao espaço relativo de Leibniz ou Einstein, a relatividade não rompeu totalmente com essas concepções mecânicas que prevalecem ainda na ciência geográfica. A própria explicação (*explanation*) era um procedimento aplicado para disciplinar a incerteza, dotando o científico de parâmetros de controle que permitissem mensurar os fenômenos geográficos estudados. A busca pela elaboração de modelos e leis daria a confiabilidade do conhecimento, aumentando a segurança em relação às afirmações, teorias e resultados.

Mas ao mesmo tempo em que os geógrafos buscavam esse rigor e amparo na certeza científica e na possibilidade de controlar racionalmente as transformações e tendências da organização espacial, esse modelo de ciência vinha sofrendo severas críticas e golpes que estavam minando seu cuidadosamente construído edifício. Desde as bombas atômicas lançadas em 1945, a classe científica em geral se viu no espelho e teve de lidar com as conseqüências de seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, questionar-se sobre seus próprios princípios. O desenvolvimento associado ao contínuo progresso, até então visto como natural, foi posto à prova no momento em que

o homem se deu conta do excesso de poder que a ciência e a tecnologia haviam lhe conferido. Poder este que poderia pôr fim à própria raça humana (ZANCANARO, 2000).

A Geografia havia passado por esta constatação no final do século XIX, embora a consciência disso tenha vindo somente após a Segunda Guerra Mundial. O papel do conhecimento geográfico enquanto instrumento de guerra, de dominação e de exploração foi um golpe forte para uma comunidade que estava procurando a virtude científica baseada em uma neutralidade protetora.

Se parte do cisma entre os geógrafos da Nova Geografia e da Geografia Crítica, nos anos 1970 e 1980, baseou-se, no Brasil e em outros países, numa pretensa oposição entre reacionários e revolucionários, essa revolução não alterou o estatuto fundamental de crença no conhecimento científico como o caminho para se atingir o fim pretendido. Questionaram-se ideologias e procedimentos, mas não o estatuto ontológico do ser geográfico ou da própria ciência.<sup>2</sup> Discutiu-se o uso da ciência e do seu conhecimento, o papel do pesquisador, as ideologias, o mercado, mas não os problemas do conhecimento, aqueles que se referem propriamente à possibilidade de sua produção, origem, tipo, essência e o critério de validação (HESSEN, 2003). Tanto essa discussão não foi o foco da revolução quanto a contextualização histórica que fora pretendida estava acompanhando apenas uma parte das crises que se processaram no mundo nos anos 1960 e 1970. A principal crise, a da ciência, foi apenas parcialmente encarada.

A face que ficou de lado é aquela que teve seu epicentro na física, com a teoria da relatividade de Einstein, que quebrou o espaço absoluto euclidiano, junto com outras teorias e descobertas que jogaram por terra várias das certezas que existiam acerca do mundo físico (MORIN, 1980; PRIGOGINE, 1996; SANTOS, 1998). Essas várias teorias e revoluções, ligadas à Física, à Química, à Cibernética e às Neurociências levaram a discussão sobre a vida e as relações ecológicas a um novo patamar, promovendo um novo olhar sobre a fragmentação do saber e do conhecimento promovido pela modernidade, reconduzindo a discussão em direção a um novo holismo.

A teoria mais abrangente e geral desses novos paradigmas é a teoria geral dos sistemas, a qual produziu repercussões na Geografia. Contudo, sua versão

---

<sup>2</sup> Houve algumas vozes solitárias que procuraram desenvolver esta discussão, mas não é possível dizer que esse questionamento caracteriza alguma corrente da Geografia ou que está no cerne de alguma postura. O debate ontológico não foi o foco de nenhum movimento revolucionário ou de renovação da Geografia, embora possamos identificar interesses pontuais de reflexão neste campo (MORAES, 1980; SILVA, 1980; 1986; SOJA, 1989). Atualmente cresce o interesse por esse debate, tanto entre aqueles ligados a uma leitura materialista e crítica da geografia (MARTINS, 1996; 2007; SILVA, 2000; MOREIRA, 2007) quanto por aqueles envolvidos com uma perspectiva fenomenológica, principalmente na senda aberta por Eric Dardel, pioneiro nesses questionamentos (DARDEL, 1952; PICKLES, 1985; BERQUE, 1999; HOLZER, 1999; 2001).

geossistêmica foi apenas uma parte de todo o potencial que as novas teorias traziam para a discussão. A incorporação se deu no seio da própria Nova Geografia (com alguns ramos influenciando elementos da Geografia Crítica), resultando numa proposta metodológica específica a partir de orientações mais gerais ou de princípios derivados das grandes teorias. Mas pouco foi refletido, de maneira ampliada, sobre as repercussões epistemológicas e ontológicas para a ciência geográfica, que absorveu apenas o reflexo de muitas dessas discussões, sem uma revisão de fundo em sua própria colocação neste universo de questionamento do conhecimento científico.

Carlos Augusto de F. Monteiro foi um dos poucos que procurou realizar uma reflexão de fundo a esse respeito, registrando-a um pouco tardiamente (MONTEIRO, 1991), embora pioneiramente no que tange à reflexão brasileira. Em sua obra *Clima e excepcionalismo* o autor parte de sua área de estudo primeva, a climatologia, refletindo sobre sua produção neste campo e as conseqüências das novas teorias que questionavam os padrões modernos de conceber a realidade e a relação sociedade-natureza. Monteiro trabalhou com os geossistemas desde a década de 1960, partindo da idéia de complexo dinâmico de Sorre, incorporando gradativamente as contribuições de Bertalanffy, Bertrand e Sotchava, as principais influências dos estudos sistêmicos na Geografia. Seu depoimento ajuda a compreender como as influências dessa área de renovação da filosofia da ciência afetou a ciência geográfica apenas em parte, renovando e ajudando o conhecimento geográfico a avançar, mas mantendo muito ainda por fazer neste campo<sup>3</sup> (MONTEIRO, 2001).

A excessiva dispersão do conhecimento, a sua fragmentação que parece não ter limites, as fronteiras disciplinares se diluindo e a própria possibilidade da objetividade científica clássica são pontos da crise da ciência que se converte em crise da Razão e, conseqüentemente, crise da civilização que nela está estuada. Essa crise profunda é a marca da quarta parte do século XX, mas está atrelada ao próprio processo de acumulação capitalista baseado no desenvolvimento científico e tecnológico (SANTOS, 1998; HELLER, 1999; LEFF, 2000).

Romper com este excessivo fragmentar é o caminho para o qual as discussões têm apontado. Moreira (2006) vê neste período a conformação de um novo paradigma holístico que estaria em elaboração a partir da confluência dos esforços de diferentes campos em promover a religação dos saberes. É uma interessante inversão

---

<sup>3</sup> Nos últimos 15 anos temos visto crescer a preocupação com esta temática, aumentando o número de discussões a esse respeito tanto no Brasil quanto no exterior (PHILLIPS, 1994; 1995; CARVALHO, 1998; SILVA e GALEANO, 2004).

está se processando. Se no advento das ciências humanas foi necessário converter o mesmo método das ciências da natureza aos processos sociais, hoje é o método das ciências humanas que têm sido movimentado para elucidar os fenômenos naturais (SANTOS, 1998). A disseminação das contracorrentes nos últimos anos são reflexos dessa incerteza encontrada no seio da ciência. A ciência da certeza excluiu o homem enquanto objeto ou sujeito da ciência para manter a objetividade. "O princípio de explicação da ciência clássica eliminava o observador da observação." (MORIN, 2002, p.29). Agora, no entanto, a microfísica, a teoria da informação, a teoria dos sistemas reintroduzem o observador na observação, encontrando nas ciências humanas, em especial as de fundamentação hermenêutica, uma forma de lidar com a incerteza. O que antes era sinônimo de incerto e contingente, o homem e as subjetividades, foi sendo demonstrado que se encontra inerente ao conhecimento, na mais simples observação fenomenal por parte da ciência analítica. Excluída as certezas descritas, demonstradas e explicadas, o que resta? A compreensão, inerente à fenomenologia e à hermenêutica. A tarefa da ciência é redimensionada, de maneira a equiparar-se a qualquer outra forma de conhecimento. Não explicar nem demonstrar: compreender as interrelações, as particularidades, as variações que se sucedem, se encontram, colidem e geram novos significados, processo essencialmente circunstancial e transitório. A compreensão de uma maneira ampla está agora inerente às incertezas reconhecidas (GOMES, 2007).

Talvez uma ciência que se preocupe sistematicamente com o impreciso seja necessária para que possamos compreender melhor fenômenos que ao serem colocados sob a lógica racional-técnica sofrem deformações irreparáveis. Moles e Rohmer (1995, p.19) falam de tipos de imprecisão no conhecimento: (1) uma ligada à falibilidade ou à parcialidade do conhecimento; (2) outra que expressa a falta de medidas adequadas para apreender o fenômeno; e (3) aquela que se refere a fenômenos vagos por essência, "[...] cujos concietos que servem para enunciá-los são eles próprios vagos, talvez inadequados, mas que são os únicos que dispomos." A ciência ainda não incorporou completamente o impreciso de nenhum destes tipos, especialmente o terceiro. Se o primeiro conjunto de imprecisões é enfrentada com a intensificação do rigor e dos estudos e o segundo conjunto com o aprimoramento das técnicas, os fenômenos que compõe o terceiro grupo é mais facilmente classificado de não-científico, ao invés de se buscar métodos de incorporar a imprecisão e a incerteza. Mas no nosso tempo, a imprecisão está se tornando a norma, e por isso aprender a lidar com ela é imperativo.

Torna-se necessário a reconstrução dos saberes em uma nova razão, um novo conhecimento e um novo humanismo (MONTEIRO, 1991). Esses envolvem

todas as ciências, inclusive a Geografia. A crise que ela passa não é apenas uma problemática de objeto ou de episteme interna, mas é resultado destas reformulações e questionamentos que se processam neste período histórico e que permeiam o *zeitgeist*<sup>4</sup> de nosso tempo (MONTEIRO, 1988). Se existe esse espírito de nossa época, ele está relacionado à incerteza e à vulnerabilidade.

Se queremos pensar a geografia dos riscos contemporâneos, portanto, é necessário primeiro compreender o *zeitgeist* atual, bem como as mediações nas diferentes escalas. Pensar o tempo presente é sempre uma tarefa complexa, mas não é sem algum caminho que tentamos acompanhar esses passos.

## 1.2 A Liquidez Moderna e as Territorialidades

“Repensar a ciência na modernidade significa inscrevê-la na cultura contemporânea: cultura de massa, do consumo anômalo e do espetáculo”, afirma Olgária Matos (MATOS, 2006, p.85). Essa ciência objetivista estabeleceu o saber técnico como o parâmetro para as tomadas de decisões, ferindo a liberdade do homem e sua autonomia de reflexão, a partir da homogeneização das formas de pensar e de ser. Trata-se de um duplo movimento, portanto: pensar a modernidade e a sociedade atual e pensar as formas de promover e devolver a liberdade criativa ao homem.

Alain Touraine, na sua *Crítica da modernidade* (TOURAINÉ, 1998, p.9), associa a idéia de modernidade à afirmação de que o homem é o que ele faz, enfatizando assim a sua individualidade e liberdade de escolha. Em vista disso, ele ressalta que deve existir uma correspondência entre a produção tornada mais eficaz pela ciência, tecnologia, administração e organização da sociedade e a regulação pela lei da vida pessoal, a qual é animada pelo interesse e a vontade de livrar-se das opressões. É nela que ocorre a correspondência de uma cultura científica com uma sociedade ordenada composta de indivíduos livres. Essa situação social é colocada como o triunfo da razão. Touraine destaca a oposição da Razão e do Sujeito como estando no cerne da modernidade. Porém, ele não tende a conceber o triunfo de um sobre o outro, como muitos críticos o fazem. Segundo ele, “a modernidade não repousa sobre um princípio único e menos ainda sobre a simples distribuição dos obstáculos ao reinado da razão; ela é feita do diálogo entre Razão e Sujeito. Sem a Razão, o Sujeito se fecha na obsessão da sua identidade; sem o Sujeito, a Razão se torna o instrumento do poder.” Dessa forma,

---

<sup>4</sup> Conceito da filosofia alemã que indica que cada período histórico tem um “tom temático”, um espírito que permeia todas as facetas da sociedade humana.

esse complexo embate entre Razão e Sujeito, no bojo das questões inerentes à modernidade, produz transformações nas formas de espaço e tempo, tanto no sentido de sua racionalização e utilização quanto nas formas de percepção e subjetivização.

Esse diálogo entre Sujeito e Razão ocorre, atualmente num contexto espaço-temporal global, marcando de maneira específica essa relação e o próprio *zeitgeist*, atuando como um elemento estruturante deste estágio da modernidade. É a partir da globalização que são mapeadas conseqüências, possibilitadas as repercussões e são operacionalizadas perdas e ganhos. A globalização, como entendemos aqui, é um fenômeno abrangente que se caracteriza pela tendência à integração das diversas esferas (econômica, financeira, política, cultural) a uma só ordem mundial, regidas por uma mesma racionalidade e que colocam o globo potencialmente em um só tempo, um só espaço. É o sistema-mundo de Chesneaux (1996) ou a conexão planetária de Lévy P. (2001). É o estabelecimento de uma rede de conexões que, enquanto tal, não integra todos os lugares da mesma maneira, excluindo e estabelecendo hierarquias, reordenando territórios e restabelecendo distribuição de forças (produtivas, econômicas, bélicas), num processo perverso (SANTOS M., 2000). Esse é um fenômeno tão forte e de repercussão tão abrangente, que torna impossível pensar as questões contemporâneas sem esse contexto, pois elas careceriam de sentido. Uma reflexão ontológica hoje, sem dúvida, não pode prescindir dessa contextualização.

No início do século XX, o desenvolvimento de governos autoritários e os avanços da tecnologia projetavam um mundo supercontrolado, algo que livros como *1984*, de George Orwell, ou *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, profetizaram em seus romances (ORWELL, 1979; HUXLEY, 1982). No entanto, conforme afirma Giddens (2006), o mundo da virada do século XX se caracteriza mais como um mundo em descontrole do que um mundo supercontrolado.

É nesse sentido que o sociólogo Zygmunt Bauman afirma que vivemos na modernidade líquida. A solidez da modernidade industrial, baseada em instituições sólidas e num Estado grande, que tinha na seguridade e na tradição suas forças, foi substituída por uma fluidez desconcertante da flexibilização do mercado de trabalho, que se reflete nas relações entre as pessoas e seu próprio devir (BAUMAN, 2001). São tempos líquidos que retiram de nós a seguridade adquirida ao longo do processo de industrialização. As promessas da modernidade de segurança e proteção se cumpriram apenas em parte, pois a fábrica fordista continha um acordo tácito de compromisso e interdependência entre empregador e empregado (BAUMAN, 2007, p.66), diminuindo a incerteza e os medos, fornecendo proteção e segurança. No entanto, a fábrica

paternalista fordista quase não existe mais e a liquidez é a palavra de ordem. E não são apenas os países do Estado do bem-estar social da Europa que têm passado por retrocessos trabalhistas. Mesmo em países onde esse processo não havia se consolidado plenamente (como o próprio Brasil), a flexibilização e a diminuição do Estado têm retirado sistematicamente proteções públicas, levando-as para o setor privado.

Um trabalhador do tempo fordista entrava numa grande empresa com o intuito de crescer nela. A estabilidade e a fixidez eram elementos valorizados e oferecidos pela própria empresa, que também abria possibilidades de crescimento. Havia atendimento à família, área social, lazer, confraternização. O trabalho era o principal eixo da auto-identidade da pessoa (ASCHER, 1998). Em vista disso, a passagem da modernidade sólida para a líquida é um golpe duro para a massa de trabalhadores, produzindo repercussões diretas na forma de sociabilidade e na própria espacialidade das cidades, como veremos adiante.

Richard Sennett realizou interessante pesquisa a esse respeito, investigando as estratégias que trabalhadores lançaram mão para passar por essas transformações no mercado de trabalho (SENNETT, 2005). Ele mostra como as pessoas tiveram/têm sérias dificuldades em lidar com o descarte, com a rejeição e com a necessidade de se tornar mutante. Até a experiência pessoal, em alguns setores, é vista como ponto negativo, pois indicaria um apego à tradição e uma dificuldade de inovação. A carreira e a fixidez davam maior segurança e controle às narrativas e histórias de vida (SENNETT, 2005, p.145). A pessoa tinha um lugar na sociedade, comunidades profissionais e urbanas onde buscar a construção de sua identidade; tinha um horizonte que tranquilizava e permitia a projeção de projetos e planos a longo prazo. Havia o “vestir a camisa” da empresa e isso possibilitava um envolvimento e compromisso que promovia a proteção e a segurança.

Contudo, mostra Sennett, exige-se do trabalhador a disposição de assumir riscos. Não se espera a lealdade e o compromisso com a empresa, mas que tenha o desprendimento necessário para mudar, sempre que necessário. As condições desses riscos são cada vez mais obscuras e incertas. Em muitos casos, Sennett afirma que o risco deve ser corrido simplesmente para não ficar parado, para não estagnar.

Parecia, assim, que o assumir riscos poderia ser menos desestimulante se fosse de fato possível realizar o sonho do estrategista acadêmico, calcular racionalmente ganhos e perdas, tornar o risco legível. Mas o capitalismo moderno organizou certos tipos de risco de um modo que não torna mais inspiradora essa clareza. As novas condições de mercado obrigam grandes números de pessoas a assumir riscos, mesmo sabendo os jogadores que as possibilidades de retorno são tênues. (SENNETT, 2005, p.103-104)

Esse impulso ao risco, no mercado de trabalho, tenciona potencializar a competição, acirrando as inseguranças pessoais em prol de uma melhor oferta e eficiência empresarial. Contudo, o desprendimento não ocorrerá sem conseqüências, e nem todos estão preparados ou dispostos a enfrentar esse mercado de trabalho excessivamente fluido e incerto. O risco e a incerteza foram incorporados ao mercado de trabalho como características desejáveis. No entanto, o que há de nefasto nisso é que essa inserção não vem acompanhada de elementos ou estruturas sociais para a gestão do risco. Ele tem que ser inteiramente assumido pelos indivíduos, pagando o preço que muitas vezes pode ser elevado demais.

Ulrich Beck afirma que uma das características do processo globalizatório atual é que os riscos são produzidos na escala mundial e repassados às pessoas para que lidem com eles individualmente (BECK, 1999). Essa é uma das características daquilo que o autor chama de sociedade de risco, uma sociedade onde o risco assumiu um caráter diferente da pré-modernidade ou mesmo dos estágios iniciais da modernidade (BECK, 1992). É na esfera individual da ação que o risco e o perigo devem ser enfrentados, lançando para as pessoas algo que elas não têm elementos para poder decidir ou lidar.

Assim, os preceitos liberais de liberdade de escolha e de autodeterminação individual se manifestam como um estar jogado sozinho, sem elementos para se proteger.

Se a idéia de 'sociedade aberta' era originalmente compatível com a autodeterminação de uma sociedade livre que cultivava essa abertura, ela agora traz à mente da maioria de nós a experiência aterrorizante de uma população heterônoma, infeliz e vulnerável, confrontada e possivelmente sobrepujada por forças que não controla nem entende totalmente; uma população [...] obcecada com a firmeza de suas fronteiras e com a segurança dos indivíduos que vivem dentro delas – enquanto é justamente essa firmeza de fronteiras e essa segurança de vida dentro delas que geram um domínio ilusório e parecem ter a tendência de permanecer como ilusões enquanto o planeta for submetido unicamente à globalização negativa. (BAUMAN, 2007, p.13 – grifo do autor)

A liberdade atua como elemento ambivalente, podendo trazer ao mesmo tempo a segurança quanto a insegurança (GIDDENS, 2002). Com a incerteza pairando sobre as instituições, que falham em suprir a segurança, a solução de regimes autoritários parece sedutora (GIDDENS, 2006; BAUMAN, 2007), como vemos nos últimos anos reaparecerem na América Latina governos que tendem ao autoritarismo baseado num discurso anti-globalizatório e de minoria. A globalização produz os seus reversos.

Esta era de incertezas, estruturada pelo processo de globalização, está baseada numa profunda crise de confiança, originada na crise civilizatória pela qual

passamos (FUKUYAMA, 2000). As instituições modernas deixaram de atender os preceitos de proteção e segurança, mergulhando nosso dia-a-dia em um campo de incertezas fluidas. A família, o Estado, o trabalho, a escola e a ciência são questionadas. A ambivalência dessa crise é que se há uma desregulamentação das normas e das instituições, há um afrouxamento das normas que conduzem à liberdade de escolhas e à multiplicidade destas. Na pré-modernidade, indivíduo e sociedade constituíam um todo indivisível: não era possível ser dissociado de sua posição social. A pessoa estava ligada ao seu *habitus* social, não havendo margem de escolha, nem mesmo essa concepção (ELIAS, 1994). A liberdade de escolha na verdade é um abandono da estrutura social, que incentiva a competição ligando a identidade ao consumo e o ser ao ter, produzindo uma “sociedade de indivíduos”, na expressão de Norbert Elias: atomizados, solitários, desterritorializados.

As repercussões geográficas dessa liquidez moderna atinge em cheio o debate sobre os territórios e lugares. Ruy Moreira identifica essa problemática como um mal-estar espacial que está na base do mal-estar da modernidade (MOREIRA, 2007). Ele volta à concepção cartesiana que separou o cogito da extensão (*res cogitans* e *res extensa*), que produziu uma ontologia fundada na dicotomia espaço-homem. O espaço não é, nem é o homem espacial: espaço é o contingente, é onde estão, não são. Ente e ser, na metafísica moderna, estão eternamente separados (HEIDEGGER, 2002).

Podemos estabelecer os termos dessas repercussões ontológicas a partir de duas discussões contemporâneas: a elevada mobilidade que caracteriza a modernidade líquida e os movimentos de territorialização, desterritorialização e identidades locais. Os dois temas estão, evidentemente, intimamente ligados, manifestando-se de forma conjunta na maioria das ocasiões.

Sobre a mobilidade, a essência da fluidez é o movimento, contínuo e incessante. O movimento perpétuo é a liquidez fugidia que não se permite fixar, pausar. Se há liquidez é porque há movimento, de todos os tipos. Tanto as migrações internacionais quanto as viagens de turismo e negócios nunca tiveram o volume e o alcance de hoje (LÉVY P., 2001). A intensidade das interações urbanas e inter-urbanas tem se espalhado pelo território, para além das grandes aglomerações urbanas. Há mobilidade do capital, na esfera social, no mercado de trabalho. Mover-se é associado a dinamismo, a progresso, sendo incentivado mesmo quando não é necessário. Sennett (2005) avalia que os jovens estão mais propensos a buscar outras atividades, a mudar de emprego, mesmo que não haja no próximo perspectivas superiores à situação presente. A melhora está na mudança, não na permanência.

Essa prevalência da mobilidade não implica um menosprezo pelo espaço ou a sua diminuição de importância. Antes, está implicada na própria fluidez das instituições sociais. Bauman (1998, p.110) assinala que a modernidade projetou o espaço no tempo, dando ao espaço-tempo moderno uma condição estrutural rígida, sólida, durável. Essa estrutura era “[...] exatamente a correta referência de nível para traçar e controlar o caráter caprichoso e volátil da vontade humana – mas também um duro recipiente em que os atos humanos podiam achar-se sensíveis e seguros.” Exercendo tal papel ambivalente, espaço e tempo eram as constantes sobre as quais todo o sistema-mundo moderno estava erigido. Na modernidade líquida, a mobilidade confere ao espaço uma condição igualmente fluida. Mas, ao fazer isso, ao invés de fragilizá-lo, o espaço é fortalecido, colocado no centro da fluidez contemporânea. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque a mobilidade fragmenta e conecta os lugares, permitindo que as regiões se comuniquem e comerciem, eliminando o isolamento regional (ENTRIKIN, 1991). Por outro lado, quebrando a rigidez espacial (que já havia sido quebrada com o advento da concepção de espaço relativo sobre aquela anterior, do espaço absoluto) potencializa-se outras formas de ação humana sobre ele. Se o espaço não é rígido, mas pode ser comprimido (compressão espaço-tempo) e relativizado, o papel desse espaço numa sociedade flexível e líquida é muito mais importante.

A hipermobilidade contemporânea (JARVIS, PRATT, e CHENG-CHONG WU, 2001) é componente do próprio processo de globalização, estando associada diretamente às suas origens e às suas conseqüências. O problema maior dessa elevada mobilidade são os processos de territorialização, desterritorialização e de identidades territoriais, haja vista que a mobilidade, enquanto elemento estruturante do próprio ser e estar moderno, potencializa a incerteza e induz a desterritorialização. Esta é a expressão mais bem acabada da separação espaço-ser, que a metafísica moderna manteve cuidadosamente separados. A interpretação desse processo, no entanto, tem um viés destituído de uma perspectiva ontológica mais profunda, atribuindo ao tempo presente a diminuição da importância do espaço e do território para o ser. Se isso é verdade em termos de constatação, não o é em termos essenciais, pois as conseqüências da desterritorialização é o aprofundamento do mal-estar da modernidade, o aumento da insegurança existencial e a desagregação das comunidades. Vários autores das ciências sociais procuraram sustentar a tese de que essa fluidez enfraquece os lugares e os territórios e que o tempo da incerteza seria o túmulo da Geografia. Na verdade, os processos de desterritorialização ressaltam a necessidade da relação homem-espaço, ou de um ser-no-mundo que seja espacialmente localizado.

Assim, há aqueles que identificam o nosso tempo como a emergência da temática do espaço, como denomina Michel Maffesoli. O autor vê a socialidade indissociável do espaço, reconhecendo a força do lugar e seu papel contemporâneo de estabelecer o elo entre as dicotomias herdadas da modernidade: espaço e tempo, natureza e cultura, objetivo e subjetivo, social e individual (MAFFESOLI, 2001; 2004). Para o autor, há uma contração do tempo no espaço, com o primeiro transformando-se no segundo. O lugar é concebido como altar do encontro e da realização das interações simbólicas, onde a intersubjetividade realiza o próprio acontecer social.

Rogério Haesbaert é outro que reforça essa corrente, reconduzindo a força do território na atualidade, discutindo o sentido contemporâneo da desterritorialização (HAESBAERT, 2004). Segundo o autor, o que muitos identificam como desterritorialização são processos de reterritorialização, ou seja, a redefinição das territorialidades em novos modelos ou em novos contextos. Território é inalienável da própria sociedade, tanto quanto tempo e espaço. Nesse sentido, dizer que uma comunidade ou uma etnia está vivendo processo de desterritorialização seria dizer que sua existência não está mais ligada a uma porção do espaço, abdicando também de sua inserção no tempo e na sociedade.

De que tipo de alteração nos territórios estamos falando, portanto? A principal alteração se dá, na verdade, no âmbito das territorialidades e não dos territórios formais, ligados a Estados nacionais ou a poderes institucionalizados. A territorialização, enquanto “[...] relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT, 2004, p.339), produz no período contemporâneo, de modernidade fluida, multiterritorialidade. Ao invés da rigidez das territorialidades modernas, temos um cenário multifacetado e multidimensional em que as territorialidades se sobrepõem, no tempo e no espaço. São fluidas, fugazes, intermitentes, fragmentadas, sazonais. As formas de estabelecer tais territorialidades também são líquidas, à medida que o território possui tanto o caráter político quanto econômico, financeiro, existencial e cultural. Assim, afirma Haesbaert (2004, p.441), mais importante para a compreensão da realidade contemporânea, do que falar de territórios unitários, é pensar “[...] a dinâmica combinada de múltiplos territórios [...], melhor expressa pelas concepções de territorialização e multiterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço.”

A identidade, nesse espaço fluido de múltiplas territorialidades e de intensa mobilidade, aparece como possibilidade libertadora ou fonte de angústia, pois

não se desenvolve apenas no lugar, na pausa, mas também em movimento (BAUMAN, 2004). Se é possível desenvolver suas próprias territorialidades, e de forma múltipla, as conseqüências e potencialidades não estão claramente postas. A incerteza se transforma em insegurança à medida que a imprecisão e a ambivalência passam do campo formal das instituições para atingir o homem na vida privada, no espaço público, no cotidiano. O grande diferencial da modernidade líquida em relação aos outros períodos da história é justamente essa sobreposição de riscos: oriundos da imprevisibilidade da natureza e da sociedade; da produção tecnológica e científica; da insegurança social generalizada. Esses riscos se encontram no tempo presente, num contexto espaço-temporal especialmente incerto, o que torna os perigos mais dramáticos.

O desafio que nos colocamos neste trabalho é pensar, do ponto de vista geográfico, como esses riscos sobrepostos, que têm raízes distintas, mas que, no momento atual, recebem os contornos específicos deste *zeitgeist*, interagem e se manifestam em situações vividas pelas pessoas nas metrópoles. É nesse sentido que vulnerabilidade aparece como conceito chave norteador da reflexão, para ir além do que falta, da falência e da insuficiência. A vulnerabilidade aponta para as características próprias que pessoas, lugares ou grupos possuem para se proteger, lidando com os riscos e perigos. Se incerteza e insegurança são marcas negativas de nosso tempo, a vulnerabilidade não deve ser encarada do mesmo modo. Ela é um componente neutro, que traz o qualitativo da relação risco-proteção-perigo. Ela é um adjetivo e enquanto tal é componente de todo ser. Pensar a dimensão da incerteza e da insegurança a partir de seu ponto de vista permite uma leitura crítica que não se concentra no lado negativo, mas procura olhar a inteireza do fenômeno.

Em vista disso, se a incerteza é o tom da modernidade líquida, a vulnerabilidade também o é, não porque o mecanismo de reprodução social distribui vulnerabilidades. Ele produz e distribui riscos e perigos. A vulnerabilidade é intrínseca, não extrínseca. Portanto, se ela se destaca atualmente como idéia-força em vários campos do conhecimento, não deve ser porque ela é um produto do sistema globalizado, mas é a forma como a sociedade encontrou para dar resposta a ele. Conforme procuraremos mostrar a seguir, a vulnerabilidade tem sido vista como algo essencialmente negativo, como incapacidade e impossibilidade. Defenderemos a idéia de que essa postura é contraproducente no sentido de pensar os riscos e perigos contemporâneos. A vulnerabilidade, em especial quando olhada do ponto de vista territorial, é um qualitativo fundamental para compreender a geografia dos riscos na modernidade líquida. Reduzi-la à expressão da exclusão social ou da pobreza é limitá-la a

um campo muito estreito de pensamento e ação, tomando uma posição ideológica que prejudica a classificação das dinâmicas que animam o mundo contemporâneo.



## 2 DAS INCERTEZAS DA NATUREZA À INSEGURANÇA SOCIAL

A discussão sobre os riscos e perigos abrange uma ampla gama de fenômenos e contextos diferentes. Ao longo do século XX, essas dimensões foram abordadas isoladamente, a partir de quadros científicos ou epistemológicos próprios. Isso causou, em âmbito acadêmico, dificuldade na abordagem do problema, pois sua leitura e discussão estavam dispersas em vários campos do conhecimento sem um diálogo claro e direto entre elas. Na verdade, a ausência do diálogo se explica mais pela ausência do entendimento de que todos estavam falando de um mesmo fenômeno, em suas múltiplas dimensões.

Nosso horizonte de trabalho se orienta por uma ontologia geográfica dos riscos e perigos, que procura estabelecer uma base para a compreensão e análise abrangente do fenômeno (MARANDOLA JR., 2004). Para isso, buscamos nas tradições de estudos o fio que as liga, possibilitando em cada abordagem incorporar elementos que contribuem para a compreensão das várias dimensões dos riscos.<sup>5</sup> Essa postura metodológica se baseia no entendimento de que se o risco, a incerteza e a insegurança são marcas do nosso tempo, então a aparição em várias ciências de preocupações em torno desses termos não é mero modismo acadêmico ou esforços em analisar fenômenos completamente distintos. Em todos os casos, a presença de estudos que tangenciam estas questões referem-se à manifestação deste *zeitgeist* nos objetos de estudo de cada área do conhecimento, as quais procuram, à sua maneira, dar conta de sua compreensão. A avaliação das tendências parte do pressuposto de que tratam de um mesmo fenômeno, mas abordando-o a partir de suas próprias ontologias regionais (ponto de vista teórico-metodológico). Partindo de um horizonte fenomenológico, esse olhar panorâmico nos permite identificar a essência dos riscos e perigos, ou seja, aquilo que permanece, que possui traços comuns delineadores do fenômeno (CAPALBO, 1996).

---

<sup>5</sup> A avaliação das tendências de estudo dos riscos, perigos e vulnerabilidade ocupou parte do tempo inicial de desenvolvimento desta tese, tendo sido publicada em diferentes trabalhos mais minuciosos e detalhados, que não reproduziremos aqui, mas que constituem o ponto de partida das nossas formulações e posições (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2004a; 2004b; 2006a; 2006b; HOGAN e MARANDOLA JR., 2005; 2007a; 2007b).

Aquilo que convém e pertence a todos daquela espécie (HEIDEGGER, 2001b). As diferentes abordagens implicam diferentes formas de focar o mesmo fenômeno. Se parece não haver correspondência entre o objeto de estudo de uma e outra abordagem, isso se deve pela ausência de um questionamento ontológico. A abordagem fenomenológica aqui desenvolvida visa dar esta inteireza à discussão. É também uma estratégia que visa a construção de uma conceituação que permita o trabalho e a discussão interdisciplinar (HOGAN e MARANDOLA JR., 2005). Essa preocupação se alinha à tendência de discussão interdisciplinar que caracteriza os estudos sobre riscos e perigos. As novas ciências, surgidas de problemáticas que ultrapassam o escopo de uma única ciência, em especial vinculadas à temática ambiental, têm movimentado considerável esforço e atenção nos últimos anos, embora sua legitimidade em nosso ambiente universitário fragmentado e departamental seja ainda questionável.

Podemos pensar o desenvolvimento desta temática em dois momentos distintos: aquelas tradições ligadas ao estudo dos riscos e perigos da modernidade e aqueles estudos ligados à modernidade tardia, ou modernidade líquida. Em grande medida, os segundos surgiram sem maior preocupação de dialogar com as tradições existentes, procurando legitimar suas análises a partir de uma releitura da sociedade. Por seu turno, aquelas tradições mais antigas demoraram para reconhecer na nova teoria elementos que as colocavam no mesmo horizonte de análise. Essa conexão só se tornou mais evidente há menos de uma década, quando a aderência entre esses dois grupos começou a potencializar um campo interdisciplinar de diálogo mais consolidado e profícuo. Dessa relação, surge um terceiro grupo de estudos que abrem um horizonte promissor para os próximos anos em que a clivagem entre as duas abordagens não tem relevância, trabalhando num horizonte conjunto de análises.

A Geografia é uma das ciências-base do primeiro e do terceiro grupo, tendo portanto papel central no desenvolvimento do que vem sendo chamado de “Ciência da vulnerabilidade” (*Vulnerability science*). Se é necessário esse nome novo, é questão em aberto, mas a direção para a qual ela aponta é que cabe destacar: a confluência das tradições para enfrentar a nova dimensão que fenômenos antigos conjugados com novos, em novos contextos socioespaciais, impõem para a sociedade e para a ciência.

## 2.1 Perigos Naturais, Desastres e Percepção dos Riscos

A humanidade sempre teve de enfrentar os perigos naturais. Eventos relacionados à natureza sempre provocaram medo nas pessoas, seja por encararem

como obra de castigo divino, seja por obra de bruxaria. Yi-Fu Tuan, em estudo pioneiro publicado em 1979, discorre sobre as paisagens do medo, associando-as às demonstrações de poder para além da nossa própria, à falta de conhecimento (ignorância) ou à sua posse (esclarecimento). A fonte do medo pode estar no mundo físico, mas as paisagens são construções mentais/sociais, o que implica que o medo, enquanto sentimento, não é distribuído como um objeto (TUAN, 2005). Uma montanha não emana medo, constitui-se em paisagem do medo a partir de uma construção social vinculada a um espaço-tempo.

A natureza era uma das fontes de medo na Antiguidade, fundada na incerteza constante de seu comportamento. A imprevisibilidade de tempestades, secas, terremotos e outros perigos naturais tornava, segundo Tuan (2005), a vida permeada de incerteza e medo, mesmo para as classes mais favorecidas. A forma como se lidava com esses eventos era ritualística, o que certamente contribuía enormemente para devolver a segurança e aplacar o medo, pois os desastres, apesar de conhecidos, não eram vistos como normalidade, e sim como ocasiões que tinham um motivo para ocorrer. Este estava associado a falhas individuais ou coletivas para com os deuses.

Assim, a harmonia essencial da natureza [...] devia ser restabelecida com rituais humanos. O ritual tem isto em comum com o procedimento científico ou a ação prática eficaz: procede de acordo com regras definidas e predizíveis. Em tempos de incerteza, a execução de gestos predeterminados pode ser em si mesma tranquilizadora; e a sensação de certeza é profundamente aumentada quando se acredita que os gestos individuais e coletivos transmitem poderes sobrenaturais. (TUAN, 2005, p.114)

O ritual e a preservação da tradição era, portanto, uma forma de dar continuidade e certeza à vida social diante da incapacidade de compreensão do mundo natural e de sua reprodutividade. Não é de admirar que em muitas culturas a figura do profeta ou do advinho sempre teve um papel de destaque: era, junto com o rito e a tradição, a forma não-moderna de lidar com as incertezas da natureza.

Com o advento das cidades e o aumento da concentração populacional, a forma como os perigos e desastres naturais afetavam as pessoas se alterou. Novas situações oriundas da relação sociedade-natureza impunham novas dimensões do enfrentamento do problema. Na modernidade, ao invés de procurar conforto no rito ou no advinho, trocamos de mago, e exigimos que a ciência (que havia prometido isso) nos dissesse quando, onde e como ocorreriam tais eventos. Isso se sistematizou apenas no início do século XX, a partir do pedido do governo dos Estados Unidos ao Corpo de Engenheiros que propusesse soluções e projetos para lidar com as constantes inundações que causavam perdas de vidas e de dinheiro a cada ano (WHITE, 1973). Era necessário

intervir, controlar a natureza, impedir que os eventos incertos que causavam medo continuassem a agir sem que a sociedade estivesse preparada para eles.

Há, portanto, uma mudança radical na forma de encarar tais eventos. Em primeiro lugar, ao invés de encará-los como incertos, agora eles poderiam ser compreendidos e previstos, no tempo e no espaço. A incerteza é substituída pelo risco, com suas probabilidades, fatores causais e propostas de gestão para lidar com os desastres. Como agora havia uma ciência dos eventos, nem sempre estes se configuravam como desastres, que são uma determinada magnitude que os eventos atingem em termos de danos. A literatura geográfica que surgiu dessas preocupações, de forma incipiente nos anos 1930 e 1940, mas com toda a força a partir dos anos 1950, denominou tais eventos de perigos naturais (*natural hazards*<sup>6</sup>). Estes seriam fenômenos naturais que, em situações extremas, causavam danos e expunham as populações ao perigo: inundações, deslizamentos, tornados, erupções vulcânicas, furacões, vendavais, granizo, geadas, secas, nevascas, ciclones, avalanches, terremotos e assim por diante.

Ken J. Gregory aponta que o interesse pelos perigos naturais corresponde à percepção dos impactos da ação humana sobre o ambiente, associado aos crescentes danos (humanos e econômicos) que esses eventos extremos vinham causando (GREGORY, 1992). Filiados à ecologia humana, abordagem corrente na Clark University, onde Gilbert F. White (pioneiro nesses estudos) iniciará seus estudos e de onde outros pesquisadores (como Ian Burton e Robert Kates) irão ajudar a difundir essas preocupações (PEEK e MILETI, 2002). Em vista disso, a justaposição das dinâmicas físicas com sua relevância econômica era a novidade que trazia um novo horizonte para os geógrafos (físicos) aplicarem seu saber numa discussão que envolvia além dessas duas dimensões, a gestão e o planejamento estatal e as escolhas das pessoas afetadas.

Como o estudo de tais eventos não se limitava à sua dimensão física (embora tenha atraído a atenção dos geógrafos dedicados à climatologia e à geomorfologia, principalmente), mas tinha uma direção clara para o planejamento e a

---

<sup>6</sup> A expressão *hazard* foi traduzida de diferentes maneiras em português, provocando uma imprecisão conceitual desconcertante. “Acaso”, “acidente”, “risco”, “azar” e “perigo” são algumas das formas como ela fora traduzida. Na obra recém traduzida para o português, *Os riscos*, a francesa Yvette Veyret acrescenta mais uma expressão ao vocabulário já conturbado, *álea*, embora reconheça que perigo também é uma opção bastante utilizada de tradução (VEYRET, 2007). *Álea* é um uso completamente ausente em nossa língua ou mesmo no espanhol e no italiano. Na verdade, até mesmo no francês a tradução usual de *hazard*, incorreta em nossa perspectiva, é *risque*, cuja escolha se deu a partir de um simpósio de discussão sobre o tema, no início dos anos 1990 (FAUGÈRES, 1990), sendo endossada em importantes publicações posteriores (LEDOUX, 1995; PÉGUY, 1998). Além do mais, *álea* está associada mais a risco do que à *hazard*, ligada a jogo de dados, onde se ganha e se perde, e à aleatoriedade, ou seja, é uma expressão neutra, enquanto *hazard* é claramente um evento negativo, que causa dano (BURTON, KATES e WHITE, 1978; KATES, 1978). Em vista disso, preferimos manter o uso de “perigo” para *hazard*, como tradução mais aproximada do qualitativo e do componente danoso que o termo carrega, conforme argumentação que desenvolvemos anteriormente (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2004a).

gestão, tanto urbana quanto ambiental, então incipiente, não bastava compreender, descrever e explicar como e porque os eventos ocorriam neste ou naquele lugar. Era necessário acumular conhecimento sobre sua freqüência e sobre as probabilidades de sua ocorrência. O termo risco, já existente no léxico das principais línguas européias, tornou-se o grande catalizador dessas discussões.

Enquanto termo moderno, risco surgiu associado à navegação, à prática mercantil e às ações militares (LUHMANN, 1993). Carrega tanto o sentido do dano quanto do ganho que tais atividades comportavam na pré-modernidade, sendo portanto uma noção neutra, com raízes em vários idiomas que contribuíram para sua significação na modernidade. Entre estas, temos a relação com *rizikoû*, “soldados da fortuna” na expressão grega; com *resecare*, expressão latina para cortar, cercear, no sentido da quebra de uma continuidade; além do sentido aplicado no seguro mercantil (necessidade diante das grandes navegações completamente inseguras) (LIEBER e ROMANO-LIEBER, 2002; MONTEIRO, 1991).

Em resumo, risco pode ter tido em sua origem um emprego bem específico, adequado para empreendimentos de grande monta e de contexto incerto para o sucesso, como a navegação ou a ocupação militar. Foi possivelmente um termo de relação mercantil que, ao reatar prejuízos e benefícios, adquiriu esta polissemia característica de se ganhar e perder ao mesmo tempo com ele. (LIEBER e ROMANO-LIEBER, 2002, p.72)

Sua entrada na modernidade, no entanto, concedeu-lhe uma dimensão essencialmente negativa, ligada à idéia de dano e perigo (GIDDENS, 1991), que é a forma como o entendemos hoje. A ambivalência perdas-e-ganhos já não acompanha o sentido contemporâneo de risco, diluindo-se à medida que estar em risco se tornou estar exposto a um perigo: um evento que causa dano.

Risco, portanto, assumiu também o sentido de uma situação, enquanto perigo é o evento, o qualitativo que causa dano (MARANDOLA JR., e HOGAN, 2006a). Em vista disso, os eventos naturais só são considerados perigos no momento em que causam dano às populações, pois são resultado da relação sociedade-natureza (BURTON, KATES e WHITE, 1978). Só há perigo nessa interface, pois “By definition, no natural hazard exists apart from human adjustment to it. It always involves human initiative and choice.” (WHITE, 1974, p.3). Um terremoto ou um furacão que não atingem a sociedade são eventos naturais, eventos extremos, pois representam uma ruptura numa continuidade rítmica (MONTEIRO, 1991), mas não perigos.

Risco e perigo, portanto, são termos-chave dos estudos geográficos sobre os desastres, constituindo-se num paradigma metodológico e temático dentro da

Geografia. Como o estudo desses perigos desenvolveu-se num contexto de planejamento, no qual havia áreas específicas em foco e perdas humanas, materiais e econômicas iminentes, o estudo sempre esteve imbuído da preocupação de ir além da compreensão da extensão e do dano que os perigos causariam àquelas populações. O prognóstico da probabilidade daqueles fenômenos ocorrerem era fundamental, o que se refletiu no desenvolvimento das avaliações do risco (*risk assessment*): avaliação do risco de ocorrer um perigo em determinado local (KATES, 1978; WHYTE e BURTON, 1980).

A conseqüência é uma abordagem prognóstica, que tem os olhos voltados para o futuro. Se o perigo era o objeto, o risco era a perspectiva, buscando eliminar a incerteza pré-moderna a partir da mensuração das probabilidades. A avaliação do risco, portanto, é uma equação que pode ser muito complexa, nem sempre contando apenas com elementos estimáveis matematicamente. Mas o sentido que o risco carrega é o probabilístico, que implica o conhecimento do evento, sua dinâmica no tempo e no espaço e os fatores de risco, ou seja, os fatores que compõe a matriz causal do perigo.

A avaliação de risco foi aplicada às mais diferentes áreas, praticamente fundando um campo específico de estudos, a análise de risco (*risk analysis*). Esta inclui desde a análise dos perigos naturais, passando pelos perigos tecnológicos, os sociais até a engenharia do risco, muito ligada tanto aos riscos ocupacionais, às companhias de seguro e ao planejamento de uma maneira geral (ATHEARN, 1969; COVELLO, MENKES e MUMPOWER, 1986; ROWE, 1987). Envolve a identificação do perigo, a estimativa do risco e a avaliação social. Comumente fazem parte dessas metodologias a avaliação da percepção do perigo, além dos elementos constitutivos desses procedimentos, mostrando a importância da causa e dimensão dos eventos, suas conseqüências (perdas e ganhos) e ações de enfrentamento (adaptação e ajustamentos) em face ao ambiente (natural, tecnológico e social) e à própria sociedade (população, atividades, saúde e valores) (KATES, 1978).

É importante notar nesta proposta o papel que a percepção tem para a análise do risco. Desde cedo, os estudos identificaram que cada um dos atores envolvidos desenvolvia sua própria percepção sobre o risco, tornando-se axiomático avaliar e incorporar a percepção, em especial dos afetados pelo perigo (GREGORY, 1992). Esta incorpora uma perspectiva abrangente da percepção entendida, segundo Thomas F. Saarinen, de forma geral “[...] concerned with the effects of social and cultural factors on man’s cognitive structuring of his physical and social environment.” O autor salienta a dificuldade de lidar com ela haja vista que envolve tanto os aspectos individuais, conscientes e inconscientes, quanto as atitudes, idéias e sentimentos, os

quais possuem influência da experiência individual, do grupo social, da mídia, do ambiente físico e assim por diante (SAARINEN, 1969, p.05). A percepção é utilizada para explorar as diferenças entre as concepções teóricas acerca dos possíveis ajustamentos aos perigos ambientais e as respostas das pessoas à situação (CUTTER, 1993). A percepção é importante não apenas porque ela varia de pessoa para pessoa e de grupo para grupo, mas porque varia de situação para situação e de perigo para perigo. Saarinen (1966, p.39) aponta três aspectos principais dessa variação:

The first depends on the relations of the hazard to the dominant resource use, with heightened hazard perception expected where the hazard is directly related to the resource use. The second is that frequency of natural events is related to the perception of the hazard. The third states that perception varies with the degree of personal experience.

Essas variações podem ser melhor captadas, segundo o autor, nas diferentes escalas, sendo estas fundamentais tanto para o estudo da percepção quanto dos próprios perigos, pois os fatores causais e as estruturas sociais e geográficas interferem e interagem diferente num lugar, num bairro, num Estado ou no mundo.

Essa complexidade estava contemplada no entendimento da natureza relacional dos riscos e perigos em muitos dos modelos de avaliação dos riscos a perigos naturais, como o de Kates (1978). Eles são contextualizados numa geografia e numa sociedade, e os diferentes atores envolvidos têm papéis diferentes na elaboração do risco e, principalmente, na reação diante do perigo. Em vista disso, nos estudos sobre perigos naturais a capacidade de resposta é central nas metodologias propostas e na própria compreensão dos perigos. Ela indica que o lugar ou sociedade que será afetado por um perigo tem que se preparar para ele. Dependendo das características desta sociedade e de sua capacidade de reagir (que está atrelada à preparação prévia), o risco de ocorrência poderá continuar o mesmo, mas a magnitude dos danos poderá ser menor.

Essa perspectiva tira o estudo de simples causa-efeito para uma matriz causal mais complexa, dando à contextualização social e geográfica um peso muito mais significativo do que a simples física do fenômeno. A percepção dos grupos afetados (há ou não há risco, de qual magnitude e o que deve ser feito a respeito) influenciará na preparação e reação quando o perigo ocorrer, podendo potencializar ou mitigar os danos.

Logo os estudos motivados pelos perigos naturais evoluíram para incorporar também os perigos tecnológicos e sociais (JONES, 1993). Além disso, os naturais tornaram-se ambientais, acompanhando a tendência da década de 1970 de ampliação da noção de ambiente, que significa a relação sociedade-natureza: ambiente natural e construído. É durante a década de 1970, com os grandes desastres

tecnológicos, que se consolidará o interesse (e a necessidade) de sua investigação, em especial em países da Europa e nos Estados Unidos, onde esses perigos eram mais presentes. Eventos simbólicos como o Love Canal, Three Mile Island e a usina de Chernobyl chamaram a atenção do mundo para o risco que a manipulação de determinados elementos, com uso da tecnologia, trazia. Aquele esforço dedicado aos perigos naturais passava a incorporar agora os perigos tecnológicos.

A maior diferença desse acréscimo é que havia muito mais sociólogos e psicólogos envolvidos nas pesquisas, diferente dos perigos naturais que, pelo foco nas dinâmicas geofísicas, havia predominância de geógrafos (ZEIGLER, JOHNSON JR. e BRUNN, 1983). Na verdade, uma nova tendência de estudos estava em desenvolvimento, centrada sobretudo nos desastres. Esse enfoque é predominante dos cientistas sociais, em especial sociólogos, que tinham o desastre como termo-chave, em virtude de seu foco no pós-evento. Assim, eram as situações nas quais os danos e as conseqüências haviam sido de uma magnitude considerável que chamava a atenção de suas pesquisas. Havia uma ênfase no comportamento coletivo na resposta ao desastre e na preparação para situação de emergência, com ênfase na reação ao desastre (PEEK e MILETI, 2002).

Um dos aspetos que motivavam esses estudos, além das questões já enunciadas, era que certos perigos de magnitude física baixa causavam muito mais danos do que outros semelhantes, com magnitude e intensidade muito mais elevadas (QUARANTELLI, 1978). Essa variação se daria por quais motivos? Além disso, no interior do próprio desastre, quem eram os mais prejudicados? Havia clivagem social devido às classes sociais ou mediações culturais e demográficas importantes?

No princípio, ainda presos a um pragmatismo que estava associado à tradição de estudos dos perigos naturais, Enico Quarantelli, um dos grandes incentivadores desses estudos na sociologia, afirma que faltava uma proposta propriamente sociológica do estudo dos desastres (QUARANTELLI, 1994). Segundo o autor, o foco estava no controle social, na gestão pública e na expectativa de disciplinar organizações e instituições. Assim como os estudos associados aos perigos naturais, uma perspectiva de diminuir os custos financeiros e humanos dos desastres estava na motivação e no apoio governamental à realização de pesquisas na temática. Vistos como patologia social, os primeiros estudos sociológicos sobre os desastres enfocavam a normalidade e a anormalidade provocada por tais eventos (MATTEDI e BUTZKE, 2001).

Assim como os geógrafos partiram dos perigos naturais e incorporaram os tecnológicos, os sociólogos exploraram os perigos naturais também. Na verdade, as

duas vertentes (perigos naturais e desastres) estiveram sempre muito próximas, desenvolvendo-se em íntima relação, complementando-se mutuamente. Há uma aproximação em torno da concepção de que os perigos são ambientais, significando que são híbridos – tanto sociais, quanto naturais, quanto tecnológicos.

Os estudos de desastres passaram a incorporar a dimensão pré-desastre cada vez com maior intensidade, procurando ampliar a capacidade de compreensão dos eventos e suas implicações e causalidades sociais. A mitigação e recuperação tornam-se tanto mais eficientes quando se tem a perspectiva do processo social e da dinâmica dos atores envolvidos (BOGARD, 1994). Em ambos os casos, o evento é visto numa estrutura causal localizada no tempo e no espaço. O perigo é um evento que ocorre em um lugar, afetando uma sociedade, um conjunto de pessoas. O desastre é entendido como a quebra de normalidade, como algo que deve ser evitado e, assim como o perigo, tem como ser avaliado, compreendido e gerido, pois é possível prevê-lo, determinando suas probabilidades, desde que haja conhecimento suficiente sobre seus padrões de ocorrência, gênese e desenvolvimento. A confiança de que a avaliação poderá estabelecer o risco (em forma de uma equação) e que um plano de gestão do risco garantirá a eliminação ou mitigação do perigo está na base dessas duas abordagens, que procuravam disciplinar a incerteza tentando eliminar o risco.

Uma das maiores dificuldades era lidar com a percepção diferenciada do risco e a maneira própria que pessoas ou grupos culturais lidavam com o risco. O que era risco para uma sociedade poderia não ser para outra, e essa dificuldade trouxe para os psicólogos sociais que, preocupados com a relação entre coletividades e indivíduos, ajudaram a discutir e investigar essa problemática acerca dos riscos e perigos.

Os estudos psicológicos sobre o risco e os desastres se desenvolveram, no entanto, independentemente dos estudos de geógrafos e sociólogos. Segundo Peek e Mileti (2002), os trabalhos iniciaram-se a partir da preocupação com os impactos sobre as pessoas “confusas” e “hiperativas”. A “síndrome do desastre” (*the disaster syndrome*), proposta por Wallace na década de 1950, serviu de base para a construção psicológica de uma interpretação da reação defensiva das pessoas frente ao desastre. Os autores ressaltam que o interesse dos psicólogos incide sobre aspectos específicos da experiência do evento, tanto numa abordagem imediata (o durante) quanto as implicações para o emocional e para a conduta das pessoas após o desastre. As respostas aos perigos, bem como a dimensão da percepção no processo de tomada de decisões, também ocuparam espaço importante nos debates, numa vinculação direta com a tradição de estudos dos perigos naturais e dos desastres (FISCHHOFF, SVENSON e SLOVIC, 1987). Mais

recentemente, Peek e Mileti (2002) assinalam que tem havido a incorporação de novas abordagens, ressaltando as questões de gênero, faixa etária, longevidade, estresse pós-traumático, severidade da exposição, fatores familiares entre outros fatores de risco. A ênfase, portanto, esteve vinculada aos impactos psicológicos do desastre, e menos ao envolvimento dos elementos psicológicos na própria estrutura causal dos perigos. Nessa linha muitos estudos antropológicos têm sido desenvolvidos, contribuindo para melhor compreensão tanto da construção social do risco e do desastre, quanto para suas conseqüências culturais, de saúde pública e até psicológicas (SILVA, 1999; SILVA, 2000).

Paul Slovic mostra que os estudos psicológicos sobre a percepção do risco estiveram relacionados de certa maneira aos estudos empíricos e pragmáticos sobre os perigos naturais, embora tenham se desenvolvido substancialmente com a descoberta “[...] of a set of mental strategies, or heuristics, that people employ in order to make sense out of an uncertain world.” (SLOVIC, 1994, p.156). Ao compreender que as atitudes frente aos perigos variavam tanto pela natureza dos eventos quanto por aspectos particulares e sociais, Slovic aponta o esforço de constituir uma taxonomia dos perigos e seus atributos perceptivos. Parte desse esforço foi um retorno ao behaviorismo, estabelecendo relações causais simples de modelos de percepção pré-definidos.

Muitos estudos psicológicos sobre a percepção do risco mantiveram-se nessa linha, assim como vários estudos de geógrafos, sociólogos e outros estiveram, no campo dos perigos e dos desastres, incorporando uma visão limitante e descontextualizada da percepção. Incorporar percepção sem uma base psicológica e sem um contexto social que permita compreender o processo e compreender sua estrutura constitutiva tornou muitos desses estudos meras pesquisas de opinião, que não traziam em seu bojo uma densidade teórica que permita a incorporação da experiência dos eventos a partir da percepção.

Até aqui, temos três grandes orientações, que têm mais ou menos a mesma origem, embora com desenvolvimentos paralelos que convergem em alguns pontos: a investigação sobre os perigos naturais dos geógrafos, os trabalhos sobre desastres dos sociólogos e os estudos sobre a percepção do risco dos psicólogos. Em muitos momentos, essas tendências estão bastante entrelaçadas, pois juntas conformam um amplo campo de preocupações e investigação sobre etapas e pontos de visita sobre a mesma problemática: os riscos na relação sociedade-natureza.

Até a década de 1970 os antropólogos pouco haviam participado deste debate. No entanto, já era possível vislumbrar contribuições indiretas que iriam frutificar

e ajudariam a ampliar as perspectivas de estudo do campo de estudos dos perigos, riscos e desastres, conforme registrou Kates (1967, p.61), no final daquela década:

Our present understanding of human adjustment to hazardous natural environments has been derived mainly from flood plains, but these observations are reinforced by other research, notably that of anthropologists. Their studies suggest that adjustments to natural hazards are common in most societies and at all levels of technological skill. However, the level of adjustment is often sub-optimal — that is, fewer and weaker steps are taken than are required to minimize the effects of the natural hazard, while permitting maximum use of resources associated with that hazard.

O autor reconhece assim o valor dos trabalhos feitos pelos antropólogos, que contribuem para relativizar o desenvolvimento tecnológico, estando este na base da cultura e da forma como as diferentes sociedades irão lidar com o perigo. Além disso, a complexidade das decisões individuais e a multiplicidade dos eventos e das situações de vida (trabalho, habitação) complexificam o conjunto de informações que os cientistas precisam para elaborar modelos e perspectivas de compreensão dos comportamentos diversos diante do perigo.

E é justamente da antropologia que virá a primeira fissura nessa linha de investigação com os estudos iniciados pela inglesa Mary Douglas na década de 1960. Embora seu trabalho inicial, de 1966 (DOUGLAS, 1991), não tivesse como foco a questão específica do risco (*Purity and danger* aborda a poluição moral e a questão do tabu), ele abriu a discussão sobre a construção social do risco aceitável e do não aceitável. Discordando dos estudos comportamentalistas de percepção do risco, que pouco consideravam a dimensão social da construção dessa percepção, dedicou-se posteriormente a enfatizar e defender a necessidade da compreensão cultural do risco, em seus processos de aceitação, simbolização e construção social (DOUGLAS, 1985).

Junto com o cientista político Aaron Wildavsky, Douglas escreveu obra básica que ajudou a modificar a forma como as ciências sociais viam o risco, realizando precioso estudo sobre o processo de seleção dos riscos que devemos ou não correr (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982). A questão básica era a conexão entre as formas de seleção dos riscos em sociedades tradicionais e na sociedade moderna. Teria de fato grandes diferenças a forma como o tabu e a tradição conduziam a seleção dos riscos aceitáveis em relação à modernidade técnica? Os autores chegam à conclusão de que a base moderna para atribuir aos peritos a capacidade de estipular esse limite, a partir das análises de risco, não é racional, pois não existem elementos lógicos senão uma “fé cega na razão”, para creditar a tais técnicas a capacidade de delimitar os riscos que podemos correr. “Cultural analysis rejects the model of the cognitive prison because so long as social change is possible, values and perceptions can change too. The risk debate itself is

a record of rapid cultural change. If there is such a thing as a cognitive scheme, it is not carved in granite.” (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982, p.192).

Apesar de constituir-se num rompimento e crítica aos estudos mais técnicos, a abordagem cultural do risco compartilha com eles o cenário sólido da modernidade em sua ambivalência-complementariedade com a tradição. O relativismo cultural questiona a razão moderna, mas a crítica não leva à proposição de alternativas ou propostas de gestão do risco. A crítica ao probabilismo dos estudos de risco se concentra na falsa certeza que estes criam, simulando que todos os fatores de risco foram considerados nos estudos (GUIVANT, 1998).

Essa linha de estudos irá interagir com a nova perspectiva de análise social, em especial dialogando com “[...] a questão relativa à forma como as percepções do risco diferem ao longo de populações que se deparam com diferentes oportunidades de vida, e se a estruturação das oportunidades surge, em primeiro lugar, a partir das diferenças de poder entre os actores sociais.” (HANNIGAN, 2000, p.127). No entanto, esses estudos não chegam a integrar o segundo grupo de estudos do risco, conforme vemos surgir a partir de meados da década de 1980. Eles constituem uma tendência-ponte entre os primeiros estudos sobre os riscos e a dimensão que alcançará com as novas teorias sociais. O aprofundamento das incertezas contemporâneas e a última reestruturação produtiva alterarão esse quadro, produzindo uma nova leitura dos riscos que irá reconduzir essas análises a um novo quadro societal, implicando revisão nos seus pressupostos epistemológicos e conceituais.

## **2.2 Sociedade de Risco e Modernidade Líquida**

A mudança na teoria social acerca do risco se dá a partir do desenvolvimento da sociologia ambiental, nos anos 1980, que se dedica ao embate das percepções entre leigos e peritos no que concerne os riscos ambientais, procurando superar a teoria do ator racional, que prevaleceu nos estudos de avaliação e percepção do risco. Assim, segundo Guivant (1998, p.11), a direção que a teoria social trilhou foi no sentido de mostrar que “[...] as percepções de risco se constroem em função do grau em que as instituições responsáveis pela determinação e administração do risco são confiáveis para o público.” Essa preocupação traz para o centro da discussão a confiabilidade das instituições, o estabelecimento de competências, responsabilidade e a própria base do conhecimento, de leigos e peritos. Em vista disso, Guivant salienta que a sociologia ambiental se desenvolve juntamente com a sociologia das organizações e a

sociologia da ciência, procurando estabelecer as bases para compreender os limites das análises técnicas e suas implicações morais. Tais análises seguiram em parte a senda aberta pela abordagem cultural, questionando tanto as percepções de leigos quanto a dos peritos, eliminando a pretensa neutralidade da avaliação técnica.

Hannigan (2000) assinala que a cultura tem ocupado os sociólogos no estudo dos riscos a partir da preocupação com a forma como as construções do sentido de risco variam em diferentes populações que se deparam com diferentes oportunidades de vida. Desta forma, o autor registra que os sociólogos têm apontado para duas outras influências essenciais na formulação dos riscos: a influência do contexto social, imediato (família, amigos etc.) e ampliado (figuras políticas, meios de comunicação etc.) e os meios complexos de origem tecnológica. Tanto o contexto social quanto os meios complexos dizem respeito ao ambiente cultural e ao universo cognitivo das populações. É o universo de referências onde haverá coincidências de concepções e sentido, por se constituir a matriz de todos. Porém, a subjetividade também determinará essa construção, no nível individual, tornando a construção do sentido dos riscos uma realidade multifacetada e complexa, um entrelaçamento de construções coletivas, em diversos níveis, e individuais, em infinitos aspectos.

Mas é nas discussões sobre a modernidade (e seu atual estágio) que a noção de risco ganhará maior envergadura nas ciências sociais, deslocando-se, de acordo com Guivant (1998), da periferia para o centro da teoria social. Spink (2001) mostra a estreita vinculação da evolução histórica do sentido de risco ao desenvolvimento da modernidade. É nesta linha que tanto as discussões sobre os riscos da sociedade debatidas pela nova abordagem do risco, como as preocupações ambientais são analisadas no contexto da modernidade, ou de sua crise (CHESNEAUX, 1996; LEFF, 2000; HANNIGAN, 2000; BRÜSEKE, 2001).

A modernidade é posta no centro da questão dos riscos, sendo estes identificados como fruto do próprio processo civilizatório capitalista. "De certa forma, o problema dos riscos ambientais decorrentes do desenvolvimento econômico e tecnológico é também o problema de uma forma de pensar e fazer ciência na modernidade." (PORTO, 2007, p.17). Brüseke (2001) menciona que, embora os estudos relacionados aos riscos sejam recentes, os riscos da modernização têm gênese junto com a sociedade moderna. Ele aponta o aumento dos riscos à saúde, riscos da qualificação e dos riscos de empobrecimento, vinculados ao desenvolvimento da sociedade moderna no século XIX, ligados diretamente ao local de causação: a empresa capitalista. Esta foi a grande diferença que Ulrich Beck e Anthony Giddens produziram na análise social do risco.

Deslocaram a problemática de contextos específicos e da discussão sobre a percepção do risco, foco dos perigos ambientais e tecnológicos e da própria abordagem cultural, afirmando que os riscos neste estágio da modernidade são substancialmente diferentes. Se não os perigos, ao menos a maneira de sua produção, distribuição e enfrentamento recebem uma nova dimensão.

Para ambos, a sociedade contemporânea caracteriza-se pela radicalização dos princípios que orientaram o processo de modernização industrial, o que marcaria a passagem da sociedade moderna para a sociedade da alta modernidade, segundo Giddens, ou para a sociedade de risco ou da modernização reflexiva, segundo Beck. (GUIVANT, 1998, p.17)

Segundo Guivant (1998), essas análises trazem o risco não como mero efeito colateral do desenvolvimento, mas como componente próprio deste estágio da modernidade. Os riscos se tornam onipresentes e potencialmente cataclísmicos (ameaçam a existência humana) pois podem destruir por completo a vida (tanto os riscos atômicos quanto a crise ecológica levantam essa possibilidade). São os chamados riscos de alta conseqüência, oriundos da tecnologia e do excesso de poder do homem (ZANCANARO, 2000).

A grande obra de Beck, considerada como a inauguradora do debate da sociedade de risco é *Risk society: towards a new modernity*, publicada em alemão em 1986. Nela, Beck (1992) discute o risco como estado, na sociedade contemporânea (pós-industrial, de risco), na própria base da reprodução social. As sociedades pós-industriais se caracterizariam pela produção de riscos à escala global. Como os riscos são globais, a sociedade também o é, na medida em que o processo de globalização estaria integrando as regiões e Estados, inclusive no que tange aos riscos.

A distribuição desses riscos, segundo Beck, não obedeceria mais à estrutura de classes, pela magnitude de tais riscos. O que não implica que todos estariam expostos da mesma maneira ou que não haveria mais a mediação das classes sociais. No entanto, para um alemão (e sua análise é etnocentrada), as ameaças à sobrevivência imediata são menos relevantes do que as ameaças à sobrevivência futura, enquanto humanidade<sup>7</sup> (GUIVANT, 1998).

---

<sup>7</sup> Este é um dos pontos em que a leitura de Beck é muito criticada, como sendo uma perspectiva exclusiva para os países pós-industriais, não se aplicando, por exemplo, ao Brasil. Contudo, no mundo globalizado atual, mesmo que a leitura de Beck não se preste completamente a interpretar a sociedade brasileira, ela aponta para a direção que o sistema-mundo globalizado está caminhando. Esse direcionamento certamente produz repercussões mediadas por nossa própria estrutura social, mas que não podem ser desprezadas. Além do mais, um grupo que pode ser pequeno numericamente mas que interfere de forma substancial nas tomadas de decisões dos países em desenvolvimento, certamente estão participando deste circuito global da sociedade de risco, o que produz outra forma de inserção e repercussão em nosso caso específico.

A origem desses riscos está no próprio sistema de produção capitalista, que em nosso tempo atinge foros tecnológicos e estágio jamais imaginado. Assim, através do triunfo e da "saúde" do sistema (e não de sua crise), se estabelece este império da técnica, numa sociedade cientificista e tecnocrática, conferindo um caráter diferenciado aos riscos (BRÜSEKE, 2001). Tanto Beck (1992; 1999) quanto Giddens (1991; 2002) afirmam que o risco não é um mero componente da sociedade contemporânea: ele é o eixo central para poder compreendê-la.

Nesse sentido, o conflito entre leigos e peritos, motivador de análises culturais e sociais anteriores, será ressignificado. Para Beck, os termos do embate se estabelecem no próprio sistema de legitimação e de ação política. Os leigos (todos nós) são levados a aceitar riscos que não têm condições de avaliar ou, pior ainda, que nem sabem da existência. Os peritos (os cientistas e técnicos) legitimam o discurso político através das avaliações do que é ou não um risco, e a sociedade têm de se pautar por essas informações em suas decisões (GUIVANT, 2000).

No entanto, não é no saber perito que está a segurança e a certeza, e aí reside a face desconcertante da sociedade de risco. "Nas questões de risco, ninguém é especialista, ou todo mundo é especialista, porque os especialistas pressupõem o que se espera que eles tornem possível e produzam: a aceitação cultural." (BECK, 1997, p.20). A grande dificuldade é conviver com a incerteza e a ambivalência, pois os limites das tomadas de decisão e a necessidade de rever o que entendemos por conhecimento, são marcas indelévels da sociedade de risco.

Se risco esteve associado à idéia dos perigos calculáveis, que poderiam ser submetidos à avaliação e mensuração, na sociedade de risco de Beck eles são imprevisíveis, invisíveis, intangíveis. "Na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da 'racionalidade'." (BECK, 1997, p.19). Giddens, por seu turno, abordará as transformações na sociedade contemporânea por outro ângulo, focando as transformações na transição tradição-modernidade e na intimidade (modos de vida, existência, processos de auto-identidade etc.). Para Giddens (2006, p.33), "Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras." É uma forma específica de encarar o tempo, que só é utilizada em sociedades que concebem o futuro como algo controlável, planejável e previsível no sentido humano, como um "território a ser conquistado ou colonizado." Pensar em termos de risco, portanto, é uma forma de romper com o passado, controlando o futuro.

Para Giddens (1991, p.133 – grifos do autor), os riscos de alta intensidade e distribuição têm impacto direto na segurança ontológica pela forma como interagem os sistemas de peritos e leigos. “A linha de base para a análise tem que ser a inevitabilidade de viver com perigos que estão longe do controle não apenas por parte de indivíduos, mas também de grandes organizações, incluindo os estados.” A grande dificuldade de lidar com esses novos riscos é que eles não são mais riscos externos, como na modernidade (a natureza, o outro, o sobrenatural): eles são fabricados (GIDDENS, 2006). Enquanto tais, são produzidos em termos que as pessoas (leigos ou peritos) não possuem elementos para julgar. Com a falência dos meios tradicionais de confiança, resta apenas confiar nos próprios julgamentos ou nos pareceres peritos que já não conseguem esconder sua falibilidade.

O paradoxal da sociedade de risco é que, junto com a constatação de que nunca os riscos foram tão intensos e generalizados, o próprio risco tornou-se “[...] a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza.” (GIDDENS, 2006, p.34). Como na perspectiva da modernidade líquida de Bauman, mudar sempre, sem parar: dinamismo e progresso. Ou, como afirma Sennett (2005, p.103): “Numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas murcham.”

A análise de Giddens dialoga com a sociologia do conhecimento, questionando (assim como Beck também faz à sua maneira) a objetividade e a racionalidade do conhecimento científico, como capaz de trazer certezas e de disciplinar a incerteza. O paradoxo do conhecimento é exposto por Giddens (1991, p.50) ao se referir à própria teoria social, que não traz necessariamente maior clareza e segurança sobre os fenômenos sociais à medida que progride e se aprofunda. Isso pode ser verdade para o mundo físico, afirma Giddens, mas não para a sociedade. Na sociedade contemporânea, por exemplo, mais conhecimento pode significar maior perplexidade e insegurança. O principal processo que provoca essa dificuldade é o desencaixe, noção central de Giddens (1991, p.29), entendido como o “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço.” Além dos riscos serem produzidos num sistema técnico de saber desconhecido, ele é produzido num espaço-tempo global, em que a maioria da população não participa. A distância entre os desenvolvimentos tecnológicos é tamanha que impede até mesmo a formação de opinião, por parte dos leigos, acerca dos riscos a correr. Nesse sentido, nota-se uma outra diferença da análise de Giddens em relação à abordagem cultural, pois no contexto da sociedade de risco, até as construções sociais da aceitação ou não do

risco ficam em terreno fluido, incerto, pois não possuem parâmetros para realizar as escolhas. E com o processo de individualização e reforço dos processos de auto-identidade na modernidade (GIDDENS, 2002), essas escolhas vão sendo jogadas gradativamente para os indivíduos (BECK, 1999).

As diferenças do pensamento de Beck e Giddens estão, basicamente, em sua filiação teórica na sociologia, e em seus objetos de preocupação mais recorrentes. Eugene Rosa coloca que no contexto da teoria social suas diferenças se exprimem no enfoque que cada autor dá à sua análise da sociedade de risco. Rosa (2000) afirma que Beck é um sociólogo de instituições, com filiação ao pensamento de Marx e Weber e com tendência ao paradigma do ator social. Essa filiação o coloca no plano realista de análise. Giddens, no entanto, vem de uma tradição durkheimiana, com influências da tradição fenomenológica (construções sociais), com traços de idealismo. Isso se reflete na forma de encaminhar a discussão e nos elementos utilizados por cada autor em sua leitura. Enquanto Beck se detém diretamente no plano político-institucional da produção e distribuição dos riscos, Giddens leva sua análise para os embates tradição-moderno e destino-risco-segurança, conduzindo a problemática do eu (*self*) e da identidade. Ambos enfocam as repercussões para os indivíduos, mas Beck o faz a partir das coletividades, enquanto Giddens tem um olhar mais aproximado ao ponto de vista das pessoas. Mas ambos reconhecem que os riscos globais possuem poucos elementos para serem avaliados e são pouco suscetíveis a mecanismos de controle (BREEN, 1997).

Outro contexto em que Rosa (2000) identifica diferenças no pensamento dos dois autores é o moderno campo de análise do risco, no qual as teorias de Beck e Giddens criaram um embate com tradicionais análises do risco. Rosa considera a grande “ruptura” o questionamento do paradigma do ator racional, colocando em relevo elementos mais amplos da discussão (Beck e a análise institucional) e elementos individuais de significado psíquico (Giddens e a discussão do eu e da identidade). Nesse sentido, Rosa nota uma aproximação entre os dois teóricos, já que ambos procuram romper com essa tradição empiricista, identificando uma mudança na estrutura da organização social (a transição da sociedade industrial para a sociedade de risco) sem que haja uma alteração na razão predominante. O sistema capitalista, como destacou Beck, não vai mal. No entanto, a mudança ocorreu silenciosa; quando começamos a nos dar conta já era tarde demais. Rosa (2000) identifica o risco como “o espírito de nossa era”, o *zeitgeist*, justificando assim as análises feitas pelos dois teóricos.

Conforme vimos, Bauman, embora não assuma uma interpretação da sociedade de risco, corrobora com outros elementos para a composição desse quadro das

transformações da sociedade contemporânea, trabalhando com este mesmo *zeitgeist*. Bauman (2007) mostra que a incerteza e a insegurança estão atreladas à dissolução das instituições modernas, originando uma fluidez desconcertante, que retira o chão em que baseamos nossa confiança. Os “tremores existenciais” que atingem os indivíduos, lançam-nos numa busca de soluções individuais, num campo sem regras, ou com regulações frouxas, gerando o paradoxo da vulnerabilidade produzida na supersegurança. Bauman recorda a célebre máxima marxista “tudo que é sólido desmancha no ar” para falar desse paradoxo: é justamente a busca constante e paranóica de segurança e certeza que produz no seu reverso cada vez mais insegurança e incerteza. “Não podemos estar seguros de nossos direitos pessoais se não formos capazes de exercer direitos políticos [...]” (BAUMAN, 2007, p.68). O autor expressa assim a diferença entre incerteza e insegurança e seus respectivos dois campos da vida social: o civil e o social.

Quem desenvolveu essa questão foi Robert Castel. Segundo ele, segurança e proteção são dois imperativos da modernidade que, desde o advento dos Estados-nacionais, estavam a cargo da figura administrativa centralizada. Os estados do bem-estar social nada mais foram do que a concretização do ideal iluminista liberal de fornecer segurança aos cidadãos. Proteção da pessoa e da propriedade (CASTEL, 2005). Para o autor, a insegurança moderna não é a falta de proteção,

[...] mas seu inverso, sua sombra projetada num universo social que se organizou em torno de uma busca sem fim de proteções, ou de uma busca tresloucada de segurança. O que é ser protegido nestas condições? Não é viver na certeza de poder controlar perfeitamente todos os riscos da vida, mas sobretudo viver cercado de sistemas de segurança que são construções complexas e frágeis que trazem em si mesmas o risco de falhar em sua tarefa e de decepcionar as expectativas que elas suscitaram. (CASTEL, 2005, p.08)

Nesse quadro, a própria busca de proteção cria a insegurança, pois a sociedade é erigida sobre a própria insegurança e não possui elementos para que os indivíduos possam se proteger, e nem há salvaguarda do Estado. Castel afirma que a própria busca de segurança produz a insegurança, pois quanto maior o valor que se atribui a estar seguro, maior será o tamanho da ameaça. “Como sentimento de insegurança não é exatamente proporcional aos perigos reais que ameaçam a população” (CASTEL, 2005, p.09), a incerteza sobre os próprios sistemas de proteção são estruturais. O autor parte dos ideais do Estado moderno ligados à promoção da segurança e da proteção. Uma das contribuições mais importantes de Castel é diferenciar a proteção civil da proteção social. A primeira está ligada ao Estado de direito e à proteção da propriedade privada e da liberdade individual, enquanto a segunda se refere ao bem estar social. A discussão sobre os perigos naturais e os desastres esteve

majoritariamente ligada à discussão da proteção civil; só muito recentemente incluiu a dimensão da proteção social. Na discussão sobre a sociedade de risco há um inflacionamento dos riscos de alta consequência (é comum a crítica à Beck por ter uma visão cataclísmica), enfocando de maneira menos intensa a dimensão dos riscos sociais ligados à diminuição do Estado e ao deslocamento da segurança para o mercado.

Castel reconhece que os sistemas de segurança modernos não estão preparados para proteger a sociedade dos novos riscos. Contudo, ele alerta que o encaminhamento da transferência do risco para o mercado não está aumentando a segurança, pois essa busca está fundada na incapacidade dos sistemas modernos (tal como analisados por Beck e Giddens) e em um sentimento que é amplificado pelo mercado, que incorporou a segurança como bem de consumo (BAUMAN, 2003).

O paradoxo terrível é este: a busca pela segurança gera insegurança. A tentativa de diminuir o risco gera perigo. E o foco se concentra na propriedade e no indivíduo, deixando uma ampla massa de desprotegidos e não-segurados. Mas estarão eles realmente menos protegidos? É nesse contexto que os movimentos de justiça ambiental têm se ligado aos estudos dos riscos, procurando incorporar a ecologia política e a discussão social às preocupações ambientais, afirmando que nem os adeptos da modernização ecológica nem os teóricos da sociedade de risco incorporaram a diversidade social à construção do risco, do ponto de vista analítico, nem a distribuição desigual dos danos ambientais (ACSELRAD, 2002; PORTO, 2007).

Essa discussão foi melhor incorporada com a adição do conceito de vulnerabilidade de maneira mais efetiva, promovendo um redimensionamento dos estudos e promovendo a possibilidade de uma conjunção das contribuições dos diversos campos, permitindo uma análise mais integrada dos riscos e perigos contemporâneos.

## **2.3 Vulnerabilidade do Lugar**

Vulnerabilidade, enquanto conceito, não esteve presente entre os trabalhos das tendências de estudo dos riscos, perigos ou desastres. Apareceu de forma pouco definida junto à idéia de capacidade de resposta dos estudos sobre perigos naturais, mas sem uma densidade conceitual ou um papel mais claro. Vulnerabilidade aparece com maior força quando o enfoque deixa de estar sobre a dimensão natural e passa a incorporar a multidimensionalidade dos fenômenos, na forma de perigos

ambientais, incluindo a dimensão social e tecnológica (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2006b).

Apesar de, assim como o risco, ainda possuir uma polissemia considerável e uma imprecisão conceitual não negligenciável – Cutter (1996) listou 17 definições que Thywissen (2006), 10 anos depois aumentou para 34 – o termo acrescentou às análises o reverso da questão, por assim dizer. Se o risco e o perigo tendem a considerar fatores externos que atingem pessoas, lugares ou comunidades, a vulnerabilidade possibilitou incorporar de maneira mais eficiente a recepção dos perigos. Diferente do risco, que tem seu olhar para o futuro, a vulnerabilidade é mais essencial no sentido de focar o fenômeno de maneira mais integrada: passado, presente e futuro. Esse entendimento nos permite pensá-la como um qualitativo, um adjetivo componente das próprias estruturas da pessoa e do lugar. “Assim, diferente do risco (a situação a que se está exposto) e do perigo (o evento que pode causar dano), que aparecem como externos à pessoa, a vulnerabilidade é percebida como interna, constituinte do eu e do lugar.” (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2006a, p.39-40 – grifo dos autores). Seu sentido como vem sendo trabalhado pode ser associado a duas grandes tendências: os estudos relacionados à pobreza e os estudos ambientais ligados às mudanças ambientais globais. É do encontro e confluência desses dois campos que a proposta de uma ciência da vulnerabilidade vem sendo direcionada.

Sobre a primeira tendência, possui uma relação marginal com as tradições de estudos dos riscos e perigos. Tem sido desenvolvida de forma relativamente pulverizada, entendendo vulnerabilidade como um novo conceito para discutir a pobreza. Nesse aspecto, substitui outros termos que foram utilizados em diferentes momentos, como exclusão, marginalidade, apartheid, dependência. (HOGAN e MARANDOLA JR., 2005). Uma característica desses estudos é o entendimento da vulnerabilidade, assim como dos conceitos utilizados anteriormente, de forma essencialmente negativa. Os estudos cepalinos, por exemplo, entendem vulnerabilidade como a incapacidade de enfrentar os riscos ou como impossibilidade de manejar ativos para proteger-se (CEPAL, 2002; RODRÍGUEZ, 2000). Há uma associação da vulnerabilidade com perdas sociais, como o risco de cair abaixo da linha da pobreza, por exemplo (RODRIGUEZ, 2006). Kowarick (2002) e Hopenhayn (2002) discutem a vulnerabilidade também neste contexto, ressaltando a vulnerabilização da cidadania no horizonte sobre as inseguranças sociais, diminuição do Estado e fim da seguridade social, aproximando-se assim da discussão encetada por Castel (2005).

A discussão sobre os capitais social, humano e físico, também tem sido uma vertente importante na qual o conceito de vulnerabilidade é evocado com bastante força nestes estudos. Essa abordagem entende os capitais como reveladores de relações e estruturas de oportunidades que indicariam grupos populacionais mais vulneráveis (KAZTMAN, 1999; KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006; CUNHA et al., 2006), além da importância da estrutura das famílias e sua dimensão propriamente social no enfrentamento de muitos riscos (MOSER, 1998; BILAC, 2006).

Outra vertente de estudos que iniciou a discussão sobre vulnerabilidade, em sua interface social, foram os estudos sobre fome na África. Os trabalhos dos geógrafos Michael Watts e Hans Bohle foram importantes por sua construção teórica e empírica, bem como pela incorporação de elementos da teoria dos *entitlements*, de Amartya Sen, ao escopo teórico da vulnerabilidade (WATTS e BOHLE, 1993). Os atlas de vulnerabilidade social e seu uso em vários campos da gestão pública e da discussão sobre grupos de risco (jovens, crianças, mulheres etc.) exemplifica uma das formas como essa abordagem da vulnerabilidade pretende contribuir e seu escopo de discussão (POCHMAN e AMORIM, 2003).

Aquém desses desenvolvimentos, no entanto, a tendência de estudos que tem se desenvolvido mais amplamente, no que tange ao estudo da vulnerabilidade, é aquela que discute as mudanças ambientais globais. Esta é descendente direta da tradição dos perigos naturais, tendo entre seus animadores alguns dos precursores daqueles estudos. A passagem dos perigos naturais para a vulnerabilidade se dá com a amplitude que a dimensão ambiental alcança, culminando com a perspectiva de mudanças ambientais globais, que impôs a busca de uma dimensão mais abrangente, que incorporasse também a produção social num contexto mais amplo.

Nessa direção, há um esforço crescente de enfatizar e aplicar uma abordagem que não dissocie os perigos do contexto econômico e social. Com a complexidade dos riscos contemporâneos, com as dimensões dos fenômenos completamente imbricadas, realizar a separação entre eles tornou-se impossível, conforme mostra Brookfield (1999, p.07): “[...] there are both geophysical and human forces at work in the production of vulnerability to damage and of damage itself.” O autor chama a atenção para a necessidade da abordagem da vulnerabilidade ser relacional pois, se os estudos sobre perigos naturais partiam das condições biofísicas, os estudos atuais da teoria social tendem a minimizar a importância da magnitude dos fenômenos naturais, superestimando o papel dos sistemas econômicos e sociais na compreensão da vulnerabilidade. Esta, assim como os riscos e perigos, é um fenômeno relacional que

precisa de uma perspectiva conjuntiva e abrangente para que não caia na tentação de identificar fatores em matrizes simples de causação.

Assim, principalmente na década de 1990, cresce o interesse específico pelas populações que enfrentam esses eventos. Indo além de sua percepção do evento, em direção a todo o drama que elas vivem face ao desastre, suas estratégias de proteção e sua vulnerabilidade. Segundo Blaikie et al (1994, p.03), há uma preocupação em despistar “[...] this rather artificial separation between people at risk of natural hazards and the dangers inherent in ‘normal’ society.” Os autores buscam analisar os desastres sem separá-los da vida diária das pessoas e dos riscos vividos por todas as pessoas em sua existência, destacando as

[...] connections between the risks people face and the reasons for their vulnerability to hazards. It is therefore trying to show how disasters can be perceived within the broader patterns of society, and, indeed, how analysing them in this way may provide a much more fruitful way of building policies that can help to reduce disasters and mitigate hazards. (BLAIKIE et al, 1994, p.03 – grifo dos autores)

Essa noção de vulnerabilidade desloca o ponto central da dinâmica biofísica do evento para a produção social, econômica e política do ambiente, que está na estrutura causal da delimitação dos grupos vulneráveis a esses eventos. Em vista disso, os autores entendem “by ‘vulnerability’ [...] the characteristics of a person or group in terms of their capacity to anticipate, cope with, resist, and recover from the impact of a natural hazard.” Ela envolve uma combinação de fatores que determinam “[...] the degree to which someone’s life and livelihood is put at risk by a discrete and identifiable event in nature or in society.” (BLAIKIE et al, 1994, p.09).

Os autores concentram parte de seu esforço em deslocar a análise dos desastres como parte normal da vida cotidiana, como inevitáveis e inescapáveis. A idéia de vulnerabilidade ganha vulto exatamente por permitir estudar a dinâmica dos desastres para além do espaço circunscrito do evento, como é a tendência dos estudos da vulnerabilidade a partir das catástrofes naturais. Distanciando-se da dinâmica biofísica em sentido estrito, a proposta é focar toda a gama de fenômenos econômicos, políticos e sociais que envolvem o desastre, atento à vulnerabilidade das populações.

Aparecem muitos trabalhos que se preocupam em investigar a dimensão social dos riscos ambientais, entendendo que não há uma simples coincidência nas áreas de degradação social e ambiental (TORRES, 2000). Os trabalhos de demógrafos no campo de população e ambiente são exemplos dessa abordagem, que procura angariar elementos da análise sociodemográfica e dos estudos sobre perigos naturais (HOGAN,

2000; ALVES e TORRES, 2006). Nos termos de Chris Philo, essa perspectiva requer que os geógrafos olhem tanto para quem fere quanto para quem é ferido, isto é, atentar tanto para a produção de vulnerabilidade quanto para quem é vulnerável e onde existe vulnerabilidade (PHILO, 2005). Por outro lado, como Valentine (2005) sustenta, é importante considerar as vulnerabilidades compartilhadas. Em vez de focar somente a raça ou o gênero, por exemplo, os pesquisadores devem “desembrulhar a interseccionalidade”, olhando a discriminação múltipla sofrida. Isto é coerente com Blaikie et al (1994), que insistem que os perigos naturais e aqueles associados com a vida “normal” sejam analisados dentro do mesmo quadro de referência.

Nesse sentido, a tendência da última década foi ultrapassar o enfoque simples a partir de determinados eventos, espacialmente localizados, numa abordagem caso a caso, levando os pesquisadores a contemplar escalas maiores das relações geográficas e sociais envolvidas na estrutura causal dos fenômenos e de suas conseqüências. Assim, os estudos passaram a ter enfoques regionais (KASPERSON, KASPERSON e TURNER II, 1995; HEWITT, 1997) e globais (LIVERMAN, 1994; KASPERSON e KASPERSON, 2001). Estes esforços têm confluído para o desenvolvimento das chamadas novas ciências, como a *Global Environmental Change Science* e a *Sustainability Science*, ambas ligadas aos estudos sobre vulnerabilidade e especialmente à ciência da vulnerabilidade. Mas como operacionalizar pesquisas a partir desse enfoque?

A proposta de Susan L. Cutter de vulnerabilidade como perigos do lugar (*hazards-of-place*) é aquela que permite uma análise mais integrada, possibilitando uma abordagem mais conjuntiva e mais geograficamente centrada. Nessa perspectiva, “[...] vulnerability is conceived as both a biophysical risk as well as a social response, but within a specific area or geographic domain. This can be geographic space, where vulnerable people and places are located, or social space, who in those places are most vulnerable.” (CUTTER, 1996, p.533). Incorpora-se à mesma discussão a mensuração do risco biofísico (ambiental), a produção social do risco e as capacidades de resposta, tanto da sociedade (grupos sociais) quanto dos indivíduos. Parte-se de um contexto social e geográfico onde o perigo ocorreu ou é potencial. Risco, as ações de mitigação (respostas e ajustamentos) e a vulnerabilidade do lugar são o resultado da interação particular destes elementos nos termos da relação naquele espaço-tempo social. O aumento das ações mitigadoras poderá significar a diminuição do risco e, conseqüentemente, implicará na diminuição da vulnerabilidade do lugar. Por outro lado, o risco poderá aumentar se houver alterações no contexto geográfico ou na produção social, que poderão incorrer no aumento da vulnerabilidade biofísica e social e da vulnerabilidade do lugar. Esse processo

poderá ser iniciado também por meio do aumento do perigo potencial, que tanto pode ser resultado quanto condicionante do aumento ou diminuição da vulnerabilidade.

A importância desse enfoque reside no fato de permitir, diferente das abordagens sociais, um olhar propriamente geográfico da vulnerabilidade, e não apenas sua “especialização” (utilizada como sinônimo de localização).

Esta abordagem parte das dinâmicas que configuram uma dada espacialidade, procurando circunscrever sua escala (uma região, uma cidade, um ecossistema, um bairro), identificando nas interações sociedade-natureza os riscos e perigos que atingem o lugar. Não se trata de entender esta espacialidade enquanto substrato físico independente da sociedade. Antes, a abordagem busca na delimitação escalar-espacial uma unidade de referência para compreender o contexto da produção social do perigo em conexão com o contexto geográfico. O resultado desta relação, suas tensões, aberturas, estruturas de proteção e risco, permite identificar a vulnerabilidade. (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2006a, p.36)

A vulnerabilidade é, portanto, um qualitativo, ou seja, envolve as qualidades intrínsecas (do lugar, das pessoas, da comunidade, dos grupos demográficos) e os recursos disponíveis (na forma de ativos) que podem ser acionados nas situações de necessidade ou emergência. Assim, tanto o contexto social quanto o geográfico possuem atributos que fornecem elementos para pessoas e lugares estabelecerem seus sistemas de proteção. A relação entre o coletivo (o que não está no alcance direto de intervenção individual, pois é produzido socialmente e historicamente) e o particular (aquilo que pessoas e lugares podem construir de forma direta) é uma chave importante para compreender o desenho das diferentes vulnerabilidades.

Nem o contexto social nem o geográfico são completamente coletivos ou individuais. Ambos estão interferindo diretamente nas duas escalas, fragilizando ou protegendo. O primeiro pode ser tanto de longo prazo e de influência nacional quanto as características próprias do ciclo vital, classe social, família ou das escolhas do padrão de mobilidade que uma família faz. Da mesma forma, o contexto geográfico pode ser tanto o ecossistema, as dinâmicas de formação e transformação da geomorfologia (topografia) e da hidrologia (drenagem), a dinâmica climática ou até geológica (terremotos, vulcanismo etc.), quanto os atributos particulares do lugar como o rio que passa por ali, um bosque, um morro etc.

Podemos entender a vulnerabilidade como neutra: ela não é negativa em si mesma, mas refere-se à interação risco-perigo em um dado lugar, onde determinados grupos e coletividades serão afetados. Os recursos e estratégias que estes terão para responder ao perigo (próprios ou externos, coletivos), absorvendo seus impactos e danos é que determinarão como aquele perigo afetará aquele espaço. Quando o perigo supera a habilidade da população ou do lugar em responder ao evento, pode-se

configurar um desastre. A partir deste, a vida normal é quebrada e há necessidade de recompor as perdas e danos. Sua capacidade de realizar essa recomposição (retornar ao estado de vida normal) dependerá de capacidade acumulada para tal regeneração. Essa capacidade é chamada de resiliência, um dos conceitos fortes que surgem na década de 1990 nos estudos sobre vulnerabilidade. Outra resposta ao desastre é a adaptação, tanto individual quanto social, já que em muitos casos há necessidade de adaptar a forma de construção, o padrão de ocupação do solo, os hábitos em determinadas situações, adoção de protocolos de emergência etc. (JANSSEN e OSTROM, 2006). Ambas visam retomar o dia-a-dia pré-desastre, reordenando o território e recuperando a chamada vida normal (WISNER et al, 2004). Contudo, em nossa sociedade contemporânea, em especial em áreas de risco, a normalidade é o risco: não há vida sem a ameaça. Em muitos lugares e para muitas pessoas, conviver com o risco é a vida normal (Figura 2.1).

Figura 2.1 – Diagrama conceitual risco-perigo-vulnerabilidade



Nossa leitura de lugar está atrelada ao entendimento humanista que contribuiu para o seu redimensionamento na ciência geográfica. Uma leitura de autores tais como Edward Relph, Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, nos conduz a um entendimento

fenomenológico do lugar, enquanto categoria de análise geográfica (RELPH, 1976; TUAN, 1975; 1980; 1983; BUTTIMER, 1980). Compondo a partir das diferentes contribuições, teremos uma definição mais ou menos complexa e abrangente, passando a entender o lugar como a menor célula espacial, na escala do corpo, que se relaciona com a casa, o confinamento, a proteção e a identidade.

O lugar é conceituado na dimensão da experiência, perpassando as escalas individual e coletiva, nas suas diversas esferas, consubstanciando também as escalas espaciais de ocorrência dos fenômenos físicos, sociais e identitários. O lugar é, portanto, centro da afetividade e da razão sensível, constituindo-se no foco da experiência humana. No entanto, o lugar também possui uma dimensão coletiva, que diz respeito às relações históricas que a comunidade estabelece e demarca no espaço. Assim, monumentos, ruas, edifícios, parques, rios, árvores, florestas, bancos de praça, um mastro ou mesmo uma paisagem podem constituir-se lugares, relacionados à historicidade, à memória e à identidade de certo grupo. As experiências históricas são assim compartilhadas, tanto pela religiosidade ou mística do lugar, quanto pelos fatos vinculados ou impressos naquela paisagem ou ambiente. É o que Jöel Bonnameison chamou de geossímbolos (BONNAMEISON, 2002).

Essa cumplicidade entre o eu e o mundo foi expressa por Eric Dardel pela sua geograficidade, seja ela estabelecida entre a comunidade e o lugar, seja entre o indivíduo e o seu meio (DARDEL, 1952). Mais tarde, Tuan (1961) irá desenvolver a noção bachelardiana de topofilia, claramente influenciado por Dardel, que expressa os laços afetivos e de envolvimento do homem com o ambiente, constituindo-se, a partir deste envolvimento, o lugar. No entanto, esse entendimento do lugar não o limita a uma dimensão existencial ou afetiva. A ênfase nessa dimensão torna-se fundamental no contexto científico de então, onde o positivismo e o cientificismo haviam retirado qualquer possibilidade de considerar tais fenômenos essencialmente humanos na investigação geográfica. As demais dimensões da vida humana também tinham seu lugar, principalmente a partir da noção de mundo vivido, trazida por Buttimer (1976) da fenomenologia de Husserl:

The place-environment component of the lifeworld may be equal in value to the social, economic, and psychological dimensions that have received more academic attention in the last several decades. In short, one can again say without embarrassment that people are as much geographical beings as they are social, cultural, or economic. (SEAMON, 1980, p.194 – grifo do autor)

Ênfase maior a outros aspectos da relação do homem com seu ambiente também será dada na obra de Relph (1976) e na sua conceituação dos *placeless* e

*placelessness*<sup>8</sup>. O autor complexifica a discussão sobre o lugar, pensando medidas diferenciadas de relacionamento com eles (posições em relação ao lugar) e na sua própria constituição. Para isso ele diferencia lugares de *placelessness* a partir dos conceitos filosóficos de autenticidade e inautenticidade.

Para compreender a autenticidade dos lugares, Relph prioriza a produção do espaço, principalmente através da ação do poder público, que cria e produz lugares. Estes, quando representam uma descontinuidade em relação à historicidade da comunidade, rompem com a relação orgânica de produção da cidade e de construção de lugares, passando a constituir, para o autor, uma atitude inautêntica, manifesta pela ruptura e pela não preocupação com o sentido do lugar. Em situações como essa, com a fraca aderência entre pessoas e lugar, a vulnerabilidade pode ser potencializada pela sua própria constituição material e simbólica.

Olhando para o lugar, nas suas várias escalas, temos uma unidade de análise que permite abordar os riscos e perigos em sua dimensão fenomênica, ou seja, em sua unidade essencial. Essa abordagem é importante para aumentar a compreensão da vulnerabilidade em sua concretização na vida das pessoas. As teorias sociais, enquanto teorias, servem para estimular nosso pensar sobre a realidade, mas não podemos abdicar de uma abordagem empírica dos riscos e perigos. O grande desafio é articular escalas de ocorrência e análise dos fenômenos e suas dimensões.

O percurso que fizemos mostra que uma abordagem integrada (holística) não é somente possível mas é sobretudo necessária. Se os primeiros trabalhos sobre perigos naturais, desastres e percepção dos riscos trouxeram a importância da abordagem caso a caso, a identificação dos elementos causais e das repercussões em espaço-tempos específicos, a abordagem cultural mostrou que é necessário olhar para o papel da construção social do risco e sua dimensão discursiva e simbólica. Já os teóricos sociais, ao analisarem o nosso período histórico, identificam elementos como a modernidade líquida, a sociedade de risco e a generalização das inseguranças sociais, que produzem novos riscos e ressignificam os antigos. Pensar em termos da vulnerabilidade é uma estratégia que ressalta a importância de uma abordagem holística

---

<sup>8</sup> Não existe uma palavra correspondente para *placeless* ou *placelessness* em português. O segundo é o negativo do lugar, ou seja, que não corresponde à experiência da historicidade e geograficidade na sua delimitação, possuindo elementos inautênticos. O primeiro é o processo ou a característica que marca a formação deste *placelessness*. Autores brasileiros têm utilizado pelo menos duas opções de tradução: "deslugar" e "não-lugar" (MELLO, 2003; HOLZER, 2006). O primeiro termo é excessivamente vago para a sua adoção. Por sua vez, o segundo, além de não corresponder exatamente ao significado da palavra, remete ao conhecido conceito *non-place*, do antropólogo Marc Augé, cujo significado está muito marginalmente relacionado ao *placelessness* (AUGÉ, 1994). Em vista disso, preferimos manter os termos no original (MARANDOLA JR. e MELLO, 2005).

e integrada, que corrobora para um olhar de todos os fatores envolvidos na construção do risco, do perigo e da própria vulnerabilidade. A forma de realizar essa integração pode ter várias construções teóricas, e o caminho que a ciência da vulnerabilidade tem tomado não se amarra por uma teoria epistemológica específica, mas pela confluência no difícil campo interdisciplinar (CUTTER, 2003).

O caminho que buscamos trilhar nesta tese é o da fenomenologia, que permite uma leitura holística baseada no entendimento do fenômeno. Assim, procuramos uma fenomenologia dos riscos e perigos geograficamente centrada, a partir da abordagem do lugar, enquanto unidade espacial que atua como centro de significação perceptiva e intersubjetiva. Este caminho passa pela discussão ontológica dos riscos, perigos e vulnerabilidade, bem como do próprio fazer geográfico, desembocando numa proposta metodológica de investigação geográfica de orientação fenomenológica.



### 3 FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA DOS RISCOS E PERIGOS

Por se relacionarem a diferentes momentos e bases teóricas, as tradições de estudo dos riscos e perigos possuem posturas epistemológicas e ontológicas distintas diante dos fenômenos estudados. Procuramos delinear nossa postura no contexto desse universo, estabelecendo as bases de nosso trabalho na Região Metropolitana de Campinas.

Podemos pensar essas diferentes posturas em dois extremos que correspondem à própria leitura de mundo e do entendimento acerca do conhecimento: realismo-objetivismo e idealismo-subjetivismo. Estes dois extremos em oposição correspondem a respostas ao problema sobre a essência do conhecimento. De um lado, o objetivismo afirma que o conhecimento está no objeto, entendendo que este determina o sujeito: “[...] os objetos são algo dado, apresentando uma estrutura totalmente definida que será, por assim dizer, reconstruída pela consciência cognoscente.” (HESSEN, 2003, p.70). De outro lado, o subjetivismo afirma que o conhecimento está no sujeito, este determinando o objeto: “Não há objetos independentes da consciência [...] todos os objetos são produções da consciência, produtos do pensamento.” (HESSEN, 2003, p.73). A relação sujeito-objeto, base do conhecimento, é vista de forma radical em ambos os casos: uma a favor do sujeito, outra do objeto.

Hessen (2003) chama essas soluções para o problema da essência do conhecimento de pré-metafísicas. Segundo o autor, o pensamento filosófico elaborou outras soluções posteriores, metafísicas, que colocam a discussão em outros patamares. O realismo é uma destas que mantém correspondências com o objetivismo, pois considera que o mundo é um dado e que “[...] existem coisas reais independentes da consciência.” (HESSEN, 2003, p.73). Do realismo ingênuo ao crítico, essa perspectiva mantém uma confiança axiomática na realidade, embora algumas posturas duvidem da capacidade humana de alcançar tal realidade. O idealismo foi a solução que se opôs aos pressupostos realistas, afirmando que o conhecimento é essencialmente ideal, ou seja, corresponde a formulações mentais do sujeito cognoscente.

Entre essas duas posturas, aqui simplificadas, foram formuladas alternativas de mediação, tanto do ponto de vista filosófico quanto científico, que adotaram posições críticas, estabelecendo concepções intermediárias que mesclavam aspectos de uma e de outra. Pensando nos estudos sobre riscos e perigos, essas escolhas nem sempre estavam associadas especificamente a tais fenômenos, mas eram resultado de outras posturas dos pesquisadores ou mesmo da interpretação e análise dos estudos empíricos a que se dedicavam. Mais do que expressar um posicionamento isolado, as concepções sobre riscos e perigos refletem um alinhamento epistemológico e ontológico específico que deve ser considerado em prol de uma melhor compreensão das posições e propostas conceituais e metodológicas.

Lieber e Romano-Lieber (2002) mostram como posturas objetivistas do risco estavam atreladas a uma perspectiva pragmática de estudo da realidade, encarando o tema de forma técnica. A tendência à matematização é uma expressão dessa postura que entende o risco como elemento da realidade, passível de ser apreendido pela ciência. Muitos dos estudos sobre perigos naturais, desastres e até de percepção do risco estavam ligados a diferentes formas de objetivismo e realismo, acreditando que o esforço científico racional poderia produzir um conhecimento que levaria à diminuição dos perigos.

De outro lado, uma postura contrária se desenvolve, tendo na abordagem cultural de Mary Douglas sua principal expressão (LIEBER e ROMANO-LIEBER, 2002). Para estes, risco é uma construção social, e somente assim pode ser entendido. A existência dos riscos e sua aceitabilidade é totalmente mediada pela cultura e pelo processo social. A linguagem funda os próprios riscos e sua natureza, dentro de um contexto hermenêutico e simbólico.

Entre estas duas posturas que opõem sujeito e objeto na essência do conhecimento e da própria realidade, temos posturas intermediárias que mediam o diálogo sobre o risco, como podemos ver na Figura 3.1. Nela encontramos as principais tendências de estudos do risco, como da sociedade de risco (mais próxima de uma leitura objetivista com Beck e mais próxima de uma leitura subjetivista com Giddens). O quadro sistematiza as tendências e as coloca em perspectiva, dentro dos contextos epistemológicos e ontológicos de análise e suas questões fundamentais. Entre os estudos, predominam aqueles mais próximos do pólo realista, com ênfase na gestão e avaliação do risco, sua carga objetiva e seus atributos reais. A busca pela minimização da incerteza e a crença de poder alcançar o risco-zero ou, ao menos a mitigação destes,

ajuda à concentração do interesse naquelas abordagens. Na verdade, a motivação subjacente a uma ciência do risco está na confiança do controle e da predição.

Figura 3.1 – Conceito de 'risco' conforme orientação ontológica e epistemológica

Referencial Ontológico / Epistemológico		Conceito de risco	Perspectivas/ teoria para entendimento	Questões fundamentais
Orientação	Pressupostos			
Realista / Objetivista	Mundo é uma realidade dada seguindo leis científicas imutáveis	'Risco' é um perigo objetivo, que existe e pode ser medido a margem do processo social e cultural	- Objetivismo radical	- Qual é o 'risco' existente? - Qual a lei (causa/efeito) que pode ser deduzida?
Realista condicionado		Idem, mas cuja interpretação pode ser distorcida ou enviesada conforme o contexto cultural e social	- Técnico-científico e a maioria das teorias em ciência cognitiva	- Idem + Como o 'risco' deve ser administrado? - Como 'risco' é racionalizado pelas pessoas?
+ Fraco		'Risco' é um perigo objetivo, mediado necessariamente por processo social e cultural e não pode ser estabelecido de forma isolada deste	- 'Sociedade de risco' - Estruturalismo crítico - Algumas aproximações na psicologia	- Qual a relação do risco com a estrutura e o processo da modernidade atual? - Como o risco é entendido em diferentes contextos socioculturais?
CONSTRUTIVISMO			- 'Cultural/ Simbólica' - Estruturalismo funcional - Psicanálise - Fenomenologia	- Por que alguns perigos são tratados como riscos e outros não? - Como o risco opera como uma medida de fronteira simbólica? - Qual é a psicodinâmica das respostas ao risco? - Qual é o contexto situacional do risco?
		+ Forte	Não existe o 'risco' por si mesmo. O que se entende por 'risco' ou 'perigo' é um produto construído, decorrente de uma contingência histórica, política e social	- Pós-estruturalismo - Teorias de 'governabilidade'
Idealista / Subjetivista radical	O mundo percebido decorre de um processo social de criação. As coisas existem a partir dos nomes	'Risco' e 'perigo' são apenas formas de linguagem	- Relativismo radical - Contextualismo forte	- Qual é a realidade construída com uso do termo 'risco'?

Fonte: Adaptado e modificado de Lupton (1999) e Lieber e Romano-Lieber (2002).

A predominância dos estudos mais próximos do objetivismo é tão significativa que as abordagens mais ligadas ao pólo idealista estão pouco incorporadas às propostas de análise mais conjuntivas que surgiram a partir da década de 1990 (HOGAN, 2005). Os esforços mais abrangentes de ampliação do campo de análise ou compreensão dos riscos, perigos e vulnerabilidades se dão no plano da gestão, da mensuração e da análise de risco e da vulnerabilidade. O pólo subjetivista, mesmo em suas versões não-radicais ligadas a níveis mais fracos de construtivismo, é ocupado por

um número de antropólogos que se mantêm mais ou menos à parte das discussões que se dão no âmbito da ciência da vulnerabilidade ou mesmo da sociedade de risco.

Há alguns trabalhos mais recentes que têm explorado diferentes vertentes dessa dimensão, mas não se constituem num conjunto organizado que esteja interferindo na leitura sobre os riscos de uma maneira mais ampliada. Lupton (1999) identifica quatro grandes tendências neste sentido: fenomenológica, psicanalítica, estruturalista e pós-estruturalista. A primeira é aquela que nos interessa mais de perto. Segundo Lieber e Romano-Lieber (2002, p.85):

Na perspectiva fenomenológica ou hermenêutica o interesse se volta menos para as macroestruturas e mais para o entendimento circunstancial que é dado ao 'risco'. O interesse é na forma como as pessoas percebem o mundo como uma realidade interpretada, usando, para isso, o senso comum e o conhecimento. A fenomenologia busca o entendimento do 'risco' como uma parte das relações de um sujeito como o outro, conforme uma cultura e dentro de uma estrutura social. Pressupõe-se que o entendimento não é simplesmente dado pelo ambiente, mas que as pessoas também o influenciam, de maneira recíproca.

A discussão que se impõe ao adotar essa perspectiva é a da validade do conhecimento e o conflito entre os saberes de peritos e leigos, o que liga a abordagem fenomenológica a todo o contexto atual de questionamento da ciência e da negação das outras formas de saber pela ciência moderna. Santos B. (2000) assinala a importância do resgate das outras formas de conhecimento no ambiente de questionamento do paradigma dominante da ciência, e a fenomenologia é um caminho possível de incorporação da experiência e do saber adquirido vivencialmente pelas pessoas.

A importância de um saber local não é desprezada pelos estudos sobre vulnerabilidade, conforme anota Christian Kuhlicke: "Milieu knowledge is not necessarily bound to a specific spatial context, since it describes knowledge about social processes within specific milieus that may be relatively mobile [...] or relatively confined to a certain place." (KUHLCIKE, 2007, p.30). Os estudos sobre a percepção do risco foram uma forma de incorporar de certa maneira este conhecimento. Giddens e Beck, em suas considerações sobre a sociedade de risco também dão ênfase à escala individual de escolhas e repercussões, embora conduzam suas análises para a escala social. No entanto, uma abordagem propriamente fenomenológica ainda está para ser feita. Lieber e Romano-Lieber (2005) fizeram uma incursão, mas de forma incipiente. As tentativas se limitam a traços do método ou de conceitos e pressupostos, mas não de uma proposta teórico-metodológica mais abrangente.

A necessidade de uma abordagem fenomenológica dos riscos e perigos está em sua capacidade de agregar elementos de diferentes tendências numa

perspectiva conjuntiva. Se há tentativas de uma abordagem mais abrangente pelo viés ecossistêmico (MINAYO, 2002) ou da ciência pós-formal (PORTO, 2007), defendemos as possibilidades que a fenomenologia traz para esta construção, que não compete com as demais, mas procura agregar elementos para uma visão mais complexa da problemática.

Todo o desenvolvimento da fenomenologia está ligado a uma resposta ao paradigma filosófico e científico moderno hegemônico, a partir de uma crítica severa e permanente, atitude que produziu um sistema significativamente plural e sempre aberto. Nesse sentido, Husserl mais abriu caminhos para o pensamento do que instituiu uma filosofia sistemática, tanto que cada grande filósofo fenomenologista posterior a ele (entre os quais seus discípulos diretos) constituiu um caminho próprio que parte de anúncios e possibilidades abertas mas não necessariamente desenvolvidas pelo mestre (VON ZUBEN, 1989). Para alguns, essa é a fragilidade da fenomenologia, mas preferimos entendê-la como sua maior virtude, por se expor à crítica constante não pela ausência de rigor, mas pela sua exacerbação.

Enquanto crítica, Husserl acusou a ciência de esquecer o sujeito: “A fenomenologia defende a irreducibilidade do sujeito à objetividade naturalista; a fenomenologia se posiciona contra a tendência em objetivar a consciência reduzindo-a a um mero objeto dentre outros mais.” (VON ZUBEN, 1989, p.156). O ataque é à própria base do discurso científico: seu objetivismo. O que Husserl inaugura e que ficará conhecido como fenomenologia (embora outros filósofos já tivessem desenvolvido reflexões anteriores sobre os fenômenos e seu estudo, como Hegel e Kant), é uma atitude, uma recondução do pensar o mundo empírico, as idéias e o conhecimento. A atitude filosófica fundada é aquela que visa libertar nosso olhar para a análise das experiências tais como são vividas. É por isso que em Husserl a fenomenologia aparece como direção do olhar e como a “busca das coisas mesmas”, ou seja, o sentido mais original, antes das pré-concepções, em direção às essências (CAPALBO, 1996).

Heidegger manterá esse direcionamento e uso da fenomenologia enquanto uma atitude, uma direção: “[...] mais elevada do que a realidade está a possibilidade. A compreensão da fenomenologia depende unicamente de se apreendê-la como possibilidade.” (HEIDEGGER, 2002, p.69-70 – grifos do autor). A idéia de fenômeno carrega a direção desse olhar. Fenômeno significa mostrar-se, no sentido de revelar-se. Está relacionado a trazer à luz do dia, pôr no claro, ou seja, refere-se ao meio ou ao elemento “[...] em que alguma coisa pode vir a se revelar e a se tornar visível em si mesma. O que se revela, o que se mostra em si mesmo.” (HEIDEGGER, 2002, p.58 – grifos do autor). O fenômeno é um todo, que em sua inteireza contém os elementos

próprios para sua elucidação. Assim, a fenomenologia é o “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo”. Ela não evoca nem o objeto nem o seu conteúdo. “A palavra se refere exclusivamente ao modo como se de-monstra e se trata o que nesta ciência deve ser tratado.” A ciência dos fenômenos (decomposição de ‘fenômeno’ e ‘logia’) nada mais é do que “apreender os objetos de tal maneira que se deve tratar de tudo que está em discussão, numa de-monstração e procedimentos diretos.” (HEIDEGGER, 2002, p.65 – grifos do autor). Ao invés de ter um objeto próprio, portanto, a fenomenologia apresenta caminhos para perscrutar os significados dos fenômenos em si mesmos, no sentido da revelação e da descoberta.

Esse caminho é o da ruptura com o universalismo (os fatos só recebem sentido na generalização de seus atributos universais), o psicologismo (os fatos só têm significado circunstancial psicologicamente atribuídos) e o racionalismo científico (os fatos só existem se puderem ser submetidos ao método científico e à razão), bases do paradigma moderno da ciência e da filosofia. O que a fenomenologia propõe é que as coisas só têm sentido enquanto fenômenos, carregados de intencionalidade e volição. A materialidade dos objetos resiste à consciência que lhe dirige vontade, criando o movimento fundador do mundo (HESSEN, 2003).

Husserl (1988) identifica a intencionalidade como fundamental ao processo cognoscente: toda consciência é consciência de algo. Assim, ela não é uma substância, mas uma atividade constituída por atos. Essa intencionalidade se refere à intuição originariamente doadora que o sujeito cognoscente direciona ao objeto. Para Husserl (apud CAPALBO, 1996, p.19), esta era a própria definição da consciência e do objeto: “[...] a consciência se define essencialmente em termos de intenção voltada para um objeto. Perceber não é receber sensações na psiquê. Não nos é possível separar fenômeno e coisa em si. O fenômeno é conhecido diretamente, sem intermediários [...]”. Sendo a intencionalidade o traço fundamental da consciência, o objeto pode ser considerado como escopo desta mesma intencionalidade e, portanto, transcende a si mesmo, transcendendo sua existência real enquanto existência empírica imediata.

Esse caminho se direciona para a apreensão da essência geral do fenômeno (HESSEN, 2003). O fim último nunca foi a redução (MERLEAU-PONTY, 1971), mas esta era um caminho para atingir “as coisas em si mesmas” e compreender o significado dos fenômenos na experiência. O que Husserl estabelece de novo na fenomenologia, base para todas as repercussões conseqüentes, é a idéia de estrutura transcendental, entendida como “[...] a estrutura dos atos entendidos como vivências, [...] composta por vivências das quais nós temos consciência.” (ALES BELLO, 2004,

p.50). Por meio da estrutura transcendental, do papel da intuição, de sua perspectiva da relação sujeito-objeto, da intencionalidade e da intersubjetividade, Husserl erigirá uma base filosófica para uma ontologia e uma epistemologia que concebiam o conhecimento (a essência, na busca fenomenológica) como estando na facticidade do mundo, precisamente na experiência vivida.

Mas de que maneira esse caminho se presta à investigação científica, tal como pretendida nesta tese? Embora Husserl tenha elaborado um pensamento filosófico, ele direciona sua reflexão para as repercussões de sua filosofia na ciência e suas possibilidades. Acima de tudo, Husserl estava preocupado com os problemas do conhecimento, procurando dialogar com a tradição filosófica ao mesmo tempo em que rompia com várias de suas posições. Como concebia a fenomenologia como um caminho, um método, esta se prestou a vários fins. Serviu de base e caminho para a ontologia fundamental de Heidegger, para a fenomenologia-existencial do ser-no-mundo de Sartre e Merleau-Ponty, para o diálogo com a hermenêutica em Ricoeur e para a sociologia compreensiva de Schutz. Destes, apenas Ricoeur nega explicitamente o projeto de uma ciência fenomenológica. Este intuito encontra respaldo em Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty, com diferentes soluções, e ocupa todo o projeto de Schutz de estabelecer os termos de uma sociologia fenomenológica, baseada na filosofia de Husserl e na sociologia de Max Weber. O cerne da oposição a essa tentativa é o paradoxo do discurso universalista-subjetivo da filosofia e do particularista-objetivo da ciência (VON ZUBEN, 1989). Contudo, encontramos respaldo de que esse é um falso paradoxo no próprio pensar filosófico de Heidegger e Husserl, para ficar apenas em dois argumentos.

O primeiro é a posição de Heidegger frente à filosofia e à ciência. Seu pensamento foi constituído, segundo MacDowell (1993), no desencantamento europeu do início do século XX. A Primeira Grande Guerra acabou com o sentimento de segurança, paz e virtude alcançado graças à modernização, por meio da técnica, da ciência e da razão. Isso produziu em Heidegger uma profunda crítica à técnica e ao pensamento mecânico, que ajudaria a compor os elementos da motivação central de sua ontologia fundamental em *Ser e tempo*. No entanto, o que interessa aqui é a forma como o autor encarava a ciência, intimamente associada à teoria e ao pensar, ou seja, à filosofia: "As ciências são, antes de tudo, modos de ser do homem e como tais condicionadas pela atitude e disposição afetiva do espírito em face do ente. A ciência autêntica é fruto da resolução de expor-se aos riscos do interrogar inexorável da totalidade da vida na sua problemática essencial." (MacDOWELL, 1993, p.114-115).

A ciência, para Heidegger (2001a, p.39 – grifos do autor), é uma “teoria do real”. Nessa frase, o filósofo explicita o papel operacional da ciência (“real” vem de fazer, operar) enquanto um pensar direcionado para um fazer. Mas o que o autor propõe, examinando o sentido moderno de ciência, é libertá-la de sua redução de sentido implicada na objetividade técnica. Heidegger propõe que a ciência, enquanto forma de pensamento, se eleve e busque a teoria da realidade de uma maneira nova: a busca pelo pensamento do sentido, que significa pensar aquilo que vale a pena ser pensado, ou seja, aquilo que se dá ao pensamento, a verdade do ser (HEIDEGGER, 2001c).

Não há, contudo, confusão em Heidegger entre ciência e filosofia, nem deixa o filósofo de marcar os limites da primeira. Para ele, “os caminhos e meios das ciências nunca poderão atingir a essência da ciência”, pois ela não é capaz de apresentar a si mesma em termos científicos, estando sua própria essência inacessível a si mesma. Mas isso não redundaria na delimitação meramente técnica ou objetiva da ciência. “Todavia, como ser pensante, todo pesquisador e mestre da ciência, todo homem, que atravessa uma ciência, pode mover-se em diferentes níveis do sentido e manter-lhe sempre vivo o pensamento.” (HEIDEGGER, 2001a, p.59). O pensamento é libertador, e a ciência não seria uma camisa-de-força.

O segundo argumento em favor de uma ciência fenomenológica são os escritos de Husserl dedicados às ciências. Se ele teve alguns trabalhos idealistas, escreveu vários outros ao realismo e às ciências empíricas, marcando a diferença entre a filosofia transcendental e a fenomenologia mundana, fundada na facticidade do mundo (PICKLES, 1985). Husserl vê dois tipos de ciências fundadas em ontologias distintas: as ciências eidéticas formais, que buscariam essências baseadas numa ontologia formal, ligadas às “formas puras de pensamento”, ao idealismo e à lógica dedutiva e das significações; e as ciências empíricas que buscariam as essências morfológicas baseadas em ontologias regionais, que visam explicitar os conceitos fundamentais de cada ciência. “Ela explicitará o que pertence ao objeto desta ciência, de modo universal e necessário, isto é, explicitará as suas estruturas essenciais.” (CAPALBO, 1996, p.20).

Holzer (2001) coloca a Geografia no segundo tipo de ciências, denominando-a como uma ontologia regional que visa a espacialidade, assim como a História visa a temporalidade e a Psicologia visa a consciência. Pensar a fenomenologia enquanto caminho para a ciência, oferecendo uma alternativa ao positivismo, portanto, fazia parte do próprio projeto husserliano, e por isso ele ponderou sobre essas implicações:

Husserl irá, portanto, investigar sobre as condições da ciência. Ele sabe que a ciência é concreta ou empírica, mas o que ele quer saber é onde esta ciência toma o seu ponto de partida e de sustentação. Ele sabe que toda ciência é percebida e dada a conhecer em uma consciência. Toda ciência se dá a conhecer como fenômeno que aparece à consciência. (CAPALBO, 1996, p.36)

Como direção e método, em cada ciência a fenomenologia permite descrever os modos pelos quais os fenômenos estudados aparecem na experiência. Assim, a fenomenologia, enquanto caminho para o pensamento, se permite seguir pela tarefa científica de perscrutar o mundo, desde que esteja esta última comprometida com uma atitude radical diante do conhecimento, referindo-se sempre à existência humana em sua experiência do mundo (HOLZER, 2001). Isso implica reconduzir a ciência e seus temas no sentido ontológico, epistemológico e metodológico, repercutindo as implicações desse caminho em todos estes campos.

Procuramos delinear esse caminho concernente a proposta de uma fenomenologia geográfica (PICKLES, 1985). Na Geografia, a fenomenologia tem sido considerada uma das fontes de orientação teórico-metodológica de pesquisa mais importantes desde os anos 1970 (AMORIM FILHO, 1999), permitindo a ampliação dos horizontes da ciência geográfica e de seu próprio fundamento ontológico e epistemológico. As bases para tal intento têm sido lançadas por geógrafos ligados principalmente à Geografia Humanista, que procuraram traçar as possibilidades e limitações deste projeto (BUTTNER, 1974; RELPH, 1979; PICKLES, 1985) que, malgrado os esforços já realizados, permanece ainda como um projeto inconcluso (HOLZER, 2001). O uso da fenomenologia pelos geógrafos incluiu seleções parcelares e pontuais, ora de aspectos epistemológicos, ora conceituais, ora metodológicos, mantendo-a preferencialmente como uma inspiração (BUTTNER, 1976) ou uma forma de criticismo (ENTRIKIN, 1976). Um completo projeto de constituição de uma fenomenologia geográfica ainda está por ser feito.

Embora não possamos assumir esse projeto aqui, nos orientamos em busca de uma inserção mais ampla do arcabouço fenomenológico à pesquisa geográfica. Isso deve ocorrer a partir da reflexão ontológica sobre a experiência do ser-no-mundo e o sentido geográfico dos fenômenos. Enquanto ontologia regional da espacialidade do ser, Holzer (1998, p.42) afirma que a geografia é uma ciência das essências que investiga o fundamento da experiência empírica na experiência fenomenológica. "As essências só podem ser visadas pela experiência do fato, e o fato só pode ser tratado considerando-se a visão das essências." Estas fundam um relacionamento holístico que se realiza na experiência do mundo.

Seguindo esse caminho, procuramos delinear os fundamentos de uma ontologia regional da espacialidade direcionada ao nosso estudo. Esta é o fundamento de uma fenomenologia geográfica dos riscos e perigos, a qual permitirá pensar a modernidade líquida e suas repercussões na metrópole tal como aparecem na experiência. A existência é fundada na experiência, o que nos permite pensar as maneiras pelas quais fenômenos de diferentes escalas se realizam no ser-no-mundo.

### 3.1 O Sentido Ontológico do Habitar

Se esta é uma fenomenologia geográfica dos riscos e perigos, o que lhe confere a característica própria de uma fenomenologia? E o que a torna geográfica? O caminho para essas duas respostas é a ontologia.

A ontologia se refere ao questionamento sobre o ser, que implica a reflexão sobre a existência. A partir de um questionamento fenomenológico da ontologia, podemos dizer que a questão é a essência do ser, que se refere à própria existência. Assim, perguntamos pela essência da existência dos riscos e perigos e seu fundamento geográfico. Esse questionamento necessita de um pensar ontológico, que perguntará pelo sentido dos fenômenos tais como eles são. Como o caminho é a fenomenologia, faremos isso pensando seu sentido tal como aparecem na experiência, como são vividos.

A direção não é a de uma ontologia do espaço, mas sim a de uma ontologia espacial ou uma ontologia da espacialidade. Isso significa que a questão repousa sobre o que há de espacial no ser. Essa postura ontológica expressa o entendimento fenomenológico dos riscos e perigos: estes são fenômenos e sua essência possui manifestação presentificada espacialmente. Caminhamos assim para uma compreensão da geografia enquanto categoria da existência, conforme assinala Martins (2007). O autor resgata o conceito de gênero de vida para, associado à tipificação do *habitat*, dotar-lhe de sentido ontológico. La Blache e especialmente Sorre consideram gênero de vida como existência. No entanto, essa existência é ligada à simples sobrevivência: modo de ser como modo de existir, de forma biológica. Martins procura desvencilhar-se desse significado em busca de sua dimensão verdadeiramente ontológica, que se funda na relação homem-meio/homem-homem.

Essa relação é expressa pela geograficidade, conceito fundamental da geografia fenomenológica de Eric Dardel, que significa uma geografia em ato, guiada por uma inquietude geográfica que atrai homem-Terra numa relação holística que precede a

ciência. “Amour du sol natal ou recherche du dépaysement, une relation concrète se noue entre l’homme et la Terre, une géographicit  de l’homme comme mode de son existence et de son destin.” (DARDEL, p.01-02 – grifo do autor). Holzer (2001, p.119) afirma que a geograficidade   a essência que a ciência regional do espaço, a Geografia, deve estudar e que, enquanto tal, define a relaço o do ser-no-mundo. Esta   a base da existência, tal como argumenta Dardel (1952, p.50):

Il y a dans le lieu d’où l  conscience se lève pour se tenir debout, face aux êtres et aux  v nements, quelque chose de si primitif que le ‘chez soi’, le pays natal, le point d’attache, c’est, pour l s hommes et les peuples, le lieu ou ils dorment, la maison, la case, la tente, le village. Habiter une terre, c’est d’abord se confier par le sommeil   ce qui est, pour ainsi, direau-dessous de nous: base ou se replie notre subjectivité. Exister, c’est pour nous partir de là, de ce qui est plus profond que notre conscience, de ce ‘fondamental’, pour détacher dans le monde environnant les ‘objets’ auxquels se porteront nos soins et nos projets.

A geograficidade   a característica daquilo que possui existência, a partir de uma realidade geográfica. Esta resiste a n s, convocando nossa presença e intencionalidade. Por isso a consciência do lugar e a vontade são elementos centrais dessa realidade fora-de-mim. A consciência geográfica, diz Dardel,   anterior   racionalizaço o da ciência, já que se estabelece na forma de um espaço telúrico, ligado aos elementos e   memória primitiva. Essa experiência telúrica   a mais elementar e que sustenta nosso ser-no-mundo: “La réalité géographique agit sur l’homme par un  veil de la conscience. Parfois même, elle op re comme un r veil, comme si, avant même que nous en prenions conscience, elle était d j  l .” (DARDEL, 1952, p.50 – grifos do autor).

Dardel busca uma relaço o homem-terra, material-imaterial, filosofia-ciência, encontrando no elo geográfico a possibilidade de uma geografia fenomenológica, essencial. Nessa ontologia, o lugar funda nossa existência e nossa condiço o humana, cumprindo o papel desse elo. “Nous pouvons changer de lieux, d loger, mais c’est encore chercher un lieu; il nous faut pour une base pour poser L’Etre et réaliser nos possibilites, um ici d’o  se d couvre le monde, um l -bas ou nous allons.” (DARDEL, 1952, p.56 – grifos do autor). A realidade geográfica expressa no lugar convoca o *Da-sein*, o ser-com e a existência, a qual não pode ser vista como simples presentificaço o. Heidegger (1991) alerta que, na metafísica moderna, a existência ficou limitada ao plano da técnica, da racionalidade, da mera demonstraço o. Existência  , para ele, uma ex-sistência (*Ek-sistence*), pois se refere ao ideal de um ser autêntico, que tenha consciência de sua condiço o: o ser reencontrado com o homem.

A busca de superaço o das dicotomias modernas   marca da fenomenologia que, segundo Edward Casey, funda a ligaço o entre corpo e lugar, não sendo possível mais separar identidade física da pessoal. O resultado   uma relaço o

dialógica, na qual os lugares dependem dos sujeitos para existirem e os sujeitos não existem sem os lugares, numa relação que vai além da influência: “[...] no place without self and no self without place”. (CASEY, 2001, p.684 – grifos do autor). Casey encara o lugar como foco da experiência humana, construindo uma compreensão do estatuto geográfico da experiência do sujeito (*self*) no lugar. A mediação dessa experiência é o corpo. É ele que media a relação do eu com o lugar, por meio dos sentidos, expressa em dois movimentos desta relação: *outgoing* (saindo) e *incoming* (entrando).

Outgoing. The lived body encounters the place-world by going out to meet it. It does this in myriad ways, including highly differentiated and culturally freighted ways, such as racial or class or gender identity, the focus of so much recent writing on the body. [...]

Incoming. But the body not only goes out to reach places; it also bears the traces of the places it has known. These traces are continually laid down in the body, sedimenting themselves there and thus becoming formative of its specific somatography. (CASEY, 2001, p.688 – grifos do autor)

O *outgoing*, portanto, refere-se à orientação do corpo no espaço, tanto nas oposições binárias (em cima/embaixo, na frente/atrás e direita/esquerda) quanto no direcionamento do movimento (para cima/para baixo, para frente/para trás e para a direita/para a esquerda). O lugar-mundo, para Casey, é energizado e transformado pelos corpos, os quais são guiados e influenciados pelas estruturas inerentes ao mundo.

O *incoming* se revela na inscrição que recebemos dos lugares. Elas manifestam-se em nós pela sua tenacidade e por nossa sujeição a ele. Casey registra que, quando passamos por um lugar e o vivemos, ele se inscreve em nós através de nosso sentimento, ou seja, através do sentimento que experienciamos naquele lugar, naquele tempo. Assim como Proust (apud CASEY, 2001, p.688) afirmou, “[...] the essence of a place can be compressed into a single sensation, which, being reawakened, can bring the place back to us in its full vivacity”. Essa é a tenacidade do lugar. Quanto à sujeição, Casey registra que ela se dá tanto através da docilidade, em que somos meras criaturas de um lugar, até a apreciação, na qual gostamos de estar em determinado lugar, chegando à mudança, pela qual nos alteramos em função de termos estado lá. Esse entendimento permite ao autor afirmar que continuamos nos lugares aos quais nos sujeitamos, mesmo quando não estamos mais lá, pois os lugares estão em nós e, na verdade, são nós mesmos, graças à sua incorporação em nós por um processo de somatização, cuja lógica ainda está para ser descoberta.

Assim, o ser *é/está* no lugar, ou nele se funda, podendo ali existir. Esse existir é espaço-temporal. Dardel (1952) entende geograficidade e temporalidade como fundamentos do ser, interligadas no lugar e no acontecimento. Assim, a localização é resultado das relações recíprocas entre lugar e acontecimento, expressa na experiência

geográfica de distância e proximidade. A localização significa uma posição que se refere ao aporte espacial e temporal da condição de existência. A ligação entre tempo e espaço se dá justamente pela noção de distância, sendo estruturados pela intencionalidade do ser (TUAN, 1974; HOLZER, 2001).

Sendo espacial e temporal, o geográfico é dinâmico, assim como os lugares e a experiência destes, conforme afirma Martins (2007, p.43): “[...] os entes modificam-se, movimentam-se, metamorfoseiam-se, estão em constante fundamento ontológico do seu ser, estabelece-se como subjetividade.” A própria geograficidade é móvel, afirma o autor. O movimento se dá pela localização, proximidade, distância, distribuição e extensão. Destes, a proximidade é elemento chave de compreensão do *Da-sein* em Heidegger, funcionando como elemento catalizador dos sentidos espaciais do ser. Lígia T.S. Pádua afirma que como o *Da-sein* está mergulhado na facticidade da vida, o ponto para compreensão dessa espacialidade acontece a partir do que é mais próximo na vida cotidiana, “[...] tornando as coisas que o cercam referências iniciais e fundamentais para uma configuração não apenas de seu próprio lugar – seu espaço de ação –, como também para a compreensão de regiões que se estendem para além delas.” (PÁDUA, 2005, p.12-13 – grifos do autor). A própria idéia de fenômeno contém a proximidade, que implica referencialidade ao entorno e aos entes.

Heidegger fala de uma proximidade direcionada, composta pelo distanciamento (o distanciar fundado na possibilidade de aproximar ou diminuir distâncias), pela região ou circundade (ambiente onde uma coisa particular pode mover-se) e pela orientação (o norteador do ser-no-mundo). Essa proximidade direcionada, segundo Pádua (2005, p.60), “[...] irá determinar tanto a espacialidade do manual intramundano quanto a do próprio *Dasein* [...]”. A autora afirma que essa distância nunca é medida mas é fundada no uso habitual e, entendido como “remoção de distâncias” no lidar cotidiano, expressa a busca pelo aumento da velocidade para evitar a perda de tempo no decorrer dessa cotidianidade. “Isso se traduziria, principalmente, nos esforços da tecnologia para encurtar distâncias espaciais e temporais.”

A circundade é, dos três fenômenos, aquele que se refere mais explicitamente à espacialidade, estando associado, no pensamento de Heidegger, diretamente a lugar. Este, entendido a partir da direção e do distanciamento, ajuda a compreender a espacialidade do *Da-sein* em *Ser e tempo*:

A proximidade direcionada ao instrumento significa que ele não ocupa uma posição no espaço, meramente localizada em algum lugar [...] O local e a multiplicidade de locais não devem ser interpretados como o onde de qualquer ser simplesmente dado de coisas. O lugar é sempre o ‘aqui’ e ‘lá’ determinados a que pertence um

instrumento. [...] A condição de possibilidade da pertinência localizável de um todo instrumental reside no para onde a que se remete a totalidade de locais de um contexto instrumental. (HEIDEGGER, 2002, p.150)

Essa espacialidade nada tem que ver com a localização geométrica, mas é temporal e espacial. Quando pensamos em termos ontológicos, ela tem que receber uma conotação diferente:

[...] o sentido da localização se definirá pela intensidade qualitativa da relação e pela extensão a que se vê inserido o ente. Extensão e intensidade qualitativa numa relação variam em função de aspectos que vão desde a afetividade (identidade, sentimento de pertencimento etc.) até o caráter técnico estabelecido na relação [...]. (MARTINS, 2007, p.48 – grifos do autor)

Isso porque a existência é movimento interior: intencionalidade e volição. Tendemos aos objetos, e eles vêm ao nosso encontro. Nos encontramos a partir das ações que tencionamos, que nada mais são do que exercícios do querer. São as experiências do querer que nos dão certeza sobre o ser-aí de objetos exteriores à consciência. O nosso querer possui uma relação análoga ao ser-assim das coisas, assim como o nosso intelecto nos conduz à sua *essentia*. “As coisas opõem resistência à nossa vontade e ao nosso esforço e é nessa resistência que vivenciamos a realidade das coisas.” (HESSEN, 2003, p.80) O ser é intencionalidade e volição, não apenas na sua relação com os objetos, mas também com o outro. O *Da-sein*, também traduzido por “ser-aí”, significa “[...] o existir em cada caso particular, no aí, no ‘estar sendo’ de cada um.” (PÁDUA, 2005, p.10). *Da-sein* é, portanto, o ser-com, mas não como mera presentificação. O sentido do ser-com revela a necessidade ontológica do outro para o ser.<sup>9</sup> O “aí” é o sentido social e temporal da essência do ser: sou entre os meus.

Os outros não significa todo o resto dos demais além de mim, do qual o eu se isolaria. Os outros, ao contrário, são aqueles dos quais, na maior parte das vezes, ninguém se diferencia propriamente, entre os quais também se está. [...] ‘Com’ e ‘também’ devem ser entendidos existencialmente e não categorialmente. Na base desse ser-no-mundo determinado pelo com, o mundo é sempre o mundo compartilhado com os outros. O mundo d[*o Da-sein*] é mundo compartilhado. O ser-em é ser-com os outros. O ser-em-si intramundano destes outros é co-presença. (HEIDEGGER, 2002, p.170 – grifos do autor)

No contexto de sua ontologia fundamental, esse “aí” implica também a espacialidade fática (referente à faticidade), que é definida pela temporalidade. O caráter espacial desse ser-aí, portanto, é muito frágil em *Ser e tempo*, embora Heidegger tenha afirmado explicitamente que o próprio *Da-sein* “[...] é ‘espacial’, no tocante a seu ser-no-

<sup>9</sup> O termo alemão que é traduzido como ‘ser-com’ é *mitsein*, assim justificada pelo tradutor de *Ser e tempo*: “O ser é dinâmica de exercício e por isso sempre difusivo de si mesmo. Em consequência, todas as realizações em modos de ser trazem inscritas na sua constituição essa dinâmica difusiva do ser. [*o Da-sein*] é o lugar em que aparece esta imbricação. Por isso, todas as suas concretizações na existência exercem uma ação expressa pela preposição com (mit). Assim, nunca se dá um ser ou modo de ser isolado. Todo ser é sempre ser-com mesmo na solidão e isolamento, [*o Da-sein*] é sempre co-presença (Mitdasein), o mundo é sempre mundo compartilhado (Mitwelt), o viver é sempre com-vivência (Miteinandersein).”

mundo.” (HEIDEGGER, 2002, p.152). Essa afirmação, aparentemente clara e direta se enfraquece ao longo da discussão e se dilui na importância da temporalidade, embora tenha deixado aberto o caminho que será trilhado posteriormente pelo autor. Na verdade, o espaço cresceu gradativamente em importância e se manteve como um dos seus temas fundamentais até sua morte. Pádua (2005) aponta que mesmo em *Ser e tempo*, enquanto obra inconclusa, continha os elementos que reclamariam o papel do espaço na sua ontologia. Assim, embora alguns autores julguem a ontologia heideggeriana excessivamente temporal, o que a afastaria da Geografia ou de uma ontologia espacial (SOJA, 1993), a análise da obra de Heidegger como um todo, em especial de sua fase madura, permite não apenas pensar de forma substancial a espacialidade do ponto de vista de uma ontologia geográfica, como até repensar *Ser e tempo* do ponto de vista de suas contribuições para a construção dessa perspectiva.

O foco destas análises é o próprio *Da-sein*, que posterior a *Ser e tempo* continuou no centro da sua discussão, mas foi reconduzida a seu sentido espacial e temporal. Holzer (1998, p.37) movimenta essa concepção para sua metodologia fenomenológica, entendendo-a como “[...] a raiz do intercâmbio do ser com o seu suporte; do ser com o mundo; entre os entes, humanos ou não; entre as sociedades e as culturas. Ela é, ademais, o ponto de referência sobre o qual experimentamos a passagem do tempo; ela é a base sem a qual a história não pode acontecer.”

Pádua (2005) assinala que Heidegger procura ampliar a questão do espaço em relação aos limites impostos pelas ciências, principalmente pela geometria e pela física, concebendo-o atrelado à interioridade da consciência subjetiva. Tudo o que ocorre depois de *Ser e tempo* constitui uma verdadeira genealogia do espaço, expressa em uma equiparação tempo e espaço na própria questão do ser. Assim, questões e conceitos são revistos e têm sua dimensão espacial reforçada, tal como é a idéia-chave desta pesquisa: o habitar (*dwelling*). O conceito foi exposto inicialmente em uma conferência proferida em cinco de agosto de 1951, no âmbito dos “Diálogos de Darmstadt”, sobre “O homem e o espaço”, publicada no ano seguinte com o nome “Construir, habitar, pensar” (HEIDEGGER, 2001d). O conceito acompanhou a evolução do pensar a espacialidade do *Da-sein*, ganhando destaque gradativo a ponto de ser considerada o tópico central do pensamento do “último Heidegger”, inclusive no que se refere à sua ontologia fundamental (YOUNG, 2000).

No texto inaugural da discussão, Heidegger (2001d, p.125) afirma que “o espaço [...] não é algo que se opõe ao homem. O espaço nem é um objeto exterior e nem uma vivência interior.” A relação entre eles se dá através do habitar, vinculando

lugar, espaço e homem. O habitar é a própria essência da relação homem-meio, expressa em sua totalidade vivida. Para o filósofo, habitar não é apenas o ato de morar numa residência. Ele procura as ligações com o construir encontrando nele a própria essência do habitar. Heidegger comenta pelo menos quatro sentidos básicos que compõem o habitar: (1) construir é propriamente um habitar; (2) habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra; (3) de-morar-se; e (4) resguardar. Habitar não é, portanto, simplesmente edificar e morar: envolve o demorar-se (a pausa necessária ao envolvimento) e o resguardo tanto dos mortais quanto da Terra. Mais importante, no entanto, é que habitar é o modo essencial de ser e estar dos mortais sobre a terra, ou seja, a relação homem-lugar é um habitar a partir de um construir. Mas que construir é esse? O construir das relações que garantem às pessoas, ao indivíduo, à terra e ao lugar continuarem sendo. Todas as atividades que envolvem esse cultivar e esse crescimento estão implicadas no construir que, por sua vez, é o próprio habitar. O habitar, portanto, é o modo próprio do homem ser e estar no mundo.

De fato, habitar recebe papel cada vez mais importante na ontologia heideggeriana, permitindo agregar significados e sentidos, se impondo “[...] como um conceito da maior relevância, reunindo em si os conceitos de espaço, tempo, lugar e o todo das relações que neles vão se estabelecendo sob a marca da proximidade.” (PÁDUA, 2005, p.95 – grifo do autor). O próprio pensar em Heidegger está relacionado à proximidade e, enquanto tal, ao habitar, ao espaço e ao lugar. É um pensar na simplicidade, tendência que dominou seu pensamento após *Ser e tempo* (FOLTZ, 2000).

Mas de que maneira estaria habitar ligado ao *Da-sein*?

A importância e a complexidade deste conceito deve-se principalmente ao fato da unidade indissolúvel entre mundo e *Dasein*. Este termo, aliás, designa tanto o ‘ser’ do mundo quanto a vida humana e Heidegger explicita, numa antecipação da expressão ‘ser-no-mundo’ (*In-der-Welt-sein*), a unidade entre mundo e vida humana na palavra existência. Esta unidade aponta para a inevitável identificação entre a espacialidade do mundo e a do *Dasein*: o que se designa como espacialidade fática vem a ser precisamente a forma de compreensão e interpretação do entorno que toma por referência o ocupar-se, o mover-se e o habitar do *Dasein* no mundo. (PÁDUA, 2005, p.25 – grifos do autor)

Habitar remete diretamente ao *Da-sein*, constituindo-se num elo fundamental que permite compreender a intencionalidade e a volição do ser em sua dimensão espacial e social, dilatando-se a ponto de envolver o que “[...] poderia imprecisamente chamar de ‘espaços interiores’ e ‘espaços exteriores’ dessa espacialidade que se estabelece a partir do *Dasein*.” (PÁDUA, 2005, p.13). O elo para esse salto é o demorar-se e o resguardo, os quais, enquanto traços essenciais do habitar, esses referem-se ao envolvimento visceral homem-Terra, tal como sugerido por Dardel (1952),

ou como na concepção de lugar de Tuan (1975; 1983), implicando a permanência e o envolvimento. No resguardo está implicado o demorar-se, sendo próprio dele a proteção dos mortais e da terra preservando-os do dano e da ameaça. Resguardo é ação positiva de preservar, permitindo o crescimento, o frutificar. "Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência." (HEIDEGGER, 2001d, p.129). É a proteção sublime.

Essa segurança está relacionada à essência do próprio homem enquanto habita, pois "os mortais são, isso significa: em habitando têm sobre si espaços em razão de sua de-mora junto às coisas e aos lugares." (HEIDEGGER, 2001d, p.136 – grifos do autor). O *Da-sein* não é descolada de uma narrativa espacial entre lugares, territórios e do próprio mundo circundante. Esta é a própria essência do habitar que, por sua vez, é a determinação do ser-homem. "A referência do homem aos lugares e através dos lugares aos espaços repousa no habitar. A relação entre homem e espaço nada mais é do que um habitar pensado de maneira essencial." (HEIDEGGER, 2001d, p.137).

Deste habitar depende toda a segurança ontológica e a capacidade da pessoa de enfrentar perigos. A vulnerabilidade existencial está obviamente ligada ao habitar, mas não apenas ela. Os aspectos coletivos da vulnerabilidade (como o econômico, o cultural e o ambiental) também possuem suas determinações atreladas ao habitar, pois este abrange todo o espectro do como e do o que o homem é, envolvendo toda a sua trajetória diária e histórica de vida.

O habitar indaga, portanto, pela segurança ontológica, que faz parte do sentido essencial de habitar. Vulnerabilidade, risco e perigo são fenômenos dessa ambivalência segurança/insegurança, que se manifesta na experiência vivida. Heidegger nos ajuda a abrir caminhos no pensar a situação do ser na sociedade contemporânea, em sua geograficidade. Esta se manifesta a partir da ligação íntima habitar-lugar, enquanto fenômeno geográfico vivido e iluminado pela experiência de uma pessoa, que dota o espaço de sentido. Buttimer (1976) assinalou a importância do habitar para refletir sobre a relação que o homem estabelece com o seu lugar. Segundo a autora, a humanização da terra pode ser vista como um processo pelo qual a Humanidade tem buscado vários estilos de habitar no espaço e no tempo. Esse habitar, observa Buttimer (1976, p.277), "[...] means to live in a manner which is attuned to the rhythms of nature, to see one's life as anchored in human history and directed toward a future, to build a home which is the everyday symbol of a dialogue with one's ecological and social milieu." Habitar se refere ao mundo vivido (*Lebenswelt*) permitindo uma análise ontológica essencial da sociedade a partir das diferentes formas de habitar, seja a cidade, o campo ou a região.

Procurando seguir esse caminho, tecemos a seguir, a partir do habitar, uma fenomenologia dos riscos e perigos para pensar a vulnerabilidade em sua dimensão ontológica na sociedade contemporânea.

### 3.2 Experiência dos Riscos e Perigos

Riscos e perigos são fenômenos. Isso quer dizer que possuem uma constituição fenomenológica que lhes dá existência no plano perceptivo e experiencial. Podem ser vividos e sua constituição é multidimensional, abarcando as diferentes esferas do mundo fenomênico. Dizer que eles são fenômenos implica, portanto, entendê-los em sua inteireza tal como aparecem à consciência. Significa, também, que há uma essência geral que liga os riscos e perigos, por mais diferentes que possam parecer ou por mais que as diferentes ciências, de seus pontos de vista específicos, possam fazer supor.

Assim, riscos e perigos possuem dimensão material, podendo ser localizados num plano de coordenadas, apresentando manifestação física que interfere numa dada organização espacial. Possuem também a dimensão sociocultural, que lhes atribui significado e valor ao mesmo tempo em que lhes dá existência. Embora acontecimentos distintos, riscos e perigos são um único fenômeno. O risco é um acontecimento em potência, uma situação que em si gera reações no espaço e na sociedade. Prevenção, planejamento, planos de contenção, mitigação e adaptação são ações que podem compor a situação de risco. A própria existência do risco comporta todas essas ações. Ao mesmo tempo a comunicação, a pesquisa científica, os laudos técnicos, o imaginário e a memória estão construindo e reagindo ao risco. A relação fenomenal se estabelece à medida que não há antes ou depois: a repercussão e os discursos socioculturalmente construídos e vinculados ocorrem ao mesmo tempo em que há o esforço de lidar, medir e conhecer tecnicamente o risco.

O perigo é componente do mesmo fenômeno que o risco porque não existe risco sem perigo ou perigo sem risco, sem haver prevalência de um sobre o outro. O que havia na pré-modernidade era dano, incerteza, insegurança. Não esse perigo modernamente significado, fruto destes fenômenos históricos e geográficos. O perigo, tanto quanto o risco, é fruto da modernidade e sua gênese está no mesmo movimento, componentes do mesmo fenômeno que são. O mais correto, portanto, seria a referência a risco-perigo, mantendo sempre a perspectiva de sua estrutura fenomenal e de suas especificidades enquanto entes e acontecimentos.

Enquanto fenômeno, portanto, risco-perigo manifesta-se na consciência, experiencialmente vivido. Essa dimensão existencial é seu fundamento ontológico, já que risco-perigo não tem nenhuma significação na modernidade se retirarmos dele seu significado psíquico: medo, insegurança e incerteza. Estes sentimentos se manifestam apenas na experiência, não podendo ser identificados na materialidade. Risco-perigo pode ser revelado pela espacialidade, mas sua manifestação ontológica só se torna completa quando perscrutamos a experiência, na qual nem sempre iremos encontrar tais fenômenos em sua inteireza, pois risco-perigo é uma construção racionalizada, técnica, e enquanto tal não aparece intuitivamente na consciência.

Risco-perigo não é ontologicamente componente do *Da-sein*, contudo, eles o invadem, ajudando no ocultamento do ser. A mediação da técnica na forma de lidarmos com nossas ansiedades e medos é o meio para este ocultamento. O tempo do risco-perigo, portanto, é o aprofundamento da questão do esquecimento do ser, à medida que ele se torna tão relevante a ponto de redirecionar o olhar do homem para suas fragilidades e sua morte. A incerteza sobre os entes e sobre o próprio ser gera insegurança para o ser, aprofundando a crise ontológica.

Moreira (2007, p.134) aponta três "leis" geográficas que estariam na origem desta crise, chamada por ele de mal-estar espacial: a desnaturalização (separação homem-natureza), a desterração (separação homem-campo) e a desterritorialização (a fluidez contemporânea). As três estão articuladas no delinear do "[...] próprio ser-estar do homem-no-mundo atual como um homem alienado do espaço e por isso de si mesmo." Os três processos conduzem a uma desespacialização permeada pela técnica, estando ligadas à própria estrutura da modernidade e do seu atual estágio. Pelo espaço estar fora, não fazendo parte do ser, está aberta a possibilidade do domínio e manipulação do homem e da natureza, colocando a técnica e a razão como definidores ontológicos do ser e dos entes (homem e natureza). É nessa abertura que se coloca o reclame radical de Heidegger (2002) por uma ontologia fundamental que tire o ser do seu esquecimento e recoloca as condições para uma existência autêntica.

Heidegger (2001b) faz forte crítica ao que chama de "questão da técnica". O autor chama a modernidade de "era do átomo", tempo da tirania da técnica. Ao tentar refundar a metafísica em sua ontologia fundamental, Heidegger desconstrói não apenas a metafísica tradicional, mas a própria relação técnica-homem, procurando expor os mecanismos que a tornam uma manifestação do esquecimento do ser. A técnica é uma das principais maneiras do ocultamento do ser, afirma Heidegger, sendo necessário desvendar a técnica para poder compreender o ser, pois é ela, e não o *Da-*

*sein*, que media a relação do homem com o ser. O filósofo acusa a ciência de ter trazido o “perigo extremo” pois sua essência está oculta. E está oculta pela própria técnica, que se funda nesse ocultamento, a partir da distância e do tratamento das questões do nosso tempo de forma calculada, o que impossibilita o pensar. Uma ciência convertida em técnica não se presta ao pensamento, mas à produção e à exploração. E uma sociedade que confia em uma ciência técnica, que tem sua essência oculta, revela-se como uma sociedade exposta ao perigo.

A ameaça, que pesa sobre o homem, não vem, em primeiro lugar, das máquinas e equipamentos técnicos, cuja ação pode ser eventualmente mortífera. A ameaça, propriamente dita, já atingiu a essência do homem. O predomínio da com-posição arrasta consigo a possibilidade ameaçadora de se poder vetar ao homem voltar-se para um desencobrimento mais originário e fazer assim a experiência de uma verdade mais inaugural. (HEIDEGGER, 2001b, p.30-31)

É da própria condição existencial do homem, ou de seu ocultamento, que emerge esse perigo, não da técnica em si. O avanço cada vez maior da técnica e da ciência produz esse afastamento expresso no nosso distanciamento para com os instrumentos técnicos que circundam nossa existência. Diariamente somos confrontados com objetos sobre os quais não temos controle ou conhecimento, colocando em novos termos o conflito entre os saberes técnicos dos sistemas de peritos e os saberes leigos, que são compartilhados pelo senso comum, pela tradição ou adquiridos experiencialmente (BECK, 1992). Tamanho é o ocultamento do ser que sequer o pensamento nos é permitido, à medida que os sistemas de automação, a velocidade e a homogeneização dos espaços e modos de ser diminuem esta possibilidade.

Não significa que viver se tornou mais perigoso, pois a modernidade também trouxe diminuição de incertezas (vide o aumento significativo da expectativa de vida de maneira generalizada no mundo nos últimos 100 anos). Desde a antiguidade, passando pelo medievo e atravessando a era moderna, o medo (aspecto psicológico do perigo) produziu diferentes paisagens, referentes a espaços e tempos específicos. Essas paisagens do medo, entendidas enquanto os estados psicológicos e o aspecto material do fenômeno, despertam a angústia, o sofrimento e a incerteza nas pessoas, associando lugares a sentimentos tofopóxicos específicos (TUAN, 2005). Contudo, a lida diária da vida ganhou complexidade e aceleração, tornando-se uma verdadeira estrada cheia de bifurcações. Se antes os momentos decisivos na vida de uma pessoa eram poucos e relativamente previsíveis (a tradição, o costume e a religião encarregavam-se de ditar a ordem e a forma de fazer as coisas), hoje a vida cotidiana está repleta de opções de modos de ser e de estilos de vida que obrigam o homem a fazer escolhas constantes, no que Ascher (1998) chama de “supermercado de estilos de vida”. Porém, se num primeiro

momento isso significa liberdade, por outro lado, a liberdade é também fonte de risco, pois nem sempre há parâmetros ou conhecimentos confiáveis que nos permitem escolher. Dessa ignorância e incerteza brota a insegurança e o medo diante de riscos-perigos imprevisíveis e incalculáveis, que deixam a pessoa impotente diante deles.

Giddens (2002) procura criar um vocabulário de noções que nos auxiliem a descrever essa insegurança ontológica que tem raízes tanto na biografia pessoal quanto na macro-organização social do nosso tempo (modernidade líquida), a partir das quais podemos delinear um caminho para pensar a ambivalência segurança/insegurança ontológica contemporânea. Julgamos pertinente destacar três elementos discutidos por Giddens: confiança básica, casulo protetor e mundo circundante. Estes nos permitem compreender a experiência dos riscos-perigos e da segurança/insegurança ontológica enquanto fenômenos do ser-com e do lugar, fundantes do habitar. Estes apontam para a vulnerabilidade existencial como conceito que revela as repercussões do encontro dos fenômenos macro-sociais e existenciais na circunstancialidade dos lugares, permitindo compreender o acontecer fenomenológico nas experiências particulares de riscos-perigos.

A primeira, a confiança básica, está relacionada ao desenvolvimento cognitivo de todo ser humano, constituindo-se a partir do nascimento, atrelada à relação da criança com os adultos provedores. Esse tipo de confiança se alicerça na certeza da continuidade dos outros e do mundo-objeto, ou seja, na manutenção das relações, das pessoas e do mundo. Giddens (2002) explica que a criança desenvolve a confiança na continuidade do cuidado e da provisão dos pais. Pouco a pouco ela aprende que quando os progenitores saem, não significa a descontinuidade do cuidado; ela confia que eles voltarão. Esse tipo de confiança básica se estende posteriormente aos sistemas socioculturais, manifestando-se até de formas simples como a certeza da provisão de energia, água e alimentos, mesmo que não estejamos empenhados em nenhuma atividade que produza ou garanta que tais bens estejam acessíveis a nós, em nossas casas ou nos supermercados.

O casulo protetor está baseado psicologicamente na confiança básica, tratando-se de uma estrutura que filtra "muitos dos perigos que em princípio ameaçam a integridade do eu." (GIDDENS, 2002, p.55). São componentes primários deste casulo a família e os laços elementares de parentesco, vizinhança e amizade. Nos afazeres da vida diária, a "confiança básica se expressa como um parêntese em torno de possíveis eventos ou questões que poderiam, em certas circunstâncias, causar sobressaltos." (GIDDENS, 2002, p.120). O casulo atua criando um espaço social onde a pessoa já tem

estabelecida a confiança, podendo despreocupar-se em relação às ameaças, filtradas pelo casulo e mantidas distantes.

Em conseqüência desse espaço social, uma espacialidade propriamente dita também se configura, expressa pelo conceito de mundo circundante, de Goffman<sup>10</sup>: “um núcleo de normalidade (realizada) com que os indivíduos e os grupos se cercam. [...] O [mundo circundante] inclui mais que as cercanias físicas imediatas. Ele se estende por porções indeterminadas do tempo e do espaço [...] é um mundo de normalidade ‘em movimento’, que o indivíduo transporta de situação para situação [...]” (GIDDENS, 2002, p.120-121). O mundo circundante dá uma espécie de materialidade ao casulo protetor, sendo, no entanto, um espaço que é carregado constantemente pelo indivíduo, permeado de reflexividade, pois as ameaças e riscos são avaliados em todos os contextos em que a mobilidade leva a pessoa.

Os elementos que produzem a insegurança ontológica são o negativo dos elementos expostos até aqui, como a angústia, a liberdade de tomar decisões e os sistemas abstratos. Giddens procura mostrar a característica essencialmente diferente destes em nosso tempo e como os mesmos atingem o ser, provocando insegurança.

A angústia e a ansiedade a ela relacionada atingem o indivíduo quando a confiança básica foi abalada ou não foi plenamente desenvolvida. O medo da perda, as incertezas quanto aos riscos de alta conseqüência, fraturas no casulo protetor e dificuldade em manter a invulnerabilidade do mundo circundante são alguns dos elementos que geram esses sentimentos nas pessoas. Em muitos casos, a angústia e a ansiedade estão relacionadas às decisões que têm de ser tomadas no planejamento de vida e nos estilos de vida da pessoa. Com a falha dos sistemas abstratos em fornecer certezas ou elementos para a avaliação e escolha, os indivíduos, fora do casulo protetor, sofrem o peso da liberdade: liberdade para escolher, mas sem parâmetros para realizar tais decisões. Estas dependem de nosso próprio julgamento e não há autoridades que possam declarar ter a “verdade”, pois os sistemas de peritos estão em debate também, sem consenso. Angústia semelhante enfrentam pais que têm de decidir se matriculam os filhos nessa ou naquela escola; se dão este ou aquele brinquedo; se permitem que os

---

<sup>10</sup> O termo usado por Giddens é *Umwelt*, tal como utilizado por Erving Goffman. A tradução brasileira manteve o termo em seu original. Utilizamos “mundo circundante” seguindo a tradução de *Umwelt* tal como usado por Heidegger em *Ser e tempo*. Mesmo que o uso de Goffman não coincida explicitamente com o de Heidegger, “mundo circundante” traduz bem o seu sentido, conforme a nota do tradutor, justificando sua escolha, nos faz entender: “O adjetivo circundante, apostado a mundo, propõe-se a traduzir a preposição UM, que tem como função ressaltar o movimento de abranger e abarcar próprio do mundo.” Como mundo em Heidegger é o fenômeno ontológico da pre-sença, remete em seus próprios termos ao conjunto de normalidade e segurança social (institucional) que Goffman (1971) faz menção com o termo. Como Giddens utiliza o conceito numa análise ontológica, a aproximação com a noção de Heidegger é não apenas pertinente como necessária.

filhos vejam ou não a um filme etc. Na sociedade de risco, nem o casulo protetor nem o mundo circundante conseguem impedir todas as ansiedades provenientes dos sistemas abstratos e das escolhas que temos de fazer no planejamento e estilo de vida. E é por isso que as escolhas nos trazem um forte sentido de insegurança.

Essa angústia é mais sentida pelos mais jovens ou por aqueles que não têm o casulo protetor ou a tradição para se estribar em suas decisões. Migrantes são especialmente atingidos, tendo de lançar mão de outras estratégias para estabelecer situação de segurança. Bauman (2007, p.10) chama a atenção para a condição de *free-chosers* que se espera que desempenhemos, assumindo todas as conseqüências de nossas escolhas, embora tenhamos de realizá-las livremente, sem parâmetros e com os riscos transcendendo “[...] a compreensão e a capacidade de ação do indivíduo.”

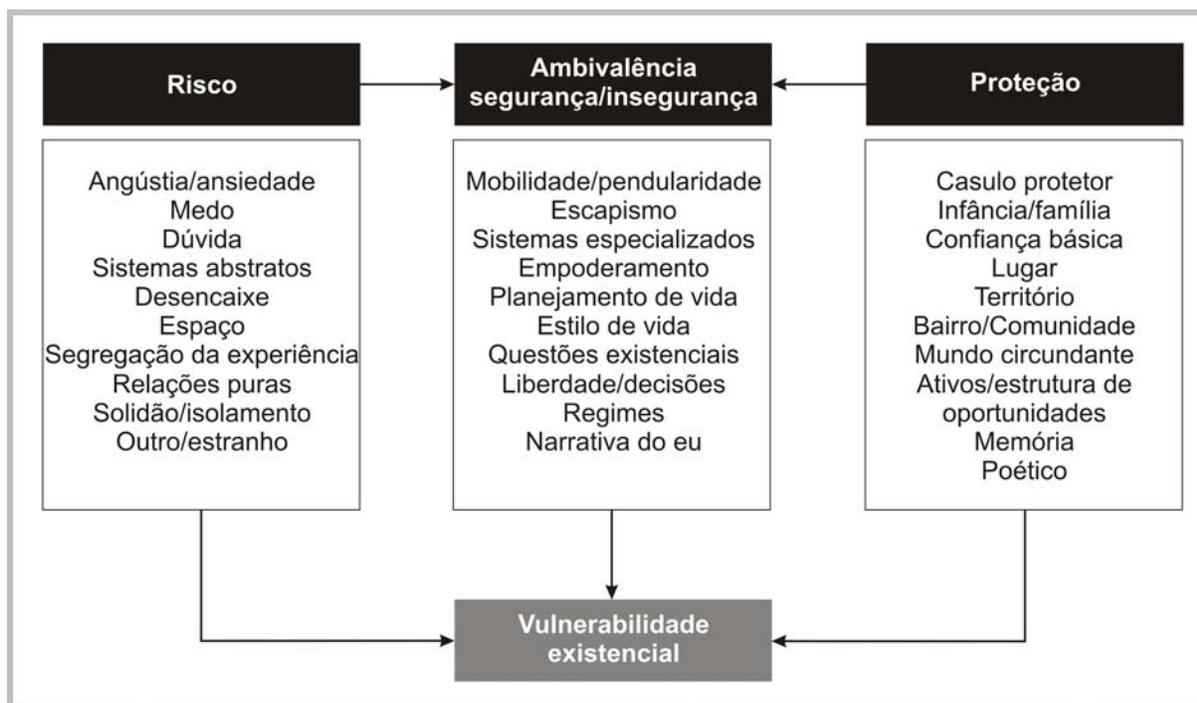
No entanto, o planejamento e o estilo de vida mantêm uma relação ambivalente em relação à tensão risco/proteção. Nosso estilo de vida pode trazer o risco para dentro de nossas casas, mas também pode ser ele a contribuir para o fortalecimento do casulo protetor e da diminuição do risco. Na verdade, é justamente esta ambivalência que dota de angústia a liberdade de escolha de estilos de vida, pois muitas vezes serão nossas próprias ações e decisões que aumentarão nossa proteção ou nosso risco.

As questões existenciais são outros traços ambivalentes da tensão segurança/insegurança. Quando a pessoa tem suas bases de confiança e proteção estabelecidas, contando com a continuidade da narrativa do eu (sua própria biografia), em geral é porque tem tranqüilidade sobre as questões existenciais, que se referem a parâmetros básicos da vida humana, como o ser, finitude da vida humana, a experiência dos outros e a continuidade da auto-identidade (GIDDENS, 2002, p.56). Destas questões, a sensação de estabilidade proveniente da continuidade da auto-identidade é uma espécie de síntese da segurança ontológica, pois quando o indivíduo alcança a certeza de seu próprio eu e de sua história (a narrativa), significa que ele tem segurança em relação às demais questões. Dúvidas e incertezas nestes casos produzirão ansiedade, angústia e um sentimento de vulnerabilidade existencial.

A principal lacuna em Giddens é uma abordagem mais consistente da dimensão espacial da insegurança ontológica. Embora incorpore a dimensão espacial em suas análises de forma significativa, nesta discussão específica a espacialidade do ser não fica explicitada, estando oculta, por assim dizer. É imprescindível que a pensemos para compor o quadro da segurança/insegurança ontológica e a vulnerabilidade.

Na Figura 3.2, listamos os elementos que interferem na tensão risco/proteção e segurança/insegurança existencial, além dos elementos ambivalentes que podem contribuir para um ou outro lado. A tensão entre tais elementos resulta na vulnerabilidade existencial. Neste quadro, procuramos incorporar os elementos trazidos à tona por Giddens (1991; 2002) com aspectos de natureza geográfica que julgamos cruciais, como lugar, território, mobilidade e comunidade, enquanto fundamentos da existência. O indivíduo, em sua auto-identidade, pode derivar segurança ou insegurança de cada um deles. Não esgotaremos, no entanto, todas as possibilidades de reflexão, levantando alguns dos pontos principais destacados no quadro, conduzindo o argumento para nossa categoria central de pesquisa: o habitar.

Figura 3.2 – Fenômenos que interferem na tensão risco/proteção e segurança/insegurança ontológica



Entre aqueles listados, o lugar é certamente o mais significativo. Este é a menor célula espacial, o centro de razão sensível de um eu. O lugar se desenha em torno de biografias e histórias de vida, sendo estabelecido a partir do envolvimento da pessoa no espaço (TUAN, 1975; 1983). Assim, ao longo de nossas experiências dotamos certos pontos do espaço de significado específico, como que os iluminando em relação ao entorno. Podem ser lugares onde moramos, onde temos memórias agradáveis, onde

costumamos encontrar pessoas ou onde gozamos de alguma bem-aventurança. A importância do lugar, como apontou Casey (1993), está na ligação essencial e primeira do eu com o lugar, pois sem ele não há possibilidade nem de narrativa nem de auto-identidade. O reconhecimento do eu por ele mesmo e pelos outros está atrelado a um lugar, e assim permanece sempre que for nominado, implícito ou explícito.

O lugar tem uma ligação primeira com a casa e o país natal (TUAN, 1974; BACHELARD, 1993), numa correspondência direta com o casulo protetor da teoria de Giddens. A casa é o lugar por excelência, assim como a terra natal sempre continua em nós, servindo de fundamento da existência e da auto-identidade. Nada mais significativo, pois é na casa que o círculo mais forte da confiança básica, do casulo protetor e do mundo circundante se estabelecem e se propagam, permanecendo como lugares promotores de proteção, onde nos sentimos menos vulneráveis.

Mas a proteção que gozamos nestes lugares é estendida à medida que ampliamos nosso espaço de vida. À medida que experienciamos outros espaços (o que é evidentemente um expor-se a perigos), conquistamos alguns deles, por assim dizer, incorporando-os ao nosso território, entendido numa leitura cultural como o conjunto articulado de lugares e itinerários sobre os quais exercemos algum tipo de domínio (afetação) (BONNAMEISON, 2002; SACK, 1986). Nesse caso, o conhecimento e a experiência são as ações que estendem o casulo protetor e principalmente o mundo circundante, ampliando de um lugar para um território nosso espaço de proteção; nesse sentido, dominamos aquele espaço.

Muitas vezes a ampliação desse território pode configurar uma área mas ampla do que simples itinerários que conectam lugares "conquistados". Isto acontece principalmente no entorno de lugares muito significativos, como a casa, a escola e o local de trabalho, por exemplo. Nesses casos, a densificação dos caminhos é tamanha que não há sentido nessa delimitação. Em geral, o que está em formação é a comunidade que, embora pertença ao antropológico e social, também se refere a uma dimensão espacial bastante específica, associada à dimensão local e ao bairro (BOURDIN, 2001).

Mesmo no contexto metropolitano complexo e fragmentado de hoje, a comunidade continua a ter papel central. Se não conseguimos encontrar mais aquela comunidade tradicional pré-moderna, sempre lembrada por Giddens (2002), ao menos há uma intencionalidade que conduz as pessoas a buscar os sentimentos e significados que envolvem tal ideário. Para Zygmunt Bauman, o principal destes é a segurança (BAUMAN, 2003). A comunidade, caracterizada pela proximidade que permite o

“conhecer todo mundo”, o enraizamento, a identidade e a comunhão, é a imagem resgatada como promessa de segurança no mundo atual.

O risco está fora da comunidade, na mobilidade que marca a vida metropolitana atual e no esgarçamento do espaço de vida da pessoa, que implica o distanciamento cada vez maior entre os lugares (proteção), deixando as conexões entre eles cada vez mais tênues, alongadas e frágeis. Passamos a viver mais no espaço do que no lugar, mas “entre” e menos “aqui” ou “ali” (HEIDEGGER, 2001d), o que implica a insegurança e o aumento da vulnerabilidade (TUAN, 1983).

Evidentemente, os estilos de vida também possuem papel na configuração dessa vulnerabilidade. Os modos de viver são mais complexos no contexto metropolitano, onde as oportunidades de vida e os modos de ser estão mais disponíveis e acessíveis. As pessoas “jogam” com diferentes sistemas de significado e valores, no que Ascher (1998) chama de multipertença, produzindo mecanismos de identificação para muito além das experiências diretas, presentes na comunidade e no lugar.

Por outro lado, o desencaixe, conforme já apontado, produz o descolamento da historicidade e geograficidade orgânicas que são inerentes à escala micro, potencializando a insegurança ontológica que se produz à escala planetária (GIDDENS, 1991; 2002). Isto, somado aos processos cada vez mais acentuados de homogeneização da subjetividade (GUATTARI, 1995) e individualismo (DOMINGUES, 1999) traz para o eu dificuldades de auto-identidade e de relacionamento com o outro que aumentam sua insegurança, arranhando as paredes do casulo protetor.

Parte desse desencaixe é fruto da alta reflexividade que as pessoas e a sociedade exercem continuamente. Ela está diretamente vinculada às instituições modernas e à tecnologia, que produziram um novo relacionamento entre os sistemas abstratos (produtores de conhecimento e normas) e as pessoas e a sociedade, alterando os mecanismos de legitimação de comportamentos e normas sociais, repercutindo tanto na sociedade quanto na existência. Quanto à primeira, Giddens (1991, p.45) afirma que “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.” Giddens aponta dois motivos para isso: a crise de confiança nos sistemas abstratos, baseada na crise da ciência, e a sua conseqüente reflexividade, pois passamos a refletir continuamente sobre as normas e as conseqüências de nossas ações e escolhas, sempre procurando minimizar a incerteza do futuro, prevendo danos e perigos.

A diferença significativa para essa reflexividade atual, segundo Giddens, é o processo de desencaixe que traz para o local aquilo que não foi gerado por ele. Assim, temos dificuldade de perceber certos riscos, pois não temos referências de sua produção e origem. Além disso, o progresso tecnológico gerou uma intensa fragmentação do saber perito, produzindo uma opacidade que gera, entre os peritos e a própria sociedade, uma incapacidade de alcançar uma ampla gama de conhecimentos nas várias faces dos sistemas abstratos. Assim, outra promessa da modernidade, a de que a técnica e a ciência conseguiriam, através da ação racional e objetiva, sanar os problemas gerados pela modernização, não se concretizou. Ao contrário, a modernização produziu novos riscos, cada vez menos calculáveis e previsíveis (GIDDENS, 2002).

A consequência da reflexividade na escala individual refere-se ao processo contínuo de redefinição da auto-identidade. Giddens (2002) traz para o centro da discussão a formação do eu enquanto um dos grandes dramas da sociedade de risco, na qual a angústia existencial e a insegurança ontológica atingem o homem contemporâneo. Segundo o autor, esta é fruto de eventos distantes que cada vez mais atingem acontecimentos próximos, trazendo por meio da experiência canalizada pelos meios de comunicação, situações e riscos que, fora de contexto (desencaixados), tornam as pessoas mais vulneráveis. A reflexividade da auto-identidade torna o eu mais inseguro, na medida em que se vê obrigado a ver e rever suas posições e constituições continuamente.

Por outro lado, a reflexividade traz maior insegurança por conta do medo reflexivamente sentido. Segundo Bauman (2008), o medo só pode advir de situações que podemos prever as suas consequências, podendo 'calcular' suas probabilidades. A reflexividade multiplica as interações e as possibilidades futuras, trazendo para o presente a experiência do risco, gerando insegurança.

Outro ponto crucial dessa insegurança ontológica é a alteração dos sistemas de confiança, que não podem mais, segundo Giddens, ser estabelecidos a partir de critérios externos à própria relação, como os critérios de parentesco, dever social ou obrigação tradicional. O que resta ao homem da alta modernidade é o que Giddens chama de "relações puras", ou seja, aquelas destituídas dos elementos externos, as quais não possuem nenhum outro parâmetro de confiança senão os desenvolvidos na própria relação. Essa prevalência ou gradativo predominar de relações puras nas relações pessoais é um elemento crucial da insegurança ontológica que invade a intimidade das pessoas, como que "retirando o chão" que tradicionalmente lhes dava segurança, em termos de atitude, estilo de vida e escolhas.

Nesse quadro, as diferentes razões existenciais e as relações do eu com o risco, a segurança e a confiança, influirão na dimensão da vulnerabilidade. Mesmo que expostas aos mesmos perigos, elementos de natureza existencial, conforme vimos, além dos de natureza econômica, espacial ou social, serão balizadores dos danos que cada pessoa ou coletividade sofrerá. A vulnerabilidade existencial, conforme veremos à frente, também é um fator a ser considerado quando procuramos parâmetros amplos de delimitação dos riscos e danos vividos pelas pessoas em um quadro amplo e multidimensional de análise. Na verdade, quando pensamos em termos espaciais, fica evidente que as interferências dos sistemas abstratos e do plano político-econômico não podem mais ser controladas pelo casulo protetor. Tanto os lugares quanto os territórios e a comunidade não estão protegidos das interferências externas (de escalas mais amplas) que concorrem na configuração e tensionamento dos fenômenos nesta escala. Assim, o desencaixe se manifesta de forma mais clara, trazendo o mundo para o lugar, enquanto o indivíduo nem sempre terá elementos necessários para regular, refletir e decidir sobre estes conhecimentos e fenômenos que vêm de fora.

Essa análise, portanto, nos revela os dois conceitos estruturadores desta pesquisa que investiga experiências específicas na Região Metropolitana de Campinas: o habitar e a vulnerabilidade existencial. Toda nossa construção teórico-metodológica será edificada a partir da noção de habitar. É ela que nos permitirá conectar os fenômenos de distintas dimensões e escalas, conduzindo este pensar fenomenológico. Investigamos como os riscos-perigos oriundos das dinâmicas regionais e locais, que envolvem tanto a estruturação e a forma urbana, quanto os sistemas de circulação, as interações espaciais e a mobilidade, aparecem na experiência. O foco está no modo como esses fenômenos interferem na constituição da segurança/insegurança existencial e nas formas como a pessoa responde a tais situações: sua vulnerabilidade.

Contudo, não podemos delinear completamente as questões a que nos dedicamos sem visar o “espaço” da pesquisa. A discussão preliminar sobre o habitar e a fenomenologia da experiência dos riscos-perigos nos servirá para descrever a Região Metropolitana de Campinas. No entanto, coerente com o método fenomenológico aqui adotado, essa descrição visa que o fenômeno se revele, esperando que nela se apresentem os demais elementos que compõe o núcleo central de nossa investigação além de elucidar os conceitos e temas até aqui discutidos.



# A região e as cidades

- 4 | A região e a metrópole na perspectiva da experiência
- 5 | Mobilidade: interação espacial e modo de vida metropolitano
- 6 | A fluidez da casa e do bairro

*“A região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada modelada pelos homens e projectando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é pois, procurar capta-la onde ela existe, vista pelos homens.”*

**Armand Frémont (1980)**



## 4 A REGIÃO E A METRÓPOLE NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA

Para pensarmos os riscos-perigos na Região Metropolitana de Campinas, o primeiro passo é realizar a pergunta ontológica sobre o fenômeno. Este é um conjunto de cidades que compõe uma região metropolitana. Que isso significa? Que conceitos e significados essa delimitação carrega? Que sorte de fenômenos a realidade geográfica RMC envolve? Guiados por tais questionamentos, precisamos pensar primeiro o sentido ontológico da metrópole para, a partir dele, compreender o fenômeno RMC e sua geograficidade, os quais abrirão caminho para pensarmos a temática de nossa pesquisa: Que questões a metrópole ou a vida metropolitana colocam para o ser hoje? Como é a experiência dos riscos-perigos na metrópole contemporânea? Como conduzir uma pesquisa geográfica no campo proposto?

### 4.1 Sobre o Conceito de Metrópole

Apesar de sua difusão crescente e importância populacional e econômica, a metrópole permanece em grande parte oculta. Isso pode parecer estranho, já que até certo momento, quase toda a literatura urbana teve a metrópole (ou as metrópoles) como seu objeto, sendo a teoria urbana pensada e escrita a partir delas. A realidade urbana de pequenas e médias cidades era vista como fragmentos ou formas inacabadas de urbano. Urbano e metrópole, por muito tempo, permaneceram como sinônimos, o segundo entendido como ápice do desenvolvimento do anterior e, exatamente por isso, a especificidade essencial da metrópole foi pouco distinguida do próprio urbano.

Assim, quando a institucionalização de regiões metropolitanas começou a ocorrer como estratégia de planejamento territorial (no Brasil as primeiras nove foram formalizadas nos anos 1970), a delimitação ocorreu a partir daquelas cidades sobre as quais não pairavam dúvidas sobre sua condição metropolitana. Frutos da

industrialização, qualquer critério convencionalmente utilizado para se definir uma metrópole apontaria para aquelas regiões. Discutir conceitualmente metrópole não apresentava relevância, ainda mais naquela década em que as discussões urbanas eram centradas em temas como a justiça social, os processos de exclusão na produção do espaço urbano e a pobreza, de um lado, e a ênfase no planejamento e gestão territorial, de outro (ABREU, 1994).

Essa situação se altera do ponto de vista institucional a partir da constituição de 1988, que delega aos Estados a prerrogativa de criação das regiões metropolitanas. Com isso passamos de nove para um total de 26 regiões metropolitanas (incluindo a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno) institucionalizadas atualmente. A pergunta que se faz é: o fenômeno metropolitano se generalizou pelo território, mudou de característica ou nem tudo que tem sido institucionalizado como regiões metropolitanas se refere ao fenômeno metrópole? Certamente, temos os três problemas entrelaçados, mas eles só podem ser enfrentados se começarmos pelo último, fazendo outra pergunta: há um conceito de metrópole?

A resposta é negativa. Metrópole, tal como vem sendo utilizada pela literatura acadêmica é melhor compreendida como uma definição, apresentada de forma descritiva e funcional, servindo mais a processos de regionalização político-institucional do que para sua compreensão enquanto fenômeno. A etimologia da palavra se refere à grande cidade grega, “mãe” de suas colônias, que exportava os seus guerreiros, comerciantes e deuses. Na expansão mercantilista, metrópole era a cidade-nação “mãe” que dominava as colônias, exigindo tributos ao mesmo tempo em que exportava um modo de ser (língua, sistema de governo, cultura, leis, organização material etc.). Na modernidade industrial, as primeiras metrópoles foram Londres, Amsterdã e Paris, “mães” do sistema capitalista industrial que se mantinham em estreita ligação e comunicação entre si, irradiando tecnologia, capital e conhecimento através de suas empresas, universidades, centros de pesquisa e capitais. O que se difundira, portanto, era todo um gênero de vida pautado numa forma de produção.

Assim, podemos dizer que temos duas maneiras básicas de pensar o sentido da metrópole: uma é pela sua materialidade (histórica e geográfica) e papel que desempenha na estruturação do sistema capitalista planetário; e outra que diz respeito ao modo de vida específico, fruto da racionalidade moderna que na metrópole se manifesta de maneira própria. Seria dispensável dizer que estes dois se interpenetram e se retroalimentam numa compreensão ontológica da metrópole.

O entendimento comum de metrópole a define quase que exclusivamente pelos seus atributos econômicos expressos pelo seu papel na hierarquia urbana e no sistema produtivo. As discussões mais recentes sobre as transformações nas metrópoles também seguem essa linha, requalificando as novas formas metropolitanas e seu papel no contexto desta fase do sistema capitalista mundial (HARVEY, 1992; SOJA, 1993). As questões metropolitanas são vistas como quase sinônimos das problemáticas da sociedade contemporânea e por isso o questionamento sobre a metrópole não é feito diretamente. As transformações são interpretadas como a emergência de formas urbanas que são denominadas de novas sem se conceituar a antiga. Assim, o surgimento de novos termos para definir a metrópole ocorre sem o questionamento se o que temos é um novo fenômeno ou simplesmente o antigo transformado.

Em ambos os contextos, mesmo sem uma conceituação ou mesmo definição específica, a noção de metrópole é “[...] utilizada com frequência para qualificar de uma forma geral as principais aglomerações urbanas de um país que contém algumas centenas de milhares de habitantes, que sejam multifuncionais e que mantenham relações econômicas com muitas outras aglomerações estrangeiras”. Nessa perspectiva, a metrópole é uma cidade, sem considerar o seu entorno ou região metropolitana. Isso porque metrópole é algo diferente do processo de metropolização, que envolve “[...] não somente o crescimento e a multiplicação das grandes aglomerações, mas também a progressiva concentração das populações, das actividades e das riquezas no seu interior”. (ASCHER, 1998, p.04). Essa metrópole é mais polarizadora do que os centros regionais, exercendo influência sobre áreas muito maiores do que seu território imediato ou circunvizinho. A materialidade histórica e a geográfica conformam essa espacialidade que organiza e estrutura o metropolitano. Mas essa espacialidade não é urbana, pois o urbano se refere à cidade, o metropolitano não. Segundo Lencioni (2003), a metropolização é do espaço, levando as características metropolitanas para além da metrópole. É por isso que toda metrópole estabelece relações de interdependência com as cidades do seu entorno, formando uma região. Esta é composta pela contigüidade a partir da sede, que centraliza e polariza, adjetivando a região de “metropolitana” por organizar e delimitar o espaço a partir da metropolização. “Por isso a idéia de região é imanente à de metrópole.” (LENCIONI, 2006, p.48).

No entanto, as repercussões dessa concentração e dessa forma de organização espacial da vida é que nos interessa para pensar o seu sentido e as repercussões para as formas de habitar que nela se realizam. Para isso, é necessário pensar a metrópole como modo de vida, na perspectiva da experiência.

Uma das primeiras apreensões da metrópole moderna foi feita por Engels em seu famoso estudo sobre a situação do proletariado inglês. Marcio P. de Oliveira afirma que, no capítulo chamado "*The great cities*", Engels descreve as características de Londres a partir dos dados da sua própria experiência da cidade. Dessas considerações, Oliveira (2006, p.60) destaca algumas características da metrópole: "a grande extensão geográfica da forma ou *habitat* urbano e a contigüidade do mesmo no espaço considerado." Essa extensão ultrapassa a escala da experiência corpórea, apresentando a possibilidade de andar sem encontrar o fim daquela forma de *habitat*.<sup>11</sup> A condição de sede do sistema capitalista também é destacada como aquela que permitiu a concentração de atividades, pessoas e poder. No reverso da concentração a essência contraditória se expressa nos bairros de má reputação, na atomização do mundo e na guerra social declaradamente aberta (todas expressões de Engels). Na metrópole, "[...] a busca da pessoalidade, na impessoalidade do cotidiano, é quase uma obsessão e confere unidade na existência da metrópole." (OLIVEIRA, 2006, p.61).

Simmel (1973), em seu famoso estudo sobre a vida mental na metrópole lançou as bases para sua consideração enquanto modo de vida. Ele associa a metrópole à intensidade e densidade dos movimentos, à alteração constante, à aceleração do ritmo de vida e à transitoriedade. Para Simmel, esses elementos que caracterizam tanto as paisagens quanto os modos de vida e as relações sociais produzem efeitos de origem psíquica que terão manifestação nas relações sociais. Ele contrapõe a tranquilidade e continuidade que marca o rural e as cidades menores à velocidade com que as mudanças ocorrem. Tais mudanças não são apenas no tempo, mas também no espaço, já que a concentração e a multiplicidade permitem que tudo esteja na metrópole.

Esse traço da metrópole é destacado por Soja (1993; 2000) em suas análises sobre Los Angeles, ao falar dos "lugares globais", ou seja, a presença do mundo no lugar. Esse espaço do múltiplo e do outro causa uma vertigem que, segundo Simmel (1973), só pode ser lidada com a indiferença e a reserva. Há tantos se movendo e se encontrando com tanta velocidade, intensidade e diversidade que a única forma psíquica de lidar com isto é não prestando atenção em tudo. Essa é uma das condições para o advento da multidão: outro traço essencial da metrópole.

A experiência da metrópole, portanto, está em sua própria constituição ligada à reserva, ao medo e à insegurança. A descontinuidade e a transitoriedade que lhe são características mantêm a base de relacionamentos sempre enfraquecida, pastosa.

---

<sup>11</sup> Forma material de organização da paisagem na geografia regional francesa.

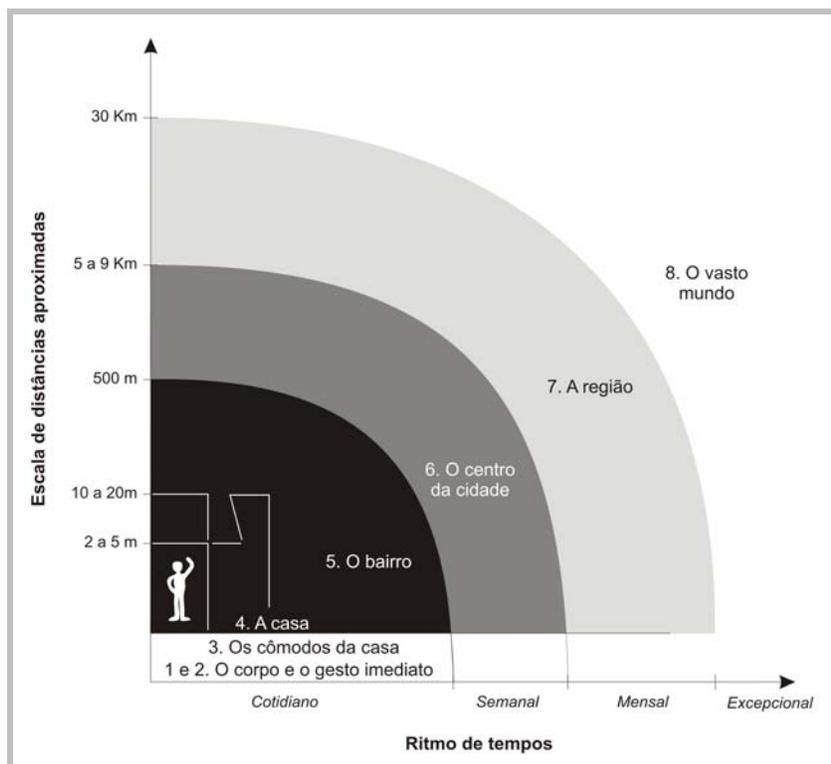
Por isso ela é ao mesmo tempo unificadora e desagregadora (OLIVEIRA, 2006). Unifica porque impõe seu ritmo e modo de reprodução social – a lógica intelectual do dinheiro, segundo Simmel (1973) – ao mesmo tempo em que desagrega o tecido social, fragmentando o espaço numa abstração que escapa à experiência corpórea. Agrega por estabelecer um mesmo conjunto orgânico socioespacial que transcende a imediaticidade do mundo vivido: a casa, o bairro, a cidade. No mesmo movimento desagrega a experiência urbana, por torná-la regional, distanciando a pessoa de suas fontes de segurança existencial. Com isso, aprofunda-se o processo de atomização do sujeito, deixando-o perdido no espaço metropolitano.

O que se opera nesse espaço é uma completa transcalaridade e multiescalaridade da experiência. 'Trans' porque o que é de uma escala transcende à outra, trazendo para a escala vivida aquilo que é próprio de outras escalas. 'Multi' porque o lugar acaba se tornando reflexivamente mais denso, com a presentificação de várias escalas. A idéia de conchas do homem de Moles e Rohmer (1978) é elucidativa nesse respeito. Os autores delimitam oito conchas que seriam invólucros de normalidade, mundos circundantes de diferentes dimensões, partindo do mais próximo (o próprio corpo), passando pelo gesto imediato, os cômodos da casa, a própria casa, o bairro, a cidade, a região e o vasto mundo. Frémont (1980) estabeleceu a dimensão geográfica de tais conchas, colocando-as numa escala de distância e freqüência (Figura 4.1).

A concha da região é colocada para o francês da década de 1970 como envolvendo deslocamentos entre nove e 30 quilômetros com freqüência mensal. Em regiões como a RMC tais deslocamentos regionais mantêm distâncias próximas (talvez entre 15 e 40 quilômetros), mas sem dúvida o ritmo dos tempos mudou. Aumenta o número de pessoas que vivem essa concha no cotidiano ou semanalmente. Esse incremento acarreta muitas vezes a supressão do ritmo de envolvimento com as conchas intermediárias da cidade e do bairro. Seja pela forma urbana, seja pelo próprio ritmo de vida, aquilo que lhes era próprio é trazido ou para a casa ou difusamente distribuído pelo espaço regional, estruturando implicações para a segurança/insegurança existencial. A diferença entre intra-urbano, enquanto o espaço da reprodução social e do cotidiano, e regional, o espaço de produção e de trocas (VILLAÇA, 2001) se dilui à medida que os dois se encontram na conformação de um espaço regional de características intra-urbanas: o intra-metropolitano. É este espaço que tem sido vivido pelas pessoas com intensidade cada vez maior, resultando num duplo movimento que precisamos analisar: o que desse modo de vida metropolitano (que é ligado ao sistema global) interfere na

experiência das pessoas e em que medida as pessoas entram nesse novo sistema, incorporando aos seus modos-de-ser essas interferências.

Figura 4.1 – As conchas do homem de Moles e Rohmer (1964) segundo Frémont (1976)



Fonte: Adaptado de Frémont (1980).

Como o processo de metropolização não incorpora todos os lugares da mesma maneira, é de se esperar que numa região metropolitana existam lugares integrados ao que poderíamos chamar de sistema metropolitano (com ligações aos sistema global de espaço e cultura) e um 'sistema do lugar' (vinculado à historicidade e geograficidade orgânicas) (GODOI, 1998). O conflito entre esses dois sistemas de produção e organização espacial são mais ou menos declarados, estando presentes em todo lugar. É possível e plausível que existam pessoas que vivem em regiões metropolitanas que tenham apenas marginalmente inserção nas redes globais ou técnicas. E não nos referimos simplesmente a quem não tem acesso nenhum à tecnologia. Pessoas de classe média ou mesmo alta podem manter como seus referenciais o sistema tradicional do lugar, ligando-se a tradições que, em regiões metropolitanas recentes, como a de Campinas, datam de antes da metropolização

(1970). Elites locais podem opor-se à tendência de incorporação do espaço municipal a lógicas externas (regionais, nacionais ou internacionais), procurando manter os sistemas de poder anteriores à metropolização. Por outro lado, pessoas resistem ao sistema metropolitano, não valorizando lugares, produtos e costumes que têm a marca global impressa em si. Preferem freqüentar o supermercado, a lanchonete e o botequim do lugar. De outro lado, é possível que migrantes morem anos numa região metropolitana sem nunca se integrarem ao sistema do lugar, mantendo-se apenas no sistema metropolitano, mantendo seu modo de vida atrelado a uma cultura que não deita raízes no lugar onde estão morando.

Essa oposição é manifesta no embate universalismo-localismo. O primeiro tem como ponto de referência em sua leitura do mundo o universal, enquanto o segundo interpreta a realidade a partir do local, defendendo-o diante às tendências universalistas de homogeneização. Wolfgang Sachs reflete sobre esse embate no mundo atual, que se tornou “um só mundo”, a partir do que ele chama de dicotomia espaço e lugar (tomando tais categorias enquanto metáforas) (SACHS, 2000). Claramente influenciado pelas concepções de Tuan (1980), ele relaciona o universalismo ao espaço (a busca por liberdade, o espaço aberto), o primeiro agindo no segundo. Esse espaço é bidirecional, estendendo-se pelo horizonte, diferente da era medieval, onde o espaço era vertical em direção ao cosmo. Sachs afirma que esta visão centrada no espaço possibilitou conceber o mundo como totalidade.

Os lugares, foco do localismo, possuem significados diferentes para as pessoas, mediante a imaginação e suas experiências individuais e coletivas. É no lugar que estão centradas as identidades, as culturas e as existências pessoais. “Consequentemente, pensar em termos de lugar significa trabalhar sobre a hipótese de que um lugar não é apenas a intersecção de duas linhas num mapa, mas uma concentração de atividades humanas significativas que dá a esse lugar sua qualidade distinta, sua aura.” (SACHS, 2000, p.366). Este entendimento nos permite avançar na discussão acerca do efeito homogeneizador do modelo de desenvolvimento e racionalidade econômica sobre as culturas e os lugares. Se, por um lado, o universalismo procura utilizar essas “bandeiras” para propalar um padrão de estilo de vida, por outro, o efeito contrário também se reforça, através do acirramento das identidades e das minorias e do próprio apego das pessoas com seus hábitos e lugares.

Mas a oposição universalismo-localismo não é maniqueísta. Bourdin (2001) alerta para que se tome cuidado para a tendência apolítica de atribuir à dimensão local toda a positividade contra a perversidade do global. O autor ressalta a necessidade

de analisar a constituição dos lugares e a produção da localização, a qual não é absoluta, mas dinâmica. Entrikin (1991) aponta para a reelaboração da oposição provincianismo Vs. cosmopolitismo, apropriada por discursos localistas e regionalistas em termos distintos, construindo o sentido de pertença e comunidade em diferentes escalas. Ele afirma que a metrópole não é sinônimo da desagregação comunitária, embora a comunidade necessite e reclame um lugar (*place-based*) para se constituir e se manter. Este é entendido como a base onde a fluidez entre membros e grupos gera segurança e a liberdade de escolha. A comunidade oferece uma ligação entre o grupo social e o lugar, fundada num sentido de centralidade que fornece um local no mundo em transformação.

Segurança e insegurança existencial estarão, evidentemente, mediados a partir da inserção das pessoas nos dois sistemas, na sua capacidade de movimentar recursos disponíveis neles e na forma como transitam pelas diferentes escalas e lugares. Em ambos os casos, isso ocorrerá em uma forma específica de habitar a metrópole. Mais especificamente, no envolvimento e experiência dos lugares que, como assinalado, é mediado pelo tempo. Em vista disso, tanto o “onde vive” quanto o “desde quando vive” são fundamentais para compreender a experiência e a inserção nos dois sistemas. A condição de migrante, portanto, é elucidativa do habitar metropolitano, mesmo porque, as metrópoles são formadas por migrantes, já que seu processo de constituição no século XX está atrelado à atração de população. Apesar dos processos de involução e desconcentração metropolitana, os migrantes ainda são a maioria dos habitantes metropolitanos, sem uma perspectiva muito significativa de alteração do quadro. O ciclo da migração rural-urbana pode ter se fechado, mas com a intensa mobilidade sendo a característica da sociedade contemporânea, as metrópoles são os espaços de maior dinamismo, mantendo contínuas trocas populacionais entre as próprias metrópoles e entre as demais cidades da rede urbana, inclusive dentro da região.

O pensar a experiência da metrópole, portanto, toma a própria região como espaço vivido. Frémont (1980, p.16-17), autor desta proposição, o fez entendendo que o homem não é elemento neutro na região, pois

Apreende desigualmente o espaço que o rodeia, emite juízos sobre os lugares, é retido ou atraído, consciente ou inconscientemente, engana-se ou enganam-no... Do homem à região e da região ao homem, as transparências da racionalidade são perturbadas pelas inércias dos hábitos, as pulsões da afetividade, os condicionamentos da cultura, os fantasmas do inconsciente.

Agimos intencionalmente, fazemos escolhas, qualificamos os espaços, criamos lugares e territórios, em interação com os processos sociais, com o outro e com o ambiente. É por isso que se a região existe, tem que ser como espaço vivido, “[...] em

toda a sua espessura e complexidade, [...] como o revelador das realidades regionais.” (FRÉMONT, 1980, p.17-18). Esse espaço vivido, portanto, funda a região tanto quanto os demais elementos da realidade.

Hoje tais considerações nos parecem muito mais apropriadas, à medida em que a experiência metropolitana tem fortes características regionais, imprimindo no espaço vivido a marca desta concha. Na perspectiva da experiência, importam como os fenômenos aparecem à consciência, atingindo o espaço vivido na constituição da realidade geográfica, a geograficidade. Esse caminho de investigação, no entanto, tem suas especificidades, limitações e virtudes. É importante ter claro esses pontos para dimensionar corretamente o alcance desta perspectiva e sua contribuição ao pensar ontológico. Esse dimensionamento passa pela fenomenologia e suas contribuições epistemológicas e metodológicas à pesquisa em Geografia.

## 4.2 Fenomenologia Geográfica: Caminhos da Pesquisa

A discussão preliminar sobre a ontologia do habitar e a fenomenologia dos riscos-perigos já expôs em grande medida as implicações epistemológicas de uma fenomenologia geográfica, a qual visa os fenômenos tais como aparecem na experiência. Isso significa lidar com a dimensão material e imaginal do mundo ao mesmo tempo, nas quais a atividade humana produz espaço geográfico fundando uma geograficidade, composta tanto por mundos interiores quanto por espacialidades.

*Si la géographie offre à l’imagination et à la sensibilité, jusqu’em leurs envolées les plus libres, le secours de ses évocations terrestres, chargées de valeurs terriennes, marines ou atmosphériques, tout aussi spontanément l’expérience géographique, si profonde et si simple, invite l’homme à prêter aux réalités géographiques une sorte d’animation et de physionomie où revit son expérience humaine, intérieure ou sociale. (DARDEL, 1952, p.06-07)*

Essa relação imaginária com a materialidade se dá numa existência, onde o ser cognoscente visa o mundo, experienciando-o e assim se constituindo enquanto ser. Essa experiência é um todo que envolve percepção, cognição, sensação, representação e imaginação, fundando assim a existência da posição deste ser-no-mundo: sua geograficidade.

A percepção é a forma primária e essencial de nossa relação com o mundo. A percepção do espaço implica o reconhecimento do ‘eu’ fundado numa corporeidade que não separa, media nossa relação com o meio. A membrana sensível que envolve o corpo e os órgãos dos sentidos estabelece essa mediação, iniciando o

processo de conhecer o mundo (MERLEAU-PONTY, 1971). Esse conhecer, como bem mostrou a psicologia genética de Jean Piaget, é um processo que se constrói por meio do desenvolvimento cognitivo humano, estabelecendo-se a partir de etapas sucessivas que vão ampliando e adensando nossa capacidade de percepção do espaço e do mundo (PIAGET e INHELDER, 1967). Esse processo, mostra Piaget, não é unidirecional, pois o perceber o mundo inicia-se pelo conhecer a si mesmo num processo que poderíamos chamar de retroalimentado: conhecemos o mundo conhecendo a nós mesmos mediados pelos sentidos corporalmente experienciados e intelectualmente interpretados.

Em vista disso, perceber é conhecer, tanto objetos materiais (sensíveis) quanto objetos ideais (abstrações). Antônio G. Penna aponta que não é possível limitar a percepção apenas aos sentidos, pois percebemos também relações. Isso implica que a percepção, um ato imediato, elabore intelectualmente aquilo que está sendo percebido (PENNA, 1982), não apenas a simples apreensão daquilo que estimula os sentidos. É impossível fragmentar a íntima relação entre os processos do conhecimento: percepção, cognição, sensação, intuição, razão. Estes, tais como são trabalhados pela experiência, permitem compreender a relação homem-meio a partir das ações intencionais e volitivas de cada pessoa em sua existência, conforme registra Oliveira (2000, p.20-21):

A experiência está voltada para o mundo exterior (ver e pensar claramente vão além do eu), e o sentimento é mais ambíguo e, sem dúvida, intencional. Mas é uma estranha intencionalidade, afirma Tuan, porque de um lado indica qualidades sentidas quanto às coisas, quanto às pessoas, quanto ao mundo, e por outro manifesta e revela a maneira pela qual o eu é afetado intimamente. Desse modo, uma intenção e uma afeição coincidem em uma experiência, que implica capacidade de aprender a partir da própria vivência.

A experiência é, portanto, o mediador cognitivo entre o mundo interior e o exterior. É nela que se articulam os dados sensoriais percebidos, os entendimentos gerados pela cognição e pela razão, com os impulsos intuitivos e volitivos da emoção. Na experiência podemos “buscar as coisas mesmas”, porque nela os fenômenos aparecem, podendo ser descritos naquela circunstancialidade.

Na aplicação do método fenomenológico à pesquisa, o fenômeno é algum tipo de experiência vivida, comum aos diversos participantes, como, por exemplo, haver passado por uma ocorrência traumática, sofrer de um certo mal, ter vivenciado uma dada situação, etc. Os diversos aspectos da experiência, comum a todos os participantes, constituir-se-ão na essência dessa experiência vivida. Os aspectos particulares a cada participante, que não são comuns aos demais, não interessam ao pesquisador, porquanto não compõem a essência. (MOREIRA, 2002, p.114-115)

Do ponto de vista geográfico, a fenomenologia fundamenta a intuição das essências da experiência vivida (do ser-no-mundo) e a experiência pensada (do pesquisador). É no encontro das essências dessas duas experiências que o procedimento metodológico se orienta para fenômenos que não podem ser compreendidos somente a

partir da medição ou observação, mas que têm de ser vividos, constituindo a “[...] substância de nossos envolvimento no mundo e constituem as bases do corpo formal de conhecimento que designamos de ‘Geografia’.” (RELPH, 1979, p.01 – grifo do autor).

A fluidez sujeito-objeto, a qual estabelece que o conhecimento é sempre circunstancial, volitivo e intersubjetivo, é um entendimento fundamental da fenomenologia, que resgata o sujeito como ativo na construção do conhecimento. A posição e situação do pesquisador, portanto, tem de estar explicitada, já que este ponto de vista é a perspectiva a partir da qual ele pensa e investiga o mundo. Edgar Morin chama isso de auto-relativização, que na indagação regressiva do pesquisador-observador, que pergunta “quem sou eu?” e “onde estou eu?”, abre-se para o “eu” que surge modesto, descobrindo ser o seu ponto de vista, necessariamente, parcial e relativo. Assim, conclui Morin, “[...] vemos que o próprio progresso do conhecimento científico exige que o observador se inclua em sua observação [...]; em suma, que o sujeito se reintroduza de forma autocrítica e autoreflexiva em seu conhecimento dos objetos.” (MORIN, 2002, p.29-30). A questão, portanto, é como integrar, como reintegrar a divisão apontada por Husserl realizada pela ciência clássica, entre o “[...] sujeito observador, experimentador e concebedor da observação, da experimentação e da concepção [que] eliminou o ator real, o cientista, o homem, intelectual, universitário, espírito incluído numa cultura, numa sociedade, numa história.” (MORIN, 2002, p.20-21).

A experiência envolve a historicidade e geograficidade vividas. Não é um todo indivisível, mas é melhor compreendida como um fluxo de experiências que tem uma duração (*durée*)<sup>12</sup>, como um vir-a-ser contínuo de qualidades heterogêneas, que é interrompido quando as elevamos à consciência, retirando-a do fluxo puro e destacando-a como lembrança (SCHUTZ, 1979). Envolve tanto a experiência corpórea sensitiva (TUAN, 1980) quanto a experiência mediada (GIDDENS, 2002) e as diferentes escalas de percepção (SAARINEN, 1966). A fenomenologia nos permite ver o homem de uma maneira integrada, independente de todos os fenômenos de diferentes naturezas e escalas que concorram para a sua constituição e formação. Consciência, percepção e razão concretizam-se numa experiência específica do espaço-tempo, em seus atributos próprios. Para compreender a experiência, portanto, é tão importante a espacialidade (a materialidade do mundo social e geográfico) quanto a geograficidade (a essência geográfica dos fenômenos). Uma está implicada na outra, e a manifestação delas na experiência é holística, presentificando-se naquela singularidade do existente. Essa

---

<sup>12</sup> *Durée* é o termo de Bergson para exprimir seu sentido de tempo relativo (vivido) em face ao tempo homogêneo, o quantificado tempo do relógio mecânico.

experiência concreta não é mera sucessão: são vivências intencionais da consciência que permitem pensar a constituição do mundo (HOLZER, 1997).

Mas como alcançar a experiência vivida? Como proceder nos termos de uma investigação empírica no campo geográfico? A resposta é a descrição: caminho de acesso à arqueologia fenomenológica.

#### 4.2.1 *Implicações epistemológicas e metodológicas*

Se uma geografia fenomenológica é uma ciência das essências, como propôs Holzer (1998), sua tarefa é buscar as essências tal como aparecem na experiência geográfica. Como alcançar este nível do conhecimento? Husserl propôs a arqueologia fenomenológica como meio para investigar as essências, a qual delinearemos sua pertinência à investigação geográfica.

A arqueologia fenomenológica “se refere a uma operação de escavação nos elementos constitutivos daquilo que é construído através das operações sensoriais perceptivas que se nos oferecem já prontas e formam o mundo da experiência.” (ALES BELLO, 1999, p.18). Trata-se, portanto, de uma indagação regressiva, uma escavação, como a de camadas de civilização, em procura das origens, o que veio antes. As camadas que o fenomenologista escava em busca do conhecimento intuitivo, ou imediato, são aquelas sucessivas camadas de mediação da cultura e da sociedade. Arqueologia fenomenológica seria, portanto, “escavar” estas camadas e procurar o sentido original, a essência.

Com essa proposição, Husserl quer colocar em cheque o entendimento de que o conhecimento é apenas um processo cumulativo. “Trata-se, na verdade, de colocar-se numa perspectiva radical que quer percorrer o processo de formação do nosso conhecimento, para descobrir o sentido das operações fundamentais realizadas por nós e para testar aquilo que foi construído através de tais operações do ponto de vista cultural.” (ALES BELLO, 1998, p.19). É com esse objetivo que Husserl propõe a redução fenomenológica. Merleau-Ponty defende a proposta de Husserl apontando dois mal-entendidos: o de que a redução teria um fundo idealista, e de que as essências são a finalidade da fenomenologia, e não um meio. A redução, segundo Merleau-Ponty, busca apreender o real, como um tecido sólido, que não espera nossos juízos para anexar os fenômenos mais surpreendentes nem para rejeitar nossas imaginações mais verdadeiras. Assim, a redução é apresentada como “[...] o retorno a uma consciência transcendental diante da qual o mundo se mostra numa transparência absoluta, animado de parte a

parte por uma série de apercepções que o filósofo se encarregaria de reconstituir partindo de seus significados.” (MERLEAU-PONTY, 1971, p.09).

É nesse sentido que Ales Bello (1998, p.19) fala da redução como “[...] ‘redução’ do mundo e da natureza à nossa experiência do mundo e da natureza”. Essa experiência é considerada nas suas estruturas universais, garantindo a sua realidade e possibilidade como experiência de cada um em particular, envolvendo, simultaneamente, todos os indivíduos. É a passagem para as experiências vividas, abrindo a possibilidade de apreender as essências. Estas não objetivam trazer o particular, o excepcional, mas buscam trazer simultaneamente os aspectos concretos e individuais e os significados essenciais, universais.

O que faz então o filósofo ao escavar para alcançar o conhecimento? “A busca das coisas mesmas”, ou a “busca da coisa em si mesma”. É o sentido dado à arqueologia, que procura os sentidos originais antes das pré-concepções científicas, primando pelo conhecimento intuitivo, no momento em que a consciência se encontra com o mundo. O meio para fazer isso é a descrição. Husserl não desejava explicar, mas descrever como o meio de buscar as coisas como exatamente são. O conhecimento é transcendente e ocorre no momento do contato consciência-mundo. Cabe ao fenomenologista descrevê-lo. Portanto, a arqueologia fenomenológica “[...] é uma arqueologia que visa uma reconstrução.” (ALES BELLO, 1998, p.35). E é aqui que a descrição se liga à redução, pois a escavação é diferente de um simples desmonte, pois se busca superar a aceitação do fato como simples dado empírico. Na redução, “[...] a descrição fenomenológica assume a sua valência específica, afastando-se de uma simples enumeração ou indicação de características e de uma interpretação, e portanto hermenêutica.” (ALES BELLO, 1998, p.35-36).

Mas que significa descrever o mundo como fenomênico? Segundo Heidegger (2002, p.103 – grifos do autor), “seria deixar e fazer ver o que se mostra no ‘ente’ dentro do mundo.” Para isso, o primeiro passo seria elencar tudo o que se dá no mundo desde casas, árvores, homens, montes, estrelas. “Podemos retratar a ‘configuração’ destes entes e contar o que neles e com eles ocorre.” Esta descrição, segundo o autor, seria pré-fenomenológica pois ficaria aos entes. Heidegger nega esta descrição afirmando que

Descrever o ‘mundo’ fenomenologicamente significa: mostrar e fixar numa categoria conceitual o ser dos entes que simplesmente se dão dentro do mundo. Os entes dentro do mundo são as coisas, as coisas naturais e as coisas ‘dotadas de valor’. O seu caráter de coisa torna-se problema; e na medida em que o caráter de coisa das coisas dotadas de valor se edifica sobre o caráter da coisa natural, o tema primário é o ser das coisas naturais, a natureza como tal. A substancialidade é o

caráter ontológico das coisas naturais, das substâncias. Esse caráter é o fundamento de tudo. O que constitui o seu sentido ontológico? Com isso damos à investigação uma direção unívoca de questionamento. (HEIDEGGER, 2002, p.103-104)

A descrição fenomenológica só alcança sentido quando se refere ao ser, ou seja, busca a essência dos objetos descritos (os entes) numa experiência específica. Em vista disso, qualquer coisa experienciada pode ser descrita, como lugar, silêncio, existência, contato interpessoal. Segundo Edward Relph, o fenomenologista precisa, tanto quanto possível, “[...] excluir as crenças nas explanações e considerações existentes e, igualmente, sobre os [seus] próprios preconceitos, e tentar colocar[-se] na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno.” (RELPH, 1979, p.4). O autor aponta ainda que não se trata de idealismo ou recusa de nossas próprias experiências; antes, trata-se de retroceder a elas e examiná-las com o que poderíamos chamar de semiconsciência não envolvida. Esta não pode estar fechada em si mesma, mas procura uma variedade de pontos de vista, procurando descrever sem eliminar as ambigüidades e complexidades. Cada fenômeno é complexo e produz sua representação, na tentativa de simplificar para apreender, é uma redução de seu sentido e uma deformação.

Essa descrição se assemelha àquela que os artistas exercitam em suas pinturas ou obras literárias. Estas, ao invés de simplesmente enumerar elementos ou características físicas, buscam revelar o sentido dos objetos, paisagens, lugares ou personagens, utilizando a descrição como recurso para tal revelação. Segundo Darby (1977), o ponto está no traço subjetivo do artista que, sem primar pela objetividade, alcança outra forma de dizer a realidade (outra linguagem), que pelo seu caráter universal atinge traços essenciais. Longe de ser uma síntese, a descrição presente na arte se alia a uma geografia estética que dela emerge. Assim como os antigos geógrafos tinham o objetivo de descrever a geografia terrestre, ainda não conhecida nem sistematizada, hoje a tarefa é perseguir o conhecimento da experiência humana, igualmente desconhecida. Muito pouco se sabe ainda sobre a natureza da multiplicidade de experiências nos diferentes espaços terrestres. Temos grande quantidade de estudos acerca das estruturas econômicas e políticas, dos sistemas de produção, das dinâmicas geomorfológicas e climáticas. No entanto, como as pessoas vivem em tais espaços (nas diferentes escalas), do ponto de vista delas mesmas, ainda é uma grande *terrae incognitae* a ser explorada pelos geógrafos (WRIGHT, 1947). Descrever é um procedimento para atingir esse conhecimento, entretanto, não é o objetivo último da arqueologia fenomenológica. As primeiras descrições dos lugares feitas pelos antigos geógrafos não se tornaram os conhecimentos últimos sobre eles, sendo o começo do

processo de estudo e pesquisa sobre cada lugar. De maneira similar, a descrição serve à arqueologia fenomenológica como forma de organizar “o material empírico” de pesquisa, como a maneira que temos de “escavar” a existência e retirar dela os elementos que, posteriormente, receberão nossa análise e reflexão, em busca dos significados.

Na Geografia, a descrição sempre esteve presente de forma central, mas a cada época ela foi ressignificada e recebeu papel e entendimento metodológico diferente, o que significa dizer que nem toda descrição geográfica era mera enumeração de dados visíveis da paisagem (MOREIRA, 2006). A própria etimologia da palavra Geografia já traz o sentido da descrição da terra. Mas como assinala Dardel (1952, p.02 – grifo do autor), ao invés desse nome implicar uma ciência positivista, “[...] le terme grec suggère que la Terre est une écriture à déchiffrer, que le dessin du rivage, les découpures de la montagne, les sinuosités des fleuves forment les signes de cette écriture. La connaissance géographique a pour objet de mettre en clair ces signes, ce que la Terre révèle à l’homme sur sa condition humaine et son destin.”

Além do mais, muitas descrições dos geógrafos estiveram a meio caminho entre a ciência e a arte, sendo tarefa não apenas do intelecto como também da imaginação, que aproxima o procedimento da descrição do fenômeno:

Good geographical description demands not only respect for truth, but also inspiration and direction by a creative imagination. Whilst it observes the canons of evidence and submits to the strictest standards of scholarship, its impelling motive is esthetic and poetic. It is the province of the intellect to observe the facts, to reduce them to order and to discover relationships among them, but it is imagination which gives them meaning and purpose through the exercise of judgment and insight. (PRINCE apud HOLZER, 1992, p.109)

A observação não está dissociada da imaginação e do tratamento racional. Em vista disso, a boa descrição geográfica não se reduz à mera enumeração de elementos. Não se deve desprezar a importância da imaginação e da observação na descrição. O sentido de teoria vem de *theoria*: *theo* (ver) e *orein* (olhar). Teoria significa “ter cuidado com o ver” e também “o olhar de deus” (MATOS, 2006, p.89). Vemos com os olhos, mas também com o discernimento. Ambos são frutos do duplo movimento interior e exterior que também se expressa na descrição, conforme afirma Ales Bello (1998). Um movimento busca o interior do sujeito, que descreve a consciência e as experiências vividas (sentido essencial). A outra se direciona da intersubjetividade, que descreve as concepções de mundo. Desse duplo movimento compõe-se uma perspectiva do mundo como fenômeno. Portanto, a descrição enquanto método, no seu sentido fenomenológico, permite que o fenômeno se revele por si mesmo, permitindo investigar tanto as experiências vivenciais quanto as cosmovisões estabelecidas na

intersubjetividade. Em ambos os casos, através da intencionalidade e da redução, podemos investigar com maior profundidade o significado do ser-no-mundo, para além da relação sujeito-objeto, em direção a um entendimento holístico da geograficidade.

A intersubjetividade é um dos fundamentos da fenomenologia que Husserl estabeleceu para eliminar de seu pensamento traços psicologistas. A preocupação com o ser e com a individualidade das experiências leva a discussão para o âmbito da percepção particular e das singularidades. A intersubjetividade, no entanto, é como o contrapeso que enfatiza a natureza social do homem e sua interdependência, material e simbólica.

Ales Bello (2004, p.117 – grifo da autora) afirma que a solução proposta por Husserl está na idéia de pólo egológico: ponto para onde tudo converge, tanto dos atos quanto das influências externas, constituindo-se no “[...] centro dos atos do eu, ou seja, das vivências.” É para este pólo que os dados sensoriais e da consciência confluem, no sentido de dar-se conta, estar ciente de tudo que está ocorrendo e podendo agir a partir disso. A consciência, no pólo egológico, é uma espécie de síntese, pois permite que estejamos conscientes de muitas coisas ao mesmo tempo em que executamos tantas outras operações mentais ou sensoriais. “Em ambos os casos, o eu fenomenologicamente puro se entrelaça com os dados exteriores.” É o equivalente da consciência à função do corpo enquanto mediador da interioridade-exterioridade.

Mesmo a concepção ontológica, para alguns uma forma de psicologismo individualizante, não concebe o ser como um todo indivisível e impenetrável. Em Heidegger, o *Da-sein* é fundamentalmente uma presentificação, um ser e estar no mundo. Mundo humano, biológico, físico, cultural, espacial. A importância da intersubjetividade, portanto, não é numa influência que ela tem no ser: mas também ela é fundamento do ser. Quando pensamos no eu e nas biografias pessoais, estas são contextuais e mediadas. “Eu” só existe porque há “nós”. Se a consciência tende aos objetos que resistem a ela, que seria de uma consciência sem resistência? Não teria limites e, portanto, não teria um centro, uma forma própria para chamar de “si”. É na relação com os outros que delimitamos o “eu” e, sem estes para nos relacionarmos, a própria delimitação desse “eu” não faz sentido.

Com a intersubjetividade Husserl permite que a discussão fenomenológica pense não apenas a consciência individual, mas que seja possível atingir o universal, pois aquilo que aparece em minha experiência possui ao mesmo tempo tanto os traços daquilo que é próprio da minha biografia pessoal quanto das esferas exteriores

nas quais estive inserido. Este é o princípio da intuição da essência (eidética), que entende que o universal se verifica em indivíduos diferentes, permitindo a distinção dos fatos e das essências; primeiro passa-se do indivíduo para sua essência empírica e daí para sua essência pura, a consciência da generalidade (HOLZER, 1998). É nesse sentido que o pólo egológico é uma síntese da experiência, contendo a interioridade e a exterioridade ao mesmo tempo. Ao descrever a experiência, identificamos aquilo que é circunstancial e aquilo que é essencial, permitindo tanto a compreensão da essência do particular quanto do universal.

Para isso, é fundamental a comunicação entre as existências singulares. É necessário que haja o compartilhamento de percepções, experiências, conhecimento. Segundo Alfred Schutz, fundador da sociologia fenomenológica ou compreensiva, esse compartilhamento ocorre a partir da compreensão do outro (sendo necessário compreender para poder se ver no outro) e no relacionamento de 'nós' (SCHUTZ, 1979). Este é o compartilhamento de um espaço e de um tempo comuns, envolvendo a percepção do 'tu' ao lado do 'eu'. A percepção do 'tu' como 'nós' é intencional e, por isso possui o elemento social do envolvimento, da significação e do espaço-tempo. O mundo da vida cotidiana, noção central de Schutz, nos envolve desde o nascimento, num processo de construção do ser e do social de forma simultânea e interdependente. O mundo da vida cotidiana é o mundo fenomenológico: social, existencial e geográfico.

#### 4.2.2 *Procedimentos de pesquisa*

As pesquisas fenomenológicas se inserem no quadro mais amplo das metodologias qualitativas, que incluem todas as proposições que foram elaboradas pelas ciências humanas para lidar com as diferenças inerentes a seus objetos de pesquisa em relação às ciências naturais, ainda durante o positivismo: as metodologias interpretativas ou compreensivas. Elas romperam com o Método único da ciência, sendo essencialmente plurais, trocando a matemática como linguagem demonstrativa pela interpretação circunstancial e simbólica dos grupos humanos (CHIZZOTTI, 2006). Admitindo as subjetividades, os mitos, o imaginário e a religião, incorporaram ao campo de interesse da ciência os fenômenos essencialmente humanos.

As metodologias qualitativas sempre estiveram presentes na Geografia, já que o pensamento geográfico sempre teve correntes românticas durante sua evolução. Na geografia clássica havia técnicas qualitativas de coleta de campo, assim como o método regional era significativamente qualitativo, envolvendo descrições e apreciações

que implicavam o envolvimento e conhecimento do pesquisador em campo (WINCHESTER, 2005). Em grande medida, geógrafos e antropólogos elaboraram suas técnicas de campo juntos, num período em que havia pouca delimitação rígida entre as duas disciplinas (CAPEL, 1984). Descrições significativas e trabalhos de campo que implicavam a permanência do pesquisador por longos períodos foram métodos que geógrafos e etnólogos utilizavam em suas monografias, procurando circunscrever uma etnia ou uma região a partir de suas características ideográficas únicas. A descrição densa é encarada como método central da antropologia interpretativa de Geertz (1973) e a pesquisa observador-participante foi sistematizada por Boas (2006), um antropólogo com formação de geógrafo, tornando-se a principal metodologia de campo dos etnólogos.

Essas metodologias, que compõem a própria identidade da Geografia, foram deixadas de lado e encaradas como não-científicas pelo neopositivismo, justamente pelo seu caráter qualitativo. As abordagens humanista e cultural vão resgatá-las enquanto fundamentais, embora com diferenças de ênfase dependendo da orientação. As pesquisas mais ligadas às leituras radicais e críticas enfatizarão mais a explicação do que a descrição ou a compreensão, dando pouca atenção ao trabalho de campo. Já as abordagens fenomenológicas não poderão se estabelecer sem elas.<sup>13</sup>

O trabalho de campo nos coloca em contato direto com o mundo, levando-nos a conhecer (relacionar-se) os existentes (experiências singulares) ao mesmo tempo em que temos, nós mesmos, a experiência do objeto de investigação. Conforme ressalta Pickles (1988), é preciso participar do jogo das mais diferentes formas e posições. O pesquisador experiencia o máximo possível para compreender melhor como se dão as relações e desenvolver a empatia: a capacidade de olhar a situação pelo ponto de vista do outro. Se o conhecimento é produzido na relação sujeito-objeto, é necessário estar lá para poder derivar desse conhecimento. Como a descrição, não se trata de meramente passar, observar e tomar notas, o trabalho de campo experiencial implica envolvimento, permanência, tempo (ROWLES, 1978; NOGUÉ, 1992). Ao invés do empirismo, a intencionalidade conduz o olhar do pesquisador, que inquire a paisagem: "Que é isto, este lugar?". Busca nela os elementos que revelam a história, os atores sociais, os símbolos e as relações entre estes. Procura não a explicação, mas a compreensão das relações.

Esse primeiro contato com o campo ajuda a formar uma imagem mental do lugar, enquanto experiência do espaço (POCOCK, 1983). Não é apenas com o olhar e a postura do pesquisador que se deve caminhar. Aqui já se aplica o esforço do colocar

---

<sup>13</sup> É verdade, no entanto, que a maior parte da influência fenomenológica na Geografia não se direcionou para pesquisas empíricas ou de campo. Contudo, uma geografia fenomenológica não pode prescindir dessa prática.

entre parênteses (suspendendo os conhecimentos prévios), procurando deixar-se conduzir, permitindo que a paisagem e o lugar se revelem. Se o trabalho de campo for carregado de pré-concepções, teorias explicativas ou informações *a priori* dadas, a direção do olhar (e dos pés) será o caminho já pisado: o sentido da revelação estará perdido. É fundamental buscar o envolvimento volitivo e desenraigado para perscrutar os sentidos originais. Inverte-se a idéia de construir hipóteses e teorias explicativas *a priori*, buscando no campo apenas sua comprovação ou refutação (BACHELARD, 1985). Antes, o campo tem o objetivo do descobrimento, esperando-se que dele venham à tona idéias.

Pickles (1988) chama a atenção para a concretude das experiências geográficas que precisam ser descritas e compreendidas no sentido ôntico e ontológico. O primeiro refere-se à facticidade do mundo, aos objetos como são percebidos e a experiências no mundo vivido. O ontológico refere-se à forma de ser dos fatos, coisas, objetos, experiências. Os dois questionamentos andam sempre juntos na investigação fenomenológica, no entanto a descrição nesses trabalhos de campo iniciais é muito mais ôntica do que ontológica, já que para ter acesso aos significados próprios do ser é necessário penetrar fundo na experiência. Isso ocorre na segunda parte do movimento da experiência da pesquisa. Quando o pesquisador já tem uma experiência própria do lugar pesquisado, ele busca os fenômenos tal como são vividos pelas pessoas do lugar, na experiência de longa duração, onde ele encontrará as diferentes possibilidades de ser e estar naquele lugar e as percepções e vivências que são possíveis. É a busca pelos significados tais como são vividos pelos de dentro, os estabelecidos (ELIAS, 1994). O pesquisador, um de fora, procura ter acesso a essa experiência para poder então compreender o fenômeno em seu sentido ontológico.

Esse acesso pode ser documental, oral ou iconográfico, sendo as práticas orais as mais difundidas entre estudos urbanos e ambientais, enquanto as documentais e iconográficas são fundamentais nos estudos históricos e culturais. Para nosso tema as metodologias orais são mais adequadas por nos fornecer acesso à experiência revelada pelos próprios existentes. Essas podem ser de três tipos: biografias, entrevistas e levantamentos. Os levantamentos envolvem um número maior de pessoas (médias ou grandes amostras), podem ter seus resultados tabulados e tratados estatisticamente dependendo de sua dimensão, o que sacrifica sua profundidade em "escavar" a experiência. As entrevistas e as biografias envolvem um número menor de

informantes, à medida que o tempo de realização é maior, permitindo, contudo, maior profundidade na investigação (Figura 4.2).

Figura 4.2 – Métodos orais qualitativos em Geografia Humana

Método geral	Método específico	Questões de pesquisa
Biografia	Autobiografia Biografia História oral	Individual
Entrevistas	Não estruturada Semi-estruturada Estruturada	↑ ↓
Levantamentos	Grupos focais Levantamentos estruturados Questionários estruturados	

Fonte: Winchester (2005, p.07).

Nesta pesquisa combinamos práticas de entrevistas semi-estruturadas ou não estruturadas com biografias ou histórias de vida. Essas permitem que a partir da narrativa da pessoa reconstituamos sua trajetória de vida: os lugares em que viveu, suas experiências topofóbicas e topofílicas, percepções e sentimentos etc. A história migratória serve de fio condutor da biografia da pessoa no espaço e no tempo. Mantendo a entrevista semi ou não estruturada ela toma o caráter de conversa: ato recíproco e contínuo que pressupõe uma disposição diferente do pesquisador diante de seu informante. Para que a experiência flua e que os sentidos mais profundos sejam revelados é necessário tempo e uma situação em que a pessoa sinta-se à vontade e segura para se expor. O pesquisador deve construir as pontes para que a conversação se estabeleça, senão será um inquérito de mão única. Uma conversa tem a vantagem de permitir esses laços, já que a diretriz do conhecer supera a determinação de uma lista de perguntas. George e Stratford (2005) assinalam que esse tipo de trabalho envolve várias conversas, já que a memória não é um livro que se pode folhear linearmente. Ela vai se recompondo a partir de lembranças e esquecimentos, cabendo ao pesquisador ficar atento a ambos. Nesse mesmo sentido, Dunn (2005) chama a atenção que numa entrevista, os gestos, os olhares, as reações e os silêncios são fundamentais para uma apreensão mais completa dos sentidos, pois as palavras não são tudo numa conversação.

Esses procedimentos nos conduzem, segundo Pickles (1988), ao entendimento do fato (mundo ôntico) e do horizonte de significado (mundo ontológico)

como os pólos que precisam ser compreendidos no projeto fenomenológico. "The aim of the phenomenological method is the rigorous description of the essential structures that constitute objects in their various modes of givenness." (PICKLES, 1988, p.252). Esses incluem tanto objetos científicos quanto aqueles presentes no dia-a-dia, como memórias, discursos políticos etc., em sua facticidade ôntica e em sua existência ontológica.

Nossa pesquisa, portanto, é metodologicamente baseada nos trabalhos de campo experienciais e nas conversas biográficas. Quanto aos primeiros, realizamos inicialmente trabalhos de campo operacionais, que proporcionaram o primeiro movimento da experiência: o conhecer a RMC. A direção desses campos era percorrer a região, procurando apreender a paisagem e a organização espacial mais geral das cidades e suas ligações. Sem a preocupação de fotografar ou de realizar conversas, os trabalhos permitiram uma descrição preliminar da região em seus atributos estruturantes. O ir e vir de uma cidade a outra, acompanhando seus desenhos, ritmos e fragmentos, nos ajudou a começar o processo de passagem de "de fora" para "de dentro".

A cada trabalho de campo, o registro era feito em um diário, que se constitui num instrumento valioso e fundamental de uma pesquisa experiencial. Nele inscreve-se o relato pormenorizado de todo o trabalho, procurando descrever tudo, mesmo o que aparentemente não se mostra importante ou relevante. Esse diário é o "material bruto" da experiência, sendo escrito de forma livre visando não apenas relatar. Antes, é um momento em que as percepções durante o campo se organizam de forma lógica e adquirem um aspecto mais reflexivo do que descritivo no sentido banal. O diário de campo acompanha o pesquisador, mesmo quando não faz um trabalho de campo programado ou específico. É nele que se registra experiências diversas e reflexões, bem como é nele que o relato das conversas, programadas ou não, serão destinadas.

Nossas conversas aconteceram um pouco espontaneamente, às vezes por meio de contatos de terceiros, às vezes por encontros nos trabalhos de campo ou em outras atividades cotidianas. A escolha dos conversantes se deu pelas possibilidades que podíamos vislumbrar pela sua experiência da região metropolitana. Um pequeno número de biografias singulares já nos forneceria elementos suficientes para realizar a pesquisa, já que diante da multiplicidade de possibilidades de habitar na RMC, a densidade da experiência é muito mais significativa do que a quantidade.

Com o objetivo de focar melhor a pesquisa, circunscrevemos as biografias a uma porção dentro da região, permitindo que elas tivessem maior densidade por delimitar as possibilidades de habitar. Escolhemos o conjunto de municípios que

mantêm as relações mais estreitas em termos de modos de vida, onde a integração entre as cidades é mais evidente e intensa. Denominamos de microrregião noroeste os municípios de Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Nova Odessa e Sumaré. A pesquisa envolve um olhar para esta microrregião, enquanto unidade e em suas relações com a sede metropolitana. A mobilidade intensa, a densidade urbana e o dinamismo das dinâmicas socioespaciais nos garantiram variedade de experiências e formas de habitar num espaço bastante significativo em termos de fenômenos metropolitanos.

É a partir da experiência da metrópole, portanto, que o fenômeno risco-perigo será pensado na forma ôntica e ontológica do ser e estar espacialmente localizado (habitar). Pela compreensão da história e do espaço de vida, buscamos o entendimento da segurança/insegurança existencial na sua geograficidade. Mobilidade é fenômeno ambivalente que estrutura a experiência da metrópole, enquanto a vulnerabilidade é a expressão dessas interações. Outras questões importantes serão acrescentadas a partir desta discussão, que perpassa tanto a organização espacial da metrópole quanto sua dimensão existencial. 'Que é RMC?' e 'que é viver na RMC?' são perguntas regressivas essenciais que conduziram nossa experiência da metrópole.

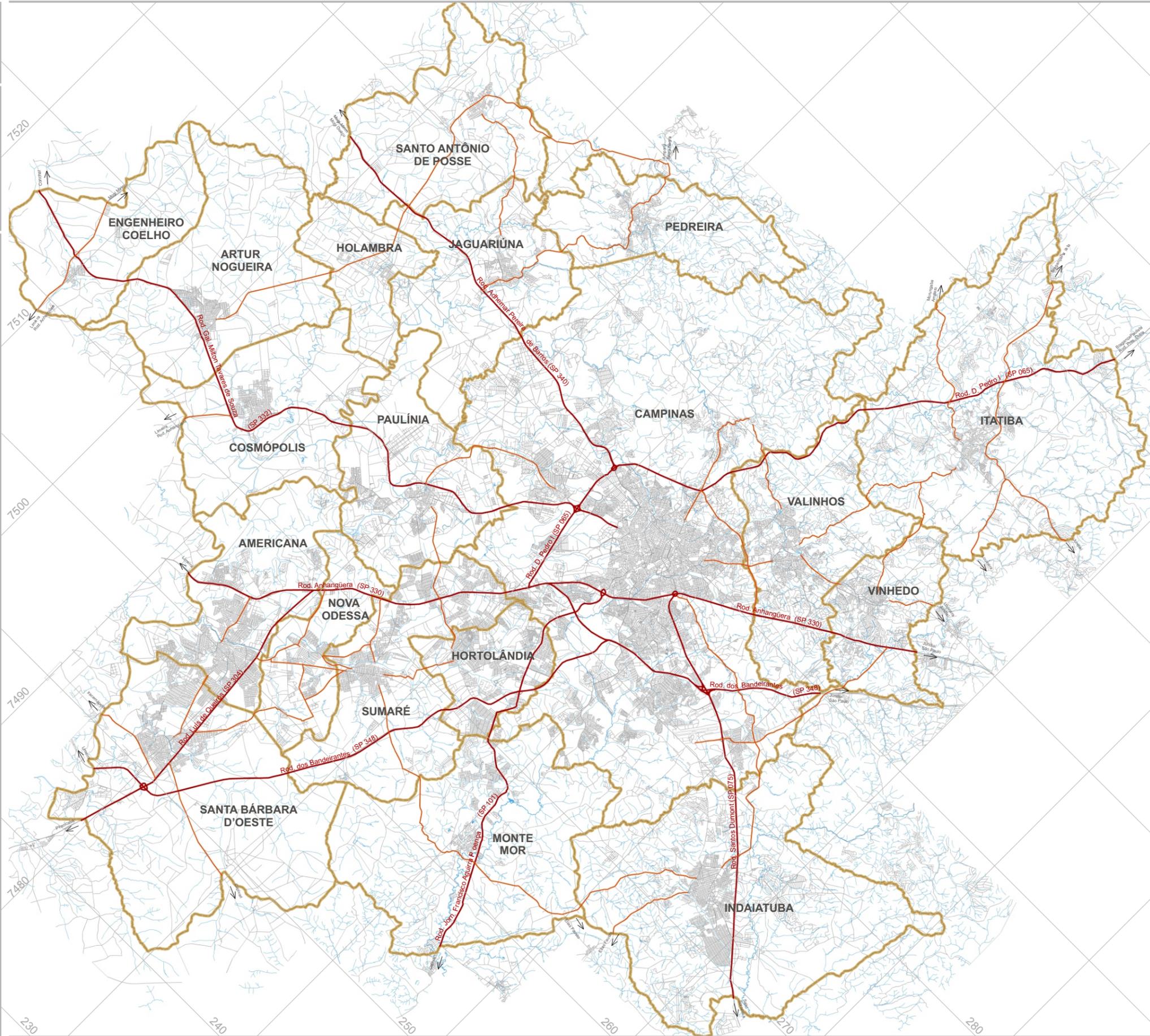
### **4.3 A Região Metropolitana de Campinas na Perspectiva da Experiência**

Muitos lançam dúvida sobre a condição de metrópole de Campinas. O argumento é o peso de São Paulo (leia-se Região Metropolitana de São Paulo) colocando Campinas como não tendo um processo de metropolização próprio, mas como área para onde a desconcentração da capital se estendeu, constituindo a macro-metrópole ou o entorno metropolitano expandido. Tais análises se concentram apenas na perspectiva econômica sem considerar os modos de vida ou a geograficidade metropolitana. Como o objetivo desta tese é pensar os fenômenos tais como aparecem na experiência, a discussão se a RMC tem ou não um processo independente de metropolização perde importância em relação à facticidade do modo de vida metropolitano, ou de traços dele, que nos permitam discutir a temática em tela a partir das existências singulares.

Outra questão que pode ser colocada é por que utilizar o recorte institucional RMC para pensar o sentido ontológico dos fenômenos? Pelo menos por três motivos. Em primeiro lugar, a delimitação dos 19 municípios que a compõe<sup>14</sup> coincide

---

<sup>14</sup> Isto ocorreu por lei estadual de 2000, incluindo além de Campinas os municípios de Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia, Monte Mor, Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo, Itatiba, Pedreira, Jaguariúna, Santo Antônio de Posse, Holambra, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Cosmópolis e Paulínia (Ilustração 4.3).



**Estado de São Paulo**

**Legenda**

- Limites municipais
- Rodovias principais
- Acessos secundários
- Sistema viário
- Hidrografia
- Quadras

Escala: 1:300.000  
 0 5 10 km  
 Sistema de projeção UTM  
 Zona 23

norte

Autor: Eduardo J. Marandola Jr.  
 Elaboração: Marina Piazzon Teixeira  
 Base cartográfica: Emplasa, 2003.

com resultados de pesquisa anteriores que já apontavam a constituição de relações metropolitanas entre eles (BAENINGER, 1999). Na verdade, os estudos sobre a região de Campinas já incluem a dimensão metropolitana desde o final dos anos 1980, independente ou não de uma delimitação oficial. Em segundo lugar, mesmo que a argumentação procure descaracterizar a região como metropolitana, questionando a pertinência da inclusão deste ou daquele município, a institucionalização gera situações em que os municípios (enquanto municipalidades) intensificam as interações e o relacionamento intra-regional. Pedreira e Itatiba são exemplos de municípios que após a institucionalização intensificaram suas relações com os demais municípios da região. Por fim, nossa investigação se concentra numa porção da RMC que possui as características metropolitanas mais evidentes, o que assegura uma base para discutir essas questões a partir da ótica proposta.

#### *4.3.1 Uma descrição preliminar*

Com mais de um milhão de habitantes, pólo de uma região que já congrega mais de 2,6 milhões de pessoas, Campinas aparece como uma grande cidade com as características de uma metrópole. Com seu trânsito pesado intensos fluxos em suas rodovias, ela apresenta aqueles traços essenciais ora discutidos como reveladores de um modo de vida metropolitano. Contudo, ao mesmo tempo Campinas parece pequena e mais organizada àqueles que vêm de cidades maiores, como a capital paulista. Pequena e provinciana. Talvez essa dualidade seja um dos principais traços que marcam esta metrópole do interior paulista. No meio de seu cosmopolitismo e desenvolvimento ainda subsiste a Campinas de ontem, que não deixa dúvidas sobre suas raízes interioranas e reservadas. Procuramos a Campinas que adentra a metropolitanidade, onde coexiste o interior e a metrópole, e onde o passado se torna história e cotidiano ao mesmo tempo, junto com a contemporaneidade.

Para ver a metrópole, no entanto, talvez o melhor lugar não seja o movimentado centro ou os bairros tradicionais (antigo arrabaldes da cidade), nem olhar a Estação Cultura, o comércio sofisticado do Cambuí ou as indústrias tradicionais e tecnológicas (Figura 4.4). Para vê-la, o lugar certo são as bordas: os bairros e as demais cidades que compõem a RMC. Nestas, teremos um olhar mais amplo, pois da sede não se olha para o entorno. Precisamos das duas perspectivas que se complementam: do centro e das bordas, atentando para a estabilidade (os lugares e territórios) e o movimento (os trajetos e mobilidade). A partir dessa perspectiva, veremos que o espaço metropolitano é

composto por fragmentos vividos (o bairro ou uma cidade pequena) que possui o ponto zero de onde partem os movimentos e a partir do qual se estrutura as experiências da metrópole. Mas quem é mais metropolitano? Aquele que pendula diariamente, morando distante do centro da metrópole, ou aquele que permanece no burburinho do centro e nos bairros tradicionais onde a densidade e intensidade são maiores? Onde está o sentido da metrópole?

Como toda metrópole, é uma cidade feita de migrantes, de pessoas de todos os cantos que aqui vieram, atraídos a cada tempo por elementos diferentes. E um dos resultados é a conurbação de uma dezena de cidades a partir da sede que conforma uma mancha urbano-metropolitana, estruturada pelos corredores viários, em especial o mais antigo caminho que corta a região, ligando São Paulo (e o porto de Santos) ao planalto central: a Via Anhanguera, o “caminho dos Goiáses”. Esses migrantes estão tanto na metrópole como em sua região, mantendo processos demográficos muito associados, conforme veremos à frente.

Campinas tem, portanto, as duas faces da metropolização, iniciada aqui nos anos 1970. Bairros tradicionais como Ponte Preta, Vila Industrial, Taquaral, Bosque e Cambuí que mantêm na paisagem tempos pretéritos, manifestando-se em cada um o embate lugar-metrópole: parte das pessoas anseia a integração e conversão ao novo sistema metropolitano e outra parte resiste a este. A metropolização da RMC é muito recente, e por isso pode ser compreendida como um processo em desenvolvimento que ainda não se consolidou completamente.

As bordas foram o destino dos grandes fluxos migratórios de população de estratos econômicos defasados, em busca de condições de sobrevivência. Toda a região a oeste da Rodovia Anhanguera é outra Campinas, desconhecida para aqueles que apenas passam pela cidade. Dois grandes corredores viários articulam essa região que tem quase a metade da população da cidade, mas nem um terço da atenção. São loteamentos que têm sido instalados desde a década de 1950, quando as primeiras indústrias se colocaram além da Anhanguera, e se especulava sobre a valorização industrial daquela região. As indústrias se foram, o direcionamento mudou e as terras abandonadas ou pouco valorizadas foram sendo paulatinamente ocupadas (não necessariamente de forma ilegal). Esta região se estende desde as imediações com o Aeroporto de Viracopos e a Rodovia Santos Dumont extrapolando o limite com Hortolândia e Monte Mor. Ainda há muitas terras a serem ocupadas nesta região, espalhadas entre fundos de vale (ali estão o ribeirão Piçarrão e os rios Capivari e Capivari-Mirim), em terrenos arenosos e com vertentes mais ou menos íngremes.

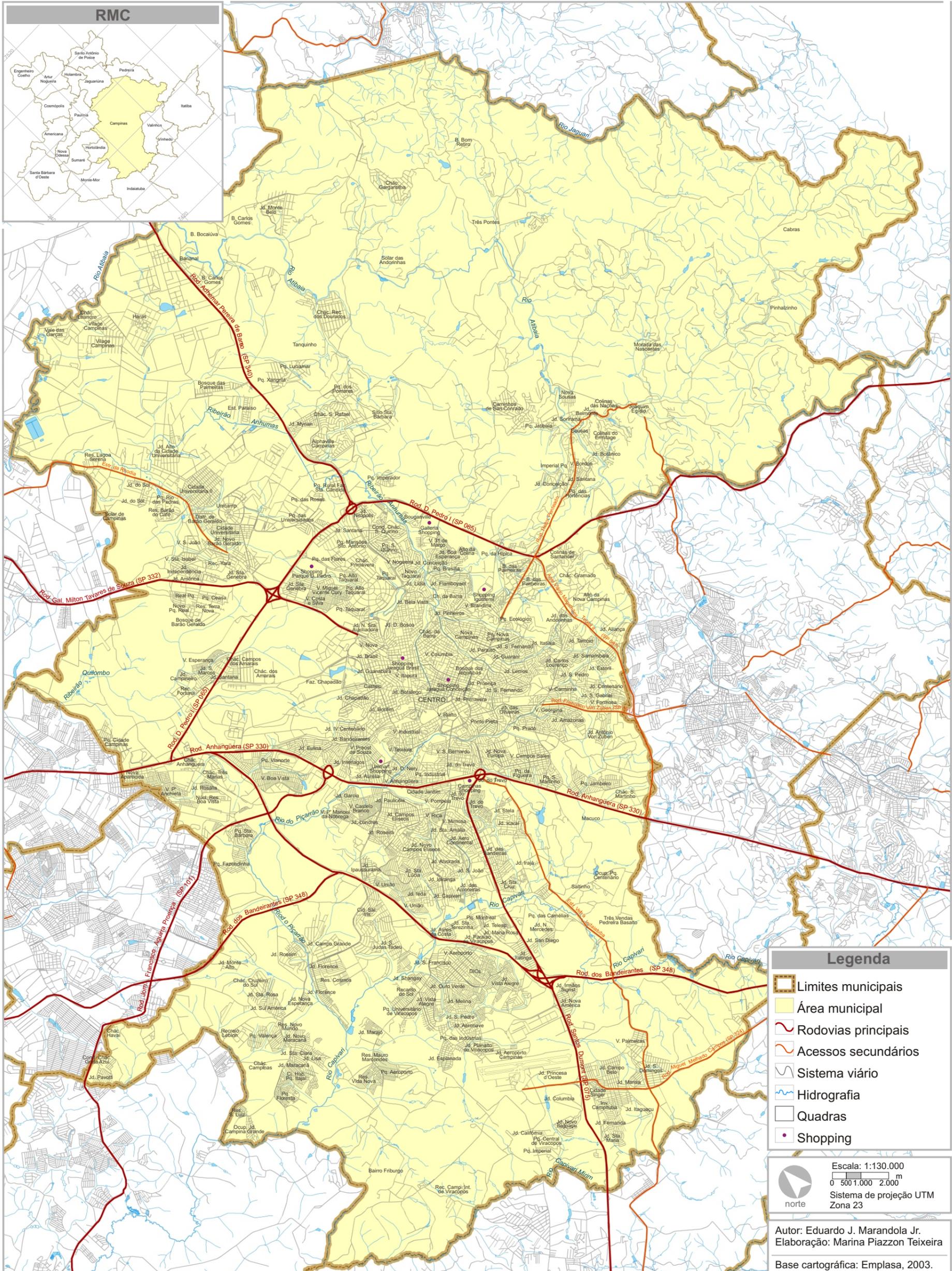


Figura 4.4 **Município de Campinas**

No extremo leste, temos outra faceta do embate-convivência da Campinas-metrópole e Campinas-interiorana. Numa área também já conurbada através da Rodovia Heitor Penteado (continuação da Av. Moraes Sales), os distritos de Sousas e Joaquim Egídio apresentam esse embate de forma específica. O primeiro tem um centro histórico significativo, com patrimônios importantes e uma paisagem que contrasta imediatamente com Campinas. Trata-se de um cenário de relevo movimentado, repleto de vertentes com significativa declividade, que é revelado ao chegar, pela rodovia. A sensação de não estar em Campinas (de revelado aplainado, da região de transição do Planalto Atlântico para a Depressão Periférica) transformou este distrito em um dos grandes “escapes” da metrópole. Ali se instalaram condomínios e loteamentos fechados, além de loteamentos abertos de alto padrão. O distrito foi “invadido” por dois circuitos de entretenimento contemporâneos, que visam sobretudo o público metropolitano: um circuito de diversão noturno sofisticado e um circuito turístico dividido em turismo de natureza (ali está a Área de Proteção Ambiental – APA – do manancial do rio Atibaia, que corta o distrito), turismo histórico, associado ao patrimônio arquitetônico, e o turismo gastronômico. Joaquim Egídio está incluído no segundo, embora não tenha as mesmas características metropolitanas de Sousas, que já está conurbado com Campinas.

O embate metrópole-interior está inscrito na vida campineira. Tão metrópole para quem vem do interior, e tão interior para quem vem da metrópole, Campinas está a meio caminho dos dois. Esses dois atributos que sempre caminharam como dois pólos em oposição se uniram em Campinas para compor parte da essência da cidade. Essa ambigüidade é compartilhada com as cidades da região. Mesmo que nenhuma outra cidade chegue perto da escala urbana de Campinas, são vistas como interior no imaginário regional e estadual, mesmo que o ritmo de vida nessas cidades já as coloque em processo de transição. Ser “da região de Campinas” traz a metropolização e os traços metropolitanos, bons e ruins.

Junto com essa junção metrópole-interior, outro traço da imagem da RMC é a ausência de panorâmicas. Isso se dá por conta das características geomorfológicas do sítio onde estão a maioria das cidades, apresentando uma relação entre a urbanização (sua direção e forma) e sua topografia. A mancha urbana se espraia por uma ampla faixa da depressão periférica, que possui relevo aplainado e vales pouco encaixados, estruturados principalmente pela via Anhanguera. Ao sul e a leste, com a presença da APA de Joaquim Egídio e Sousas e as dificuldades inerentes à urbanização, a mancha urbana se desenvolve com menor intensidade. Sua principal ocupação tem sido

destinada a condomínios e projetos de alto padrão que valorizam a paisagem e a possibilidade de explorar a qualidade de vida associada à natureza.

Em vista disso, as cidades não conseguem se ver, pois na depressão há pouca diferença nas cotas, o que dificulta a tomada de perspectivas amplas. A própria Campinas tem poucos pontos de onde é possível ter uma perspectiva abrangente da cidade. Isso implica uma crise de paisagem em quase todas as cidades. As imagens de Campinas são esparsas e parciais. Na verdade, são lugares, pontos, como a Catedral, o Largo Carlos Gomes e a Lagoa do Taquaral, por exemplo. Algumas poucas exceções são Jaguariúna e Pedreira, que têm o rio Jaguary, e Holambra, que tem sua paisagem holandesa. Sumaré e Americana possuem panorâmicas na entrada principal da cidade, pois esta é perpendicular ao leito do ribeirão Quilombo, descendo a vertente alongada, o que permite ver sem obstruções o centro das duas cidades que se localizam na vertente oposta do fundo do vale. Mas essas não chegam a constituir uma forte imagem das cidades (Figuras 4.5 e 4.6). Nova Odessa, embora também tenha uma entrada por esta vertente, a vertente não é tão alongada, só sendo possível a visão muito perto. Além disso, essa não é a principal entrada da cidade (Figura 4.7). Santa Bárbara D'Oeste, localizada nas vertentes do ribeirão dos Toledos, muito aplainadas, não chama atenção do passante da Rodovia Luiz de Queiroz, sua principal entrada (Figura 4.8).

É evidente que cada cidade, com suas histórias particulares, tem seus lugares e paisagens significativos, compondo sua própria imagem. Contudo, uma das imagens mais fortes que dá coesão à própria imagem da região são as rodovias. Dentre elas, talvez um dos maiores ícones da região seja a Rodovia Anhanguera. Esta via tem grande importância simbólica e material. Caminho de chegada, por onde vinham as tropas e ali pousavam (SANTOS A., 2002). Ligação com a capital, o porto, direção de onde vinha a modernização e para onde se podia partir em busca do que a modernidade oferecia. Depois, limite da cidade, onde se instalaram as grandes indústrias ainda nos anos 1950. A Anhanguera foi a principal via de interiorização do desenvolvimento, e por isso tudo vinha ou passava por ela. Muitas cidades surgiram a partir da construção da rodovia, localizadas a aproximadamente cinco quilômetros da rodovia. Distância que até a metropolização garantia acesso sem trazer a rodovia para o espaço urbano.

Mas com a expansão urbana pós-1970 e o incremento da metropolização, a Anhanguera se tornou um corredor viário estruturador da própria expansão metropolitana, servindo de eixo da conurbação que se estende por todos os municípios por onde ela passa, de Valinhos até Americana (PIRES, 2007). Em vista disso,

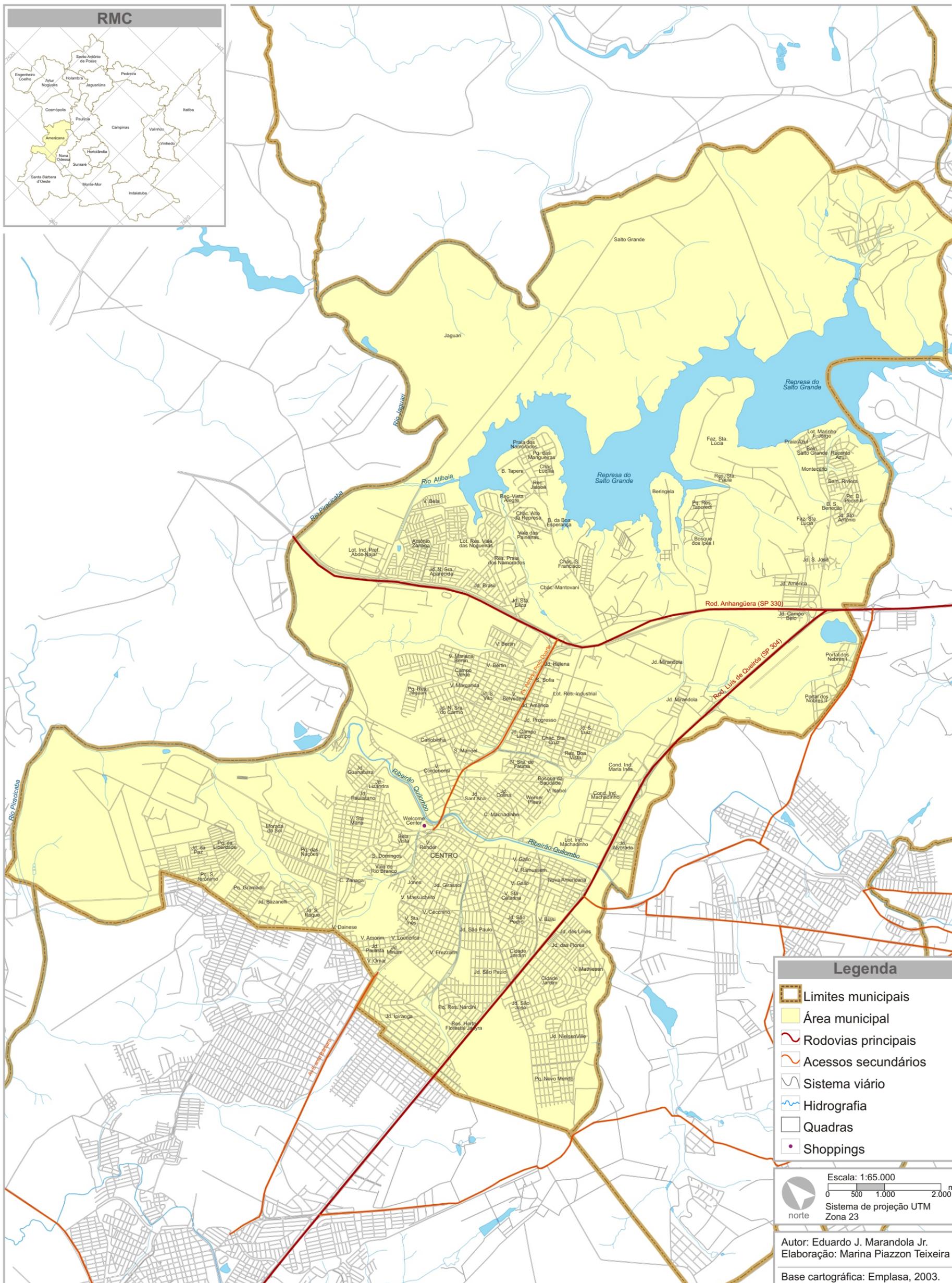


Figura 4.5 Município de Americana

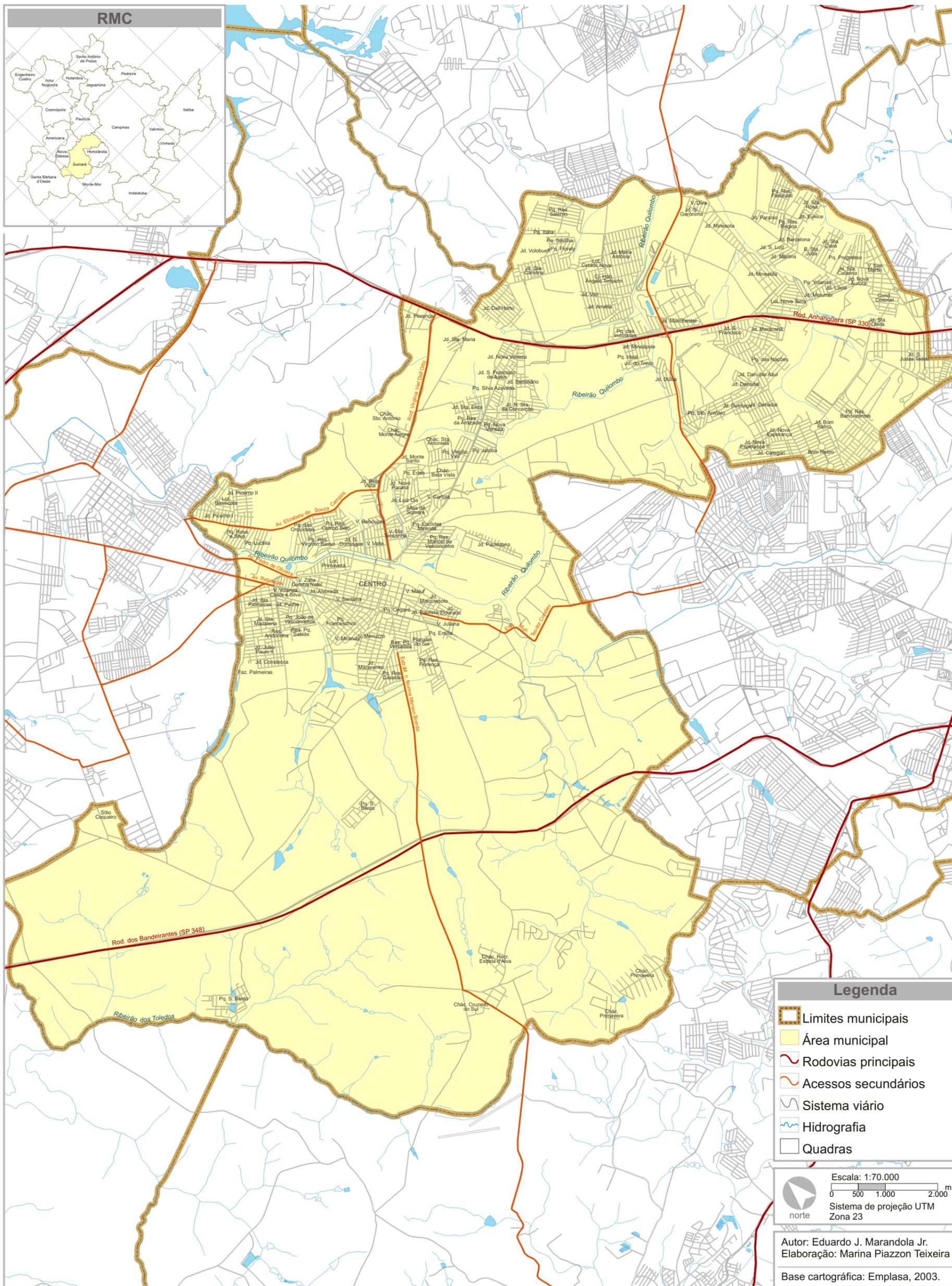


Figura 4.6 **Município de Sumaré**

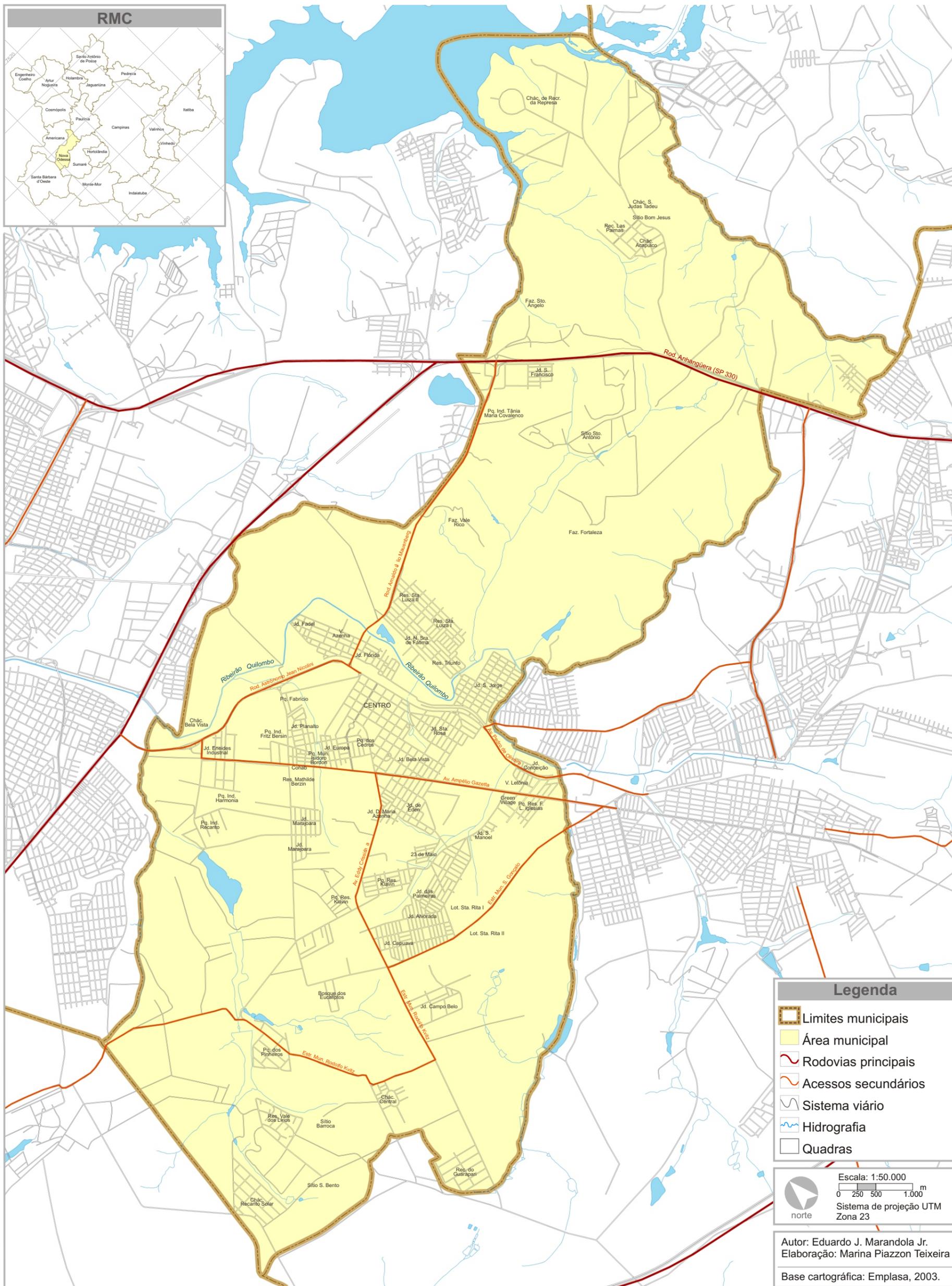
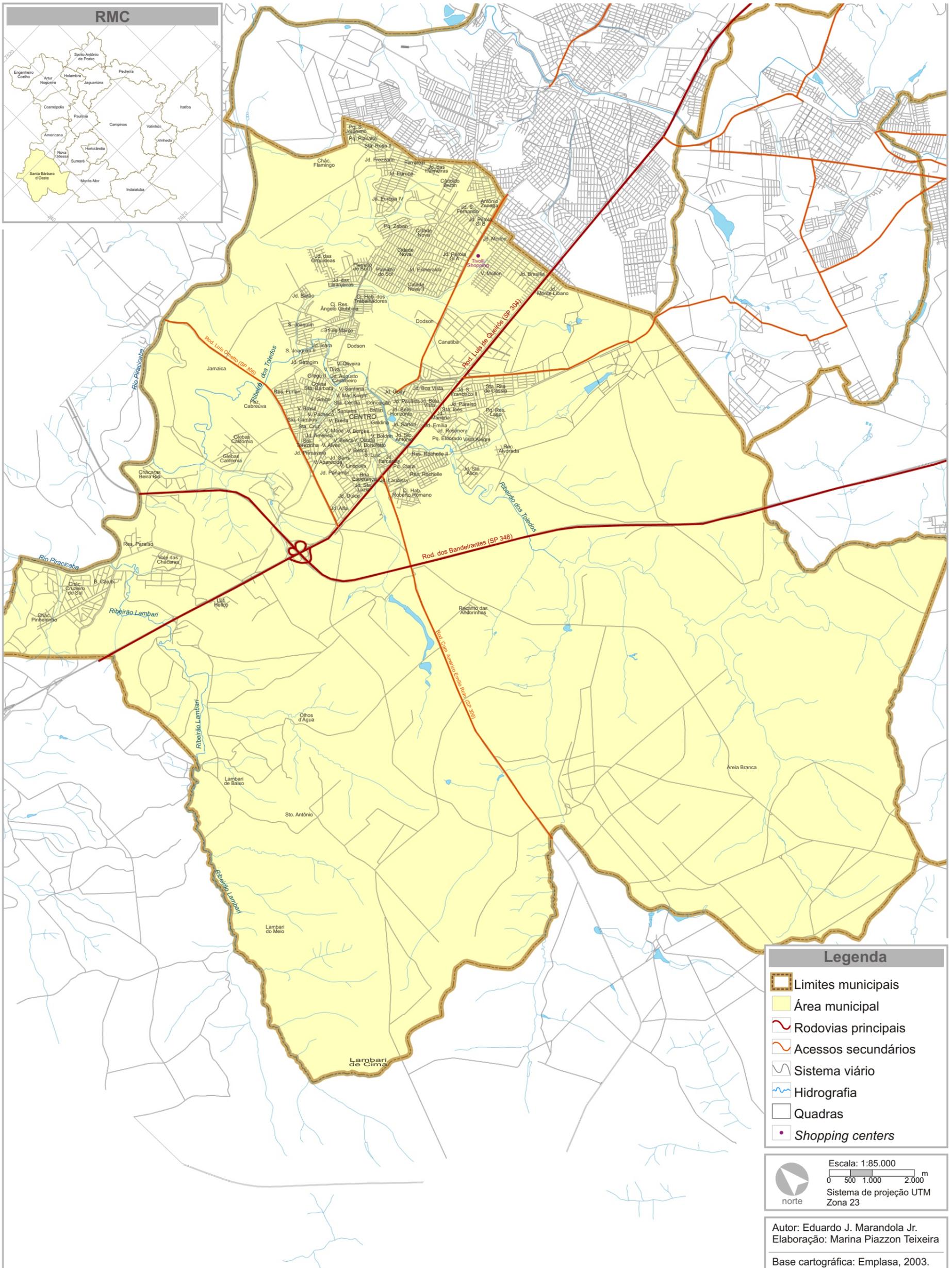


Figura 4.7 Município de Nova Odessa



se o espaço regional se tornou um espaço vivido com intensidade cotidiana, a Anhanguera tem um papel central não apenas na estruturação da espacialidade urbana da região, mas compõe e estrutura os espaços de vida, com seus riscos e suas potencialidades. Sua característica de Via não tinha o objetivo de realizar ligações locais, mas a expansão das cidades e a própria ocupação de suas margens fez com que mais pistas de rolagem e marginais fossem necessárias, assim como acessos, viadutos e passarelas. A Anhanguera hoje não é apenas a principal rodovia de ligação da capital com o interior, mas é também a principal “avenida” da RMC. A paisagem é intensa e agressiva. O deslocamento implica riscos constantes.

Mas vai além: a Anhanguera, em especial no trecho que vai do entroncamento da Rodovia dos Bandeirantes e Rodovia Dom Pedro I até a entrada de Sumaré, é um microcosmo de relações em tracejado (um lugar?). Ali, diariamente milhares de pessoas circulam, param, esperam, descem e sobem de conduções. Passar por ali, de Campinas ou São Paulo para o interior, ou parar, pausar e postar-se a esperar em algum dos pontos de encontro ao longo daqueles poucos quilômetros, trazem uma experiência totalmente distinta em relação à rodovia, enquanto espaço ou lugar. O perigo do atropelamento ou do assalto e o risco da batida estão associados, mas são de pontos de vista distintos para pedestre/usuário de transporte coletivo e para motoristas. A Anhanguera pode ser um tracejado que corta a região e fragmenta o tecido urbano de Campinas e Sumaré, mas reserva relações particulares entre aqueles que trabalham e trafegam ao seu redor, com acessos restritos e passagens e paradas obrigatórias. Tudo fica mais perigoso antes ou depois da chuva e da noite que, no entanto, não varrem jamais o tráfego intenso a qualquer hora ou dia do ano.

As demais rodovias da região também estruturam outros eixos de expansão urbana, configurando-se em grandes corredores viários onde os trânsitos nacional, regional e local se confundem (CAIADO e PIRES, 2006). Elas se aproximam por permitir a circulação intra-regional, acesso aos serviços metropolitanos (localizados nas próprias rodovias, em especial na Rodovia Dom Pedro I) e, mais recentemente, destino de projetos habitacionais de grande envergadura destinados ao mercado de classe alta.

Mas é evidente que nem todas as cidades da região mantêm o mesmo nível de integração ou de metropolização, nem a mesma imagem dentro da região. Essa posição está ligada à condição que tais tinham no início da metropolização e os caminhos que tomaram a partir dela. Alguns municípios, principalmente aqueles que já possuíam industrialização ou centros urbanos desenvolvidos antes dos anos 1970, são envolvidos

de uma maneira no processo de metropolização diferente daqueles que tiveram seu maior desenvolvimento pós-1970. Municípios como Valinhos, Americana, Indaiatuba e Itatiba, com história e atividades econômicas importantes anteriores, mantiveram seus núcleos urbanos menos desfigurados pelo espraiamento e pela expansão metropolitana. Outro grupo de municípios ficou a meio caminho destas transformações, tendo um pequeno parque industrial e de atividades econômicas dinâmicas pré-metropolização, mas que tiveram seu tecido urbano profundamente alterado, sofrendo impacto direto da metropolização, como é o caso de Sumaré, Hortolândia, Nova Odessa, Monte Mor e Santa Bárbara do Oeste. Já outros municípios menores, como Jaguariúna, Pedreira, Vinhedo, Cosmópolis e Paulínia, embora com importante crescimento, por diferentes motivos permanecem com uma participação intermediária no processo de metropolização, alguns com maior rigor no uso do solo (Jaguariúna e Vinhedo) e outros com maior distância do centro metropolitano (Cosmópolis e Pedreira). Destes, certamente Paulínia é o mais integrado à dinâmica metropolitana, não apenas pelo pólo petroquímico, mas também pela proximidade e pelas relações históricas que mantém com Campinas. Um quarto grupo de municípios são aqueles que estão menos articulados à dinâmica metropolitana, tendo relações com Campinas mais como pólo regional, apesar do sistema de transporte e a proximidade possibilitarem maior integração. É na dinâmica econômica de tais cidades que está a justificativa para não conseguirem participar efetivamente dessa integração: Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Santo Antonio de Posse. Holambra é caso à parte, apesar de cotidianamente pouco ligada à metrópole, sua principal atividade, o cultivo de flores, se vale de sua inserção na região (acesso ao Aeroporto de Viracopos) para comercializar sua produção.

Esta integração maior ou menor à dinâmica metropolitana se expressa pela conurbação ao longo da Via Anhanguera, que inclui Vinhedo, Valinhos, Campinas, Hortolândia, Sumaré, Paulínia, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara do Oeste, totalizando nove municípios. Outros também apresentam forte conurbação ou estão próximos de consolidá-la, como Jaguariúna e Pedreira (Rodovia Adhemar de Barros) e Indaiatuba (Rodovia Santos Dumont). Os demais municípios, apesar de não apresentarem conurbação evidente, estão muito integrados.

#### 4.3.2 *Espaço público e lugares na metrópole*

Existem na RMC bairros e cidades que, mesmo próximos do movimento e da intensidade da metrópole, mantêm um ritmo mais lento, de ruas pouco

movimentadas, de vizinho que conhece vizinho, de pessoas sentadas nas calçadas para conversar e observar o movimento da rua, grupos de amigos andando pelas ruas despreziosamente, como é o caso da rua Oscar Leite, no bairro da Ponte Preta. Apesar de ser paralela à rua da Abolição, o ruído do tráfego não a alcança, predominando o som das conversas, dos rádios e televisões dentro das casas. É perto do centro (10 minutos de caminhada), mas é longe, pois tem ritmo flagrantemente diferente (MARANDOLA JR., DE PAULA e PIRES, 2006).

Se pensarmos nas possibilidades das formas de habitar na RMC, identificaremos lugares e pessoas com laços de envolvimento diferenciados com o espaço e com a metrópole, como aqueles que moram nos condomínios fechados e que encontram suas atividades, seus lazeres e serviços dentro deste espaço cercado, ou, no máximo, localizados em pontos estrategicamente acessíveis ao automóvel (e à sua faixa de renda). Seus moradores estão distantes espacialmente e socialmente do centro – em contraponto com bairros como a Ponte Preta, Cambuí, Guanabara, Bonfim, Taquaral, Bosque e Botafogo, próximos e integrados à organicidade do centro da metrópole.

A grande fronteira urbano-rural representa uma vasta área da RMC, principalmente nos seus extremos leste e oeste, mas não somente, pois pela característica fragmentada do tecido metropolitano, as áreas rurais às vezes estão mais próximas da urbe do que parece. Às vezes misturadas com áreas industriais, às vezes habitadas por pessoas que trabalham na cidade e vivem a metrópole tanto quanto qualquer outro, essa fronteira reserva surpresas por suas estradas de terra batida e empoeiradas (PINTO, 2006). Muitos ali estão mais conectados ao ritmo metropolitano do que se imagina, ao mesmo tempo em que há outros tantos no mesmo ritmo daqueles da rua Oscar Leite, na Ponte Preta (MARANDOLA JR., DE PAULA e FERNANDEZ, 2007).

Essas são diferentes maneiras de habitar, baseadas em fragmentos da metrópole. Mas como esse viver norteia a apreensão individual do bairro, da cidade e da metrópole (o seu conjunto) e, ao mesmo tempo se une, para apresentar uma visão e um modo de viver uma única metrópole? A essência da metrópole não pode deixar de lado o espaço público, aquele onde acontece o 'estar-com'. A casa é privada, mas o espaço público e o bairro, assim como a cidade e a região são compartilhados e, por isso, o significado da metrópole estará na ontologia essencial de ambos: lugar-espaço público.

Os centros das cidades sempre foram os seus espaços públicos por excelência. Contudo, a contínua separação das classes sociais no espaço urbano cada vez mais segregado redefiniu essas relações. O centro de Campinas, assim como de tantas

outras grandes cidades, apresenta movimentos de desvalorização imobiliária que se reflete no abandono e pouca manutenção dos edifícios, a popularização do comércio, a diminuição das residências e a acentuação da sazonalidade do movimento dia-noite. Aumenta o circuito metropolitano de locais intra-muros: o condomínio residencial, o shopping, a escola, os serviços. Uma parcela crescente da população estrutura sua vida diária entre esses espaços controlados, limitando a possibilidade do encontro com o outro. Localizados no eixo nordeste (ao longo da Rodovia Dom Pedro I), é possível realizar quase todas as atividades cotidianas sem expor-se no espaço aberto, público.

Uma das marcas disso que vemos na RMC é a ausência de crianças na rua. Parece que passamos por uma involução da autonomia das crianças que não executam mais deslocamentos sem a companhia dos pais. É muito raro encontrarmos nas ruas da região crianças menores de 15 anos sozinhas, mesmo nos shoppings. Não é necessário ir aos bairros de alto padrão para notar o vazio das ruas. Apenas em bairros muito pobres encontramos ainda as crianças na rua, pois bairros de estratos sociais cada vez mais baixos se orientam pelo medo e insegurança, mesmo em cidades menores, em bairros tranquilos. Com o espaço público (a rua, a praça, a calçada, vazios) o sentimento de insegurança cresce, num ciclo que segue uma espiral ascendente.

O asceticismo do shopping parece a única solução para o lazer e a desconcentração, e por isso a RMC possui 18 shoppings, sendo sete destes em Campinas. Na Rodovia Dom Pedro I localiza-se o maior deles, o Parque Dom Pedro, construído para atender ao público regional; o Galleria Shopping, destinado a um estrato socioeconômico mais privilegiado; e num acesso à rodovia, o Shopping Iguatemi, o mais antigo. A cidade tem ainda dois shoppings menores, o Jaraguá Brasil e o Central Shopping, no centro e nas suas imediações, e dois que estão localizados na região leste, atendendo à grande área "periférica": Shopping Unimart e o Campinas Shopping.

Freqüentar esses lugares parece uma forma de se inserir no sistema metropolitano, em especial aqueles de projeção mais regional. Esses carregam a sua insígnia, o que atribui valor qualitativo diferenciado dos demais shoppings da região. Lojas de rede localizadas no Tivoli Shopping (em Santa Bárbara D'Oeste, limite com Americana) não têm a mesma força imagética, porque não estão no Dom Pedro. Há uma nítida hierarquia de valores entre estes espaços, embora reproduzam em proporções diferentes um modelo de valorização do exclusivo em detrimento do público.

Uma das manifestações mais contundentes desse cenário, vivido tanto no espaço público quanto no lugar, é a força do imaginário da violência que a região

carrega. Até que ponto esta se tornou de fato um perigo presente na vida das pessoas ou se é apenas uma produção fantasmal (SILVA, 2001) que produz um sentimento de insegurança generalizado, mas que não passa à experiência da maioria dos habitantes? O fato é que, principalmente em Campinas, o perigo associado à violência (em suas várias manifestações) parece já ter sido maior do que hoje. Em 2007 o número de mortes no trânsito ultrapassou as pouco mais de 100 registradas em homicídios, apontando para a necessidade de pensar até que ponto o imaginário da violência não tem papel mais importante do que a sua própria experiência na cidade e na região.

Nas cidades vizinhas, a relação com esse risco é bastante diferenciada. Sumaré é um caso interessante que exemplifica a fragmentação do tecido metropolitano e, conseqüentemente, da experiência da metrópole. Na mídia e no imaginário da cidade, Sumaré e Hortolândia estão entre as cidades mais violentas da região e do Estado. Esse fato está associado, evidentemente, às taxas de homicídios, assaltos etc., assim como às altas taxas de carências sociais e de baixos níveis de renda registrados em ambos os municípios. Estes possuem na região a imagem daquela periferia clássica: pobre, violenta e de cidades-dormitório (ambas possuem os maiores índices de pendularidade em relação a Campinas). Contudo, àquele que reside na parte do núcleo mais antigo de Sumaré, parece-lhe que não falam da mesma cidade. E não é apenas por causa da distância, mas porque aquela Sumaré violenta e pobre está fragmentada, desconectada na maioria dos aspectos, da sede do município. Como dito acima, esta é fruto do crescimento metropolitano de Campinas, possuindo sua gênese a partir do município sede, e com ele permanece mais ligada. A violência e pobreza coladas à imagem de Sumaré contrastam com o que se encontra na sua sede, onde habitam menos de 70 mil dos quase 230 mil habitantes do município.

Nesse caso, não se trata de segregação produzida pela especulação imobiliária ou pelos agentes produtores do espaço urbano de Sumaré. Trata-se destes processos, sem dúvida, mas oriundos de uma dinâmica claramente metropolitana, produzindo reflexos diretos na experiência desta metrópole, o que reforça a idéia de que a fragmentação do tecido metropolitano da RMC é fundamental para compreender as relações que ocorrem no seu interior, para além das fronteiras dos municípios. Por isso é tão importante olhar esta escala, e compreender como as pessoas desenham seus espaços de vida diariamente no espaço metropolitano.

Mas não podemos olhar para o lugar (a estabilidade) sem acompanhar o seu reverso, o movimento, que se acentua na alta mobilidade exercida pelas pessoas. Esta mobilidade se dá em percursos cada vez maiores, conectadas por grandes rodovias,

de tráfego intenso. As ligações entre Campinas e os outros dezoito municípios que compõem a RMC transformou uma região em metrópole; uma mancha urbana em mancha metropolitana. A conurbação, principalmente ao longo da Rodovia Anhanguera, criou um aglomerado que é um só. A pendularidade é significativa e os laços econômicos cada vez mais expressivos. Mas como acontece essa interação e conectividade?

A mancha metropolitana da RMC, por exemplo, parece homogênea a um olhar apressado. No entanto, a forma urbana da região não obedeceu, como nas metrópoles industriais, o padrão “mancha de óleo”, espalhando-se a partir de um centro polarizador concentrado, de forma gradativa. O padrão fragmentado de metrópoles como Campinas é rizomático, fortemente estruturado pelos corredores viários. Estes, além das grandes rodovias estaduais (Anhanguera, Dom Pedro I, SP-340, SP-332, SP-101 e Santos Dumont), é complementado por avenidas e ruas que estabelecem as conexões entre os pedaços da metrópole (Figura 4.3).

Assim, apesar do centro de Campinas exercer uma centralidade importante na região (o número e o fluxo de ônibus, carros e pessoas que se dirigem a ele diariamente), vive-se outras centralidades importantes na região. Entre estas, podemos lembrar do eixo de grandes empreendimentos regionais de médio e alto padrão na Rodovia Dom Pedro I (shopping, hipermercados, mercados de atacado, *mega-stores* e centros de entretenimento); o centro de Americana é o destino cotidiano dos moradores das cidades do entorno como Santa Bárbara, Nova Odessa e Sumaré (na parte central), e não Campinas; a própria Rodovia Anhanguera organiza o tecido e exerce centralidade, sendo a direção para a qual convergem ruas, pessoas e fluxos. Outras relações mais diretas (e menos amplas, que talvez não poderíamos chamar de centralidade), configuram-se entre pedaços de municípios e/ou seus próprios centros com outras cidades. A pendularidade de trabalhadores de Pedreira para Jaguariúna; a organicidade entre Santa Bárbara e Americana; toda a região ao longo da SP-101, em Hortolândia, que mantém relação direta com Campinas e não com o centro da cidade; e a cumplicidade entre Vinhedo e Valinhos.

Contudo, todas essas relações não estão espalhadas por uma vasta área de contato entre os municípios. O andar pela região revela que os acessos e as conexões são bastante reduzidos e limitados. A interação espacial, portanto, é através de linhas por onde os fluxos conectam lugares e áreas maiores. Destas, talvez a maior exceção seja Americana e Santa Bárbara, muito mais próximas; de resto, as conexões entre os municípios ou entre os fragmentos das cidades se dão por duas senão apenas uma única via de acesso: o principal, a grande rodovia, e o secundário, vias vicinais ou avenidas.

Os desenhos que as pessoas traçam diariamente e ao longo de suas vidas ao viver na RMC expressam essa forma fragmentada do tecido metropolitano. Campinas não exerce tanta centralidade quanto talvez se suponha, quando percebemos que as pessoas possuem muito mais opções de satisfação de suas necessidades do que o centro ou os shoppings da Rodovia Dom Pedro I. Nesse aspecto, podemos lembrar da construção ideológica que se processa na transformação do centro das camadas dominantes em centro de toda a cidade, no nosso caso, da metrópole, como Villaça (2001) exemplifica sobre São Paulo. O centro entrou em “decadência” e passou a perder sua “centralidade” quando, abandonado pelas atividades voltadas para as camadas de alta renda, passou a ser mais popular, processo que observamos, guardadas as devidas especificidades, em Campinas e na RMC. Por outro lado, a população que procura com maior frequência os shoppings são os jovens, que têm na grife e no entretenimento as maiores justificativas para freqüentar aquele eixo de Campinas, que tem a marca do metropolitano. Além disso, o comércio do centro de Campinas recebe tanto seus próprios moradores quanto aqueles que por lá passam em direção aos terminais de ônibus e vans e que, por passarem muito tempo em trânsito, preferem fazer suas compras no caminho e não mais perto de suas casas, em suas cidades ou bairros. Isso ocorre de forma mais evidente e destacada nos corredores comerciais e de transportes coletivos.

Essas transformações não implicam a diminuição do comércio de outras cidades, ao contrário. Cidades como Americana, Sumaré, Indaiatuba, Itatiba e Valinhos, possuem comércio e serviços que atendem a quase todas as necessidades de seus moradores, embora pouco especializados. Há formação de subcentros em áreas de expansão urbana, como o bairro Matão (em Sumaré) ou a área sul de Indaiatuba.

Em termos de entretenimento, por exemplo, um dos empreendimentos que simbolizou o declínio das cidades pequenas em proveito das metrópoles, os cinemas, hoje estão presentes em boa parte das cidades da RMC, exemplificando a diversidade e a pujança de vida que temos em toda a região. A maioria localizada nos shoppings, é verdade, mas Pedreira, Sumaré e Campinas ainda possuem salas em cinemas no centro da cidade. São 61 salas de cinema localizadas em nove cidades. Destas, 46 estão em Campinas, mas 15 apenas no Shopping Parque Dom Pedro.

Vemos na Tabela 4.1 que a evidente concentração de equipamentos de lazer não implica uma ausência total nas demais cidades. Há uma relativa distribuição destes equipamentos, embora seja evidente a completa ausência e o número reduzido na maioria das cidades. Doze cidades possuem teatro, apenas sete não possuem museus, e dez possuem shopping. Destes, quatro têm abrangência regional mais evidente:

Iguatemi, Parque Dom Pedro e Campinas Shopping, em Campinas, e o Tivoli Shopping, em Santa Bárbara D'Oeste. Esse foi construído na divisa com Americana, uma escolha estratégica no então vazio urbano entre os dois municípios, aproveitando terras mais baratas e potencializando todo o desenvolvimento urbano da área nas duas cidades.

Tabela 4.1 – Equipamentos de Lazer na Região Metropolitana de Campinas

	<b>Cinema (salas)</b>	<b>Teatros</b>	<b>Museus</b>	<b>Shoppings</b>	<b>Espaços Públicos de Lazer</b>
Americana	2	2	3	2	8
Artur Nogueira	-	1	-	-	1
Campinas	46	11	12	7	16
Cosmópolis	3	-	-	1	1
Engenheiro Coelho	-	-	1	-	-
Holambra	-	-	1	-	2
Hortolândia	-	-	-	1	3
Indaiatuba	4	1	1	1	2
Itatiba	2	1	1	2	3
Jaguariúna	1	1	1	1	4
Monte Mór	-	-	1	-	-
Nova Odessa	-	-	-	0	1
Paulínia	-	1	1	1	4
Pedreira	1	1	1	-	4
Santa Bárbara D'Oeste	4	1	1	1	5
Santo Antônio de Posse	-	-	-	-	1
Sumaré	2	2	-	-	3
Valinhos	-	1	1	1	3
Vinhedo	-	1	-	-	5
<b>Total RMC</b>	<b>65</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>19</b>	<b>66</b>

Fonte: Informações das prefeituras e levantamentos de campo.

Alguns destes equipamentos, no entanto, produzem movimentos transversais pelos municípios da região que não passam pela sede. O Parque Ecológico em Paulínia e o zoológico de Americana são exemplos de espaços públicos de lazer que são usufruídos por uma população mais ampliada do que a local, reforçando as relações entre os municípios da RMC para além da simples conexão sede-periferia. Se esta região compõe um ente urbano-metropolitano comum, ela é mais do que a dependência ou gravitação em torno de Campinas. Nem para estudar ou trabalhar numa empresa de alta tecnologia a pessoa é obrigada a recorrer a Campinas; ao contrário, cresce o refluxo de

Campinas em direção às demais cidades da região, tanto para cursar universidades, trabalhar e principalmente para o entretenimento e o lazer.

O ensino superior está em expansão na região, diversificando sua localização à medida que se instalam principalmente novas faculdades privadas. As duas grandes universidades em Campinas (Unicamp e PUC) são dois atratores de grande fluxo de pessoas, tanto para trabalhar e estudar quanto para usufruir dos serviços tais como os serviços médico-hospitalares. Na verdade, a Unicamp, para muitas cidades da região, é sinônimo de hospital (referência ao Hospital das Clínicas). Outras 10 cidades além de Campinas possuem instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação, número que deve crescer nos próximos anos não apenas pela crescente demanda mas também pelos projetos em implantação na região (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 – Organização de Ensino Superior – Região Metropolitana de Campinas

	Faculdade de Tecnologia	Faculdade e Faculdades Integradas	Instituto ou Escola Superior	Universidade	Centro Universitário	Total
Americana	1	1	1	-	1	<b>4</b>
Artur Nogueira	-	1	-	-	-	<b>1</b>
Campinas	2	9	1	2	-	<b>14</b>
Cosmópolis	-	-	-	-	-	-
Engenheiro Coelho	-	-	-	-	-	-
Holambra	-	-	-	-	-	-
Hortolândia	-	4	-	-	-	<b>4</b>
Indaiatuba	1	3	-	-	-	<b>4</b>
Itatiba	-	-	-	1*	-	<b>1</b>
Jaguariúna	-	1	-	-	-	<b>1</b>
Monte Mor	-	-	-	-	-	-
Nova Odessa	-	1	-	-	-	<b>1</b>
Paulínia	-	-	-	-	-	-
Pedreira	-	-	-	-	-	-
Santa B. D'Oeste	-	1	-	1*	-	<b>2</b>
Santo A. de Posse	-	-	-	-	-	-
Sumaré	-	2*	-	-	-	<b>2</b>
Valinhos	-	3	-	-	-	<b>3</b>
Vinhedo	-	1	1	-	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>27</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>39</b>

Fonte: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/>. Consulta feita em Janeiro de 2008.

\* Campus da Universidade São Francisco (UFS), de Bragança Paulista.

♦ Campus da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

\* Um campus da Faculdade Network (NWK), de Nova Odessa.

Esses estabelecimentos criam refluxos de população da sede para a região: não é raro hoje encontrar pessoas que moram em Campinas e estudam em cidades como Americana, Itatiba ou Indaiatuba. Não apenas pela oferta de um curso específico, mas também pelo preço e oportunidade, opta-se por sair da sede em direção à região para estudar. O trabalho também não é motivo para a direção única região-sede, já que cidades como Americana, Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba, Valinhos e Jaguariúna possuem parques industriais significativos, produzindo também o refluxo de mobilidade da sede para a região. Não é possível identificar, pelo tráfego da Anhanguera, para que direção fica a sede e que direção fica o 'interior'. O movimento é intenso nos dois sentidos.

Em vista disso, é importante ter um quadro dos fluxos de pendularidade e trocas populacionais disponíveis, embora estes sejam limitados por se referirem apenas às viagens de trabalho e estudo. Contudo, eles indicam traços gerais das tendências de interações espaciais e da mobilidade da população entre as cidades da região. Mas quem são e quantos são os pendulantes? Qual o peso que eles têm na mobilidade e quais as repercussões para a vulnerabilidade e a estruturação urbana desse movimento?



## 5 MOBILIDADE: INTERAÇÃO ESPACIAL E MODO DE VIDA METROPOLITANO

“Why do people, resources, and ideas move?” Essa é uma das dez grandes questões que, na opinião de Cutter, Golledge e Graf (2002, p.309), a sociedade coloca atualmente para os geógrafos. O incessante movimento criou redes imbricadas de tramas complexas que aproximam e distanciam espaços, redimensionando a forma de pensar as relações topológicas. O movimento caracteriza a modernidade líquida, dotando o espaço de uma fluidez que a modernidade sólida procurou estabelecer. Como já discutimos, essa nova fluidez é uma experiência desconcertante para muitos, acostumados com a segurança e a rigidez das instituições modernas.

Mas para responder a essa grande pergunta, não podemos ceder à facilidade da resposta estrutural: “porque a sociedade atual é assim”. Outro aspecto importante para que a fluidez se estabeleça é a existência de possibilidades de escolha. Se na sociedade industrial os movimentos possuíam direções mais fixas, a própria fluidez implica que haja maior liberdade e escolhas disponíveis para que os movimentos possam fluir pelo espaço. Se estruturalmente essa condição existe, em última análise sempre há um nível de escolha possível.

Os movimentos que nos interessam aqui são aqueles que se referem à mobilidade, ou seja, aqueles que têm relação com o cotidiano, sobre os quais as pessoas têm maior autonomia. Entendemos mobilidade como “[...] a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares.” (LÉVY J., 2001, p.07). Esse entendimento implica dissociar da mobilidade concepções metafóricas como ‘mobilidade social’ ou com extensões incontroladas, pois estas reduzem mobilidade ao mero deslocamento. Para Jacques Lévy, a solução é entender as distâncias e os movimentos sempre em relação aos lugares que engendram as distâncias.

## 5.1 Mobilidade e Espaço de Vida na Metrópole

Mobilidade sempre esteve associada   idéia de cidade, crescendo de importância   medida em que as cidades aumentavam de extensão. Cidade   a concentra o e a virtualidade, pois congrega para tornar disponível. Com a evolu o dos transportes e comunica es, deixou de ser necessário estar imediatamente na cidade para ter acesso, o que amplia as possibilidades de acessibilidade e de localiza o. As metrópoles são fruto dessa condi o de mobilidade ampliada, que se tornou um de seus elementos fundantes. Mas, como aponta Lévy J. (2001, p.08), "A técnica mais eficaz para tornar a mobilidade supérflua se encontra justamente na própria mobilidade." Além do mais, a superconcentra o metropolitana traz um paradoxo quase insolúvel: a quantidade de lugares acompanha a quantidade de pessoas que potencialmente poderão acessá-los, mas quanto mais pessoas menos acessíveis os lugares se tornam, pois a acessibilidade não acompanha na mesma propor o a necessidade e o desejo de mobilidade.

O principal motivo da mobilidade na forma o das metrópoles industriais era o deslocamento casa-trabalho, estando o transporte de massa associado diretamente com a expansão da extensão das áreas metropolitanas. Contudo, com a flexibiliza o do mercado de trabalho e a já comentada insegurança social, o trabalho deixou de ser referência fundamental em torno da qual a vida familiar era organizada. Dentro das perspectivas que o espaço metropolitano abre, a amplitude da escolha do onde morar   uma novidade, já que na modernidade sólida a rigidez da produ o do espaço urbano e das aloca es urbanas era maior (MELLO, 2007; PIRES, 2007). A dissocia o casa-trabalho   um fenômeno contemporâneo muito desenvolvido nos países pós-industriais e que se manifesta com maior clareza, em países como o Brasil, nas metrópoles mais integradas ao sistema-mundo, como a RMC.

A dissocia o residência-trabalho somada   flexibiliza o,   crescente participa o da mulher no mercado de trabalho e ao aumento da escolaridade e da necessidade de educa o (cursos diversos) (LEVY e AUTHIER, 1995) têm contribuído para a complexifica o das viagens realizadas por um núcleo familiar ou por um indivíduo diariamente. A emergência de uma metáfora rizomática para compreender a metrópole e a sociedade contemporânea   uma das manifesta es desse pensamento em rede, expresso na morfologia urbana e nos padrões de mobilidade das pessoas (CASTELLS, 1999; CADAVAL e GOMIDE, 2002). Campinas   uma metrópole que surge na emergência dessa nova forma de metropoliza o, com a prevalência dos fluxos na organiza o regional,

resultando na elevada fragmentação do tecido metropolitano e da importância dos corredores viários para a conexão entre os pedaços da região metropolitana. A expansão não é tão concentrada quanto os modelos metropolitanos industriais. Em metrópoles como a RMC, que já surgiram no período de fluidez, há uma permeabilidade maior dos processos metropolitanos pela região, fazendo com que o peso relativo da sede seja menor que em metrópoles do período anterior. Em vista disso, ao invés de produzir um crescimento que tem um epicentro espacial muito claro e delimitado (o centro metropolitano), na RMC temos uma dispersão e fragmentação do tecido metropolitano que tem outras orientações, como cidades de nível hierárquico intermediário ou os próprios eixos rodoviários (PIRES e SANTOS, 2002; CAIADO e PIRES, 2006).

As conseqüências em termos de fragilização da infra-estrutura, dificuldades de acessibilidade e de mobilidade e de outros riscos provenientes desse modelo são evidentes à medida que as carências sociais e urbanas compõem grande parte da paisagem nas zonas de expansão urbano-metropolitana (ASCHER, 1998; TORRES, 2002; OJIMA, 2005). Tais processos podem causar alterações na distribuição espacial da população, gerando movimentos de atração, expulsão ou retenção os quais produzem rebatimentos na segregação residencial e nos movimentos pendulares e, conseqüentemente, no sistema de transportes e no padrão de mobilidade.

Em vista disso, o tamanho, a duração e a complexidade (bifurcações e baldeações) dos trajetos diários que as pessoas têm de fazer está em crescente aumento nas regiões metropolitanas. Muito tempo se passa no carro ou no transporte coletivo, seja porque a distância é longa mesmo, seja por causa do trânsito que já não tem condições de trafegabilidade. Os custos aumentam na mesma proporção da necessidade de melhorias de infra-estrutura. Além disso, com as dificuldades de gestão dos transportes públicos ao congregar as esferas municipal e estadual (representando a gestão metropolitana), o trânsito, a infra-estrutura viária e os sistemas de transportes públicos apresentam um dos mais importantes “gargalos” a se resolver numa região integrada, mas também uma das tarefas mais complexas para o planejamento e a gestão compartilhada (JUNQUEIRA FILHO, 2002; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Ressalta-se assim a importância da mobilidade e da acessibilidade, ou conectividade, como um dos principais temas metropolitanos contemporâneos, como “[...] princípios e não resultados do processo de metropolização desde a sua origem”, sendo cruciais na própria apropriação da metrópole dentro de “[...] padrões democráticos de convívio e consumo.” (MEYER, GROSTEIN e BIDERMAN, 2004, p.29-30). Evidentemente, acessibilidade e mobilidade serão enviesadas por fatores que devem ser

levados em conta quando pensamos o significado do mover-se no espaço metropolitano, como a renda, o gênero, a idade, a ocupação e o nível educacional, apontados como elementos fundamentais (VASCONCELLOS, 2000). Cada um desses possui diferentes dimensões de afetação na vida dos indivíduos. Tirando a questão do âmbito técnico dos transportes, podemos apreender as diferentes necessidades dos habitantes e suas muitas dificuldades de acessibilidade, buscando uma perspectiva mais abrangente e crítica diante da problemática. Essas diferenças, segundo Vasconcellos (2001), atingirão cada parcela da população de acordo com suas limitações e recursos, caracterizando o que podemos chamar de diferentes vulnerabilidades frente à mobilidade.

Mas a questão pode se tornar mais complexa. A relação entre os fatores que historicamente afetam a mobilidade pode ter muitos outros vieses para além das questões espaciais métricas (distância e proximidade). O tempo gasto para deslocar-se – conhecido como Orçamento de Tempo (OT) – é elemento fundamental para compreender a acessibilidade e a interação tempo-espaco no deslocamento. O OT expressa uma variedade de situações envolvidas nos deslocamentos diários em termos de tempo, espaço percorrido, tipo de transporte e as conexões possíveis. Além disso, ele pode expressar as diferenças sociais e demográficas. Segundo Vasconcellos (2001, p.123), quando computados os dados individualmente, ou seja, incluindo apenas os indivíduos “móveis” (aqueles que realizam as viagens), “[...] o OT apresenta pouca variação, em torno de 60 minutos, independente do local, dos meios de transporte e da renda”, variando de 86 a 102 minutos em São Paulo. No entanto, quando computado o tempo gasto por domicílio, o OT aumenta com a renda. Assim, “[...] em São Paulo, as pessoas dos domicílios de renda baixa gastam 107 minutos por dia, comparados a 289 minutos por dia das pessoas de domicílios de renda alta.”

Uma das possíveis formas de compreender essas diferenças está no investimento dedicado à moradia e ao transporte. As famílias de renda mais alta gastam mais tempo no deslocamento, percorrendo distâncias bem maiores (em São Paulo, a distância percorrida por dia aumenta de 16 km para os domicílios de renda baixa para 62 km nos domicílios de renda alta), enquanto as famílias com menores rendas têm menos condições de escolha, limitando ao mínimo possível (dentro de suas condições) as viagens, ao mesmo tempo que são limitadas por elas, não tendo condições (de tempo, renda, distância, situação familiar ou gênero) de deslocar-se tanto quanto as classes mais altas (VASCONCELLOS, 2001).

Evidentemente, essa diferença também está calcada na apropriação diferenciada das populações dos meios de comunicação e transporte, que atuam no

aumento da mobilidade e na diminuição do OT. Nesse sentido, as populações de renda mais alta tendem a conseguir escolher o local de moradia e trabalho, podendo optar por deslocamentos maiores em distância, sem que isso interfira de forma tão drástica na qualidade e no tempo do deslocamento. Pelo menos é o que se pensa. Mas será assim?

Talvez seja necessário colocar em suspensão a idéia de que aqueles com maior renda, ou com maior taxa de mobilidade, estejam em situação tão favorável assim. É evidente que se colocarmos em perspectiva aqueles que têm maiores rendas e aqueles que têm menores, teremos uma situação bem distinta e evidentemente menos favorável aos segundos. No entanto, olhar para a mobilidade de uma maneira mais abrangente revela que ninguém está em situação plenamente confortável com essa hiper mobilidade que caracteriza nossas metrópoles e que raros são os imóveis, conforme mostra Jacques Lévy: "Para ninguém [...] a liberdade é total. Para quase ninguém, ela é nula." (LÉVY J., 2001, p.16) Cada qual enfrenta riscos-perigos diferentes, que afetam conscientemente ou não sua qualidade de vida.

A mobilidade influencia a reprodução social do cotidiano e os estilos de vida de diferentes classes sociais (JARVIS, PRATT e CHENG-CHONG WU, 2001). Ela se torna um "fenômeno social total", segundo Bourdin (2001, p.66), incluindo "estilo de vida, experiência individual e modo de funcionamento de certas sociedades." A mobilidade repercute de forma integral na experiência, gerando uma "transição mobiliária", como uma transição demográfica. "É a mobilidade como modo de organização que age sobre a localidade, mas ela assim faz em função da experiência (e das formas do estilo de vida) cuja constituição ela permite." Fundamento da modernidade líquida, ela fluidificaria até os espaços, tornando-os permeáveis e colocando a mobilidade territorial no centro da sociedade contemporânea (MOREIRA, 2007).

O movimento (ligado à velocidade e à hiper mobilidade), por exemplo, ajuda no estabelecimento de relações espaciais e culturais mais efêmeras. Sem o tempo necessário para o envolvimento, tais relações são frágeis, potencializando a vulnerabilidade. Aumenta assim a preocupação com a crescente desvinculação entre a pessoa e sua comunidade, seu lugar. Não que os laços elementares inerentes à relação homem-meio percam sua importância. Ao contrário, eles nunca foram tão fundamentais. No entanto, esses laços têm uma abrangência limitada, perdendo gradativamente sua efetividade enquanto proteção à medida que aumenta a distância e o tempo do deslocamento. Assim, no contexto da mobilidade metropolitana atual, as pessoas passam a percorrer trajetos regionais, o que diminui a efetividade de mecanismos de proteção existencial, como a casa, a comunidade, a família e o lugar (GIDDENS, 2002).

Essa problemática pode ser vista nas práticas que migrantes internacionais mantêm para que sua identidade não se perca no novo território. Assim, a socialização do espaço e do tempo expressam a efemeridade e o movimento do território (CLEMENTE, 2005). Tanto pequenos grupos de migrantes morando em outros países quanto aqueles que vivem em movimento (seja transnacional ou não) possuem suas relações identitárias estremecidas, aumentando com isso sua vulnerabilidade diante de diferentes riscos. Em vista disso, os ritos sociais desempenham papel de fronteiras, ajudando a delimitar e ajudar a permanência de um território. "Disto se depreende que as comunidades conscientes da fragilidade do território realizam constantes ritualizações, diuturnamente, para não se perderem nos fluxos desterritorializantes que convergem para o lugar." (CLEMENTE, 2005, p.03).

A saída para estabelecer relações de proteção nestes casos é o reforço de relações solidárias, como a amizade, a cultura e a família. Os sistemas de proteção ficam dispersos no espaço, mantendo conexões em redes de relacionamentos que, em geral, não possuem a figura da comunidade. O indivíduo ainda possui alguns lugares de referência, mas a figura da comunidade, enquanto um coletivo espacialmente localizado que produz segurança, sentimento de pertença e identidade (BAUMAN, 2003), dificilmente consegue ser restabelecido.

A mobilidade, enquanto fator demográfico mais significativo na distribuição populacional no espaço (HOGAN, 1998), é também um dos fenômenos mais importantes na distribuição de perigos, tanto em termos de pessoas e famílias quanto em termos de áreas específicas. O migrante já tende a ser vulnerável no novo lugar, por não estar adaptado ao ambiente e à comunidade, faltando-lhe conhecimentos acumulados culturalmente (FRÉMONT, 1980; McPHEE, 1990). Por outro lado, a presença de grandes contingentes de migrantes pendulares num lugar de elevada poluição ou vulnerabilidade ambiental pode contribuir para o agravamento da questão, devido ao não compromisso ou mesmo a não permanência (estão sempre de passagem) no lugar de trabalho ou estudo (HUNTER, 2004). Hogan (1992, 1993) mostrou isso em sua pesquisa sobre a poluição ambiental e a migração pendular em Cubatão nos anos 1980, revelando a relação perversa entre elas. A população residente em áreas contaminadas além de sofrer perdas econômicas, ambientais e de saúde, tiveram de enfrentar forte estigma que se amplificou em âmbito nacional. Por outro lado, os funcionários bem remunerados das indústrias não "pagavam o preço da poluição", morando fora de Cubatão e deslocando-se diariamente para trabalhar. A mobilidade, neste caso, permitia que esta população pendular pudesse ficar menos tempo exposta aos riscos da poluição, enquanto a

população da cidade, de renda menor, sofria as conseqüências. Entretanto, os lugares onde moram muitos migrantes que passam pouco tempo em casa podem sofrer do mesmo tipo de desagregação social, influenciando na forma como a comunidade se engaja ou não no cuidado e no enfrentamento de perigos e tensões ambientais.

Por outro lado, nos trajetos cresce o efeito “túnel” nas viagens diárias. As pessoas trafegam por grandes distâncias sem estabelecer nenhum contato com o longo espaço metropolitano que fica entre os dois pontos. Às vezes, nem mesmo o contato visual, pois cansados por acordar cedo ou por ter trabalhado o dia todo, viajam cochilando cabisbaixos até o ponto de parada. Todo esse espaço indiscriminado que não faz parte da experiência intencional das pessoas é potencialmente perigoso, pois ali o homem não goza dos mecanismos de proteção ligados ao lugar e à comunidade. Ali o homem está “solto no mundo” (contraposição ao enraizamento do lugar e da comunidade), potencialmente mais vulnerável. Uma das formas de lidar com esta vulnerabilidade é levar seu mundo circundante consigo. Nossos automóveis em alta velocidade pelas vias expressas podem se tornar um lugar íntimo, evocando “[...] a vida pré-natal, em todo caso um substituto da casa, em movimento e ligado ao mundo.” (BOURDIN, 2001, p.68).

Haesbaert (2004), no entanto, chama a atenção para a importância da imobilidade para entender a própria mobilidade. Ele procura minimizar a idéia segundo a qual a mobilidade apenas desagrega e desterritorializa. Em muitos casos, aponta o autor, será a imobilidade que funcionará como enfraquecedor do lugar e do território. A possibilidade da mobilidade permite que as pessoas busquem recursos fora do lugar, do seu território mais imediato, suprindo carências e mantendo relações elementares, como as do casulo protetor. Segundo o autor, no sistema global fluido atual, a imobilidade é que é vista como potencializadora de perigos, já que ela implica uma não participação no sistema hegemônico estabelecido, ocorrendo uma inversão de processos:

[...] ‘territorializar-se’ envolvia definir fronteiras e controlar espaços contínuos, bem delimitados, agora estas delimitações e fixações podem representar mais ‘desterritorialização’ do que territorialização. Nossos territórios são construídos mais no movimento e na descontinuidade do que na fixação e na continuidade. Quem não participa dos movimentos ‘globais’ e se situa numa condição mais ‘imóvel’ – ou numa mobilidade insegura e ‘sem controle’ – pode estar mais vulnerável à desterritorialização. (HAESBAERT, 2004, p.252-253)

Para Bourdin (2001), isso ocorre porque não estabelecemos mais a relação com o lugar e o território apenas na fixidez: ambos são estabelecidos também no movimento. Assim, a mobilidade é fator ambivalente quanto aos processos de segurança/insegurança existencial. Se de um lado pode enfraquecer e desagregar o lugar, o bairro e a cidade, de outro, é a própria mobilidade que permite o deslocamento

original, que leva as pessoas para longe de suas relações primárias, familiares e de vizinhança. Se o “nós” está disperso pela metrópole, é exatamente pela sua existência e da mobilidade que isso é possível. Aqui, as questões de pertencimento, lugar e identidade ajudariam mais na compreensão do que a dissolução dos laços elementares. O homem não vive sem esses laços, sem alguma forma de identificação coletiva e individual. Se na metrópole esta identidade não está no lugar, no bairro, nos valem os meios necessários para consolidar tais laços. Na metrópole, os laços podem estar dispersos, mas tão presentes quanto em uma pequena cidade ou uma região rural, com diferentes naturezas, mas “enraizando” o homem de alguma forma.

É preciso, portanto, colocar em suspensão as duas idéias: mobilidade é risco, mobilidade é proteção. Conforme Lévy J. (2001), podemos ver a mobilidade de três pontos de vista: enquanto possibilidade, enquanto competência e enquanto capital. Mobilidade como possibilidade a coloca no plano material da estrutura espacial e nos modos de vida ao mesmo tempo. A mobilidade existe primeiro em potência (acessibilidade), a partir da qual ela pode ou não ser exercida. A multiplicidade de movimentos que têm caracterizado cada vez mais os deslocamentos diários da população, as modalidades de transporte, as possibilidades de caminhos permitem triangular o desejado, o possível e o realizado numa tríplice relação que se reflete nos padrões de mobilidade. A mobilidade como competência implica a capacidade da pessoa de realizar o movimento desejado ou ainda identificar as possibilidades. Está atrelada à situação/posição no espaço metropolitano (bairros mais ou menos conectados) ou à própria situação/posição social, que dá maior ou menor acessibilidade. A competência não é um processo individual, mas é sobretudo social, já que deve ser gerida publicamente na promoção da possibilidade da mobilidade para as pessoas e lugares. Por fim, a mobilidade como capital é o “[...] conjunto constituído pela possibilidade, pela competência e pelas arbitragens que a segunda permite sobre a primeira [...]”, constituindo-se assim num capital social que dá ao indivíduo o papel de ator no desenho de sua própria mobilidade (LÉVY J., 2001, p.14).

Em vista disso, é importante conhecer os padrões de mobilidade, para além das informações origem-destino ou dos motivos de viagens. Estes são fundamentais para tecer quadros gerais dos padrões de mobilidade e de interações espaciais. No entanto, é necessário olhar mais de perto, aproximando a escala de análise para poder detectar nuances e detalhes que caracterizam os padrões de mobilidade existentes numa região metropolitana. Com esse intuito, resgatamos a noção de espaço

de vida para poder objetivar os movimentos pessoais, abrindo a possibilidade de conectar os fenômenos da escala vivida à escala dos grupos demográficos.

A noção de espaço de vida foi levada à Demografia por Daniel Courgeau, em seu empenho de ultrapassar o lugar comum nas investigações sobre mobilidade (COURGEAU, 1988, 1990). O autor intentava modificar as formas de mensuração dos movimentos, incorporando aos dados temporais os dados espaciais. Antes de Courgeau dar esse tratamento, espaço de vida foi utilizado enquanto componente subjetivo do espaço social por Lewin (apud BUTTIMER, 1980) e aplicado posteriormente de forma mais ampla na geografia do espaço vivido de Armand Frémont, na década de 1970. Frémont (1980) relaciona o espaço de vida à biografia da pessoa, como consequência de um inventário dos lugares freqüentados por um homem no decorrer de sua vida, restituindo os valores que ele atribuiu a cada um deles. A partir desse levantamento, procura (1) a hierarquização e as estruturas do território freqüentado, assim como (2) as imagens, motivações, alienações e impulsos. O primeiro é o espaço de vida, que descreve o conjunto de lugares e itinerários do homem, enquanto o espaço vivido é a dimensão subjetiva da existência.

Essa noção responde à necessidade de repensar os modelos explicativos tradicionais da mobilidade. Tanto os modelos neoclássicos quanto os neomarxistas mostram-se, no contexto da metrópole contemporânea, insuficientes para compreender as novas formas de mobilidade, conectividade e formas urbanas, condicionantes e condicionados pelos novos modos de vida. Enquanto os primeiros tendiam a encarar a mobilidade como um ato individual, quase natural, para equilibrar demandas de força de trabalho, os segundos tendiam a entender a migração como mobilidade forçada, diretamente relacionada à formação de exército industrial de reserva, numa perspectiva histórico-estrutural. Ambas mostram-se limitadas, seja por focar apenas as razões particulares, seja por procurar explicações gerais. Segundo Olga M. S. Becker, “[...] parece essencial que se considere com maior cuidado as abstrações e que se trabalhe com um montante maior de dados empíricos em espaços diferenciados. Assim, estar-se-ia considerando o ‘particular’ juntamente com o ‘geral’ na análise dos deslocamentos espaciais da população.” (BECKER, 1997, p.358).

Assim, o espaço de vida aparece como possibilidade de não apenas integrar abordagens micro e macro, mas também quanti-quali, com o intuito de trazer à discussão o significado do habitar metropolitano. Espaços de vida específicos revelam formas de ser e estar na metrópole, incluindo assim a perspectiva material e experiencial ao mesmo tempo, expressando a espacialidade do espaço vivido. Courgeau (1988)

desenvolveu a noção associada aos padrões de mobilidade com o intuito de dar conta, estatisticamente, dos padrões de mobilidade contemporâneos que, como já discutido, vão muito além dos movimentos tradicionais casa-trabalho-estudo. Se houve um tempo em que era possível vincular uma pessoa a um lugar, a mobilidade contemporânea torna as tentativas tradicionais de mensuração obsoletas. O autor busca ultrapassar os pressupostos e as técnicas aplicadas para realizar esta tarefa, repensando a mobilidade e as suas formas de mensuração. O primeiro passo foi incorporar 'espaço' enquanto conceito, trazendo o significado e a importância da dimensão espacial nos fenômenos demográficos. Para isso, Courgeau parte de uma noção ampla de mobilidade espacial, independente da duração ou da distância deste deslocamento. O objetivo é ter "[...] une mesure globale en vue d'une analyse qui pourra ensuite faire intervenir ces systèmes sociaux comme éléments d'explication." (COURGEAU, 1988, p.03).

Nesse sentido, o espaço de vida proposto por Courgeau (1988, p.16) é aquele "qui va couvrir la portion d'espace où l'individu effectue ses activités", englobando não somente os lugares de passagem e estadia, mas também todos os outros lugares com os quais o indivíduo tem relação ou ligação. Esse espaço de vida não estaria estático no tempo. Courgeau concebeu o acompanhamento dessas flutuações ao longo da vida do indivíduo, ampliando ou restringindo seu espaço de vida de acordo com seu ciclo vital e outras dinâmicas urbanas e da sua própria vida.

Para pensar quantitativamente e propor uma modelagem, Courgeau teve de assumir o pressuposto de que os lugares com os quais as pessoas se relacionam têm a mesma importância. Ele elimina, assim, toda a carga valorativa que impregna o lugar. Essa simplificação possibilita a classificação dos quatro tipos de evolução do espaço de vida propostas pelo autor: (1) difusão (*diffusion*) ou uma extensão (*extension*), (2) deslizamento (*glissement*), (3) transplantação (*transplantation*), e (4) contração (*contraction*) ou um recuo (*repli*) (COURGEAU, 1988).

O espaço de vida como difusão ou uma extensão em direção a novos pontos do espaço configura-se quando o indivíduo começa a trabalhar, conservando os lugares de afeição/ligação anteriores. O segundo tipo realiza-se quando há um deslizamento de posições, ou seja, com a incorporação de novos lugares ao espaço de vida, há uma perda de posições anteriores. A transplantação pode ser uma consequência do deslizamento, se nenhuma posição anterior tiver sido mantida, havendo uma mudança completa da implantação do indivíduo no espaço. E por fim, a contração ou o recuo no espaço de vida pode ocorrer se houver a perda de posições anteriores, como no caso da aposentadoria.

Essas flutuações no espaço de vida são instigantes para pensar o ciclo vital e a relação das pessoas com o lugar. Contudo, a generalização que ele faz para permitir tal modelagem não deixará de produzir conseqüências. O próprio Courgeau admite que esta suposição de que os lugares têm a mesma importância deve ser alargada, incorporando-se diferentes relações do indivíduo com os lugares. Porém, incorporar a dimensão vivida (qualitativa) a modelagens estatísticas (quantitativas) consiste no maior desafio de sua proposta.

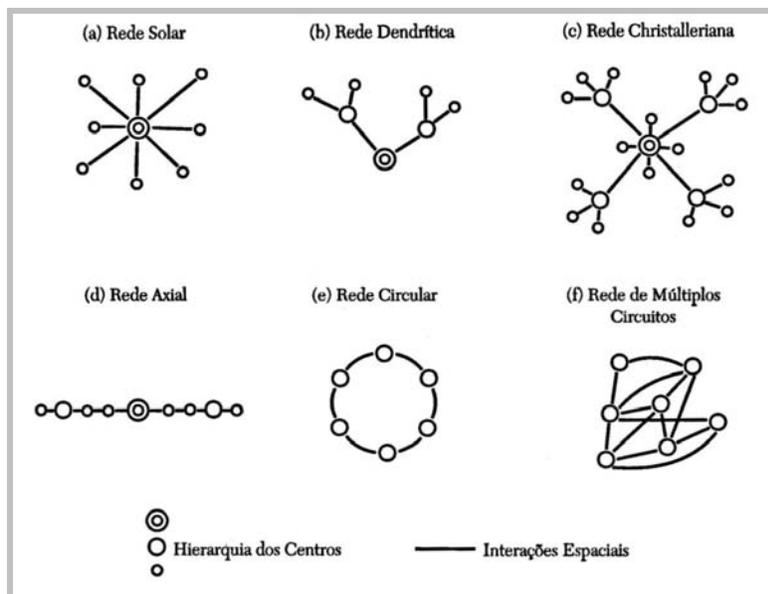
Propomos realizar um salto qualitativo a partir dessa noção de espaço de vida trabalhada por Courgeau, mantendo-a operacional, objetiva. Assim, nesta pesquisa o espaço de vida é composto por todos os lugares e itinerários que a pessoa percorre cotidianamente. Evidentemente, é possível categorizar de maneira simples tais lugares através de sua funcionalidade: serviços, trabalho, lazer, estudo, visitas, compras e assim por diante. Seria possível também quantificar as distâncias, os tempos, as formas de deslocamento e as sazonalidades de freqüência. Nesse respeito, entendemos o espaço de vida como o espaço da vida da pessoa, por onde ela desenvolve seu cotidiano.

Essa cartografia é um primeiro passo para levantar a complexidade dos movimentos metropolitanos. Através deles poderemos visualizar as viagens diárias de curta e longa distância, vislumbrando possíveis interações espaciais que não apenas centro-periferia. O espaço metropolitano talvez tenha passado de uma rede solar para uma rede dendrítica ou para uma rede de múltiplos circuitos (Figura 5.1), o que nos apresenta muitos outros fluxos e conexões, que nos modelos tradicionais de redes e interações espaciais não estavam previstos (CORRÊA, 1997). Na RMC e em especial na microrregião noroeste, o padrão dendrítico parece descrever a relação de Santa Bárbara D'Oeste com Americana e a partir dela com Campinas, enquanto o padrão de múltiplos circuitos é elucidativo das relações entre as cidades da microrregião.

A partir do desenho dos espaços de vida podemos discutir a natureza das interações espaciais entre os pedaços da metrópole, bem como o movimento duplo de mobilidade e imobilidade. A morfologia dos espaços de vida é animada pelas existências singulares que, a partir de sua biografia, iluminam os lugares, revelando as estratégias de proteção, os riscos conscientes, evitados e assumidos e permitem a descrição da experiência da mobilidade e da vulnerabilidade na metrópole contemporânea. Este é o aparente paradoxo da vida metropolitana: o aumento escalonário da mobilidade tira o homem do lugar, do local, da comunidade, tornando seu espaço de vida cada vez mais esgarçado e, por isso, menos denso, mais impreciso,

menos coeso, levando-o a desejar e a necessitar cada vez mais a proteção e o enraizamento do tempo mais lento, do espaço menos fluido: o local, a comunidade.

Figura 5.1 – Padrões de interações espaciais em rede



Fonte: Corrêa (1997, p.308).

## 5.2 Dinâmicas Demográficas Recentes na Região Metropolitana de Campinas

É conhecido o processo de interiorização do desenvolvimento (leia-se industrialização e crescimento das cidades) paulista, na direção metrópole-interior, que chega ao seu auge já no fim da década de 1970 e se mantém com certa estabilidade de crescimento na década de 1990 (PACHECO et al, 2000). Esse processo é acompanhado por alterações nas dinâmicas demográficas tradicionais, como o êxodo rural do interior para o urbano, que decai, e a migração urbana do interior para a metrópole, que também diminui (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Mais do que isso, registram-se fluxos de retorno da metrópole para o interior e da capital para as outras cidades da região metropolitana (BAENINGER, 2000a; 2000b), configurando a chamada involução metropolitana ou desmetropolização (SANTOS, 1994).

Esses processos novos na dinâmica paulista, acentuados na década de 1990, mas presentes desde o fim da década de 1970, intensificaram a rede urbana do interior, incorporando a gama de processos que lhe conferem uma dinamicidade capaz de não apenas atrair população, mas principalmente mantê-la, inclusive nas pequenas

idades e nas áreas rurais (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). O êxodo rural continua, mas não em ritmos tão acentuados, e não mais dirigidos diretamente à capital, pois as novas dinâmicas contribuem para a fixação de quem lá está ou porque já não há tantas pessoas para migrar também. Além disso, com novos centros dinâmicos no interior, as trocas internas entre cidades do interior e intra-inter Regiões Administrativas se intensificam e têm papel fundamental na redistribuição espacial da população no último decênio (PACHECO et al, 2000; BAENINGER, 2000b; CUNHA et al 2000).

Nesse processo, surgem duas metrópoles no interior, Campinas e Baixada Santista, que são reflexos dessa dinâmica pela qual passa o interior paulista, dividindo funções com a RMSP. Nesse sentido, Pacheco et al (2000, p.357) chamam atenção para a característica dinâmica da RMC que esteve mais diretamente envolvida no processo de interiorização da indústria, conseguindo gerar em torno de si dinâmicas próprias e extensas redes de serviços. Boa parte do contingente migratório que partiu no sentido capital interior dirigiu-se, nesta ordem, para Campinas e Santos (BAENINGER, 2001), contribuindo para a formação e consolidação das duas regiões metropolitanas sediadas pelas duas cidades. Na verdade, a institucionalização dessas duas metrópoles no interior do Estado é reflexo do processo de interiorização e da reestruturação do capital que trouxe a flexibilização do sistema produtivo (SOJA, 1993). Não apenas indústrias foram para o interior, mas, sobretudo, alteraram-se as dinâmicas regionais e as relações intra-urbanas. O resultado foi o adensamento da rede urbana paulista, modificando os processos migratórios e de distribuição espacial da população.

Camarano e Abramovay (1999) assinalam que esse processo não apenas favoreceu o crescimento das cidades médias, mas também fez com que o êxodo rural diminuísse sua escalada, tendo esse, na dinâmica recente, pequeno percentual nos novos processos de redistribuição da população no Estado. A direção prioritária dos movimentos demográficos intra-estadual tem sido urbano-urbano, embora o movimento rural-urbano ainda tenha uma relevância proporcional. As dinâmicas recentes da RMC estão inseridas nos processos descritos acima, sendo a região um dos principais destinos da desconcentração metropolitana da RMSP e apresentando, internamente, redistribuição da população entre as cidades da região com a diminuição do peso relativo do centro metropolitano, conforme sintetizam as Tabelas 5.1 e 5.2.

Nota-se nos dados a importância crescente da RMC no contexto estadual, representando pela contagem da população de 2007, 6,62% da população do Estado. Tem mantido taxas de crescimento ascendentes, superiores à RMSP e ao interior em geral. A sede cresceu muito até os anos 1980, caindo consideravelmente sua taxa de

crescimento nos decênios seguintes, chegando a 1,50% no decênio 1991-2000, enquanto a maioria das cidades mantiveram taxas acima de 2,00%, e algumas alcançaram 6,53% (Hortolândia), 6,17% (Artur Nogueira) e 4,25% (Indaiatuba). Os dados preliminares desta década apontam para mudanças no ritmo de crescimento de algumas cidades, a partir da consolidação de alguns processos e o advento de outros. A sede metropolitana continua diminuindo sua participação relativa no conjunto da RMC, baixando para menos de 40% nos dados estimados de 2007, o mesmo ocorrendo com Americana (7,55%). Sumaré, a segunda cidade mais populosa nos últimos 10 anos, mantém um ritmo de crescimento superior à Americana, aumentando também sua participação relativa no total da população (8,67%). As duas cidades que mais cresceram neste último período foram Paulínia (5,21%) e Pedreira (6,08%), apresentando novos processos de desenvolvimento e crescimento urbano.

Tabela 5.1 – População total e distribuição relativa (%) – Região Metropolitana de Campinas – 1970-2007

Municípios	População											
	1970	%	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%	2007	%
Americana*	66.316	9,74	122.004	9,56	153.779	8,25	167.945	8,02	182.084	7,80	199.094	7,55
Artur Nogueira	10.171	1,49	15.941	1,25	19.306	1,04	26.019	1,24	33.089	1,42	39.417	1,49
Campinas*	375.864	55,21	664.559	52,05	846.434	45,39	908.906	43,39	967.921	41,41	1.039.297	39,41
Cosmópolis	12.110	1,75	23.232	1,82	35.999	1,93	39.880	1,90	44.397	1,90	53.764	2,04
Eng. Coelho	**	**	**	**	6.501	0,35	8.736	0,42	10.025	0,43	12.729	0,48
Holambra	**	**	**	**	5.410	0,29	6.653	0,32	7.231	0,31	9.111	0,35
Hortolândia*	**	**	**	**	85.859	4,60	115.720	5,52	151.669	6,50	190.781	7,23
Indaiatuba*	30.537	4,49	56.237	4,40	100.948	5,41	121.906	5,82	146.826	6,29	173.508	6,58
Itatiba	28.376	4,17	41.631	3,26	61.587	3,30	71.590	3,42	80.884	3,46	91.382	3,47
Jaguariúna	10.391	1,53	15.210	1,19	22.594	1,21	25.399	1,21	29.450	1,26	36.801	1,40
Monte Mor	7.960	1,17	14.020	1,10	25.559	1,37	30.849	1,47	37.111	1,59	43.290	1,64
Nova Odessa	8.336	1,22	21.893	1,71	34.063	1,83	37.424	1,79	42.066	1,80	45.102	1,71
Paulínia	10.708	1,57	20.755	1,63	36.706	1,97	44.431	2,12	51.242	2,19	73.118	2,77
Pedreira	15.053	2,21	21.383	1,67	27.972	1,50	31.890	1,52	35.242	1,51	38.152	1,45
Sta. B. D'Oeste*	31.018	4,56	76.621	6,00	145.266	7,79	161.060	7,69	169.735	7,27	184.318	6,99
Sto.A. de Posse	7.799	1,15	10.872	0,85	14.253	0,76	14.897	0,71	18.145	0,78	19.824	0,75
Sumaré*	23.074	3,39	101.834	7,98	141.011	7,56	168.058	8,02	196.055	8,40	228.696	8,67
Valinhos	30.775	4,52	48.922	3,83	67.886	3,64	74.608	3,56	82.773	3,54	99.040	3,76
Vinhedo	12.338	1,81	21.641	1,70	33.612	1,80	38.625	1,84	47.104	2,02	57.837	2,19
Total RM	680.826		1.276.755		1.864.745		2.094.596		2.335.019		2.637.268	
Outras Regiões do Estado	17.091.122		23.763.957		29.724.180		32.026.290		34.631.508		37.190.422	
Total do Estado	17.771.948		25.040.712		31.588.925		34.120.886		36.966.527		39.827.690	
Participação RMC/Estado	3,83		5,10		5,90		6,14		6,32		6,62	
Total População do interior	9.637.218		12.451.987		16.143.984		17.537.652		19.133.016		20.603.760	
Participação RMC/interior	7,06		13,25		11,55		11,94		12,20		12,80	

Fonte: Baeninger (2001) e Contagem da População (IBGE, 2007).

\* A contagem da população de 2007 não incluiu os municípios com mais de 100.00 habitantes. Os dados destes constam como estimativa do IBGE.

\*\* Municípios desmembrados a partir de 1991.

A microrregião noroeste representa a parte mais dinâmica da RMC, tanto por seus processos internos quanto externos (Figura 5.2). Somados, Americana, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa representam 24,94% da população total da RMC, enquanto a sede representa 39,44% e os demais 14 municípios apenas 35,62%. Americana é o município que polariza esta microrregião, marcada pela proximidade (os centros de Sumaré e Americana, a maior distância na microrregião, é de 13 km) e a organicidade das trocas populacionais. As cidades apresentaram os crescimentos mais expressivos durante a metropolização, sendo o período de 1970-1980 o mais significativo, com os 9,46% de Santa Bárbara D'Oeste, 10,14% de Nova Odessa, 16,01% de Sumaré e 6,29% de Americana. Esta, enquanto pólo, apresentou sempre um crescimento menos expressivo, enquanto as demais ainda mantiveram altas taxas de crescimento (principalmente Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré).

Tabela 5.2 – Taxas de crescimento (% a.a.) –  
Região Metropolitana de Campinas – 1970-2007

Municípios	Taxas de Crescimento			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Americana*	6,29	2,13	1,89	1,28
Artur Nogueira	4,60	1,76	6,17	2,53
Campinas*	5,86	2,22	1,50	1,02
Cosmópolis	6,73	4,06	2,35	2,77
Engenheiro Coelho	**	**	4,93	3,47
Holambra	**	**	3,28	3,36
Hortolândia*	**	**	6,53	3,33
Indaiatuba*	6,30	5,46	4,25	2,41
Itatiba	3,91	3,62	3,07	1,76
Jaguariúna	3,88	3,66	2,99	3,23
Monte Mor	5,82	5,61	4,23	2,22
Nova Odessa	10,14	4,10	2,37	1,00
Paulínia	6,84	5,32	3,78	5,21
Pedreira	3,57	2,47	2,60	6,08
Santa Bárbara D'Oeste*	9,46	5,99	1,74	1,18
Santo Antônio de Posse	3,38	2,49	2,72	1,27
Sumaré*	16,01	3,00	3,73	2,22
Valinhos	4,74	3,02	2,23	2,60
Vinhedo	5,78	4,08	3,82	2,98
Total RM	6,49	3,50	2,53	1,75
Outras Regiões do Estado	3,35	2,06	1,71	1,02
Total do Estado	3,49	2,13	1,76	1,07
População do interior	2,60	2,39	1,91	1,06

Fonte: Baeninger (2001) e Contagem da População (IBGE, 2007).

\* A contagem da população de 2007 não incluiu os municípios com mais de 100.00 habitantes. Os dados destes constam como estimativa do IBGE.

\*\* Municípios desmembrados a partir de 1991.

Mas é evidente que os processos demográficos da microrregião, em especial aqueles que se referem à redistribuição da população no espaço e a migração intra-estadual e inter-estadual, estão incluídos no contexto intra-metropolitano. Baeninger (2001) identifica a cidade de Campinas como grande receptora de população desde a década de 1970 e a principal responsável pelo “repasse” de população para as demais cidades, em especial as limítrofes. Esse processo é encarado como a base da “periferização” da RMC, haja vista que as populações “expulsas” da sede da metrópole são as de mais baixa renda, que buscam os solos mais baratos destas cidades (Sumaré, Hortolândia e Monte Mor, principalmente). Ao mesmo tempo, elas se mantêm na dinâmica metropolitana, indo diariamente a Campinas, a trabalho ou estudo. Baeninger assinala que Campinas foi responsável por mais de 50% dos migrantes intra-regionais domiciliados nos principais municípios da área metropolitana. Esse fato pode indicar que Campinas foi uma etapa intermediária entre a procedência e a direção final dos migrantes que chegaram à RMC. Campinas registra assim o menor saldo populacional nas perdas líquidas entre os municípios da RMC. A autora assinala:

Para se ter uma idéia da magnitude desse processo de ‘expulsão’ da população para as demais áreas na região, basta observar que do total da migração intra-regional, nos anos 70, 41,6% saíram da sede (Campinas) para o entorno; 45% das pessoas mudaram entre os municípios do entorno; e apenas 13,4% foram dos municípios do entorno para a sede. (BAENINGER, 2001, p.342)

Nos anos 1980, essa proporção foi de 45,3% de Campinas para o entorno, 45,4% entre o entorno metropolitano e 9,3% do entorno para a sede. Acentuou-se a expulsão e trocas intra-metropolitanas nos demais municípios, diminuindo significativamente o ritmo de crescimento demográfico da sede. Podemos perceber esse processo pelas origens dos migrantes por data fixa, pelos dados do Censo 2000. A informação se refere ao município de residência em 1º de Julho de 1995. A maior porcentagem da origem dos migrantes foi interna à própria microrregião, totalizando 56% do total de migrantes, contra 33% provenientes de Campinas e 11% de outras cidades, inclusive de outras unidades da federação. Se focarmos o processo em cada município, veremos que Sumaré mantém uma relação intensa tanto com a microrregião quanto com a sede. Isso ocorre devido à fragmentação do seu tecido urbano, que tem parte de sua área sob influência mais direta de Campinas (a conurbação que é a expansão periférica da sede) e outra que mantém relações diretas com a microrregião, conurbada com Nova Odessa. A Figura 5.3 sistematiza esses dados, apontando que, salvo Sumaré, as trocas entre as cidades foi a principal origem de migrantes. Mesmo em Sumaré esse não é um fluxo pequeno, embora menor que os demais. Dessa origem, quase metade (48%) foi de Americana, o que justifica sua vinculação à microrregião.

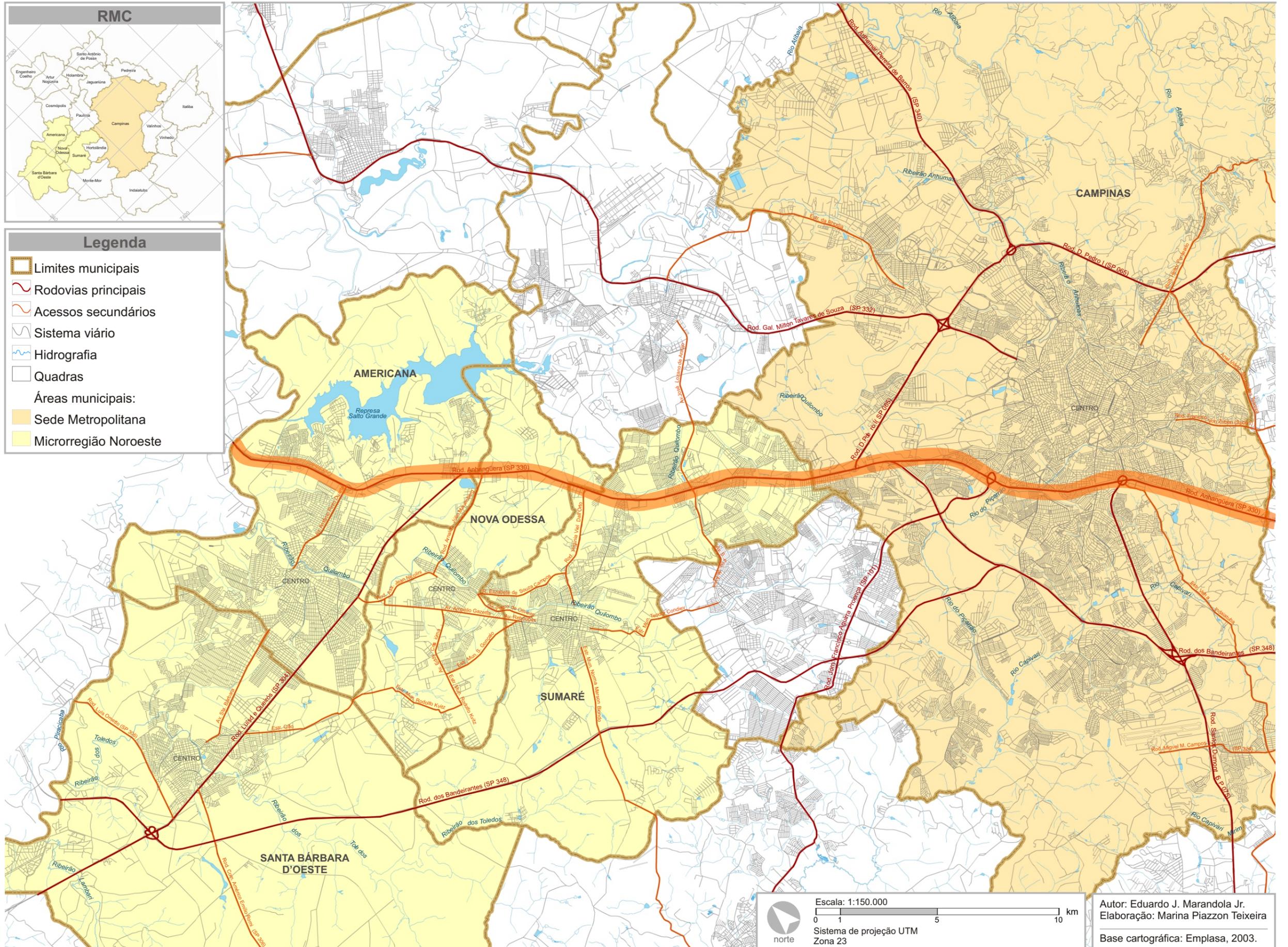
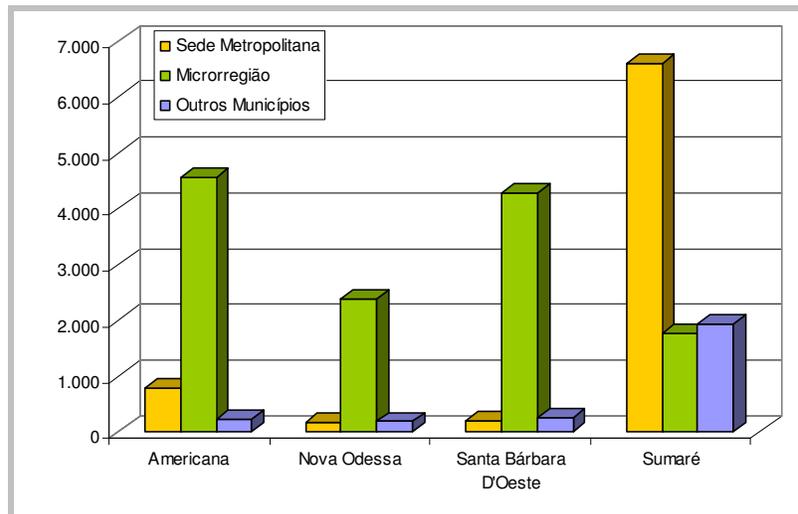


Figura 5.3 – Microrregião Noroeste – Município de residência dos migrantes originados de outros municípios da Região Metropolitana de Campinas em 1º de Julho de 1995



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000). Tabulações Especiais.

O maior contingente de migrantes de fora da RMC se direcionou para Sumaré, muito maior em termos relativos ou absolutos aos dados dos demais. Destes, 33% são provenientes da RMSP e 25% de outros municípios do próprio Estado de São Paulo, apontando para o papel que Sumaré ainda desempenha como atrator de população, principalmente ligado a seu parque industrial, tanto de empresas tradicionais quanto de alta tecnologia (MENDES e SAMPAIO, 1992). Esses fluxos nos demais municípios são insignificantes frente às trocas entre os próprios municípios.

Campinas, por outro lado, continua sendo importante pólo de atração de migrantes, já que apenas 10% dos migrantes têm origem nos demais 18 municípios da RMC. Da RMSP vieram 19%, enquanto do restante do Estado veio o maior fluxo: 27%. Isso aponta para dois processos: o peso que Campinas e sua região possuem no cenário migratório nacional (18% vieram do Nordeste, 11% do Sudeste, 9% do Sul, 4% do Centro Oeste e 2% do Norte), e a importância que outros destinos dentro da própria RMC possuem na atração desses contingentes, especialmente os internos da própria RMC. A principal direção de trocas populacionais intra-metropolitanas não é da região para a sede, tendo a microrregião noroeste papel importante nessa redistribuição da população.

A relação íntima entre Santa Bárbara D'Oeste e Americana se expressa nos dados das trocas internas microrregionais. Americana é a origem de 91% dos migrantes para Santa Bárbara, enquanto esta é a origem de 78% dos migrantes para Americana. A troca entre os dois municípios é a mais acentuada, apontando para uma

conurbação que produziu um ente urbano que gira no mesmo movimento, manifestado nos modos e nos espaços de vida.

Essas trocas migratórias acentuadas entre os municípios geram vínculos que se estabelecem a partir dos migrantes, que ao mudar para áreas tão próximas mantêm atividades, lugares e relações no município de origem. Os quatro municípios correspondem a um mercado imobiliário e comercial conjunto, sendo incluídos enquanto opções de morar e de satisfação de necessidades, o que dota essas mudanças migratórias de um caráter intra-urbano também. Isso se refletirá na fluidez maior do tecido urbano e nas permanências dos lugares que se estabelecem na microrregião, revelados pelos dados de pendularidade e mobilidade.

### 5.3 Fluidez e Permanências no Espaço Metropolitano

O movimento diário de pessoas que se deslocam de um município a outro para trabalhar ou estudar é aquele que dá a uma região metropolitana coesão em termos da experiência. Chamado de movimento rítmico cotidiano (BEAUJEU-GARNIER, 1971), refere-se ao vaivém (*navettes* no francês), semelhante à oscilação de um pêndulo, daí seu nome mais comum em português: pendularidade. Em inglês é o *commuting*, implicando a troca de pessoas (trabalhadores, consumidores, dinheiro) entre as cidades a partir do ir e vir diário. Esta forma expressa melhor a relação que as cidades estabelecem, enquanto uma bacia de empregos ou como uma região estruturada a partir de um pólo. Pendularidade, por outro lado, ressalta o papel que as escolhas individuais e a escolha dos estilos de vida desempenham na estruturação da vida diária.

A RMC é evidentemente uma bacia de empregos, onde as relações diárias entre as cidades da região conformam um mesmo mercado de trabalho onde as empresas podem concentrar-se e beneficiar-se da concentração de trabalhadores. Por isso, a alta densidade de fluxos materiais e imateriais e a relação com outras metrópoles ajudam a identificar a espacialidade das metrópoles (LENCIONI, 2006). Por outro lado, as pessoas têm mais opções de escolha do local de moradia, considerando, segundo Beaujeu-Garnier (1971), desde o local de trabalho, disponibilidade de moradias para seu extrato de renda, afetividade em relação à terra natal ou a um lugar, a vantagem financeira de utilizar uma propriedade herdada, e assim por diante. A autora destaca a matriz complexa que envolve as escolhas, não se limitando ao preço da terra ou à possibilidade de moradia. O “gosto do indivíduo” é importante pois pode vetar a tolerância a certos riscos ao mesmo tempo em que minimizará outros.

Na tradição dos estudos urbanos, o movimento ou migração pendular figurou como importante para compreender relações regionais em áreas de forte industrialização, necessitando de grandes contingentes de mão de obra barata cuja reprodução a cidade nem sempre garantia. Terras baratas tornaram-se atrativas para grandes contingentes de trabalhadores que teriam ali a possibilidade de ter melhores moradias. Os preços baixavam numa relação proporcional à distância do centro metropolitano, tornando as localizações periféricas uma oportunidade de ter uma melhor moradia (ou a sua propriedade) numa localização menos privilegiada (MOURA, BRANCO e FIRKOWSKI, 2005). Como o transporte individual hoje é um dos mais importantes no conjunto dos deslocamentos, em especial em países como o Brasil, o papel dos 'gostos dos indivíduos' torna-se cada vez mais relevante. O automóvel é um meio de transporte extremamente flexível que permite a diversificação dos trajetos, atendendo inclusive à flexibilização do mercado de trabalho. Em vista disso, a pendularidade é melhor compreendida hoje como modo de vida e, enquanto tal, indissociável da mobilidade (MOURA, BRANCO e FIRKOWSKI, 2005).

As alterações na mobilidade pendular estão intimamente ligadas às transformações na forma urbana e nas instituições, numa regionalização do cotidiano que acompanha a dispersão de atividades industriais, de lazer, comerciais e de empreendimentos imobiliários (REIS, 2006). A pendularidade torna-se fator fundamental para entender as novas aglomerações urbanas, permitindo novas relações entre municípios e locações e empreendimentos de vários tipos, refletindo-se diretamente no tecido urbano (OJIMA, 2007).

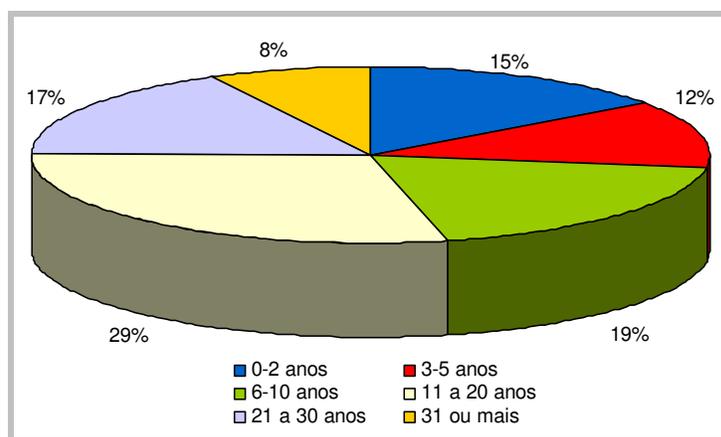
A pendularidade é, portanto, um dos movimentos demográficos mais importantes nas aglomerações urbanas, junto com as migrações de curta distância (BAENINGER, 2004). Esses dois processos combinados ajudam a conformar não apenas a distribuição de espacialidades, mas também as formas de habitar, influenciando a segurança/insegurança existencial nos dois sentidos: produzindo e mitigando riscos.

Estudos têm mostrado o significativo descompromisso que habitantes pendulares possuem com seu local de trabalho, pelo fato de ali permanecerem de forma efêmera, não se envolvendo em reivindicações ou lutas políticas por melhorias das condições ambientais (HOGAN, 1992; 1993). O mesmo pode-se dizer do reverso, já que cresce a quantidade de pessoas que escolhem locais de moradia em cidades ou bairros devido à sua acessibilidade, sem necessariamente estabelecer vínculos com o lugar. É nesse sentido que Ascher (1998) chama a casa de único ponto fixo da metrópole, estando ela cada vez mais isolada. Nesse respeito, o imenso volume de migrantes que

compõem grande parte da população da RMC chegados nos últimos 10 ou 20 anos, configuram dois problemas: a não relação afetiva destas populações com seu lugar de moradia e a grande migração pendular, que não lhes traz apego ou responsabilidade com seu local de trabalho. Há um grande hiato entre esses dois pontos (moradia-trabalho), onde estão as grandes rodovias estaduais, com grande poluição atmosférica e concentração industrial, o que também não mobiliza a população, por ser seu local de passagem, permanecendo espaço sem relação e não lugar envolvido.

Na microrregião noroeste podemos observar esses fenômenos de forma clara e estruturante. Dos seus 589.940 habitantes em 2000, 372.907 eram migrantes (não nasceram no município), sendo que 36% chegaram nos últimos 10 anos (Figura 5.4). Olhando os dados por município, vemos que os padrões são muito parecidos, com significativos fluxos nos últimos anos, mostrando que os altos índices migratórios continuam a se dirigir para estas cidades. Notamos que Americana, enquanto pólo da microrregião, tem um comportamento mais equilibrado entre os períodos, apontando para seu crescimento relativo menor que os municípios da região (Figura 5.5).

Figura 5.4 – Microrregião Noroeste – Tempo de residência ininterrupta no município de pessoas com município de nascimento diferente do atual

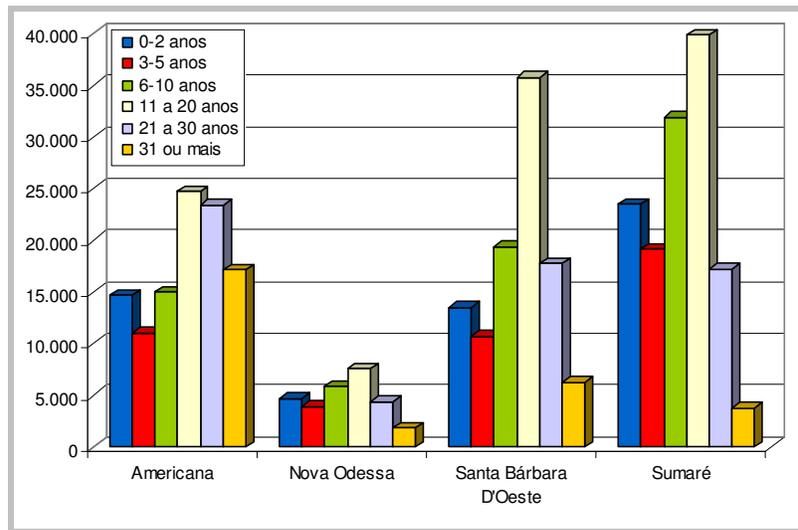


Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000). Tabulações Especiais.

Olhando os dados da pendularidade, nota-se a forte relação entre os municípios da região, relação esta que, com exceção de Sumaré, supera as trocas com Campinas (Tabela 5.3). Americana e Sumaré são os dois municípios que têm maior diversidade de relações, com fluxos significativos em todas as direções, mesmo considerando-se o quadro mais geral da RMC (Tabela 5.4). Nova Odessa está ligada mais diretamente a Americana (2.688) e Sumaré (1.106) enquanto Santa Bárbara D'Oeste

tem relação muito mais dependente de Americana, enviando para lá 78% do total de pessoas que saem do município para trabalhar ou estudar. O movimento no sentido contrário é relevante, embora não tão intenso. Santa Bárbara é o destino de 3.015 pessoas que moram em Americana, apontando uma relação orgânica, embora esteja longe de se estabelecer um equilíbrio.

Figura 5.5 – Municípios da Microrregião Noroeste – Tempo de Residência Ininterrupta no Município de pessoas com Município de Nascimento diferente do atual – 2000



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000). Tabulações Especiais.

Sumaré, devido à sua já comentada fragmentação do tecido urbano, mantém-se tanto na microrregião noroeste, com trocas significativas com Americana e Nova Odessa (com uma intensidade menor com Santa Bárbara D'Oeste), quanto na área de influência imediata da sede. Olhando os dados da pesquisa Origem-Destino de 2003, podemos ver que a maior parte do destino da pendularidade do entorno da Rodovia Anhanguera (as regiões do Matão, Maria Antônia e Área Cura) se direciona predominantemente para Campinas, enquanto o núcleo central e a região de Nova Veneza mantêm relações proporcionalmente bem menores, embora ainda maiores que as viagens para Americana. Isso reforça o peso do processo de repasse da população migrante de Campinas para Sumaré (é o município com migrantes com menor tempo de moradia) ao mesmo tempo em que se liga a Americana no mesmo patamar que Nova Odessa, por exemplo (Tabela 5.5). De outro lado, contradiz a idéia de que a existência de um pólo subregional na RMC demarcaria uma independência desta em relação aos

processos da sede. O peso de Campinas é notório, o que não impede que haja outros processos que exerçam forças centrípetas e concorram com a centralidade posta.

Tabela 5.3 – Movimentos pendulares por motivo de trabalho ou estudo – Microrregião noroeste - 2000

Município de residência	Onde trabalha ou estuda			
	Sede Metropolitana	Microrregião Noroeste	Outros Municípios RMC	Outros Municípios
Americana	1.574	5.706	3.544	3.020
Nova Odessa	538	3.873	330	607
Sta. Bárbara D'Oeste	784	20.825	280	2.799
Sumaré	23.428	4.393	4.490	1.617

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000). Tabulações Especiais.

Tabela 5.4 – Deslocamentos pendulares segundo grandes destinos – Região Metropolitana de Campinas, 2000

Município de residência	Onde trabalha ou estuda			Total
	RMC	São Paulo	Outros	
Americana	7.804	3.181	221	<b>11.206</b>
Artur Nogueira	2.697	401	42	<b>3.140</b>
Campinas	16.820	13.059	1.036	<b>30.915</b>
Cosmópolis	3.783	633	57	<b>4.473</b>
Engenheiro Coelho	145	268	26	<b>439</b>
Holambra	217	64	13	<b>294</b>
Hortolândia	30.487	1.663	164	<b>32.314</b>
Indaiatuba	3.119	3.046	93	<b>6.258</b>
Itatiba	749	1.924	42	<b>2.715</b>
Jaguariúna	1.168	402	40	<b>1.610</b>
Monte Mor	3.192	353	22	<b>3.567</b>
Nova Odessa	4.741	535	55	<b>5.331</b>
Paulínia	2.627	426	84	<b>3.137</b>
Pedreira	781	421	0	<b>1.202</b>
Santa Bárbara D'Oeste	21.889	2.977	127	<b>24.993</b>
Santo Antônio de Posse	967	336	6	<b>1.309</b>
Sumaré	32.311	2.052	176	<b>34.539</b>
Valinhos	7.647	1.697	50	<b>9.394</b>
Vinhedo	2.410	2.151	19	<b>4.580</b>
<b>Total</b>	<b>143.554</b>	<b>35.589</b>	<b>2.273</b>	<b>181.416</b>

Fonte: Sobreira e Cunha (2007).

Tabela 5.5 – Destino das Viagens Totais de Sumaré em Direção à Campinas e Americana, por Zona O-D – 2003

<b>Número da Zona O-D (Região da cidade)</b>	<b>Campinas</b>	<b>Americana</b>
82 (Região central)	3.235	1.731
83 (Nova Veneza e Picerno)	5.457	1.413
84 (Matão / Maria Antônia)	15.083	399
85 (Área Cura)	15.083	340
86 (Cruzeiro / Área rural)	0	0
87 (Área rural)	0	0
88 (Área de expansão urbana)	30	93
<b>Total</b>	<b>38.888</b>	<b>3.976</b>

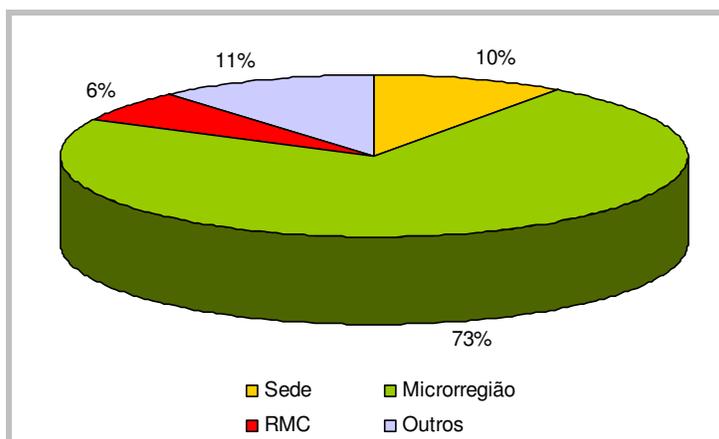
Fonte: Pesquisa Origem-Destino (Emplasa, 2003). Tabulações especiais.

Sumaré é um caso específico a se observar, pois serve de termômetro para as transformações pelas quais a RMC está passando. A diversificação do mercado imobiliário na cidade, caracterizado até o final dos anos 1990 sobretudo por empreendimentos de meio lote e/ou ocupações, recebe atenção diferenciada nos últimos anos, com empreendimentos de médio e médio-alto padrão sendo instalados (PIRES, 2007). Estes têm contado com o mercado regional, apostando na diversificação de opções de moradia para aqueles de estratos socioeconômicos mais altos. Há quinze ou vinte anos poucos teriam Sumaré como opção para morar, mas com o acúmulo de revezes em Campinas (violência, trânsito, poluição e altos preços do solo e da moradia) somado às facilidades de locomoção entre as cidades, ela se tornou uma opção real. O mercado imobiliário da microrregião está em amplo desenvolvimento, com forte demanda reprimida em especial para extratos sociais médios e altos. Contudo, apesar da estreita relação de Sumaré com Campinas, as trocas pendulares intra-microrregião são mais significativas do que as feitas com a sede, perfazendo 73% do total de destinos (Figura 5.6). Isto reforça a organicidade que une as cidades e sua interdependência.

O vínculo entre a migração recente e contínua é notório quando vemos que aqueles que pendulam são os que moram há menos tempo na região, decaindo o índice conforme se consolidam na cidade (ou acabam se mudando). Isso ocorre por dois motivos: ou porque estabelecem laços na cidade, preferindo freqüentar os lugares locais, ou porque nunca chegaram a consolidar laços na cidade, o que resulta em não permanecer por um longo período na cidade e, por isso mesmo, também não

estabelecem raízes. A maior parte dos pendulares da microrregião são migrantes, perfazendo 87% do total de pessoas que trabalham ou estudam em outro município.

Figura 5.6 – Microrregião Noroeste – Destino dos Fluxos Pendulares – 2000



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000). Tabulações Especiais.

Na Tabela 5.4, vemos os totais desses fluxos por município da microrregião por tempo de residência ininterrupto no município. Americana, com seu crescimento demográfico mais consolidado e sua condição de sede, apresenta maior porcentagem de não migrantes que fazem a pendularidade, representando 38% do total da pendularidade em 2000. Em Nova Odessa, aqueles que chegaram há até dois anos somam 1.926, 32% do total. Em Santa Bárbara D'Oeste, embora com uma porcentagem menor de não migrantes pendulando (18%), e ainda que a maior proporção referira-se, assim como nos outros municípios, aos migrantes chegados há menos de 10 anos (36%), há uma relação considerável de pendulares que estão na cidade entre 11 e 20 anos, totalizando 33% do total dos movimentos. Em Sumaré, embora apresente um pouco essa relação, a concentração se dá nos primeiros 10 anos, alcançando 48%, sendo a maior porcentagem entre os residentes de 6 até 10 anos (23%).

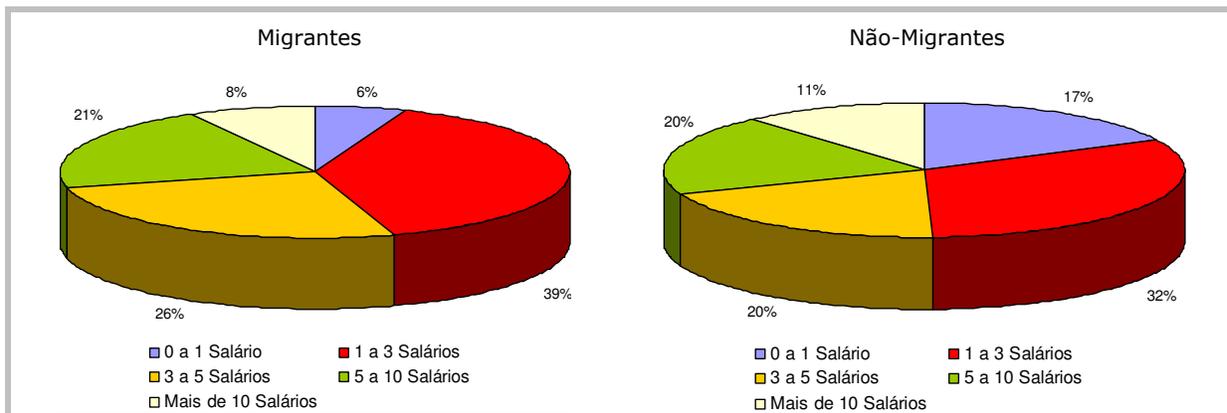
Tabela 5.4 – Microrregião Noroeste – Totais de Fluxos de Movimentos Pendulares por tempo de Residência Ininterrupta no Município – 2000

Município de residência	não-migrante	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 20 anos	21 a 30 anos	mais de 30 anos
Americana	3.592	1.266	815	997	1.455	1.223	439
Nova Odessa	1.177	1.926	638	684	1.212	521	67
Sta. Bárbara D'Oeste	4.350	2.450	2.438	3.876	7.783	2.899	297
Sumaré	4.174	4.336	3.971	7.462	8.790	3.256	319

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000). Tabulações Especiais.

Quanto à condição de renda daqueles que trabalham ou estudam em outro município, o quadro na microrregião não é muito distinto entre migrantes e não-migrantes, embora o fluxo de pendularidade dos não-migrantes seja gradativamente maior à medida que aumenta a renda, em relação aos migrantes (Figura 5.7). Chama a atenção o contingente de 39% de pendulares que recebem na faixa entre 1 e 3 salários mínimos. Os dois municípios com principal participação neste percentual são Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré, desempenhando o papel de "periferia pobre" que fornece mão-de-obra não especializada para Americana e Campinas, respectivamente. Entre os não-migrantes, embora a faixa entre 1 e 3 salários também seja a mais expressiva (32%), chama atenção os 17% que pendulam com 0 e 1 salário.

Figura 5.7 – Microrregião Noroeste – Totais de Fluxos de Movimentos Pendulares de Migrantes e Não-Migrantes por Condição de Renda - 2000



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2000). Tabulações Especiais.

Pessoas com tão baixa renda pendulando pela metrópole pode indicar uma situação de vulnerabilidade, ou estaria esta mobilidade justamente agindo de forma a mitigar o risco? Se a renda não aponta, a princípio, diferenças profundas entre migrantes e não-migrantes, que tipo de fenômenos estariam interferindo na constituição de sua vulnerabilidade? Estariam os migrantes em melhor condição? E os originais da cidade que não pendulam, estariam estes em piores condições, pouco conectados?

Em termos das cidades, quais as conseqüências da maior ou menor pendularidade? Como se constitui a fluidez do espaço nesses termos? Com ligações tão próximas a outros municípios, alguns dos mecanismos estatais de segurança (como saúde e educação) não podem ser satisfeitos onde se desenvolve as outras atividades cotidianas. Neste caso, muitas famílias têm de se desdobrar e ampliar sua capacidade de mobilidade para alcançar serviços distantes de suas casas, dividindo forças em direções

opostas. A solução de problemas estruturais (como os relacionados à poluição, saúde pública e infra-estrutura) também sofre com essa fragmentação, pois levar os tentáculos do Estado a distâncias tão grandes, e muitas vezes fora dos cronogramas ou planejamento das prefeituras (exemplo disso são os empreendimentos em meio a áreas rurais ao longo das rodovias), produzem efeitos adversos para as pessoas, potencializando perigos relacionados ao ambiente, saúde e aos próprios aspectos da proteção social. A transformação de rodovias em avenidas e vice-versa, que ocorre no processo de metropolização da região é fator adicional de produção de riscos.

Nesse quadro, os riscos de deslizamentos, enchentes e outros perigos ambientais podem tornar as pessoas muito mais vulneráveis, à medida que a presença do Estado é mais rarefeita e distante. Por outro lado, o fluxo e as atividades diferenciadas e potencialmente perigosas (como muitas atividades industriais e energéticas na região), quando combinadas, podem trazer perigos inesperados que dificilmente as pessoas (ou mesmo as instituições) estarão prontas para enfrentar. A experiência tem mostrado que nem mesmo os riscos relacionados ao transporte e às vias de alta velocidade têm sido bem geridos, à medida que atropelamentos, acidentes, congestionamentos e os custos dos transportes não param de aumentar.

Se por um lado a alta mobilidade é um fator positivo e desejável, pois potencializa o acesso a serviços, mercado de trabalho, moradia, educação e lazer, por outro, os riscos aumentam conforme aumenta o tempo de viagem, o número de conduções a se tomar, o custo elevado (distância, trânsito lento, pedágios). Muitas pessoas da região têm espaços de vida bastante esgarçados, com a distância entre os lugares muito grandes. Percorrem longas distâncias entre a casa, local de trabalho, estudo e lazer, indo, muitas vezes, em três cidades diferentes no mesmo dia. Tais espaços de vida potencializam diferentes riscos, embora haja variáveis que possam diminuir a vulnerabilidade a tais perigos (como a capacidade de pagar seguros, acesso a meio de transporte adequado, tempo suficiente de descanso entre as atividades). A diferença da vulnerabilidade nesses longos trajetos diários, quando se trata dos perigos associados à mobilidade em si, se altera pouco entre as classes sociais. Os elementos mais significativos nesta equação serão fatores ligados às características pessoais, faixa etária e ciclo vital, que se ligam de forma mais direta à maneira como conduzem seus passos e seus veículos. No caso daqueles que têm de fazer os trajetos em transportes coletivos, reduzem a possibilidade de acidentes, mas a vulnerabilidade é acrescida por outros elementos provenientes das diferenças entre os meios de transporte.

Nesse respeito, emerge uma problemática complexa, que vai além da capacidade dos dados. Há necessidade de investigar como se dão as relações das pessoas com esses lugares, espaços e itinerários, para que possamos melhor compreender como se dá a relação população-ambiente e homem-meio. Esta investigação pode ser rica em revelar pormenores da experiência urbana, que podem elucidar aspectos da tensão ambiental vivida pelas pessoas, em suas diversas situações metropolitanas, posicionadas e em deslocamento pela mancha urbana.

Nesse aspecto, a casa emerge como um ponto-chave, onde a pessoa se abriga, se realiza e, em grande parte, sonha. É em busca do habitar com qualidade que as pessoas idealizam suas casas, fugindo do movimento, do zunido dos motores ou das enchentes. Por outro lado, paradoxalmente, é em busca de um habitar que as pessoas migraram para a aglomeração urbana e também é no habitar que elas têm de suportar grande parte da degradação e dos riscos-perigos. Por fim, é também no habitar que a vulnerabilidade é tanto mais importante: é ali que as pessoas necessitam ser menos vulneráveis e, no entanto, hoje nem sempre isso é verdade. A casa, como veremos, já perdeu sua condição de fortaleza. Ali é onde os sistemas familiares agem na tentativa de reduzir o risco. Quando esse círculo falha são acionadas as comunidades, na esfera superior, e assim sucessivamente até as esferas maiores de gestão política. A menor unidade dessa hierarquia, portanto, é o habitar.

Podemos entender que estudar o habitar urbano, é um passo importante para a melhor compreensão da experiência metropolitana e da tensão ambiental vivida cotidianamente pelas populações. Ele também poderá revelar por que determinados riscos são aceitáveis, enquanto outro não, e em que aspectos as diversas populações urbanas (em suas diversas formas de habitar) são mais ou menos vulneráveis a toda esta dinâmica ambiental posta em tela.



## 6 A FLUIDEZ DA CASA E DO BAIRRO

Casa e bairro são símbolos da segurança e da estabilidade. São o ponto, a pausa, o oposto ao movimento. Esses atributos, no entanto, são modificados na fluidez contemporânea, trazendo o distante para o local por desagregar o lugar e diminuir a aderência às escalas próximas como o bairro. A casa parece tornar-se uma ilha para a qual vamos para pousar, com cada vez menos tempo. Tomando a dissociação residência-trabalho e o aumento da distância entre eles como elementos-chave da mobilidade metropolitana, faz-se necessário compreender as novas relações que se estabelecem entre a escala local (a casa, o lugar, o bairro) e as escalas regional e global. Procuramos desviar da noção maniqueísta de que a virtude é do lugar e o perigo é do espaço. Trata-se, isto sim, de compreender as novas formas de relação com a casa e o bairro no espaço metropolitano regional, enquanto fontes materiais e simbólicas da segurança/insegurança existencial.

### 6.1 Casa: Lugar do Ser-no-Mundo

A afirmação de que não há homem sem lugar, ou lugar sem homem, está longe de ser um simples jogo de palavras. Tuan (1983) foi quem muito bem captou a essência dessa relação quando diferenciou espaço de lugar: espaço enquanto a liberdade e a amplidão e lugar como a pausa, o recolhimento. Ambos, além de serem a essência da Geografia, expressam o duplo movimento do ser-no-mundo: enraizar-se, estar, e diferenciar-se, buscar, mover-se. A ênfase no lugar não implica uma redução do espaço, pois o movimento é duplo porque suas faces são inseparáveis.

Bachelard (1993), uma das bases da leitura de Tuan, foi quem assentou a idéia da casa associada à de lugar como fundamento de um encantamento com o mundo e expressão máxima da relação homem-meio. Em sua *Poética do espaço*, o sentido da casa é o do aconchego materno, aquele que está associado à proteção profunda, às raízes, às forças telúricas e divinas da proteção. Casa é abrigo, memória e

refúgio. A partir da memória a continuidade de nossa existência e nossa origem é revelada e reinventada, tornando o ser seguro de si mesmo. Enquanto espaço interior, a casa faz parte de nós, e nela nos fazemos. Para Bachelard (1993, p.26), a maior força da casa não é sua materialidade presentificada, mas sua fenomenologia onírica, que não permite apenas que o homem seja; permite que o homem continue sendo ele mesmo, mantendo suas raízes deitadas na casa da infância. “[...] a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. [...] Sem ela, o homem seria um ser disperso.”

Cada casa habitada é uma nova etapa desse centralizar o ser, lutando contra sua dispersão. A casa é a referência espacial e existencial que evita que o homem esteja “jogado no mundo”. É a concha protetora, ente que permite lembrar, pois para Bachelard (1993, p.28-29) a memória é espacial. “A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta, a duração no sentido bergsoniano.” Só podemos pensá-las num tempo sem espessura que recebe significado a partir de sua espacialidade. “O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas.”

Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer ‘suspender’ o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço. (BACHELARD, 1993, p.28)

A casa natal é a nossa casa. Todas as demais em que habitamos, diz Bachelard, são vividas a partir das lembranças daquela primeira casa, de forma espacial. As posições, relações entre objetos e lugares conduzem as novas experiências a partir daquela primeira, que para alguns está na infância, ou na casa da juventude. É sempre para aquela casa natal que retornamos e a partir delas é que estruturamos o nosso casulo protetor, que são nada mais que extensões daquele sediado na casa natal. Casa não é, portanto, a construção apenas. É o sentido mais amplo de lar (*home*), que expressa não apenas a função de morar, mas é o fundamento espacial do ser-no-mundo.

Na sociedade urbana, a casa perdeu muito desse sentido onírico, sendo suplantado pela secularização e pela padronização dos meios de vida. Uma casa como aquela que Antoine Saint-Exupéry descreve em *Terra dos homens*, cheia de ranhuras, reentrâncias, dobras e sombras, marcas do tempo e da memória, são derrubadas em prol de uma racionalidade funcional que triunfou no ambiente urbano como a norma. Mas aquela casa era diferente. “Ali tudo estava descuidado, adoravelmente em ruínas qual uma velha árvore coberta de musgo que a velhice alquebrou.” (SAINT-EXUPÉRY, 1986,

p.63). Saint-Exupéry sente naquela casa a intensidade de alguém que já viveu muito. Suas imperfeições foram esculpidas pelo tempo, tal como o rosto de um ancião. Mas a casa, embora bem cuidada, não era reformada, mesmo que pudessem concertá-la. A explicação expressa o sentido essencial da casa: "Eles fariam em oito dias uma outra casa, uma casa desconhecida onde os antigos donos se sentiriam como visitas. Uma casa sem mistérios, sem recantos, sem alçapões sob nossos pés, sem masmorras ocultas – uma espécie de salão de prefeitura..." (SAINT-EXUPÉRY, 1986, p.65).

O livro de Saint-Exupéry narra suas experiências com o deserto do Saara, quando trabalhou na linha Toulouse-Dakar do correio aéreo francês. O capítulo que ele conta a experiência com esta casa, que fica na Argentina, chama-se "Oásis". Talvez essa seja uma forte imagem do que a casa represente para o ser: proteção contra os perigos, fonte de vida e a possibilidade de continuar seu caminho.

Nossos oásis não têm a mesma densidade dessa casa argentina. A primeira grande fratura foi quando a modernidade urbana dividiu o trabalho da residência, isolando os dois. Essa dissociação foi um primeiro golpe na casa e na existência espacialmente centrada do homem. Menos tempo em casa, muito tempo em outro lugar, no trabalho e se deslocando até ele. Mas essa nova condição foi absorvida e tornou-se parte da estrutura social e existencial urbana, que estabeleceu-se a partir destas territorialidades: bairros para morar, bairros para produzir, bairros para comprar.

Frémont (1980) destaca que a relação do homem com o espaço habitado é um interesse constante nos estudos geográficos. Para esse fim a noção de gênero de vida foi criada vinculada à de *habitat*, que para os geógrafos ia além da simples habitação, mas continha as condições para a existência. O autor assinala que é na casa do campo que todas as casas são baseadas, tornando-se modelos de habitar. E é na contraposição a estas que as críticas ao habitar urbano serão diferidas. Frémont identifica quatro expressões das casas no urbano, que são formas de habitar, portanto, formas de ser-no-mundo: do precário, do enraizamento, do standard e do refugio. A primeira se refere àquelas construções que permitem a sobrevivência, mas não o habitar, por não apresentarem relação duradoura com o espaço. A segunda são as casas de base sólida, onde a experiência vivida pode se desenvolver, o universo da intimidade, da família, a mãe. Esta "dá segurana e a satisfação do enraizamento." (FRÉMONT, 1980, p.130). Para Frémont, apesar dessa casa ser originada do campo, ela se reproduz na cidade, mas a maior parte delas não é submetida ao *standard*, à padronização da forma, uniformizando assim também as possibilidades de habitar, a 'máquina de morar' de Le

Corbusier. Por fim, as casas do refugio são aquelas dos guetos e favelas, dos espaços segregados, degradados que trazem o risco como marca indelével de seu habitar.

Heidegger, criticando a forma moderna de relação com a natureza e sua matematização e análise técnica da *physis*, chama atenção para a forma propriamente poética do habitar. "É aqui explicitamente notado que é o poeta – o amigo da 'casa' que habitamos, o amigo do 'mundo' e portanto o habitante preeminente – que é necessário para recuperar uma tal natureza novamente experienciada." Isso implica um resgate das "[...] coisas mais simples da natureza enquanto se abrem a si mesmas poeticamente, as coisas com as quais podemos estar em casa: 'o nascer e o pôr do sol, da lua, das estrelas, que dizem respeito directamente aos seres humanos enquanto moram, impondo-lhes o mistério do mundo'." (FOLTZ, 2000, p.173).

A casa e o bairro residencial se tornam a unidade material da reprodução das classes sociais, separados do habitar poético, onde o indivíduo procura estabelecer suas relações num contexto que tende à homogeneização, limitando as possibilidades de seu habitar, embora ela não se feche em si mesma.

A casa residencial [...] não se destina apenas a abrigar as pessoas das intempéries, não é somente um espaço privado para o repouso, mas ela é sede de uma família, e deve dar condições internas para que todos os membros da família possam usufruir o conforto mínimo: o marido, a esposa, os filhos e os agregados. Porém, a noção de habitar não se esgota nas condições internas da habitação; ela se estende para além dos limites do lote, para abranger as outras casas residenciais e o conjunto das atividades necessárias para o funcionamento do lar: abastecimento, educação dos filhos, lazer, repouso e facilidade de acesso aos locais de trabalho. (FERRAZ, 1997, p.288)

Há uma relação direta, na cidade, entre o bairro e a casa enquanto conjunto que define o morar. Tanto em termos materiais, simbólicos ou sociais, a posição é central no entendimento do bairro enquanto fenômeno geograficamente significado (DE PAULA, 2007). Ela se refere ao sítio e à situação, noções que, num sentido fenomenológico, ajudam a compreender a circunstancialidade do fenômeno. Maffesoli lembra que Heidegger utiliza o termo *Er-örterung*, que pode ser traduzido por 'situação' ou por 'atribuição a um sítio', reunindo em sua acepção o essencial de uma coisa.

[...] podemos reconhecer no 'sítio' a cristalização do espaço-tempo que me ocupa, ou ainda, a reversibilidade entre um lugar e aqueles que o ocupam. Seja através dos grandes 'altares' emblemáticos, seja dos pequenos 'altares' cotidianos, atravessamos, intencionalmente ou não, uma série de sítios, uma série de situações que desenham uma geografia imaginária, que permitem que eu me acomode (no sentido óptico) ao ambiente físico que me é dado e que, ao mesmo tempo, construo simbolicamente. É esse percurso incessante através de espaços múltiplos que constitui, com certeza, a característica da cidade contemporânea. Nem por isso esse percurso deixa de repousar num ponto de unificação, que ele realiza sempre em relação com outros. É sempre a '*primum relationis*'. O sítio é vivenciado com o outro. (MAFFESOLI, 2004, p.62-63)

A casa enquanto sítio possui uma situação implícita, o bairro. Nele vivenciamos 'junto', com o outro, envolvendo a relação com os lugares cotidianos ou simbólicos culturalmente, constituindo a base de nossa geografia imaginária, nossa própria relação com a cidade, marcado pela familiaridade, que pode engendrar a afeição ou o desprezo. Segundo Tuan (1980), a casa e o bairro são os invólucros onde investimos parte de nossa vida emocional. Atrélado a eles está a consciência do passado. A experiência comum é a base de identidades territoriais fortes, pois o compartilhamento de uma memória valorizada dá coesão e densidade ao espaço. Tuan analisa o caso de Beacon Hill, em Boston, onde sua história e sua imagem de bairro tradicional estavam coladas às famílias que ali habitavam ou mesmo às casas, as quais têm nomes e histórias próprias. Viver em certas casas já traz consigo a densidade histórica do lugar, carregada de valor, assim como viver naquele bairro. O reconhecimento de que se está neste bairro, que tem esta situação no espaço urbano e no imaginário da cidade, já é em si elemento de proteção ou de envolvimento.

A base para essa identidade e a força de coesão de um bairro, portanto, está no sentimento de pertencimento e identidade que geram uma comunidade. Mas bairros de classes sociais diferentes terão nuances sobre os aspectos desta constituição. Bairros como Beacon Hill, de classe alta, têm no seu status e tradição as principais ligas que mantêm o interesse e a coesão do bairro. A sua identidade não é fundada numa solidariedade diária vivida pelas pessoas, mas pela situação compartilhada e pela defesa de sua manutenção. Bairros pobres, onde o espaço privado da casa se estende à rua, tendem a ter seus atributos comunitários mais desenvolvidos, já que o estar-junto no espaço público tem às vezes mais força do que a intimidade dos cômodos interiores. "Para uma pessoa de classe média o lar pode se estender até o gramado ou jardim pelo qual ele paga imposto, além daí, o espaço é impessoal. Assim que põe o pé na rua ela se sente em um lugar público que pouco lhe pertence." (TUAN, 1980, p.248) A rua opera como elemento comum no sentimento de vizinhança, fundada não apenas na proximidade e no compartilhamento físico, mas também no gestual cotidiano dos deslocamentos. Seamon (1980) utiliza a idéia de balé-do-lugar (*place-ballet*) para expressar esse 'dançar' cotidiano que as pessoas de um bairro operam coordenadamente em seus afazeres diários. Estes delimitam territórios e ajudam a identificar a produção coletiva de lugares e da experiência do bairro (DE PAULA, 2007). Mayol (1996, p.39) reconhece essa produção social da cotidianidade nos comportamentos e nos benefícios simbólicos que se espera obter pelo 'se portar' no espaço do bairro. O primeiro se traduz do vestuário aos códigos de cortesia, ritmo do andar e a relação com o espaço público,

enquanto o segundo aparece na maneira como consome o espaço público, expressa também nas experiências da convivência, das redes sociais e da identidade.

A familiaridade, a compreensão do balé-do-lugar, o conhecimento da origem e das pessoas fornece ao bairro, espaço circundante da casa, segurança ontológica territorializada, já que os estabelecidos sabem o ritmo, as densidades e as interrupções do lugar. Mas para haver uma comunidade, é preciso mais do que a mera interação. Fukuyama (2000, p.27) lembra que é necessário valores, normas e experiências comuns para lhe dar existência. "Quanto mais esses valores comuns estiverem arraigados, maior o senso de comunidade." Um bairro coeso se funda em sociabilidades que conformam a identidade urbana (AGIER, 1998), que se firma no momento em face do de fora. Schutz (1979) afirma que a intersubjetividade é fundada no fato de que sabemos como o outro irá agir. Nos vemos no outro, e isso dá segurança pois o outro pensará e agirá de acordo com as mesmas diretrizes. "É por isso que a chegada de um estranho tem o impacto de um terremoto... O estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária." (BAUMAN, 1998, p.19).

Não é de hoje que o grupo, a coletividade fornece proteção. Os agrupamentos primitivos eram a única base de segurança das pessoas, assim como ainda o são muitos dos grupos não secularizados (ELIAS, 1994). Para Tuan (2005), a casa é muitas vezes o único lugar que podemos controlar. Para ele, as pessoas eram mais conscientes do perigo quando viajavam, pois estavam lançadas no mundo, longe da casa e do bairro. Desde que a casa é propriedade privada, é nela que os sistemas de proteção estão prioritariamente colocados. É a propriedade circundante onde os bens mais íntimos, inclusive a família, estão guardados. Ela simboliza, portanto, a proteção máxima. Sua violação é a maior agressão ou prova de vulnerabilidade que podemos experimentar. O bairro é o mundo circundante imediato, aquele que permite a estabilidade da casa e seu posicionamento.

No entanto, no atual estágio líquido, é necessário questionar até que ponto o bairro e a casa constituem-se como fortalezas de proteção e segurança. Bourdin (2001, p.121) questiona a força do bairro hoje, já que este tem sido utilizado como forma de promoção imobiliária e turística, produzidos desconexos de um senso de comunidade. Ele menciona que o vizinho, o comerciante ou o prestador de serviços próximos "[...] parecem parceiros sobre os quais é possível ter um certo controle sem passar por sistemas peritos e sem ter que fazer cálculos de riscos. Eles dão a ilusão de um ambiente imediatamente mobilizável sem passar por intermediários e cálculos complexos." Porém, é dessa proximidade que Bourdin acredita que o perigo pode

sobrevir; não aquele calculável, mas o perigo permanente. O distúrbio de vizinhança, a algazarra da esquina, o incômodo do vizinho, são perigos que afetam o espírito, segundo o autor, e que minam a segurança.

É nesse entendimento que tantos têm negado a cidade, procurando segurança em espaços mais homogêneos, com segurança privada e um novo senso de comunidade: a fabricada. Esta é incluída na promoção do marketing imobiliário junto com a busca de proteção, sendo fundamentais para se avaliar as escolhas do lugar para se viver (BAUMAN, 2003).

A incerteza do futuro, a fragilidade da posição social e a insegurança existencial – essas circunstâncias enraizadas em lugares remotos e, portanto, situadas além do controle individual – tendem a se concentrar nos alvos mais próximos e a se canalizar para as preocupações com a proteção pessoal; os tipos de preocupações que, por sua vez, se transformam em impulsos segregacionistas/exclusivistas, conduzindo inexoravelmente a guerras no espaço urbano. (BAUMAN, 2007, p.83)

O resultado são as chamadas 'comunidades da mesmice' que, no entanto, também trazem a insegurança e o medo. Essas 'comunidades da semelhança' são um sinal "[...] de retração não apenas em relação à alteridade externa, mas também ao compromisso com a interação interna – animada, mas turbulenta, revigorante, mas incômoda." (BAUMAN, 2007, p.93). Há o desenvolvimento de uma *mixfobia*, que afasta cada vez mais as pessoas da cidade, tornando-as cada vez menos aptas a lidar com a diferença e o outro. Em vista disso, ao invés de proteção, o encastelamento tende a tornar-se um risco maior que poderá se manifestar a longo prazo.

Outro fenômeno que desagrega a segurança da casa e do bairro são os movimentos inautênticos que geram o *placelessness*, oriundos da forma de produção urbana e sua utilidade técnica.

Inauthentic attitudes to place may be unselfconscious, stemming from an uncritical acceptance of mass values; or they may be self conscious and based on a formal espousal of objectivist techniques aimed at achieving efficiency. The former are discussed here in the context of 'kitsch', particularly as it is displayed in attitudes towards 'home' and the attitudes of tourists; the latter are considered with reference to technique in planning. (RELPH, 1976, p.82 – grifo do autor)

Essa oposição entre o *kitsch* e a casa, juntamente com a homogeneização da cultura de massa e do processo de planejamento padronizador, estão na base do processo de *placeless*, que traria como resultado a não identificação das pessoas com o lugar, gerando o descompromisso e colocando em risco a identidade. Contudo, é necessário olhar para esse processo a partir dos pontos de vista dos estabelecidos, ou de dentro, e dos de fora. A primeira é a do residente, daquele que experiencia e está integrado ao sistema do lugar. A segunda se refere ao observador,

àquele que não tem a vivência do lugar, que pode também ser um morador recente que permanece ligado ao sistema metropolitano. Para articular essas duas posições, Buttimer (1980) desenvolve dois conceitos: lar (*home*) e horizontes de alcance (*horizons of reach*). Ela sugere que pensemos as formas de vida a partir de dois movimentos recíprocos, que necessitam um do outro. "The lived reciprocity of rest and movement, territory and region, security and adventure, housekeeping and husbandry, community building and social organization – these experiences may be universal among the inhabitants of Planet Earth." (BUTTIMER, 1980, p.170).

Esses horizontes de alcance permitem, assim, pensar a experiência dos lugares vinculada às diferentes ordens de grandeza em que a pessoa está envolvida, onde ela vive e conhece. Esse horizonte, como a idéia das conchas do homem de Moles e Rohmer (1978), vai desde o mais imediato a partir da casa, passando pela comunidade, bairro, cidade, região, país, cultura, etnia até o globo como um todo. Nem todos vivem os mesmos horizontes de alcance. Alguns têm perspectivas mais limitadas, outros mais abrangentes. Levar em conta esta abrangência e este alcance é fundamental para compreender a experiência e o compromisso das pessoas com os lugares. Ela chama atenção que o de fora pode considerar inautêntico lugares com os quais os já estabelecidos mantêm relações orgânicas, dotando-os de densidade e, até mesmo, de afetividade. No entanto, Buttimer concorda que a cidade contemporânea "[...] reduziu as perspectivas de lar e alcance dos habitantes que se adaptaram [ao *placeless*]." O resultado é a negação da nossa responsabilidade com nosso lugar, o que nos leva a adotar "[...] uma atitude de sobrevivência individual pensando somente em nosso horizonte de alcance social." (FERREIRA, 2002, p.59).

No *placelessness* não há identidade ou identificação das pessoas e da comunidade com o lugar. A identidade assume assim um alcance geográfico especial, servindo de medida conceitual do sentido de lugar, conforme mostra Mathias Le Bossé. "Porque participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais." (LE BOSSÉ, 2004, p.166). Essa vinculação se dá no plano fenomenológico e ontológico, a partir da experiência, vivida através da historicidade e da geograficidade. O lugar torna-se, para o autor, foco de identidade.

Essas reflexões nos conduzem, portanto, a possíveis mudanças para além do campo subjetivo, conforme David Seamon registra sobre o estudo de Buttimer:

If this dramatic change in life-style should occur, geographic research founded in openness, lifeworlds and understanding might not only provide a planning and

policy function, but also work to renew people's awareness of their inescapable links with geographical environment, space and place. (SEAMON, 1980, p.195)

Nesse aspecto, a reflexão sobre lugar nos leva diretamente a pensar o envolvimento das pessoas com o seu ambiente e com a esfera social mais imediata, a comunidade, principalmente nas grandes cidades. Ter uma relação afetiva e de cumplicidade com determinada porção do espaço, tornando-a seu lugar para além da própria casa, indica um comprometimento e uma ação, que estarão ancoradas na identidade e na participação social. Participação e comprometimento são antíteses do *placelessness*, conforme mostra Lemon (1978, p.321 – grifo do autor): “Placelessness, a sense of separateness from the landscape, implies a separation from community. One could go further to say that the current concern over landscape esthetics itself represents a separation from community, a romantic reaction to big-city life.”

Ao mesmo tempo, o lugar precisa de uma comunidade para se firmar, para se estabelecer e tornar-se foco de ação e participação. Sem esse envolvimento (que tem sua raiz na afetividade e na topofilia), não há nem mesmo comunidade. “Place cannot be conceived without community. But turning it around, many who talk of community without an awareness of place and the landscape of place are equally vulnerable because community can exist only when grounded in place.” (LEMON, 1978, p.321) O *placelessness* tem, portanto, grandes conseqüências: afeta a organicidade, a identidade e o bem-estar da população, permite a produção da cidade à revelia do grande capital e as dota de lugares inautênticos, direcionando para a casa, espaço privado, o centro da segurança e da proteção contemporânea.

A própria estranheza se refere ao *Da-sein*, pois este se apresenta como ser único que se opõe ao impessoal onde costuma estar mergulhado, afirma Pádua (2005, p.94 – grifos da autora). Segundo ela, “Na estranheza não se está mais ao abrigo do lugar conhecido de sempre, mas em parte alguma”, que pode ser entendido como o ponto onde uma cisão acontece. Ocorre um ‘separar-se’ do mundo familiar (mundo circundante), causando estranhamento.

[...] o *Dasein* vê-se em sua singularidade e já lançado, sem a proteção do impessoal, na responsabilidade de ser o que é. Vê-se lançado no aberto de suas possibilidades, onde cada ‘poder-ser’ efetivo caracteriza-se sempre por sua indeterminação. Esta fissura não refletiria, em si, uma possível ausência de mundo ou a existência de dois mundos distintos, mas, antes, a própria abertura constitutiva do *Dasein*. Em sua fuga, diz Heidegger, ele não foge de um ente intramundano, mas *para* este ente, que reteria em si a familiaridade então posta em risco. O *Dasein* foge da confrontação com a sensação ainda mais arraigada e essencial de “não estar em casa” que desde sempre o acompanha, e é este fato mesmo que a interpretação cotidiana da estranheza busca encobrir. (PÁDUA, 2005, p.94-95 – grifos da autora)

Para Heidegger, esse “não estar em casa” é fenômeno fundante essencial do ser, o que, na opinião de Pádua (2005), aponta para seu caráter espacial pois, mesmo considerando que esta é uma disposição, “não estar em casa” remete à necessidade de habitar em algum lugar. Habitar recebe densidade, reunindo os conceitos de espaço, tempo, lugar e o todo das relações neles estabelecidas a partir da proximidade. A autora relaciona o habitar aos afazeres cotidianos, à familiaridade das ocupações mundanas, situando o homem, em seu sentido próprio de *sítus*, em seu lugar factual, que é social e cultural.

A questão que se coloca, portanto, é a da identificação e da pertença. Mesmo que se busque o “entre-nós” no local, na comunidade, não construímos nossa identidade apenas na experiência imediata. As camadas de mediação de cultura e de todas as escalas coletivas em que estamos inseridos são cruciais no desenho do que François Ascher chama de multipertença.

A multipertença simultânea de cada indivíduo a diversos grupos com diferentes referências, mutável, além do mais, em função dos ciclos de vida, dá assim uma aparência caótica ao espaço dos modos de vida! Cada personalidade joga em registros cada vez mais variados com referências ora à família, ora ao grupo socioprofissional, à categoria etária, à origem geográfica, religiosa, ou a qualquer outra afinidade pessoal. (ASCHER, 1998, p.79)

Essa complexidade de processos de construção do eu e a cada vez mais complexa relação indivíduo-coletividade, em suas diversas escalas, dificulta este tipo de relação identitária. O “eu” tornou-se mais fragmentado em nossa sociedade, com sua multiplicidade de referências, tornando-se fundamental pensar não apenas as diferenças escalares de ocorrência e análise dos fenômenos, como também promover uma postura transescalar de análise, conforme procuramos trabalhar nesta pesquisa.

Ascher (1998) relaciona a multipertença com o enfraquecimento das relações de vizinhança características da proximidade, do bairro, e a perda das referências tradicionais, como o local de trabalho. No entanto, ele afirma que o bairro também não é esse ponto de referência. Com a centralização de equipamentos de grande porte de serviços e lazer nos espaços metropolitanos (hipermercados, shoppings, parques temáticos etc.) e a tendência cada vez maior dos bairros serem unicamente locais residenciais, as pessoas passam a utilizar os serviços longe de casa, perdendo assim o convívio de vizinhança e, conseqüentemente, o senso de bairro e de comunidade. Não é à toa que muitos incorporadores incluem nas propagandas de condomínios a convivialidade e o “modo de vida comunitário” como características destes empreendimentos. Mesmo as crianças têm uma mobilidade muito elevada, em geral com

os pais ou com transportes fretados, desenvolvendo desde cedo relações mais elásticas entre os pontos de referência no espaço.

A tendência no fragmentado tecido metropolitano é concentrar-se no seu próprio espaço de vida, limitando a experiência a um conjunto mais ou menos definido de lugares e trajetos. Jacques Lévy menciona o Atomium de Bruxelas como ícone representativo dessa forma de organizar o espaço individual da vida cotidiana “correspondendo freqüentemente a zonas urbanas densas, as esferas são territórios multidimensionais fortes (residência, trabalho, diversos lugares de percurso de formação, de consumo e de cultura); a barras são os lugares-movimento [...]” (LÉVY J., 2001, p.07 – grifos do autor) (Figura 6.1). Os lugares não são mais envolvidos por uma área experienciada em sua inteireza, tal como o bairro e a cidade. A experiência se dá por meio de conexões, em forma de rede: pontos e linhas. O nó central é a casa, e a partir dela estabelecemos relações com lugares de outras densidades, como os relacionados ao trabalho, das trocas (encontros) e os ‘inúteis’, que não contêm utilidade racionalizada, como lazer, locais sagrados, simbólicos (FRÉMONT, 1980).

Figura 6.1 – O Atomium de Bruxelas



Fonte: <http://www.earthinpictures.com/>.

As territorialidades que construímos, nesse sentido, também são rizomáticas, na forma de redes, conforme aponta Haesbaert (2004, p.252): “Nossos territórios são construídos mais no movimento e na descontinuidade do que na fixação e

na continuidade.” Os lugares, muito densos, como os nós do Atomium, são lugares hierarquizados, mais ou menos fortes, conforme nossa relação e envolvimento com ele. Os itinerários, como na territorialidade dos povos insulares estudados por Bonnameison (2002), constitui também parte do território, pois é um espaço de normalidade controlada, onde a continuidade e a cotidianidade fornecem elementos de segurança e apropriação. Um território-rede é uma adaptação às características de nosso tempo, já que o deslocamento se tornou uma parte mais significativa de nosso dia-a-dia. Nossas territorialidades podem exceder o lugar e a comunidade, envolvendo trajetos que fazemos com freqüência ou pontos distantes do nosso casulo protetor.

Podemos carregar nossa casa, levando elementos de nosso mundo circundante nos deslocamentos. Para as pessoas do lugar isso se dá sobretudo em deslocamentos curtos, onde a influência dos sistemas locais pode ser mais significativa. Mas na fluidez dos grandes trajetos entre caminhos e lugares do sistema metropolitano, talvez os desenraizados sintam-se mais seguros, pois se protegem na impessoalidade e no conhecimento do funcionamento dos mecanismos. O não-lugar, tão enfatizado por alguns discursos sobre a modernidade, estaria mais para uma análise dos grupos que utilizam ou freqüentam tais lugares e suas diferentes capacidades de apropriação e mediação com os códigos de tais lugares. A principal questão talvez seja, conforme colocou Relph (1976), a ambivalência entre autenticidade e inautenticidade na produção dos lugares. Mas a preocupação deve ser na relação, recepção e apropriação de tais lugares, e não na sua cristalização como entes abstratos e desagregadores.

Flexibiliza-se portanto a ambivalência lugar-espaço como fontes respectivas da proteção e do perigo. Embora a casa permaneça como centro de fixação, de significação e de localização, no sentido fenomenológico, ela sozinha não protege o ser em todo seu deslocamento pelo espaço metropolitano. Os espaços da mobilidade, portanto, tem que sofrer processos de territorialização para que sejam apropriados, material ou simbolicamente, para promoverem a proteção. No entanto, esse movimento é ambivalente e por isso precisa ser pensado no conjunto do habitar.

## **6.2 Formas de Habitar Ideal e Espaços de Vida**

Para podermos apreender a complexidade das possibilidades dos espaços de vida e das formas de habitar a região, tivemos que desenvolver mecanismos que nos permitissem balizar a leitura das experiências singulares. O quadro mais geral da pendularidade e da composição demográfica e migratória das cidades já forneceram

os primeiros elementos nesse sentido. A partir de tais conhecimentos da espacialidade, somado ao trabalho de campo experiencial da região, compomos tipos ideais de formas de habitar a região, nos quais estão ligados cidade de moradia e o tempo de chegada à região (migrantes e não-migrantes). Consideramos também os espaços de vida por ciclo vital, procurando acompanhar a sua evolução, complexificação e retração, conforme o modelo de Courgeau (1988). Essas refletem as características próprias dos espaços vividos nas diferentes faixas etárias, correspondendo a formas específicas de relação com o mundo e de apropriação do espaço (FRÉMONT, 1980).

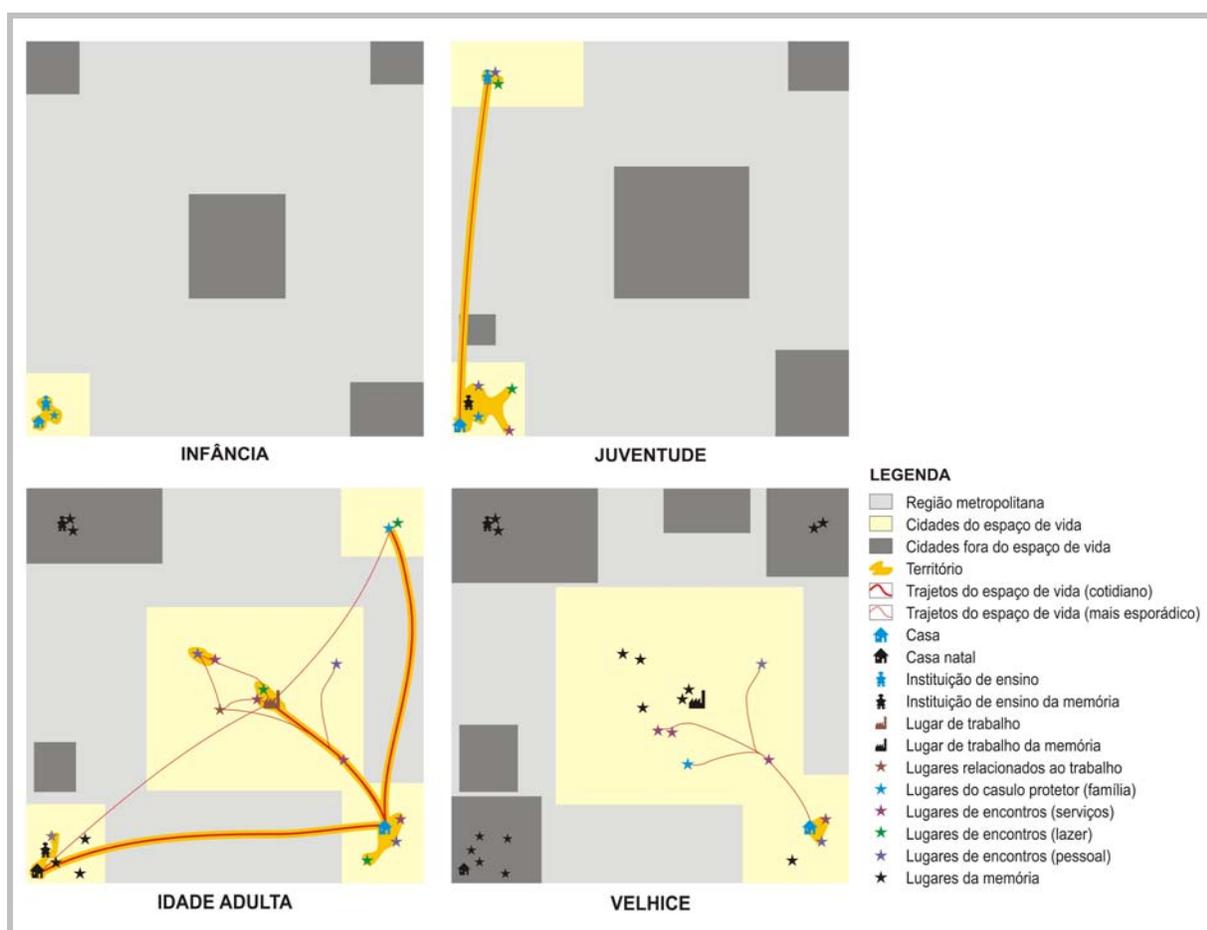
Em termos do tempo da experiência e envolvimento com o lugar, podemos pensar a população metropolitana dividida em dois grupos: os estabelecidos, nascidos ou há muito habitantes do lugar, e os migrantes, aqueles chegados e ainda não plenamente integrados, que permanecem de fora mesmo morando no lugar. Destes grupos de famílias, podemos identificar diferentes elementos que interferiram em suas escolhas de modo de vida, influenciando sua decisão consciente na escolha de determinados riscos e a recusa de outros. As diferentes situações vividas por tais grupos desenham quadros de vulnerabilidade distintos, que revelam os recursos e estratégias que estes empregam para gerir os riscos.

As referências espaciais e culturais são fundamentais para manter a coesão familiar, a segurança existencial e os laços identitários. O saber ambiental e cultural ajuda na diferenciação dos estilos de vida e no delineamento da vulnerabilidade entre migrantes e os estabelecidos. Às vezes, nem muitos anos de vida no mesmo lugar são suficientes para fazer a transição completa de 'de fora' para 'de dentro', em especial num contexto metropolitano onde a coexistência do sistema do lugar e do global é tão ambivalente. O local pode parecer desaparecer no espaço fluido metropolitano, mas ele se reforça constantemente com a busca dos valores locais e comunitários, em especial na ânsia por segurança no mundo moderno (BAUMAN,2003).

Delineando esses tipos ideais, poderemos pensar melhor as biografias em sentido essencial como reveladoras do habitar em risco contemporâneo. O primeiro tipo ideal de espaço de vida metropolitano foi elaborado no contexto do trabalho *Life spaces, mobility and the metropolis: dialogue with Geography* (MELLO e MARANDOLA JR., 2005). Contudo, aquele tipo se aplicava melhor a uma metrópole industrial, como São Paulo, onde a centralidade da cidade sede é preponderante, sendo comum (principalmente nos anos de consolidação da região metropolitana) a migração de pessoas das cidades vizinhas para o pólo da região.

O caso de Campinas é diferente, pois há uma fragmentação maior do tecido metropolitano. Além de ter menor participação relativa em termos de população, economia e indústria, o município de Campinas recebe um contingente muito baixo de migrantes das demais cidades da região, possuindo nessa relação um elevado saldo migratório negativo. Os dados referentes à pendularidade também mostram, como vimos, um peso relativo de Campinas menor do que podemos ver em outras metrópoles, como São Paulo (CUNHA, 1994). Na Figura 6.2, observamos uma nova versão desse tipo ideal, que retrata o espaço de vida da metrópole industrial. A faixa etária foi mantida, partindo-se das definições de Courgeau (1988), que utiliza estes quatro estágios (infância, juventude, idade adulta e velhice) em suas análises dos espaços de vida.

Figura 6.2 – Espaço de vida da metrópole industrial



A infância representa o momento do início da construção do espaço de vida, ainda bastante limitado espacialmente. O espaço de vida está basicamente ligado

aos laços familiares, compostos pela casa, escola, casa de amigos e familiares e, em alguns casos, alguns lugares de lazer. Espaço de vida, comunidade e território possuem as mesmas dimensões. No tipo ideal, podemos observar que vivendo numa cidade da região metropolitana, a criança tem seu espaço de vida e território limitados à comunidade ou ao mundo circundante. Na verdade, nesta faixa etária, não há diferença significativa entre eles. Os lugares aonde vai sozinho são poucos e limitados à sua capacidade motora, enquanto lugares fora da comunidade pressupõem o acompanhamento dos pais. Mesmo que haja alguma visita a lugares mais distantes, estes, em geral, não fazem parte do espaço de vida da criança.

Na juventude, observamos a expansão do espaço de vida, ocorrendo tanto difusão quanto deslizamento, em geral impulsionados por maior independência dos pais e constituição de novos amigos e lugares a estes associados, como sua casa, lugares de lazer que praticam em comum, escola (ensino médio ou ensino técnico fora do bairro) e faculdade. As relações familiares e os lugares da infância, no entanto, permanecem em geral intactos, talvez com a exclusão da casa de algum amigo de infância ou lugar que freqüentava com os pais. Nesta idade, o espaço de vida se desprende da comunidade e do território, expondo em primeira mão o jovem ao perigo.

O jovem pode ir estudar em uma outra cidade, lá estabelecendo relações que ampliam o seu mundo circundante. No entanto, essas tendem a se limitar aos trajetos e a alguns poucos lugares envolvidos em suas atividades escolares (um bar, uma lanchonete, uma casa de jogos etc.). O trajeto até a outra cidade dificilmente se tornaria um território, pois o efeito túnel e o trajeto feito como fluxo não favorecem as condições para a pausa necessária. Os longos trajetos metropolitanos, em geral, permanecem indiferenciados, portadores de perigos potenciais.

Na idade adulta, Courgeau (1988, p.18) aponta que “[...] l’espace de vie gagne de nouvelles positions, en perd d’anciennes, tout en gardant certaines. On peut alors parler de glissement dans l’espace.” O nível de complexidade do espaço de vida chega a seu ápice, com relações diversas entre os municípios, envolvendo a nova residência após o casamento, os lugares dos filhos, a casa de familiares do cônjuge, lugares relacionados ao trabalho, novos lugares relacionados ao lazer e aos serviços demandados pela família e assim por diante. Nessa faixa etária pode ocorrer a transplantação, principalmente no tipo ideal apresentado onde o casamento significou a mudança de cidade e a renovação de todo o espaço de vida. O habitar é caracterizado pelas constantes viagens, pela centralidade do local de trabalho e de residência enquanto referência identitária, ao passo que a casa dos pais e dos sogros integram também o

casulo protetor. Se por um lado aumenta a proteção pela constituição de numerosos lugares, por outro a insegurança pode se manifestar a partir de quadros específicos, como a ansiedade em relação à educação dos filhos, a busca de segurança no local de moradia, longos trajetos para ter acesso a serviços e ao mercado de trabalho ou mesmo para obter lazer e cultivar os laços comunitários elementares.

Na velhice, vemos o espaço de vida involuir, quase voltando a ter as dimensões da infância. Muitos lugares ficam no passado, estando presentes apenas na memória da pessoa, fazendo parte de sua experiência, mas não mais de seu espaço de vida. A comunidade retrai-se fortemente, voltando a compreender apenas poucos lugares na vizinhança e alguns parentes, contraindo o espaço de vida. Novos lugares podem ser adicionados, principalmente ligados a atividades e serviços antes não necessários. Segundo Courgeau (1988, p.18), “[...] L’espace de vie peut connaître une contraction ou un repli dans l’espace, en perdant des implantations antérieures. C’est souvent ce qui se produit lorsqu’un individu prend sa retraite et s’éloigne de son milieu de travail antérieur, tout en gardant ses autres positions.”

Além da vulnerabilidade óbvia que se desenvolve nesta faixa etária (relacionada à saúde), é significativa a dificuldade de locomoção e de acessibilidade aos lugares. Essa dificuldade às vezes pode contribuir para a fragilização de vínculos solidários, dispersos no espaço metropolitano. Por outro lado, a fixidez favorece o fortalecimento de relações mais próximas, principalmente relacionadas à vizinhança e a círculos elementares locais.

Embora muitos elementos discutidos a partir deste espaço de vida possam ser válidos para o habitar na RMC, o que não corresponde à dinâmica regional de forma mais significativa é a migração entre as cidades ao longo da história de vida. De fato, na RMC, com a importância relativa que todas as cidades da região possuem e a acessibilidade entre elas, este fenômeno é a exceção. As pessoas nascidas e criadas em uma cidade, mesmo que não trabalhem nem estudem nela, raramente se mudam para a sede metropolitana. O que observamos é o uso da mobilidade pendular para estabelecer esses nexos, muito mais do que a mudança de residência. Esta é mais comum entre os migrantes que chegam à região, em grande parte em Campinas, e nos anos seguintes mudam-se em definitivo para outra cidade (BAENINGER, 2002).

Os estabelecidos são aqueles que já estavam aqui antes da própria metrópole e da constituição dos processos macro-regionais e nacionais que contribuíram para a conformação desta metrópole interiorana. Eles representam o habitar primeiro –

que é próprio do lugar –, as tradições, cultura e memória: a própria identidade do lugar. Os estabelecidos são aqueles que demoram-se, resguardando e crescendo.

É certo que na RMC há muitas famílias que vivem assim. Os estabelecidos, no entanto, não constituem uma única forma de habitar. Há aqueles que mantêm um estilo de vida relacionado às tradições. Outros nem tão antigos, mas que já estabeleceram seus lugares e territórios, muito bem definidos, partindo de comunidades bem alicerçadas em bairros tradicionais (como o Cambuí, o Taquaral, Nova Campinas etc.). Muitas dessas comunidades têm tentado se reorganizar nos condomínios fechados, a maioria sem grande sucesso. O novo lugar, além de não reunir o mesmo mundo circundante e comunidade (o elemento unificador é apenas a renda, que varia muito historicamente), apresenta riscos imprevistos para aqueles que buscam o novo habitar, encontrando dificuldades de socialização dos filhos, riscos provenientes da elevada mobilidade (os condomínios estão próximos aos grandes corredores viários, mas distantes de todos os demais equipamentos urbanos), e expostos à angústia do isolamento, da padronização e, em alguns casos, das próprias decisões quanto à moradia (em geral, a ida para os condomínios gera ansiedade por parecer a única saída em busca de segurança física e material, embora não garanta a segurança existencial).

Nas demais cidades da região muitos dos estabelecidos ainda estão nos mesmos lugares que estavam há décadas. Mantêm os mesmos laços comunitários e de confiança básica, transmitindo boa parte desses aos descendentes. Em todas as cidades encontramos de forma bastante significativa essas relações nos próprios centros das cidades e nos bairros consolidados. Da mesma maneira que encontramos em quase todas elas as novas formas de habitar conduzidas pelas vias de grande fluxo e os muros que tentam reunir isolando. A comunidade subsiste no habitar dos estabelecidos, que mesmo que tenham sido relativamente dispersados (a pulverização proveniente da especulação imobiliária nos centros urbanos é evidente), se utilizam de novas estratégias para manter suas relações. Mesmo que a rotina tenha se alterado (a frequência não seja mais a mesma), os estabelecidos em geral utilizam o tempo lento, mantendo sua antiga ligação mesmo em encontros mais esporádicos, a partir da memória e da continuidade da narrativa do eu e da auto-identidade. Esta é cada vez mais dificultada pelas mudanças constantes, o movimento da paisagem e a 'dança' dos lugares.

Nem todos os estabelecidos estão no tempo lento. Muitos estão no ritmo metropolitano do ir-e-vir constante e dos espaços de vida esgarçados. Nesse caso, há pelo menos uma diferenciação bastante significativa: aqueles que moram em Campinas (circulando muito mais no intra-urbano) e aqueles que moram em outras cidades, que

têm uma frequência regional mais acentuada. E o mover-se desses não se dá apenas em direção a Campinas. A relação entre as demais cidades é muito mais significativa do que parece: há uma coesão do habitar neste nível que supera as expectativas mais conservadoras. Os estabelecidos, ao demorarem-se na RMC, utilizam-se de forma conjunta (às vezes menos ou mais) dos sistemas abstratos e da tradição para tomada de decisões. Com laços identitários e culturais significativos, além de um forte casulo protetor, sentem-se seguros para utilizar os seus próprios conhecimentos culturais para lidar com escolhas. Por outro lado, quando têm de tomar decisões que não estão nos parâmetros dos conhecimentos tradicionais ou têm de manter relações puras, encontram dificuldades, sentindo ansiedade maior do que aqueles que não têm mais o parâmetro tradicional como contrapeso dos sistemas abstratos.

Com amplos territórios, os estabelecidos gozam de grande segurança para mover-se pela região, tendo lugares espalhados pelo espaço metropolitano. No entanto, têm dificuldades em lidar com os estilos de vida, pois, embora se encontrem fixos em seus lugares na metrópole, têm de constantemente proteger o lugar e sua posição. As forças de modernização e de homogeneização das subjetividades pretendem minar as paredes dos mundos circundantes edificados pelos estabelecidos. Essa situação gera dúvida do tempo que conseguirão resistir.

Os estabelecidos, portanto, possuem um habitar plenamente edificado, embora sofram ameaças pelo sistema metropolitano (que introduz alterações mais rápidas do que o seu modo de vida é capaz de absorver). Possuem mecanismos de segurança existencial bem postados, com condições de lidar com os riscos e perigos da sociedade e de suas próprias trajetórias, além de um nível moderado de vulnerabilidade, que tem sido administrada ao longo do tempo.

Em oposição ao habitar demorado dos estabelecidos, há o habitar desenraizado dos migrantes. Eles são mais afeitos às mudanças, ou por vontade própria ou por motivos maiores que os obrigam a migrar, deixando seu casulo protetor e sua terra natal. Numa região metropolitana os migrantes são a maioria. Há alguns lugares que parecem reunir tais pessoas. Em processo de reterritorialização, sem território ou lugar, não contam com os laços familiares elementares no local, tendo que estabelecer sua comunidade dispersa no espaço, a partir de relações puras. A insegurança proveniente dessa situação reflete-se no medo e nas dificuldades cotidianas.

Encontramos migrantes por todo lado, desde aqueles que conseguem reproduzir alguns laços comunitários rapidamente nos bairros da zona de expansão

urbana periférica (onde se reúnem pessoas na mesma condição, que acabam por tornar este o elo que os une) ou aqueles que, em torno do Pólo de Tecnologia de Campinas, vêm trabalhar ou estudar em uma das muitas empresas ou instituições de pesquisa e ensino da região (MELLO, 2007). Estes estão mais espalhados na metrópole (com exceção de uma concentração no distrito de Barão Geraldo), contudo, o seu habitar é construído a partir de relações profissionais que estabelecem mais laços comunitários no trabalho/local de estudo do que no bairro. O construir dessas comunidades de migrantes é sempre tênue, pois a mobilidade e a efemeridade dificultam a consolidação de tais laços. Além disso, a distância em relação ao casulo protetor obriga muitos dos migrantes a constantes viagens, o que também dificulta o demorar-se e a resguarda.

Embora com espaços de vida bastante esgarçados e um construir de mobilidade constante, os migrantes têm territórios delimitados e não se aventuram freqüentemente a ir onde não há metrópole. Em geral vivem nos caminhos, equipamentos e lugares metropolitanos, diretamente ligados aos sistemas abstratos e aos fluxos do tempo rápido. Não que nunca encontrem ou socializem com os estabelecidos. Mas esses encontros são mais ou menos controlados, poucos, limitados. Os estabelecidos sempre vêem os migrantes como moradores passageiros que não “demoram-se”, enquanto os migrantes têm dificuldade de compreender a resistência daqueles aos avanços e às mudanças.

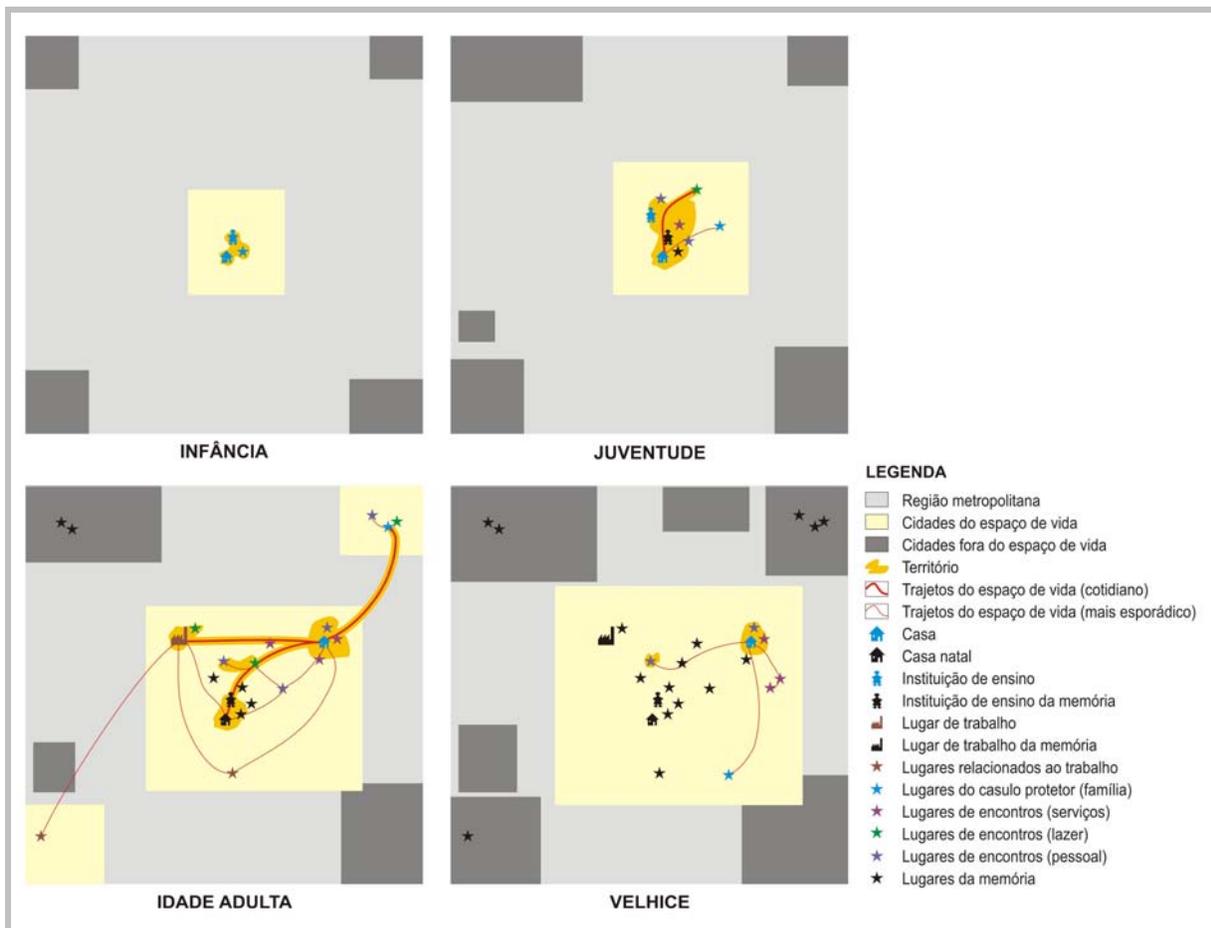
Os migrantes, ao contrário dos estabelecidos, têm apenas os sistemas abstratos para decidir seu estilo de vida e tomar suas decisões, por isso não sofrem de tamanha ansiedade ao lidar com eles. Contudo, são muito vulneráveis com respeito a decisões locacionais, pois seu habitar é ainda um vir-a-ser, não construído plenamente. O habitar dos migrantes, portanto, é um constante conhecer a metrópole, embora não tenham o mesmo interesse dos estabelecidos nesse conhecimento. Seu habitar tende a ser mais funcional e por isso os estabelecidos questionam o poético (autenticidade) de seu habitar. Mas como afirma Heidegger (2001e, p.179), “um habitar só pode ser sem poesia porque, em sua essência, o habitar é poético.” Assim, o habitar e o construir dos migrantes não podem ser questionados. É tanto quanto dos estabelecidos um devir e um ser e estar, embora bastante distintos em relação aos elementos que expressam a natureza desse habitar e ao tempo na experiência ambiental.

A hipermobilidade, embora fonte de riscos para os migrantes, é encarada por estes com menos incerteza do que pelos estabelecidos. A ausência da comunidade na casa faz com que as viagens constantes e cada vez mais longas (e perigosas pelo trânsito) sejam filtradas como riscos toleráveis, já que é preferível viajar a morar no centro de Campinas, ou então numa casa fora de um condomínio, ou numa

outra cidade (periférica). A escolha pelo estilo de vida "on the road" é justificada pelos migrantes pela segurança física e material e pela acessibilidade a bens e serviços metropolitanos. Diferente dos estabelecidos, que valorizam a proximidade existencial e a manutenção de hábitos, os migrantes assumem riscos diferentes, filtrando-os também de maneira diferencial em seu habitar. A vulnerabilidade, por outro lado, além de uma nítida relação com a quantidade de informações que as pessoas possuem, também tem relação estreita com o tipo de conduta espacial, o próprio habitar.

A Figura 6.3 representa o habitar demorado dos estabelecidos da metrópole, ou seja, de Campinas. Na infância, pouca diferença haverá em qualquer um dos casos. Talvez os estabelecidos da metrópole tenham hoje uma mobilidade mais acentuada do que em outros tempos, já desde cedo utilizando transporte escolar para ir estudar a longas distâncias. Nestes casos, no entanto, o seu espaço de vida pode ser maior, mas não a sua hierarquia de lugares nem seu mundo circundante.

Figura 6.3 – Habitar Demorado: Estabelecidos da Metrópole



Na adolescência já podemos encontrar situações um pouco diferentes, com estabelecimento de alguns lugares de lazer ou de visitas a amigos e parentes em outras cidades da região. Os lugares na metrópole podem ser mais numerosos devido às oportunidades de vida que ela oferece. Como sua mobilidade não enfrenta longos trajetos em caminhos rodoviários em direção a outras cidades, a densidade da vivência da metrópole pode alcançar níveis bastante razoáveis, ampliando grandemente o território dentro do espaço da própria cidade. Por outro lado, todos os riscos e tensões ambientais concentradas na área de maior densidade atingirão a pessoa desde a juventude; as relações elementares fortes, no entanto, agirão no sentido de manter a vulnerabilidade em grau aceitável.

Na idade adulta, os estabelecidos da metrópole também têm o ápice de seu espaço de vida, com o estabelecimento de novas relações elementares (família do cônjuge) e a mudança de comunidade (casar em geral resulta em mudar seu espaço de vida). As relações de proteção estabelecidas na infância e juventude são acrescentadas àquelas que o adulto irá desenvolver no novo local de moradia, fornecendo aos filhos o casulo protetor e o mundo circundante necessário, tal qual ele teve em sua própria infância, na casa dos pais. As relações com outros municípios permanecem apenas funcionais e esporádicas, como visitas a trabalho ou a algum ponto de turismo ou lazer. O espaço de vida, embora amplo e diversificado, está fortemente concentrado em Campinas, na própria metrópole.

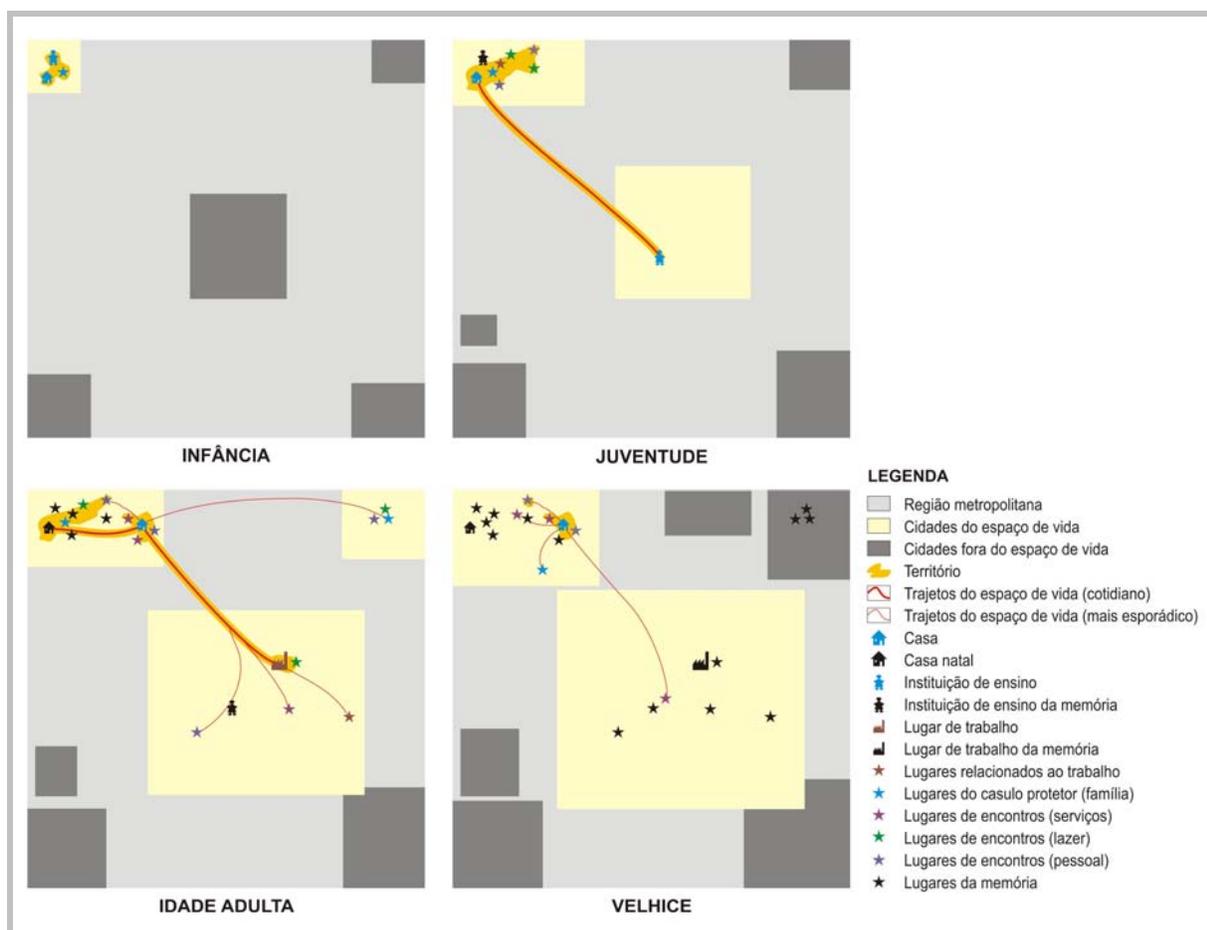
Por fim, a velhice traz a redução do espaço de vida à comunidade e aos laços elementares em torno dos lugares primários. Morando na metrópole, ainda se pode gozar de certas acessibilidades a serviços e comércio, talvez até mantendo certos níveis de mobilidade. No entanto, a maior parte dos lugares que configuraram o espaço de vida ao longo da história de vida da pessoa, agora faz parte apenas de sua memória.

Ao contrário do que se supõe com freqüência, a dinâmica dos estabelecidos da região metropolitana não difere tanto daqueles da metrópole. Diferente do tipo ideal para a metrópole industrial (Figura 6.2), onde prevalecia a dependência em relação à cidade sede, o que se observa na RMC é uma forte vinculação com a própria cidade natal. Quando é necessário, busca-se trabalho ou estudo em outras cidades, como a Figura 6.3 mostra, na Juventude e na Idade Adulta, com o estabelecimento de lugares na metrópole. Contudo, nota-se em ambos os casos que a concentração do espaço de vida está na cidade natal. A gravitação em torno de Campinas ocorre de forma bastante fragmentada e seletiva, não prevalecendo o tipo ideal da metrópole industrial que obrigava a população a recorrer à cidade sede em busca de bens, serviços e lazer. É

evidente que a hierarquização da rede urbana organiza as cidades e muitas coisas só serão encontradas em Campinas. Contudo, é menor o grau de dependência orgânica (ou seja, para as tarefas do dia-a-dia) do que se costuma atribuir.

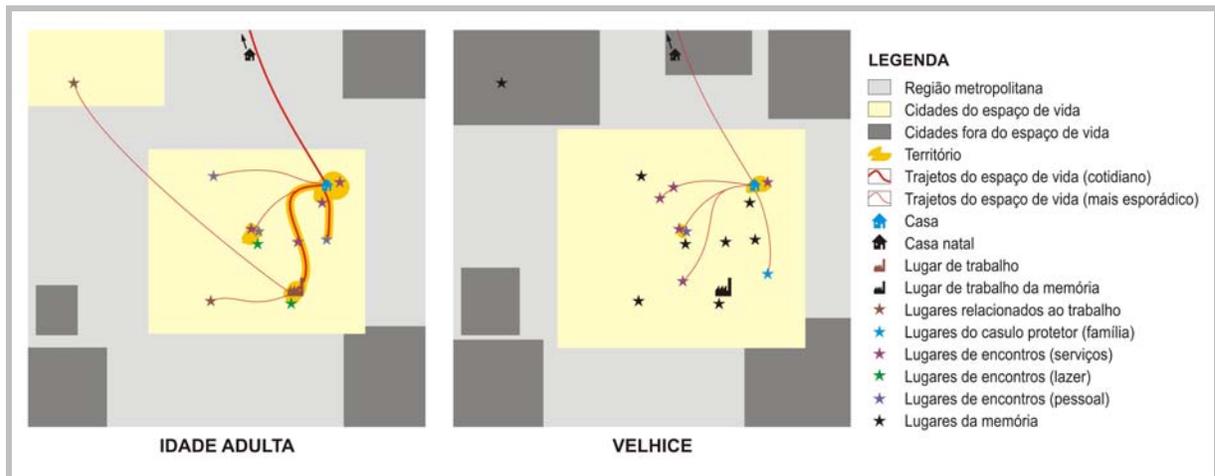
Algumas formas de habitar demorado na região metropolitana têm mais relações entre as cidades da região do que expresso na Figura 6.4. Os próprios dados de pendularidade e da pesquisa Origem-Destino apontam para essas relações significativas entre as cidades da região (JAKOB e SOBREIRA, 2005). Os estabelecidos possuem seus lugares e referências culturais e históricas bem estabelecidas, até mesmo em cidades pequenas como Jaguariúna, Holambra e Pedreira. Cidades maiores como Valinhos, Sumaré e Indaiatuba, apesar de apresentarem significativa pendularidade (em especial Sumaré), possuem serviços e mercado de trabalho amplo que absorvem boa parte de sua mão de obra. Em vista disso, esses estabelecidos demoram-se em sua própria cidade, mantendo relações específicas e funcionais com o município sede.

Figura 6.4 – Habitar Demorado: Estabelecidos da Região Metropolitana



Quanto aos migrantes, de habitar desenraizado na metrópole (Figura 6.5), moram a pouco tempo na região, mudando-se em geral em busca ou por conta de trabalho. Portanto, seu espaço de vida na RMC se estabelece a partir da Idade Adulta, faltando-lhes os vínculos elementares do mundo circundante e a memória para protegê-los. Em vista disso, realizam constantes viagens para fora da região, em direção à terra natal, onde familiares e antigos amigos estão. Lá revisitam lugares e pessoas, gozando de proteção e aconchego.

Figura 6.5 – Habitar Desenraizado: Migrantes da Metrópole



Como não possuem lugares do passado em sua memória, têm de estabelecer relações puras de confiança e cumplicidade a partir da própria relação. Não há parâmetros para confiar ou não em alguém, pois não há envolvimento elementares. Essas relações são, evidentemente, mais arriscadas, expondo os migrantes, em especial na metrópole contemporânea, a perigos variados, aumentando sua vulnerabilidade.

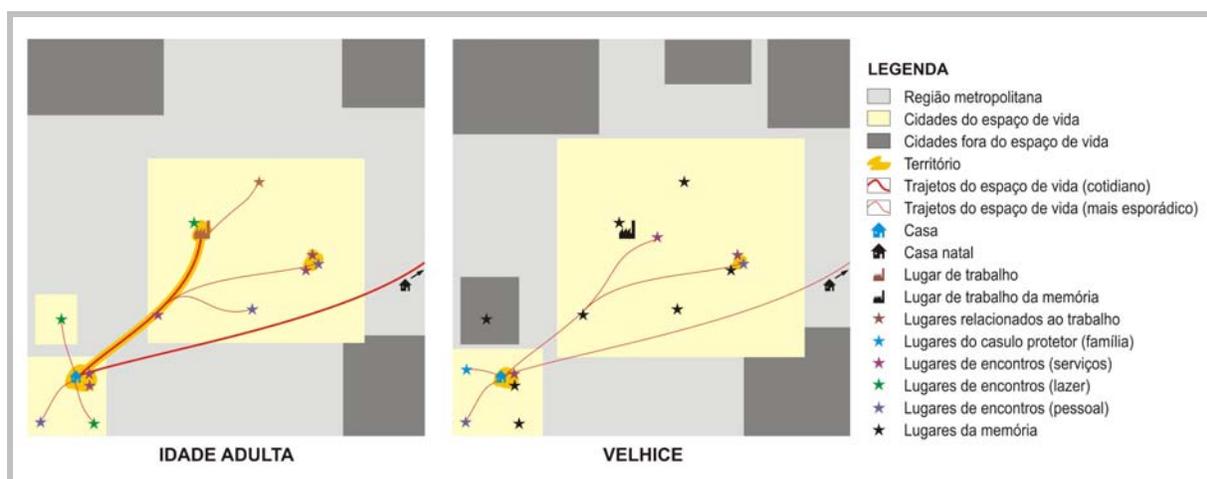
Contudo, justamente por não possuir outros vínculos, acabam estabelecendo envolvimento com as comunidades profissionais, além de procurar, nem sempre com sucesso, relações duradouras no próprio lugar de residência. Quando tal moradia é em condomínios horizontais ou verticais (destino privilegiado de migrantes), tais dificuldades podem ser ainda maiores.

A velhice para os migrantes continuará marcada pelas constantes idas e vindas para a cidade natal. No entanto, dificilmente voltarão para lá. Nesta fase do ciclo vital, seus filhos e netos já estarão vivendo na metrópole (capaz de absorver população) e seu habitar já terá se tornado demorado. Mesmo incluídos como estabelecidos, no

entanto, poderão sentir saudade da terra natal até a morte, mantendo o sentimento de pertencimento original em outro lugar.

A Figura 6.6 mostra o habitar desenraizado dos migrantes da região metropolitana. A principal diferença destes em relação aos migrantes da metrópole é o estabelecimento de relações mais estreitas com outras cidades da região. Diferente daqueles que se direcionam para a metrópole, estes migrantes procuram mais o conhecimento, bens, serviços e lazer em outras cidades, estabelecendo espaços de vida mais esgarçados, embora muito coesos na cidade de moradia. Por outro lado, a metrópole tem um significado maior para eles do que para os estabelecidos, tanto pelo fascínio que ela exerce, quanto pela centralidade de serviços metropolitanos, principalmente ligados ao lazer, ao trabalho e à educação.

Figura 6.6 – Habitar Desenraizado: Migrantes da Região Metropolitana



Com essa alta mobilidade espalhada em várias cidades e longos trajetos, estes migrantes assumem riscos altos ao mover-se e ao dirigir-se a lugares que mantêm relações efêmeras. Só no seu local de moradia é que possuem fixidez, embora relativa e frágil, devido à mobilidade e ao esgarçamento do espaço de vida. Contudo, beneficiam-se da proximidade maior entre os moradores das cidades da região, que apresentam quadros de coesão social mais expressivos que a metrópole. Em vista disso, com um espaço de vida esgarçado, de escala regional, como o que tais famílias têm adotado, a eficiência da proteção do lugar, do círculo familiar e do casulo protetor ficam mais enfraquecidos. O espaço indiferenciado que liga os lugares torna-se mais presente na sua vida diária, principalmente dos pais, deixando-os mais tempo expostos aos riscos do que

protegidos deles. À medida que os filhos crescem, também desenvolvem essa experiência, pois irão estudar em outras cidades, trabalhar e, não raro, namorar no espaço metropolitano, aumentando seu espaço de vida e gastando horas diárias no deslocamento, às vezes pendulando entre três cidades diariamente.

Esta situação acarreta algumas situações paralelas que acentuam a vulnerabilidade: gastando mais tempo em deslocamento, ficando mais tempo no espaço, fora da casa, os pais enfraquecem o próprio casulo protetor. Assim, a casa também fica mais vulnerável, sem a presença constante e protetora dos pais. Em alguns casos, essa ausência poderia ser preenchida por avós, parentes próximos ou até vizinhos. Já na velhice, a exemplo dos migrantes da metrópole, vivem o dilema de voltar à terra natal ou acompanhar os filhos, provavelmente genitores de uma nova geração de estabelecidos.



# Habitar a metrópole

7 | A microrregião e as possibilidades do habitar  
8 | Vulnerabilidade existencial entre mobilidades e permanências

*“As metrópoles não são apenas subúrbios mais povoados. Diferem das cidades pequenas e dos subúrbios em aspectos fundamentais, e um deles é que as cidades grandes estão, por definição, cheias de desconhecidos.”*

**Jane Jacobs (1961)**



## 7 A MICRORREGIÃO E AS POSSIBILIDADES DO HABITAR

Habitar a metrópole envolve enfrentar riscos, buscar o lugar, estabelecer relações, constituir o mundo circundante e carregá-lo nos deslocamentos. Conforme as experiências dos conversantes da microrregião noroeste apontam, esses fenômenos e ações são diferentes considerando-se o tempo e a natureza do envolvimento com a cidade. Das conversas biográficas que tivemos, de maneira mais sistemática (pois muito se construiu asistematicamente, na experiência da própria pesquisa), pudemos vislucrar possibilidades de formas de habitar, implicando diferentes mecanismos de construção de significados, identidades e envoltimentos geográficos. Dessas conversas biográficas, geramos o mapa dos espaços de vida de cada conversante, o que nos dará dois contextos básicos de reflexão: a morfologia do espaço de vida, que revela interações espaciais e padrões de mobilidade, e a experiência de tais lugares e itinerários, que revelam o território, os significados e as relações de envolvimento. O habitar é composto pelos dois, apontando para o sentido do habitar a metrópole, o papel da casa e do bairro e a importância da inserção nos sistemas abstratos (metropolitano) e culturais (do lugar) para a vulnerabilidade existencial.

As conversas foram realizadas em diferentes situações, algumas agendadas, outras espontâneas. Alguns foram selecionados a partir do nosso próprio conhecimento, outros a partir de encontros nos trabalhos de campo. Elas são um retrato parcial das possibilidades do habitar na microrregião noroeste e da própria RMC. Contudo, no questionamento ontológico esperamos transcender a excepcionalidade em busca de elementos para pensar a essência dos fenômenos.

O fato dessas conversas aparecerem na última parte deste trabalho, não significa que elas são o "laboratório" para comprovar ou refutar teorias. Elas estão intrinsecamente colocadas ao longo do texto, tendo direcionado a composição e seleção de idéias e elementos teóricos que contribuíram para pensar o habitar em risco contemporâneo. Todo o esforço teórico movimentado até aqui foi direcionado a partir das conversas e das experiências metropolitanas aqui descritas. A análise dos espaços de

vida e das biografias nos permitirão, portanto, colocar as questões teóricas e vividas no mesmo plano, permitindo realizar o último movimento da tese que é o retorno à teoria, ao pensar mais abrangente sobre o sentido e a essência dos fenômenos.

## 7.1 Morfologia da Experiência Metropolitana

As biografias colhidas têm seu epicentro nos municípios de Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Nova Odessa e Sumaré. Elas expressam uma diversidade limitada, mas revelam aspectos importantes do ser e estar na metrópole contemporânea. Cada história e espaço de vida possui uma diversidade e densidade que revela o tempo de vivência. É importante prestar atenção tanto às lembranças quanto aos esquecimentos, e as conversas biográficas (algumas mais longas, outras mais curtas, algumas que se estenderam por mais de um encontro) são momentos de recomposição da identidade do 'eu', que se coloca no centro do espaço-tempo, narrando a história a partir de um ponto de vista que coloca suas percepções, experiências e representações na condução da interpretação dos acontecimentos e dos lugares.

As histórias e os espaços de vida se organizam na espacialidade, mantendo um vínculo claro com as etapas de desenvolvimento urbano e regional. Por outro lado, elas nos permitem olhar mais de perto o sistema do lugar, a cultura e história local. Os fatores que contribuem para o enraizamento e a proteção estão associados a uma tendência que já se apresentava na região no período pré-metropolização.

A rede urbana da RMC é muito densa, originada de desmembramentos que ocorreram ao longo do século XX. A maioria das cidades possuem núcleos de povoamento antigos sendo emancipados como municípios em diferentes momentos, em face de seu crescimento e desenvolvimento. Assim, muitas das relações entre as cidades e seus moradores estão ligadas a conexões anteriores, da época em que as localidades ainda faziam parte do mesmo município. Na microrregião, Americana e Sumaré foram emancipadas de Campinas, em 1924 e 1953, respectivamente, enquanto Santa Bárbara D'Oeste foi desmembrada de Piracicaba em 1869 e Nova Odessa de Americana em 1958. As pequenas distâncias entre as cidades foram construídas historicamente e a vinculação de moradores de áreas rurais tendia a se organizar por proximidade (acessibilidade) ou por costume (presença de parentes, origem na cidade, etc.).

Em vista disso, com a metropolização, muitas destas relações já estavam consolidadas, não interferindo diretamente na forma de organizar o espaço de

vida dos estabelecidos. Por outro lado, o ritmo e as implicações dos deslocamentos mudam, principalmente quando os riscos relacionados à violência se tornam generalizados nas cidades.

Mas como vimos nos dados demográficos, o crescimento que todas as cidades passaram após 1970 não tem precedentes, apontando para as transformações que a nova forma de organizar o espaço regional e urbano repercutiram em todos os campos da vida. Até essa época, os imigrantes chegados no final do século XIX e início do XX ainda trabalhavam nas fazendas e das colônias vinham para as cidades para comerciar, entreter-se ou comprar itens de subsistência. A partir da metropolização, aqueles que ainda estavam na área rural fixam-se em definitivo nas cidades da região, beneficiando-se de redes de parentesco para organizar-se em termos de moradia e emprego. Esses imigrantes (italianos em Sumaré, Americana e Nova Odessa e americanos em Santa Bárbara D'Oeste e Americana) moram nas áreas mais consolidadas das cidades, onde mantêm uma cultura local mais ou menos ligada às tradições religiosas (católica e protestante), às raízes culturais e à própria história na cidade e na região. Assim, quando a metropolização atrai os grandes contingentes populacionais a partir de 1970, estes ocuparão vastas áreas dispersas, desconectadas dos centros tradicionais, visando não necessariamente a proximidade com os centros daqueles municípios, mas orientados pelos eixos viários (Rodovia Anhanguera e Rodovia Luiz de Queiroz) e próximas às principais fontes de atração populacional à época: Campinas e Americana. O resultado é a área do Matão, em Sumaré, e a área da Cidade Nova, em Santa Bárbara D'Oeste, ambas ligadas respectivamente à Campinas e à Americana mais do que ao seu próprio município, fonte dos maiores fluxos pendulares da região, em ordem, como vimos, completamente desigual em relação aos demais fluxos.

Essas não foram as únicas colônias, mas são elas que procuram elaborar um discurso sobre suas respectivas cidades, firmando uma identidade frente à metropolização, ressaltando sua especificidade, história e tradição. O crescimento pós-1970 e as novas levas de migrantes são vistas como as culpadas pela desagregação dos valores, a violência, a elevação do preço da terra, a má reputação das cidades e a insegurança. O outro que se apresenta como morador sem história coletiva e sem uma herança a carregar não é visto como construtor da cidade: é o invasor que desagrega.

Para os migrantes não estabelecidos essas interações espaciais entre as cidades se operam de outra maneira. Os lugares ligados aos estabelecidos não são imediatamente identificados. Mesmo que migrantes passem a frequentar tais lugares,

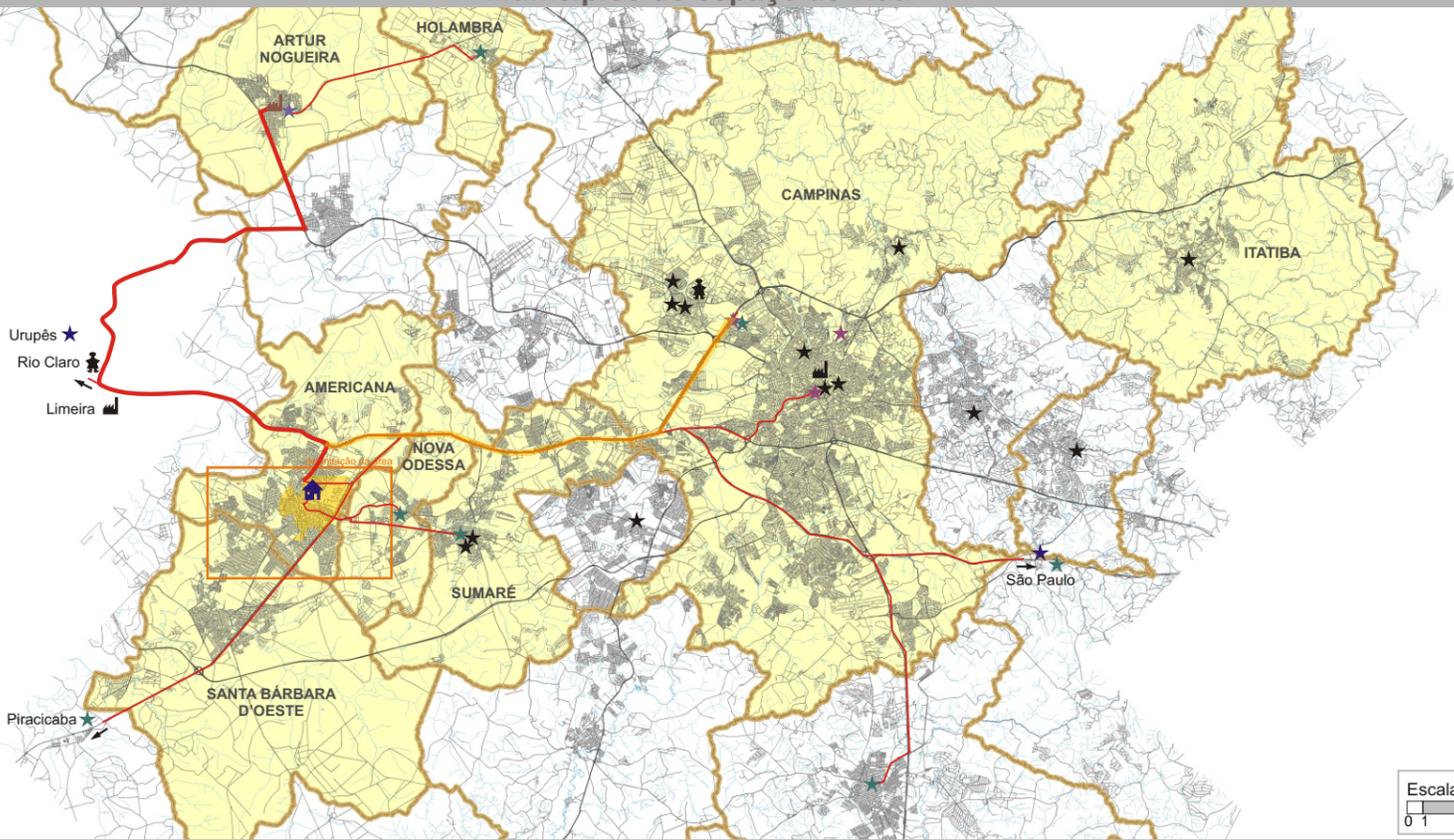
seu envolvimento e densidade serão diferenciados, pois para quem chega com a metropolização em curso, é mais imediata a conexão com o sistema metropolitano.

Essas relações diferenciadas estão expressas nas formas de habitar dos nossos conversantes, em diferentes medidas. A morfologia de seus espaços de vida revela a forte integração cotidiana que as cidades da RMC, em geral, e da microrregião noroeste, em particular, possuem em níveis muito mais amplos do que aqueles deslocamentos de trabalho e estudo. Entretenimento, amizades, parentes e compras (não apenas nas cidades maiores mas também em direções transversais) são expressões da integração e complementariedade crescente entre as cidades. Como os próprios espaços de vida revelam, essa integração está ligada aos processos regionais, de um lado, mas, por outro, possui aspectos particulares pós-metropolização, ligado tanto ao aumento populacional (o qual fornece condições de sustentação a centros comerciais cada vez mais diversificados) quanto aos próprios padrões de mobilidade.

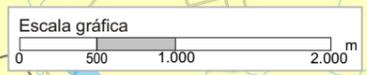
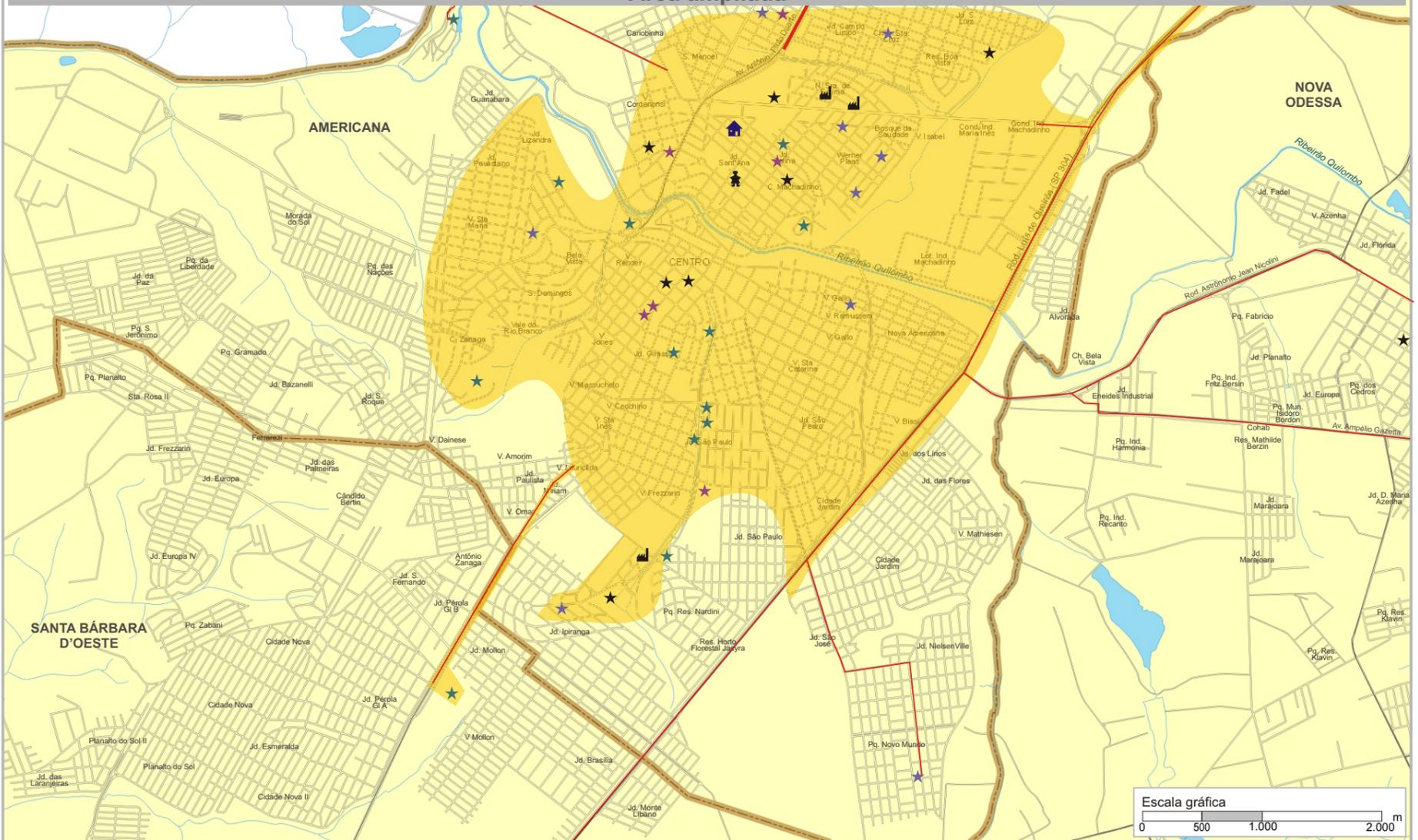
A Figura 7.1 mostra o espaço de vida de P., 30, nascido e criado em Americana. Mora na mesma casa desde os três anos de idade. "Aqui não mudamos de casa, mudamos a casa" afirma referindo-se às várias reformas. Filho de imigrantes vindos de Urupês, região de São José do Rio Preto, não possuem parentes na cidade, o que gera viagens periódicas para a cidade natal. Os pais chegaram em 1972, por transferência no emprego do pai (bancário). Os filhos nasceram em 1975, 1977 e 1981. O mais velho mora em Rio Claro com a esposa e os filhos, P. e o irmão mais novo moram com os pais no Santana, bairro consolidado próximo à Avenida Nossa Senhora de Fátima, uma das áreas de valorização nos últimos anos, com a consolidação de um comércio mais especializado e sofisticado. Como morador antigo do bairro, P. ainda mora em sua casa da infância, próximo aos lugares da memória (a escola, o Clube Veteranos onde com o irmão brincava), as ruas onde amigos moravam. Mesmo que muitos dos antigos moradores tenham se mudado (o bairro passa por intensa valorização imobiliária), alguns de seus amigos de infância permanecem no seu círculo principal de amizade.

P. conhece a maior parte dos municípios da RMC, tendo visitado-os por motivos diversos, desde passeio, visita a amigos, entretenimento noturno até atividades didáticas relacionadas ao seu curso de graduação, realizado em Rio Claro. Dos dezenove, P. afirma nunca ter nem passado apenas em Cosmópolis e Monte Mor. Nos demais, ou tem uma ou duas passagens pela cidade ou constituiu lugares específicos a partir de uma experiência continuada, mesmo que atualmente tenham ficado na memória. Municípios como Itatiba, Valinhos, Vinhedo e Hortolândia possuem lugares que foram significativos

### Municípios do espaço de vida



### Área ampliada



### RMC



### Legenda

- Limites municipais
- Municípios do espaço de vida
- Rodovias principais
- Território
- Acessos secundários
- Trajetos do espaço de vida (cotidiano)
- Sistema viário
- Trajetos do espaço de vida (mais esporádico)
- Hidrografia
- Casas
- Casas natal
- Instituição de ensino
- Instituição de ensino da memória
- Lugar de trabalho
- Lugar de trabalho da memória
- Lugares relacionados ao trabalho
- Lugares do casulo protetor (família)
- Lugares de encontros (serviços)
- Lugares de encontros (lazer)
- Lugares de encontros (pessoal)
- Lugares da memória



Sistema de projeção UTM  
Zona 23

Autor: Eduardo J. Marandola Jr.  
Elaboração: Marina Piazzola Teixeira

Base cartográfica: Emplasa, 2003.

em outros períodos de sua vida (na infância ou adolescência), seja porque era moradia de uma namorada ou amigo, seja porque freqüentava casas de entretenimento noturno. Alguns lugares em Campinas foram importantes em certo período (como Barão Geraldo, época em que cursou a pós-graduação na Unicamp), ou o Colégio COC, na Avenida Anchieta, onde estagiou. Trabalhou em Americana, lecionando em colégios particulares, e teve uma hamburgueria, lugares de trabalho da memória, já que atualmente trabalha em Artur Nogueira, lecionando. O pai da namorada do irmão mora nessa cidade, o que já tem significado uma ampliação do espaço de vida naquela área, até então desconhecida para P. A partir de Artur Nogueira, tem ido à Holambra, onde há um bar conhecido, diversificando assim seus deslocamentos. Tem parentes em São Paulo, o que gera deslocamentos periódicos, além de realizar a viagem de uma hora e meia também por motivo de lazer, como ir a jogos de futebol, shows ou exposições.

P. apresenta uma significativa densidade e amplitude de seu território e lugares. O mapa revela uma rede de amizades e de pontos que adensam e significam o espaço vivido. Chama atenção tanto os lugares de encontros (pessoal), que se referem às amizades (a maioria cultivada desde a infância), e a quantidade de lugares de encontros (lazer), que incluem bares, boates, parques, estádio, pista de caminhada, clube e shopping. Esses dois conjuntos de lugares estão interligados, pois envolvem as mesmas pessoas. Como não tem familiares além de sua família imediata na cidade, P. se vale desses laços cultivados a partir da vizinhança e da escola, componentes fundamentais do casulo protetor além da família para constituir uma densa e eficiente rede de amizades que, espalhadas por um amplo território, fornecem segurança. Exemplo disso é a experiência de migrante em Rio Claro, em que pese a condição temporária de estudante universitário, não diminuiu a intensidade das relações primárias no casulo protetor, como a satisfação de necessidades básicas. Tudo o que pudesse ser satisfeito em Americana o seria, deixando para Rio Claro apenas o essencial.

P. afirma ter se envolvido muito com Rio Claro, ao contrário do que uma estada sem a preocupação de estabelecer raízes pudesse sugerir. Ele se surpreende ao perceber que a afetividade que sente em relação a Rio Claro é maior e diferente em relação à própria Americana. P. avalia que, embora nunca tenha se mudado a trabalho, isso só não ocorreu por falta de oportunidade, pois moraria tanto em Campinas (onde procura emprego) como em São José do Rio Preto, cidade que afirma admirar. Não que não goste de Americana, mas não se vê enraizado a tal ponto de evitar deixá-la.

P. mantém uma relação muito próxima com as cidades da microrregião, por diferentes motivos. Santa Bárbara D'Oeste, além de ter o Tivoli Shopping, é onde fica

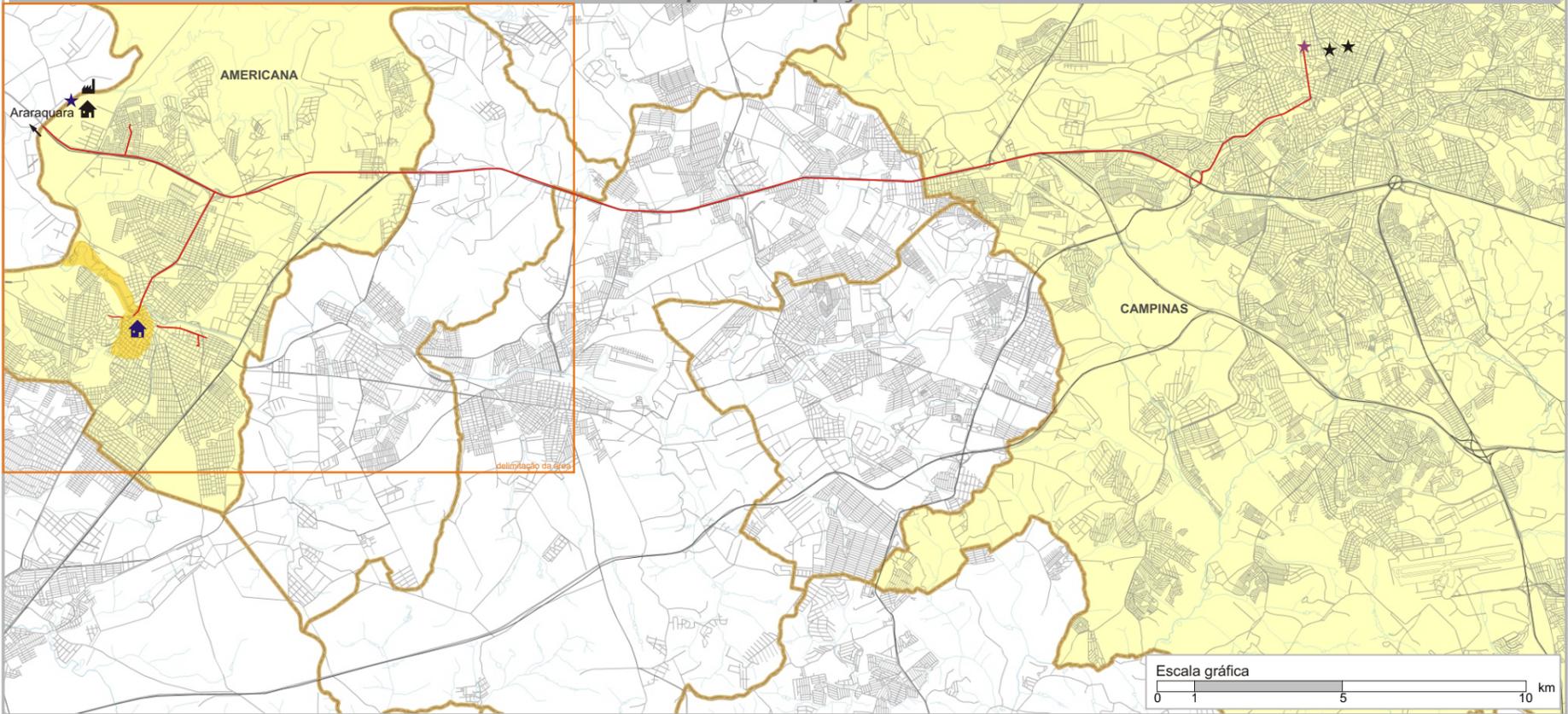
o escritório central de seu oftalmologista (que também atende em Americana). Sumaré, além de já ter sido a casa de uma namorada, tem bares que P. frequenta, além de ter lojas especializadas onde ele fazia compras para a hamburgueria. Em Nova Odessa há um bar bastante conhecido em toda região, que P. frequenta, além de ter sido ali que seu pai teve, durante um período, uma loja de ferragens. Além desses lugares pontuais, P. se vê a vontade nas outras cidades, sendo comum e corriqueiro atividades que incluam qualquer uma delas.

Em relação a Campinas, P. a tem como referência para certos tipos de compras, em especial as mais especializadas ou sofisticadas. P. afirma que em Americana é costumeiro ir a Campinas para comprar algo na forma de passeio, apenas para “sair um pouco de Americana”. Ele não foi o único a mencionar o caráter pequeno das cidades da microrregião, aludindo ao ‘todo mundo se conhece’ como desvantagem. Conhecer todo mundo é o contrário de uma grande cidade, onde a impessoalidade permite o perder-se, o passar despercebido e anônimo. Ir para Campinas é a possibilidade de perder-se e de usufruir de bens e entretenimento não disponíveis em Americana. Mesmo que a loja que se vá seja da mesma rede, não é encarada como sendo a mesma coisa.

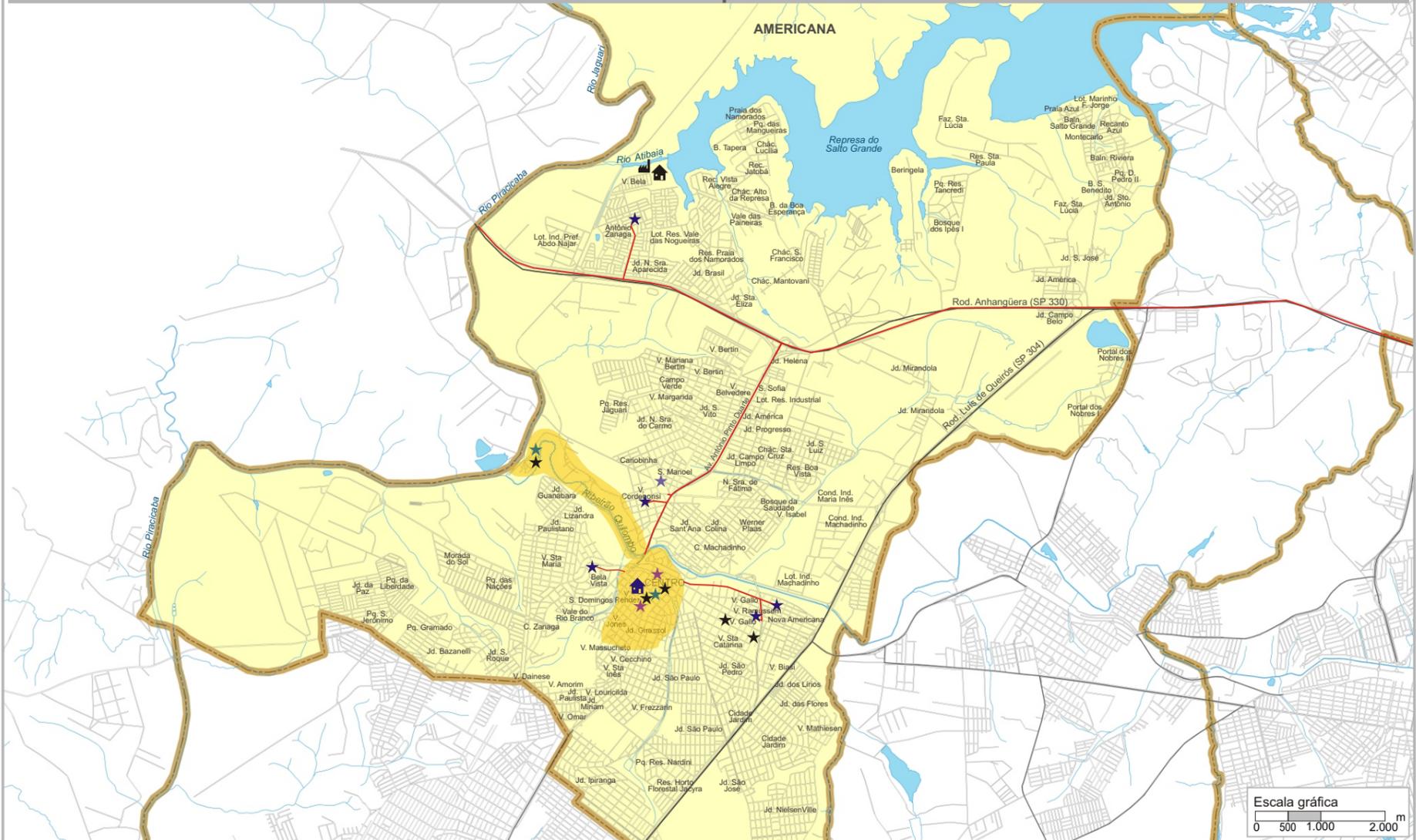
O deslocamento, para P., não é um problema. Ele se manteria em Americana, viajando para trabalhar até a grandes distâncias. A possibilidade da mobilidade é vista como potencialidade, não como risco. Talvez o fato de ser tão enraizado e ter seu território vivido tão estabelecido e consolidado, repleto de vigas que sustentam seu mundo circundante e o casulo protetor, forneça a segurança de que ao ir e voltar encontrará sempre este porto seguro, centralizado em sua casa vivida há 27 anos.

O caso de O., 70, morador do centro de Americana, ocorre de maneira semelhante, porém os alicerces de seu casulo protetor são diferentes (Figura 7.2). Nascido em Cosmópolis (fazenda Santa Bárbara, no município de Limeira, mas O. afirma que era como se fosse em Cosmópolis), filho de administrador de fazendas, neto de italianos, O. viveu em várias fazendas da região durante a infância (em Campinas e em Americana), incluindo passagens curtas pela Vila Nova e pela rua Alexandre Machado esquina com a Duque de Caxias, em Campinas, até se fixar em Sobrado Velho, entre Americana e Cosmópolis. Ali viveu dos 10 anos de idade até se casar, em 1959. Em 1960 volta para a colônia da fazenda Salto Grande, onde havia morado em 1944, e começa a trabalhar na Usina da Companhia Paulista de Força e Luz em 1964. A partir de então, viverá por muitos anos à beira dos reservatórios e das salas de máquinas das usinas da estatal, tendo a maior parte do tempo vivido na usina de Americana.

### Municípios do espaço de vida



### Área ampliada



### RMC



### Legenda

- |                     |  |                                      |
|---------------------|--|--------------------------------------|
| Limites municipais  | Municípios do espaço de vida                 | Lugar de trabalho                    |
| Rodovias principais | Território                                   | Lugar de trabalho da memória         |
| Acessos secundários | Trajetos do espaço de vida (cotidiano)       | Lugares relacionados ao trabalho     |
| Sistema viário      | Trajetos do espaço de vida (mais esporádico) | Lugares do casulo protetor (família) |
| Hidrografia         | Casa   | Lugares de encontros (serviços)      |
| Quadras             | Casa natal                                   | Lugares de encontros (lazer)         |
|                     | Instituição de ensino                        | Lugares de encontros (pessoal)       |
|                     | Instituição de ensino da memória             | Lugares da memória                   |



Sistema de projeção UTM  
Zona 23

Autor: Eduardo J. Marandola Jr.  
Elaboração: Marina Piazzola Teixeira

Base cartográfica: Emplasa, 2003.

A usina de Salto Grande foi construída pelos Müller, família alemã que também construiu a usina Carioba (reservatório no ribeirão Quilombo), junto à grande tecelagem da família. A usina de Salto Grande é uma das principais fontes de energia da região e em seu lago formaram-se praias de água doce que recebiam turistas, com redes de hotéis, bares e grande movimento nos anos 1950 até os 1970, até que a poluição do rio Atibaia começou a prejudicar o usufruto das águas.

Na sua juventude no Sobrado Velho, antes de se casar, ia ao cinema em Cosmópolis e em Americana (Cine Cacique). Para isso, ocupava quase o dia todo, envolvendo caminhada e trem, chegando em casa tarde da noite depois de ter assistido à sessão das 14:00hs. Na própria fazenda de Salto Grande eram projetados filmes periodicamente. Cosmópolis era uma referência não apenas pela proximidade, mas pelos familiares e conhecidos que moravam ali. Ir às comemorações da Semana Santa, por exemplo, era sempre em Cosmópolis. Americana era uma referência pois também tinha tios morando ali. Foi a Americana, inclusive, que mudou-se para concluir os estudos aos treze anos. Contudo, o tio flagrou O. tocando sanfona num bar, à noite, e ganhando doces. Foi o suficiente para no dia seguinte mandá-lo de volta ao pai, em Sobrado Velho.

Morando na usina de Salto Grande, teve os três filhos em 1960, 1965 e 1971. O primeiro mora em Araraquara, a segunda mora com ele e a esposa e o terceiro, casado, mora no bairro São Domingos, em Americana. Mais velho de seis irmãos, O. tem ainda três, uma morando no Zanaga (bairro além da Anhanguera, em Americana mesmo) e dois em São Paulo. Foi transferido por um período para Araraquara, na usina Gavião Peixoto, onde permaneceu de 1981 a 1990. Ali teve a experiência de migrante e afirma ter se sentido muito isolado, num lugar com costumes e hábitos muito diferentes. Relata sentir especialmente o provincianismo do lugar e das pessoas. Em 1990 voltou para Salto Grande, aposentando-se em 1993.

Sua experiência da região está muito ligada ao seu trabalho. Conheceu e visitou periodicamente todas as usinas da região, como em Pedreira (rio Jaguary), em Campinas (rio Atibaia) e em Americana (ribeirão Quilombo). Pedreira era local de reuniões periódicas da CPFL, assim teve uma relação com a cidade. Por outro lado, algumas cidades como Paulínia entraram em seu espaço de vida devido a parentes de sua esposa, que ainda moram lá. Em Hortolândia morava um amigo antigo e a Santo Antônio de Posse ele foi uma época (quando estava ainda em Sobrado Velho) tocar sanfona em bares. A maior ausência é, sem dúvida, Santa Bárbara D'Oeste, a qual O. afirma não conhecer. Como bom americanense (que se autodenomina), contou-nos

várias piadas cujo alvo eram os barbarenses, incorporando a rixa antiga que as duas cidades cultivam.

Por ter morado a vida toda em usinas e fazendas, a aposentadoria foi um desafio quando teve de escolher o local de moradia. Os recursos acumulados permitiram escolher a casa desejada, num dos bairros mais valorizados de Americana, o Wernez Plaaz. Uma casa com três pavimentos, ampla, com quintal e flores. No entanto, ali ficaram apenas um ano, pois como o bairro é de classe alta, as ruas são pouco movimentadas, os vizinhos são reservados, os muros têm de ser altos e O. sentia-se inseguro para entrar e sair de casa. Nessa época a filha do meio estudava em Araraquara e por isso O. e a esposa moravam sozinhos. Assim, sentia medo mesmo dentro de casa, pois se estava em outro andar ficava imaginando que alguém poderia ter entrado e ele nem veria. Além disso, o bairro não possuía comércio nem movimento. Da amplitude e liberdade das áreas de fazenda e de usina, com pessoas sempre a passar e tranquilidade, O. viu-se numa situação insustentável de isolamento e insegurança.

A solução veio rápido, pois começaram a procurar outro imóvel quando uma proprietária de um edifício antigo de Americana ofereceu a troca dos imóveis. O apartamento, por seu padrão mais antigo, é amplo, com três quartos, bem no centro da cidade. Apesar de não se acostumarem com o apartamento, o bairro compensa o confinamento das paredes. Rapidamente O. fez amizade com o prédio todo (60 famílias) e passou a circular pelo centro de Americana, reencontrando pessoas do tempo de trabalho na usina e fazendo novos conhecidos. O edifício possui muitos moradores de sua faixa etária (e até mais velhos), o que facilitou sua adaptação e interação com eles.

Esta já é a casa que O. mora por maior período ininterruptamente, 15 anos. E ela adquiriu importância capital na sua segurança ontológica. Há pouco tempo, esposa e filha levantaram a possibilidade de se mudarem, pois sentem falta de jardim e animais. O. adoentou-se e ficou muito triste. Ele conseguiu estabelecer-se ali e não vê outra possibilidade de passar a velhice: com tudo ao alcance, tendo liberdade de deslocamento (quase não dirige mais seu carro). Pouco sai do entorno de sua casa, já que parentes (seu casulo protetor) vêm até ele, sendo raro o contrário. Em vista disso, O., apesar de ser um estabelecido, alguém que sempre morou na cidade ou nas suas cercanias, sofre uma retração forte de seu espaço de vida e principalmente de seu espaço vivido. A cidade nunca foi seu parâmetro mais forte de experiência e por isso o padrão de moradia isolado da proteção moderna não lhe conferiu segurança existencial. Esta só está garantida na manutenção dos laços familiares (que devem vir até ele) e na socialidade que ele usufrui no estar-entre-nós do bairro. A continuação de sua narrativa

existencial está ligada à manutenção destes lugares: casa e bairro; pois permitem que mesmo com a ausência de pessoas que se foram, há outras com as quais ele pode travar relacionamentos, embora esses não atinjam o núcleo de seu casulo protetor.

O., por ter vivido outra época da cidade e sua formação pré-metropolização, possui uma coleção de lugares muito distinta da de P., cuja quantidade de lugares destinados aos amigos e ao lazer é próprio de uma época em que a idade adulta chega mais tarde e o período de formação e estudos é muito maior. Por outro lado, a diferença da vinculação do local de trabalho (P. com 30 anos teve mais empregos que O. com 70) reflete o tempo líquido que demanda maior mobilidade, o que se expressa também na diversidade e amplitude do espaço de vida de P. em relação ao de O. O trabalho estatal de O., evidentemente, conferiu-lhe essa estabilidade, a qual em outras profissões talvez não fosse possível usufruir. Mg., 63, por exemplo, morador de Nova Odessa, casado pela segunda vez há seis anos (três filhos do primeiro casamento), é pintor e, enquanto tal, fez vários serviços pela região (Figura 7.3). Trabalhou um tempo em indústria em Americana, mas preferiu trabalhar por conta pois assim tinha maior liberdade. Nascido em Nova Odessa, filho de italianos, sempre morou entre o Bosque dos Cedros e o Jardim Bela Vista. Seu pai trabalhava em fazenda na região até mudar-se para o Bosque dos Cedros e abrir uma venda no centro. Mg. assumiu por um tempo o negócio, mas acabou vendendo-o e assumindo a profissão que exerce até hoje.

Mg. não teve segurança na profissão, embora nunca tenha lhe faltado serviço. Por vezes aceitou trabalhar fora do município, indo e vindo diariamente da obra. Por outras, ficava direto no local de trabalho, para poupar tempo e dinheiro. Assim trabalhou em Hortolândia, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste, Americana e Paulínia. Com a família toda em Nova Odessa, Mg. não costumava, exceto a trabalho, ir muito além do espaço da cidade em seus deslocamentos. Sempre ia a Americana para o comércio, médico, ao Cine Cacique e a bailes. Campinas sempre foi a referência, mas recorria pouco ao comércio do centro, pois Americana é muito mais perto.

Tem um filho que mora em Sumaré, o qual visita com certa frequência. Os outros filhos, todos casados e com filhos, moram em Nova Odessa (Residencial Triunfo) e São Paulo. Para São Paulo quase não vai, nem teve muito costume de ir ao longo de sua vida, reduzindo essas idas a uma dezena. Tem quatro irmãos, dois moradores do centro de Nova Odessa, uma do Bosque dos Cedros e o outro de Americana, onde tem uma loja de ferragens. Tem outros parentes na cidade, mas não os visita. Seu casulo protetor é composto pelos filhos, os irmãos e três amigos de infância que mantêm até hoje, companheiros de bailes e de botecos.

Devido à sua profissão, conheceu muita gente o que lhe dá segurança no andar pela cidade, embora já não se arrisque, como antes, a caminhadas noturnas tarde da noite. Embora hoje esteja aposentado, continua fazendo serviços ocasionais, o que ainda lhe rende um pouco de mobilidade em Nova Odessa, mas não aceita mais serviços fora da cidade. Conhece a cidade até o ponto em que trabalhou (aposentou-se há três anos), estando agora muito mais limitado à região central da cidade.

Seu espaço de vida retraiu-se fortemente após a aposentadoria, embora a densidade do seu território continue ainda muito vívida, já que isso ocorreu há pouco tempo. Mg. afirma que agora aproveita mais a vida, pois passeia, vai ao parque ecológico, ao zoológico de Americana, vai a bares onde conhecidos tocam à noite, vai aos bailes. Sua esposa, 53, também é de Americana, o que reforça sua circularidade ali.

Nova Odessa é uma cidade que está 'espremida' entre Sumaré e Americana. É fácil ficar despercebida, já que na passagem pela Rodovia Anhanguera, sua entrada após o pedágio de Sumaré é discreta e o passante mal se dá conta de que ali é outra cidade. O antigo caminho que ligava Sumaré a Americana acompanha a linha do trem e o vale do Quilombo, passando exatamente no centro de Nova Odessa. Contudo, seguindo a Avenida Rebouças, que fica no topo da vertente do Quilombo (principal avenida de Sumaré), construiu-se um acesso secundário que não passa pelo centro de Nova Odessa, saindo quase direto na Rodovia Luiz de Queiroz, o que reforça a sensação de ir direto de Sumaré a Americana.

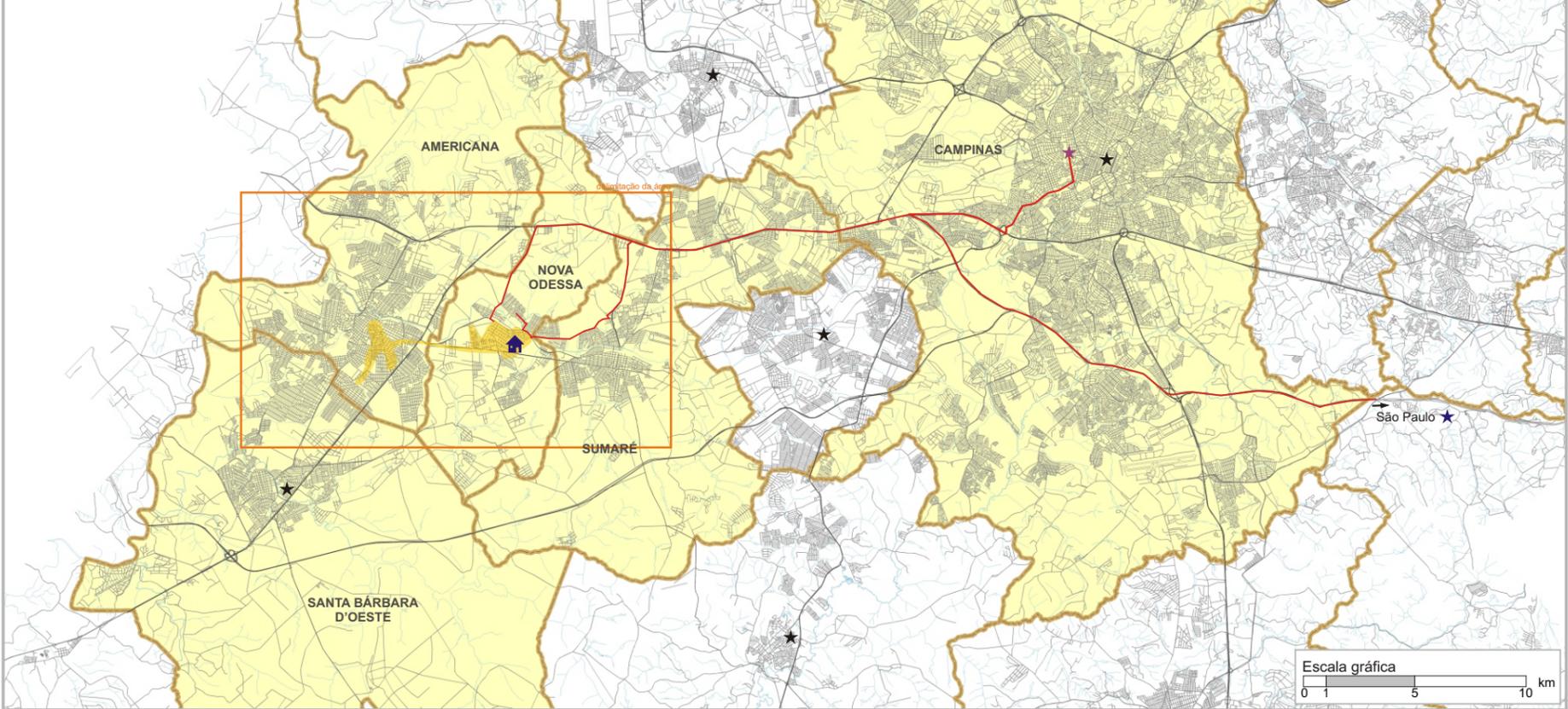
No entanto, embora Nova Odessa goste da condição de esquecimento (a maioria dos estabelecidos mantêm relação xenofóbica com os migrantes que, em sua leitura, trouxeram insegurança e violência para a cidade), o fato de sua maior avenida receber o nome da cidade vizinha não agradava seus moradores. No ano passado, a prefeitura colocou duas grandes placas com o nome da avenida em Nova Odessa: Avenida Ampélio Gazzetta, uma no início dela e outra na divisa com Sumaré, de frente (como em oposição) ao letreiro que anuncia a entrada em Sumaré. A placa é uma demarcação identitária territorial a partir da toponímia, reafirmando a diferença entre as cidades. Com a mesma largura das pistas e do canteiro, a mesma linha de alta tensão passando no seu centro e um desenho retilíneo que corta transversalmente os vales dos afluentes do Quilombo, a avenida apresenta uma nítida continuidade, sendo conhecida, pela maioria, por Avenida Rebouças em todo o seu trajeto, não apenas em Sumaré.

Mas a contigüidade é um fato, e não é preciso andar muito para encontrar pessoas que vivem as duas cidades ao mesmo tempo. Toda a área polarizada

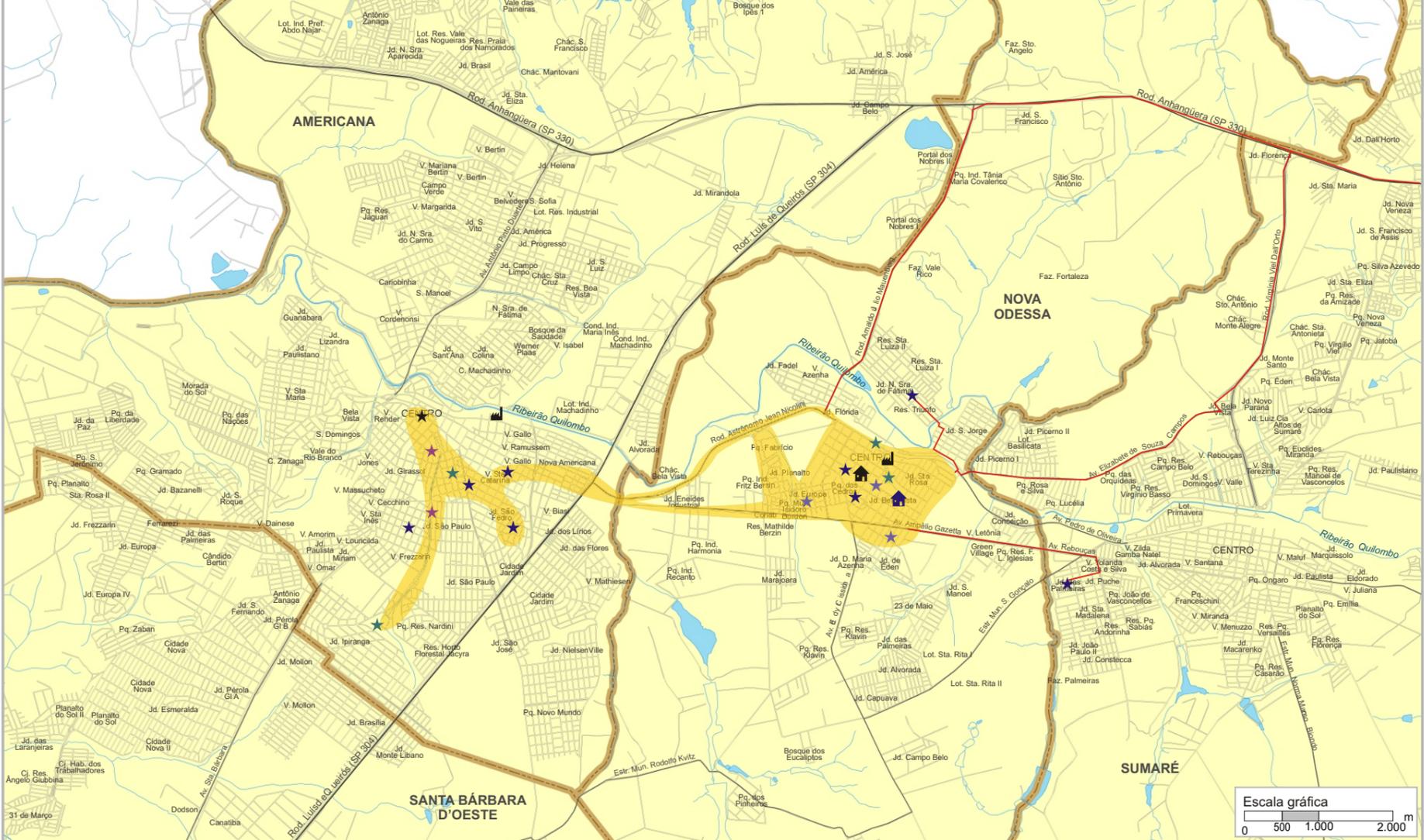
# HABITAR EM RISCO

mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana

## Municípios do espaço de vida



## Área ampliada



### RMC



### Legenda

- Limites municipais
- Municípios do espaço de vida
- Território
- Trajetos do espaço de vida (cotidiano)
- Trajetos do espaço de vida (mais esporádico)
- Rodovias principais
- Acessos secundários
- Sistema viário
- Hidrografia
- Quadras
- Lugar de trabalho
- Lugar de trabalho da memória
- Lugares relacionados ao trabalho
- Lugares do casulo protetor (família)
- Lugares de encontros (serviços)
- Lugares de encontros (lazer)
- Lugares de encontros (pessoal)
- Lugares da memória
- Casa
- Casa natal
- Instituição de ensino
- Instituição de ensino da memória



Sistema de projeção UTM  
Zona 23

Autor: Eduardo J. Marandola Jr.  
Elaboração: Marina Piazzon Teixeira

Base cartográfica: Emplasa, 2003.

pela Avenida Ampélio Gazzeta, em direção a Sumaré, é chamada pelos moradores de “Sumadessa”, já que está em Nova Odessa mas está mais próxima do centro de Sumaré. Às margens do Quilombo a conurbação liga um lado ao outro do ribeirão, embora os acessos sejam limitados e até a paisagem do Picerno (margem direita do ribeirão) seja ‘tapada’ com uma cerca viva. Pessoas que vivem naquela região de Sumaré mantêm estreitas relações com Nova Odessa, como é o caso de B., 12 anos, morador do Picerno e que trabalha como guardador de carros no centro de Nova Odessa (Figura 7.4).

Nascido em Sumaré, no Picerno mesmo, é filho de migrantes paranaenses, de Ivaiporã. Morou um período pequeno no Jardim Santa Rosa, bairro vizinho em Nova Odessa, e voltou para o Picerno. Estuda no bairro e começou há pouco mais de um ano a ir a Nova Odessa cuidar de carros, para ter dinheiro para si. O pai divorciado da mãe, mora em Nova Odessa, mas ele nunca vai visitá-lo. Tem mais quatro irmãos, sendo o mais velho com 25 anos e a mais nova com 10. A mãe trabalha em Sumaré, como vendedora, e os irmãos mais velhos têm uma oficina de carros. O ‘ponto’ para cuidar dos carros foi cedido por colegas que o ocupavam.

No bairro ainda moram cinco tios e primos, todos próximos e sempre juntos. Tem vários amigos que são ao mesmo tempo da escola e do bairro. Gosta muito de morar no Picerno, pois afirma que no Santa Rosa era muito chato: não tinha gente na rua, não podia brincar, não tinha amigos. No Picerno sente-se livre, anda de bicicleta, joga futebol, entrete-se com os amigos.

A Sumaré afirma nunca ir, só com a mãe para comprar alguma coisa. Já Nova Odessa, vai sempre à pista de skate e bicicleta (na frente da prefeitura), ao bosque e ao parque ecológico. Foi ao Tivoli algumas vezes, ao Dom Pedro apenas uma e nunca foi a outros shoppings de Campinas, ao contrário do seu centro, para onde já foi com a mãe várias vezes para comprar alguma coisa. Mas a maior frequência é o centro de Americana, mais próximo e prático para ir de ônibus. Mas em termos de movimentos cotidianos, ele mantém-se atrelado ao bairro e a Nova Odessa, mesmo sem ter amigos lá, é nela que busca alguns lugares específicos de lazer que não dispõe em seu bairro.

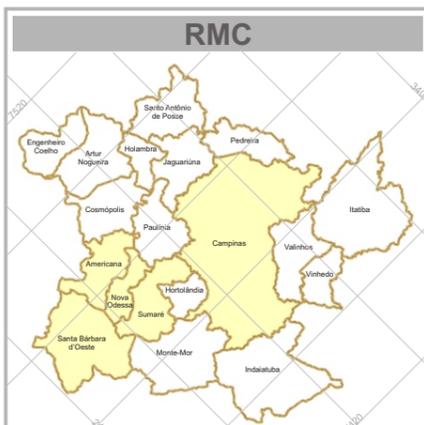
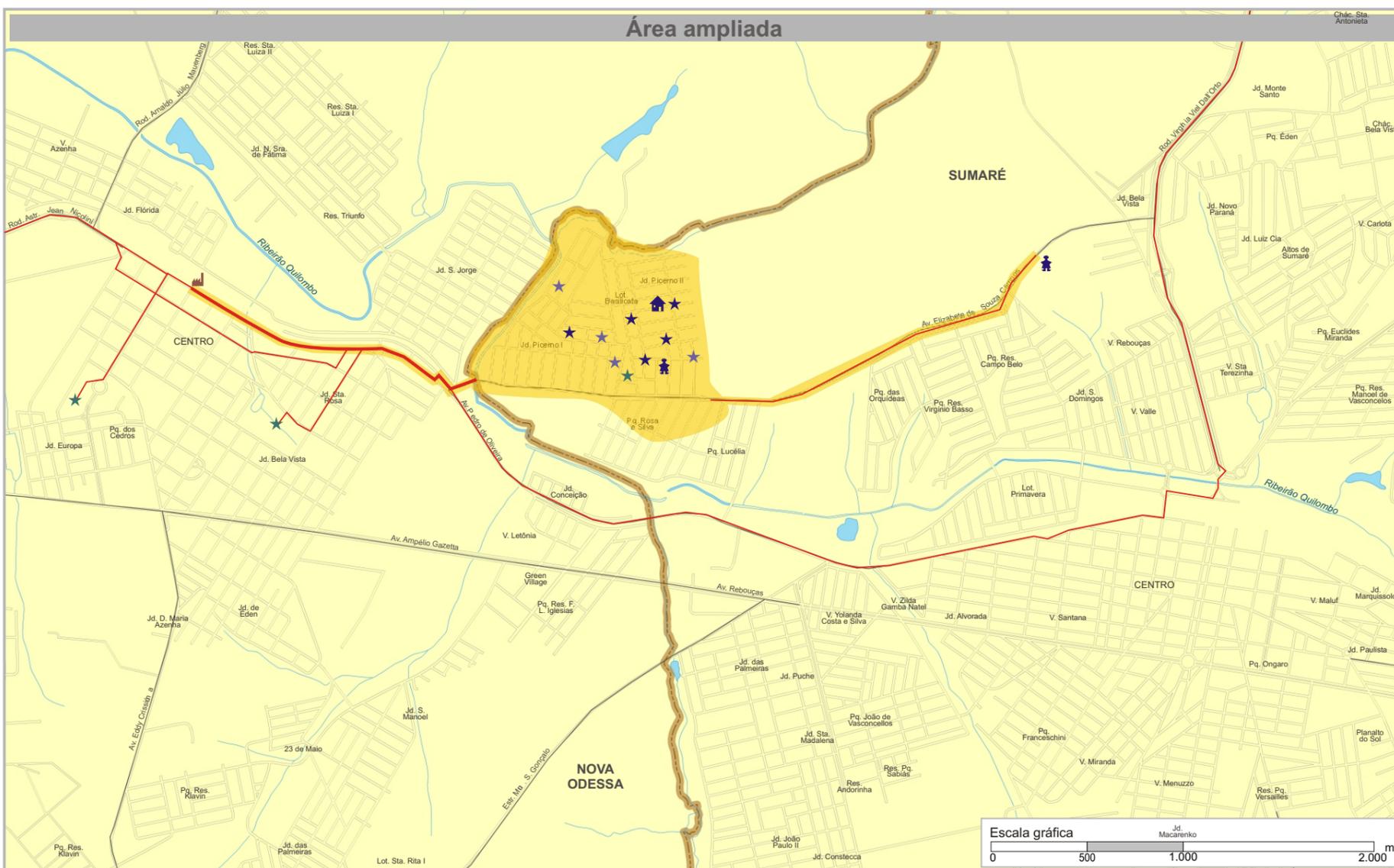
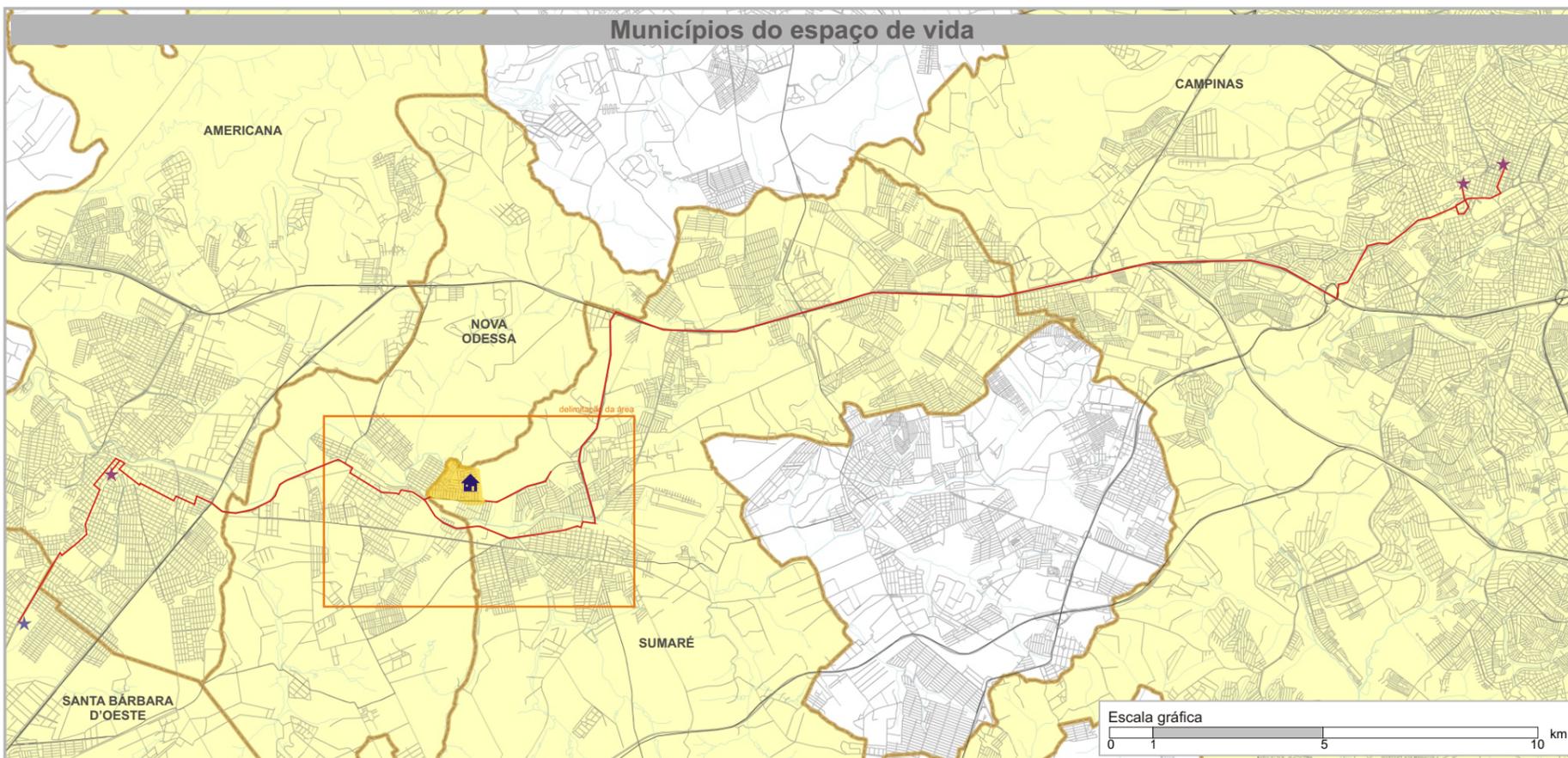
Quando perguntado por sua profissão no futuro, B. não titubeia e diz “jogador de futebol”. Ele treina no São José, escolhinha na região do Picerno, próxima da Virgínia Viel (saída para Anhanguera). Ele diz sentir-se bem no Picerno e não se sente com medo. Embora tímido em nossa conversa, ele mostrou-se interessado quando tocávamos em assuntos mais cotidianos, como a escola e o bairro.

A ausência de carro limita a mobilidade, embora não a impeça. Ir a Campinas ou ao shopping pelo sistema de transporte público envolve muito tempo e uma logística que combina vários meios. A conversa com B. nos faz lembrar as dificuldades de O. na década de 1950 para ir ao cinema, seja em Americana ou Campinas. Hoje, para muitos, persiste a dificuldade, ficando na imobilidade a limitação territorial do espaço de vida e das possibilidades de ampliar as experiências da metrópole.

O potencial limitador de não possuir um veículo próprio é expresso na experiência metropolitana de Gk., 25, uma migrante nascida no interior do Paraná, em Campineiro do Sul, distrito de Rosário do Iva í (Figura 7.5). Gk. passou no concurso público para professora da rede estadual, em 2005, escolhendo vaga em Campo Limpo Paulista. Formada em Letras, tencionava prestar pós-graduação na Unicamp, e por isso escolheu a cidade mais próxima de Campinas na época. Em 2006 conseguiu remoção para Sumaré, pois tinha referências de conhecidos (do tempo de universidade) e era uma das cidades mais próximas e com fácil acesso à Unicamp. Gk. nunca cogitou morar em Campinas pois a considera uma cidade grande e perigosa demais, mas afirma que tinha menos medo de morar lá do que da escola que poderia trabalhar em Campinas. Assim, Sumaré, como cidade próxima e acessível a quem dependeria do transporte público, com um certo tamanho e com referências anteriores para realizar a escolha da escola no pedido de remoção, apresentava-se como alternativa mais viável para o momento.

Como tinha conhecidos na cidade, teve ajuda para encontrar uma casa, conseguindo uma sobre-loja no centro, nas ruas de comércio mais intenso, a duas quadras e meia da escola em que trabalha. Mantém relações de amizade a partir do círculo do trabalho, freqüentando casas de amigos com freqüência e alguns bares de forma esporádica. Fica muito em casa tanto pela personalidade quanto por depender do ônibus ou não ter uma rede de amizades e conhecidos tão extensa quanto tinha em sua cidade natal. Vemos no mapa do seu espaço de vida que além da área em torno da sua casa, a qual circula principalmente por conta de comércio, seus lugares estendem-se apenas até o Picerno, onde moram vários migrantes vindos de sua cidade natal, que a buscam de carro para passarem domingos ou sábados com eles. Não são seus amigos, mas conhecidos, amigas de sua mãe, que se preocupam em lhe oferecer companhia de vez em quando, já que sabem que não tem parentes na cidade.

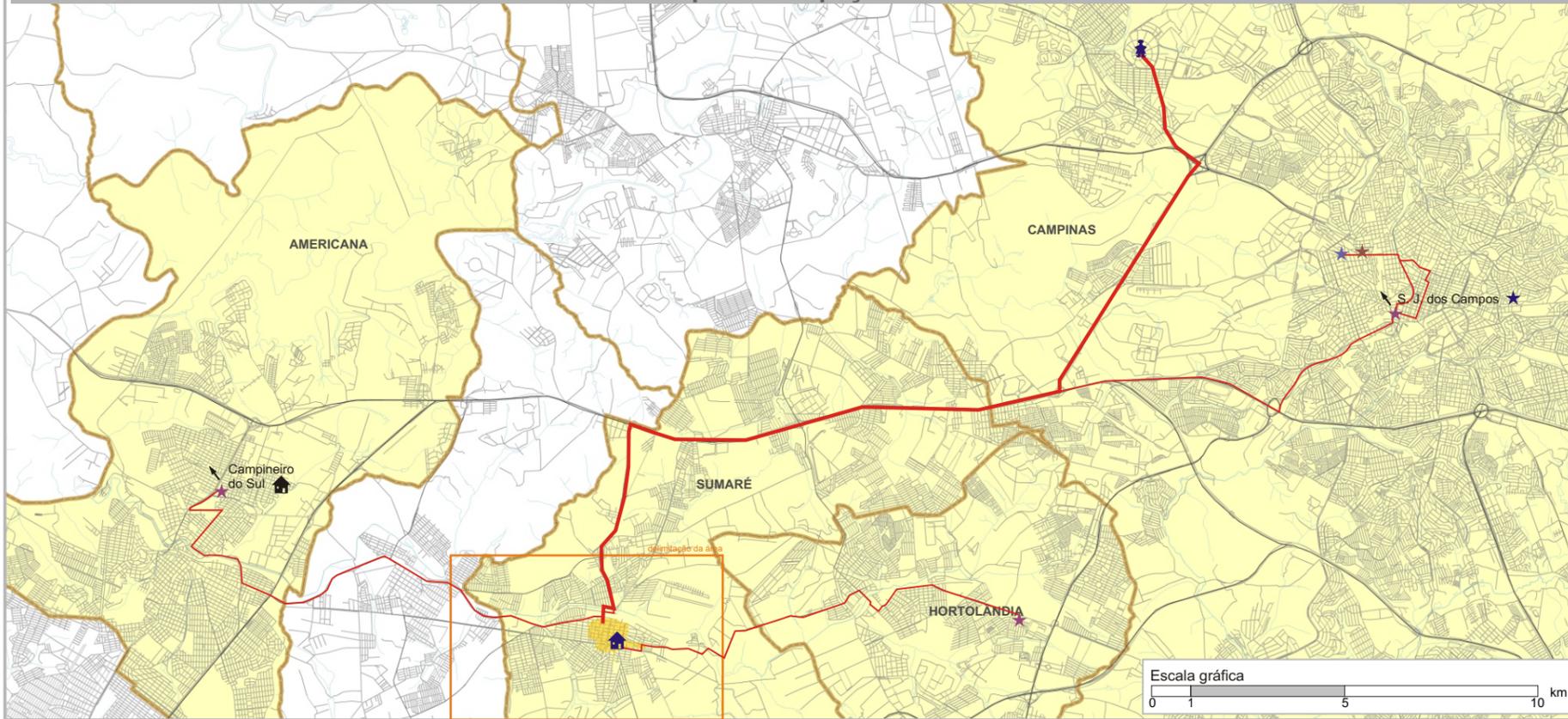
No ano passado, sua irmã caçula (nove anos mais nova) veio para cidade para terminar o ensino médio, algo que Gk. e seu irmão mais velho também haviam feito (no Paraná). Sua irmã estuda em Hortolândia, numa pequena escola



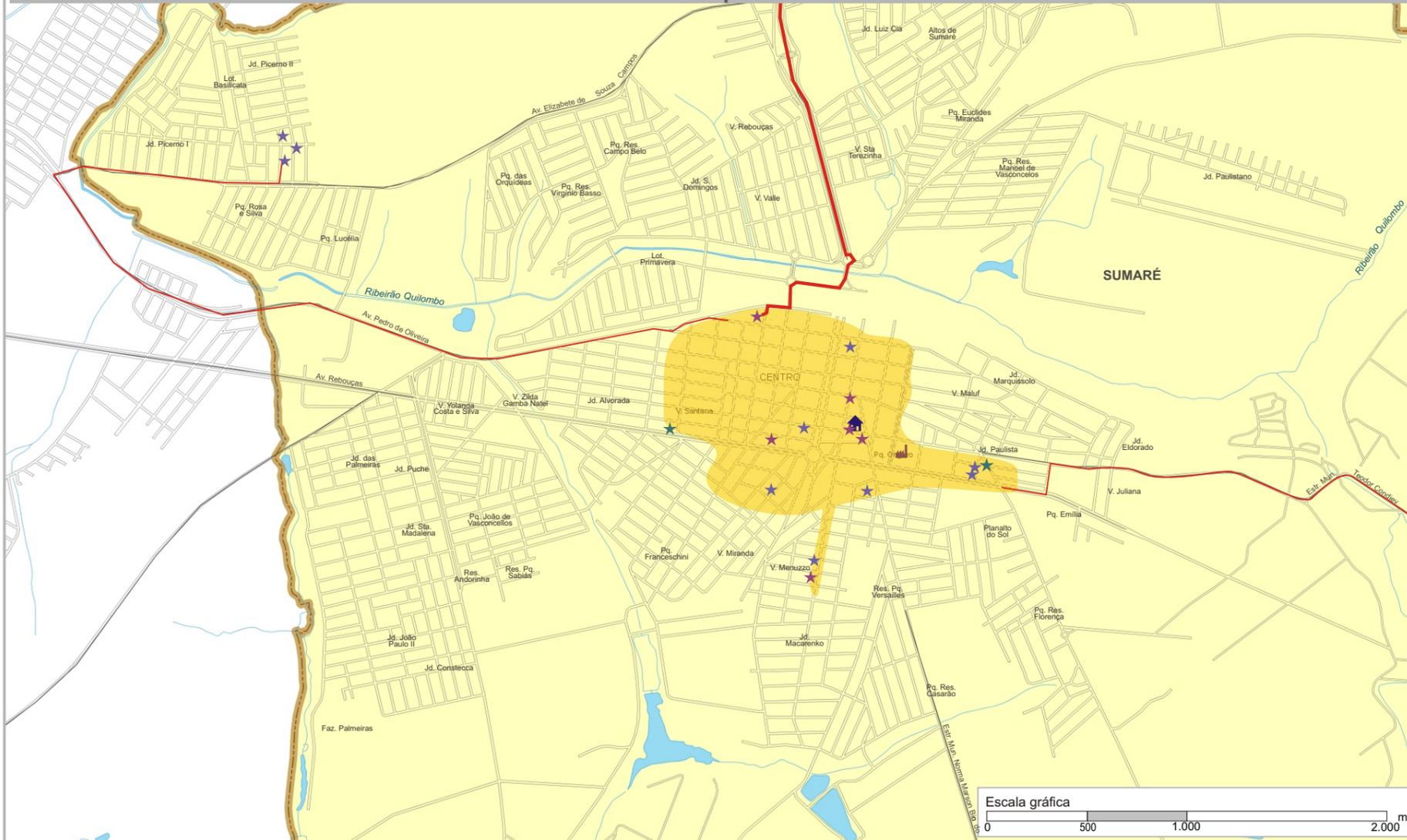
Legenda		
Limites municipais	Municípios do espaço de vida	Lugar de trabalho
Rodovias principais	Território	Lugar de trabalho da memória
Acessos secundários	Trajetos do espaço de vida (cotidiano)	Lugares relacionados ao trabalho
Sistema viário	Trajetos do espaço de vida (mais esporádico)	Lugares do casulo protetor (família)
Hidrografia	Casa	Lugares de encontros (serviços)
Quadras	Casa natal	Lugares de encontros (lazer)
	Instituição de ensino	Lugares de encontros (pessoal)
	Instituição de ensino da memória	Lugares da memória

Sistema de projeção UTM Zona 23      Autor: Eduardo J. Marandola Jr.      Base cartográfica: Emplasa, 2003.  
 Elaboração: Marina Piazzon Teixeira

Municípios do espaço de vida



Área ampliada



RMC



Legenda

- Limites municipais
- Municípios do espaço de vida
- Rodovias principais
- Território
- Acessos secundários
- Trajetos do espaço de vida (cotidiano)
- Sistema viário
- Trajetos do espaço de vida (mais esporádico)
- Hidrografia
- Casa
- Lugar de trabalho
- Casa natal
- Lugar de trabalho da memória
- Lugares relacionados ao trabalho
- Lugares do casulo protetor (família)
- Lugares de encontros (serviços)
- Lugares de encontros (lazer)
- Lugares de encontros (pessoal)
- Lugares da memória
- Instituição de ensino
- Instituição de ensino da memória



Sistema de projeção UTM  
Zona 23

Autor: Eduardo J. Marandola Jr.  
Elaboração: Marina Piazzon Teixeira

Base cartográfica: Emplasa, 2003.

Figura 7.5 Migrante em Sumaré

MAPA DO ESPAÇO DE VIDA DE Gk.

particular. Esta escolha deveu-se a partir do contato com a diretora e com um professor de lá, apresentando melhor condição de preço. Ir para onde cidade estudar, a princípio, não pareceu uma boa idéia, mas a praticidade da locomoção (o ônibus passa perto da casa de Gk. e para na frente da escola) e o preço acabaram pesando à favor dessa escolha. Como sua irmã vinha de uma escola praticamente rural, não colocá-la numa escola maior ou de ritmo mais puxado foi uma estratégia de atenuar a transição.

Gk. afirma que a vinda da irmã mudou muito sua relação com a casa. Se antes era um apartamento meio vazio, agora o fazer as refeições juntas, a companhia para realizar tarefas e os horários são elementos que dão ritmo ao cotidiano e adensam a casa, num estar-junto. A casa, se era antes um dos poucos pontos de segurança existencial para ela no vasto espaço regional, com a co-habitação com a irmã se adensou consideravelmente. Por outro lado, o bairro de sua casa é fator preponderante para ela sentir-se segura e estável. Ela não pensa em se mudar da casa, já que a proximidade do centro lhe dá liberdade de ir e vir e resolver tudo o que necessita. Até os passeios pela Avenida Sete de Setembro, o principal eixo comercial de Sumaré, são contabilizados como entretenimento. Embaixo de sua casa há uma lanchonete onde ela compra fiado e os donos 'cuidam dela'. Na frente, a manicure que desenvolveu relacionamento também. O tatuador e seu assistente se tornaram seus amigos, assim como colegas de trabalho.

A mobilidade de Gk. na região é muito limitada, circunscrevendo-se apenas à rodoviária de Americana, de onde pega ônibus para o Paraná; à Unicamp, onde ingressou na pós-graduação em 2006, indo de ônibus cotidianamente; à rodoviária de Campinas, de onde pega ônibus para São José dos Campos, onde o irmão está morando; à casa de dois amigos e da orientadora em Campinas. A baixa densidade e multiplicidade de lugares e trajetos são notórias, refletindo-se nas estratégias diferenciadas de manutenção do casulo protetor. Gk. mantém contato telefônico com a mãe quase diariamente, compartilhando com ela detalhes cotidianos dos acontecimentos de sua vida. Ligava sempre para amigas de infância e do tempo da universidade, combinando encontros e mantendo os vínculos. E não passava dois meses sem ir para Campineiro do Sul, ficando o máximo de tempo possível lá, inclusive faltando dias de serviço.

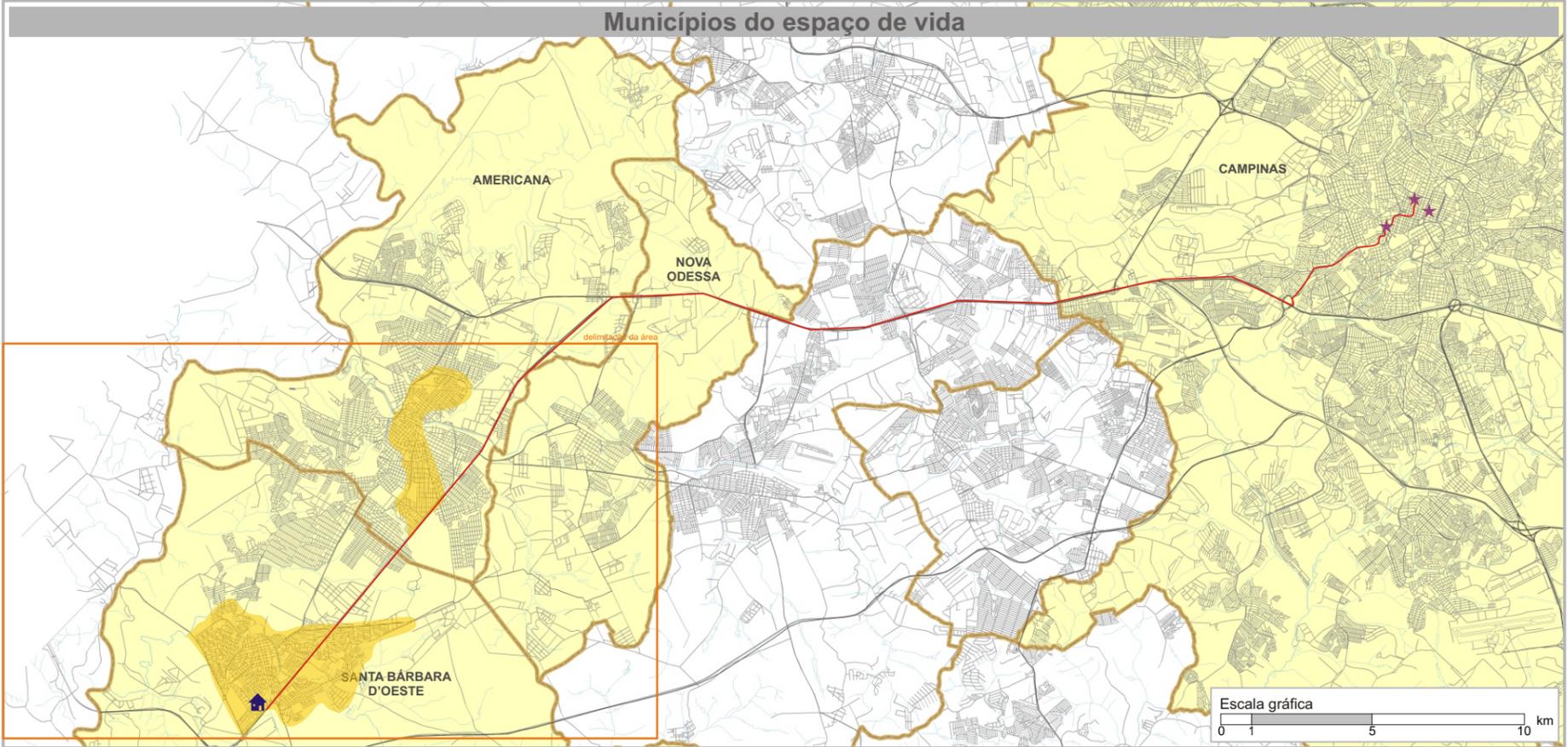
O sentido de casa em Campineiro é muito forte, embora ela já não more lá há 10 anos. No entanto, o esforço em manter os laços vivos, as idas constantes e prolongadas e a precariedade das casas em que morou durante esse período, contribuíram para a permanência de um sentimento de insegurança fora do casulo protetor da casa natal. Nos meses em que viveu em Campo Limpo Paulista isso esteve

bem claro. Gk. dividia a casa com outra professora que também estava ali temporariamente. A casa não foi mobilhada, salvo um colchão e poucos móveis no quarto. O sobrado de dois quartos tinha a sala vazia e na cozinha só uma geladeira usada, uma pia e um fogareiro. Todas as vezes em que Gk. estava em Campineiro e tinha que voltar, naquele ano, chorava de tristeza, quase inexplicável. Não que não tenha feito amizades (algumas muito significativas) entre os professores em Campo Limpo, mas o não acolhimento da casa e o sentido de transitoriedade repeliam e a deixavam sempre em suspensão, à espera da mudança.

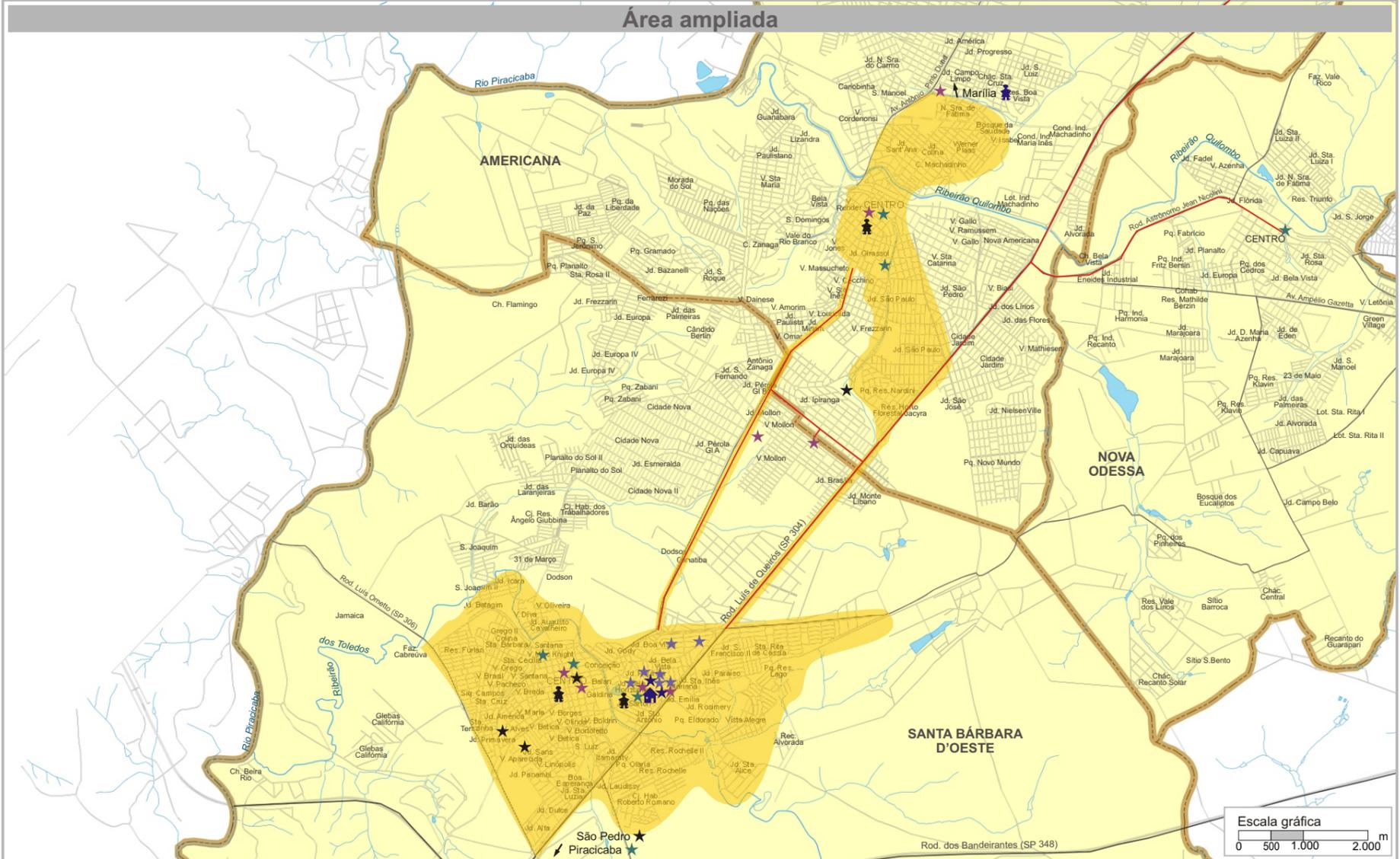
Em Sumaré, embora não a veja como a cidade que pretenda morar pelo resto de sua vida, Gk. encara que haverá uma permanência, ao menos por mais três anos, isso ainda a depender de onde sua irmã consiga ingressar num curso superior. Em vista disso, está constituindo laços, adensando a casa no sentido de acumular, adorná-la e torná-la o centro de sua habitação. Hoje ela já sente saudade de sua casa quando está em Campineiro do Sul, pois mesmo que com Sumaré não esteja estabelecendo laços de envolvimento profundos, o apartamento em cima da lanchonete já é sua casa, mais do que a de Campineiro. Esta é de sua mãe, sua terra natal, mas a casa que é dela é aquela, que ela está construindo junto com ela própria.

Experiência semelhante está passando Gl., 20 (Figura 7.6). Embora seja nascida em Santa Bárbara D'Oeste, com seus pais já estabelecidos (chegaram à cidade em 1972, vindos do Pará), Gl. entrou na universidade em Marília no último ano, tendo passado 2007 entre a nova cidade e Santa Bárbara D'Oeste. A exemplo de P. ou Gk., ela não se desligou de sua cidade, vindo periodicamente para 'casa' e mantendo com Marília uma relação bastante limitada em torno da universidade. Em Santa Bárbara D'Oeste, Gl. mora na mesma casa desde os três anos de idade, constituindo nela forte relação e pertencimento. Conhece 'todo mundo' em seu bairro, o Jardim Bela Vista, onde moram suas amigas desde a infância, incluindo sua irmã já casada (e sobrinhos) e outra irmã mais velha que mora com os pais. O irmão mais velho mora no Espírito Santo com dois filhos e a esposa. Quando os pais vieram para Santa Bárbara D'Oeste, não trouxeram nenhum outro parente. Sua família na cidade resume-se ao núcleo básico de irmãos, pais e sobrinhos. Sua relação com o bairro e a cidade é bastante intensa. Com hábito de andar de bicicleta ou mesmo caminhar, conheceu muitas áreas da cidade. Seu território inclui toda a parte do núcleo original da cidade, além da região central de Americana, onde fez cursos de informática, ia para andar no centro ou a alguma pizzaria. O zoológico era lugar da infância e o centro da cidade era opção secundária ao centro de Santa Bárbara D'Oeste para compras.

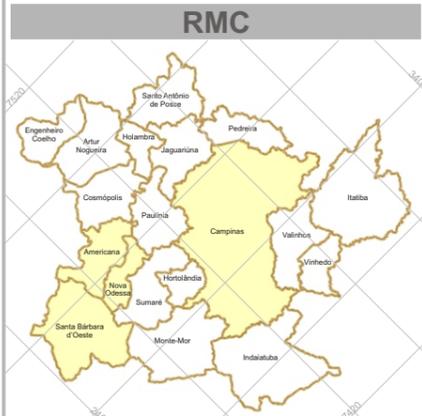
### Municípios do espaço de vida



### Área ampliada



### RMC



### Legenda

- |                     |  |                                      |
|---------------------|--|--------------------------------------|
| Limites municipais  | Municípios do espaço de vida                 | Lugar de trabalho                    |
| Rodovias principais | Território                                   | Lugar de trabalho da memória         |
| Acessos secundários | Trajetos do espaço de vida (cotidiano)       | Lugares relacionados ao trabalho     |
| Sistema viário      | Trajetos do espaço de vida (mais esporádico) | Lugares do casulo protetor (família) |
| Hidrografia         | Casa   | Lugares de encontros (serviços)      |
| Quadras             | Casa natal                                   | Lugares de encontros (lazer)         |
|                     | Instituição de ensino                        | Lugares de encontros (pessoal)       |
|                     | Instituição de ensino da memória             | Lugares da memória                   |



Sistema de projeção UTM  
Zona 23

Autor: Eduardo J. Marandola Jr.  
Elaboração: Marina Piazzon Teixeira

Base cartográfica: Emplasa, 2003.

Mas é no bairro e no centro de Santa Bárbara D'Oeste que vemos uma densidade e concentração de lugares. As relações na região são pequenas, sendo que Gl. nunca teve uma rotina de viajar para além de Santa Bárbara D'Oeste-Americana. Em Campinas, idas ao centro para comprar coisas que não encontrava em nenhuma das duas cidades; em Nova Odessa, um bar muito conhecido na região é lugar freqüentado à noite; em Piracicaba, idas a bares/boates também no período noturno. Na infância menciona sair com os pais para São Pedro, em um clube de campo. Mas é no centro da própria cidade que ela lista vários lugares que freqüentava, como o Esporte Clube Barbarense, o União Agrícola Barbarense, o Parque Infantil Dona Antonieta M. Biondi, a Praça 9 de Julho, onde está a biblioteca e o teatro municipal. Esses lugares circunscrevem toda a área central da cidade, a qual era percorrida de ônibus sem a companhia dos pais. O próprio bairro, era muito movimentado, com crianças brincando até de noite e as mães conversando em cadeiras na calçada.

Contudo, nos últimos anos, Gl. percebe uma mudança, pois já não se vê crianças na rua e mesmo para chegar em sua casa ela tem receio, por conta da sombra das árvores em frente de casa e pelas ruas sem movimento que tem que percorrer. A causa, em sua opinião, é que o bairro é de passagem entre o centro e bairros mais distantes, que surgiram mais recentemente, o que trouxe para o bairro o trânsito de pessoas estranhas, desconhecidas. Assim, embora conheça muito o bairro, continue tendo muitos conhecidos nele e tenha praticamente sempre vivido ali, à noite, a partir de certa hora, só se sente realmente segura quando entra em casa.

O espaço de vida de Gl. é muito focado em Santa Bárbara D'Oeste, sendo para ela muito natural estar por ali. Não vê a cidade como cidade dormitório, mas entende que há duas 'Santas Bárbaras': a da cidade velha e a da cidade nova. A primeira é o núcleo tradicional enquanto a segunda é a faixa que se desenvolveu desconectada dele, expandindo-se a partir de Americana. A comum as pessoas da cidade nova afirmarem morar em Americana, assim como o próprio Tivoli Shopping também é entendido como estando em Americana (apesar de uma discreta placa na Avenida Santa Bárbara que aponta. No entanto, o crescimento de Santa Bárbara D'Oeste se direciona para ocupar todo o vazio que ficou entre as 'duas cidades', tendendo a diluir essas separações em termos morfológicos. No entanto, em qual cidade a população da cidade nova preferirá dizer que mora?

R., 70, morador de Sumaré, também expressa essa relação de apego à cidade de resistência aos processos externos (Figura 7.7). Descendente de italianos, de família tradicional da cidade, R. nasceu em fazenda em Campinas, mas logo mudou-se

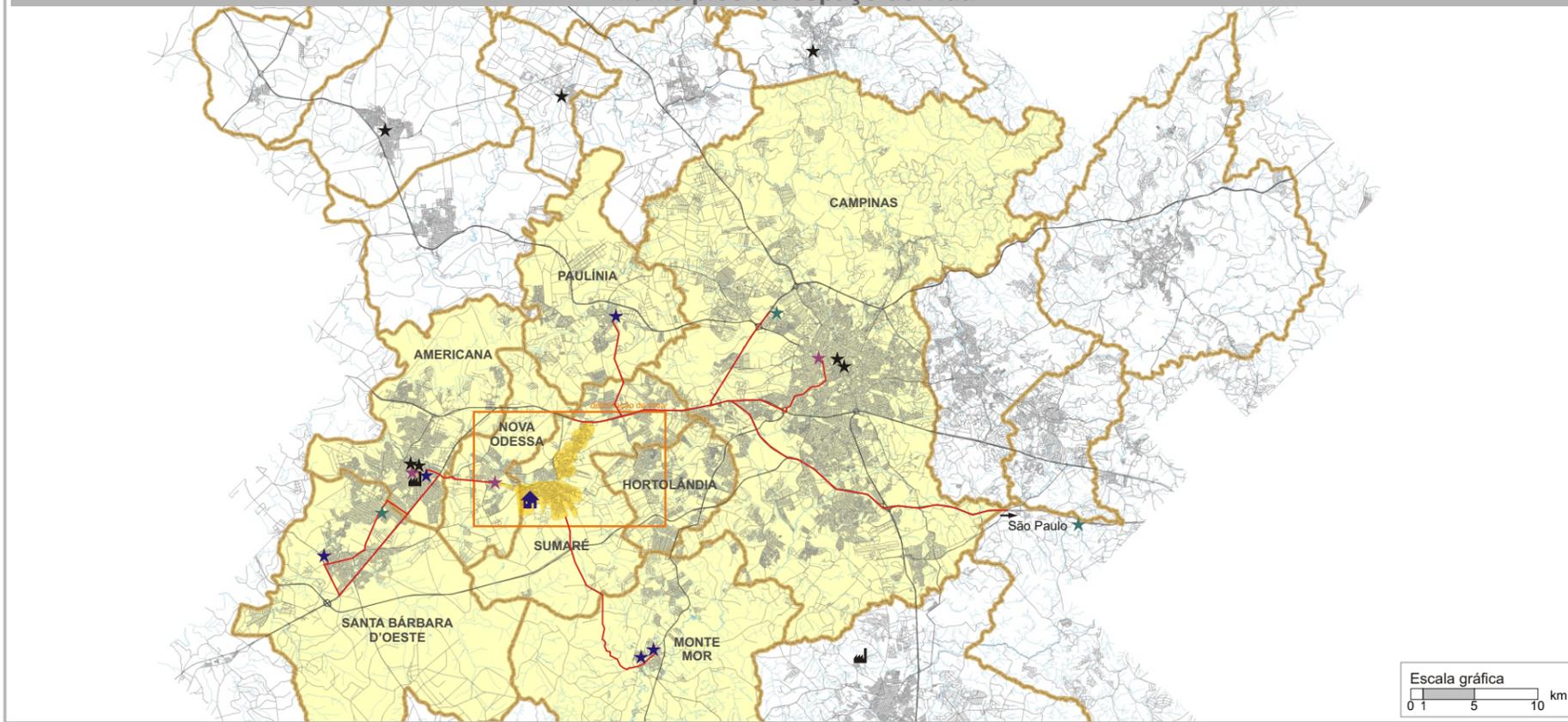
para Sumaré, morando em várias fazendas onde conseguia trabalho. Uma das casas que marcou R. nesse período foi a fazenda dos Pedroni, do lado da represa do Marcelo. A família fixou-se em definitivo quando o pai optou por trabalhar como pedreiro. Aprendeu com o pai o ofício, o qual exerceu a vida toda, depois de trabalhar em uma tecelagem. Por conta de um problema na coluna, tentou uma sociedade numa mercearia com um cunhado, em Americana. Ficou lá três anos e voltou a trabalhar como pedreiro. Em 1973, outro cunhado, experiente plantador de tomates, o convidou a trabalhar em sociedade em Indaiatuba. Lá ficou três anos e com sucessivas perdas na plantação (o último ano foi uma perda total à véspera da colheita), resolveu voltar para Sumaré e trabalhar como pedreiro, que tinha segurança de que receberia após o trabalho.

Tem parentes em Monte Mor (por parte da esposa), em Artur Nogueira (sobrinho), em Americana (cunhado, sobrinhos) e Santa Bárbara D'Oeste (prima). Costumava ir a Pedreira e a Holambra, para comprar louças e ir à Expoflora, respectivamente. Campinas sempre foi uma referência, principalmente por conta do cinema. Por ser apaixonado pelo cinema, R. ia à Campinas com frequência para freqüentar os cines Windsor e Regente. Ia também ao Cine Cacique, em Americana, e nas salas de cinema de Sumaré. Até hoje freqüenta os cinemas, especialmente o de Sumaré, o do Tivoli Shopping e do Parque Dom Pedro. Aliás, R. gosta de shopping, do movimento, do passeio, embora prefira fazer suas compras em Sumaré.

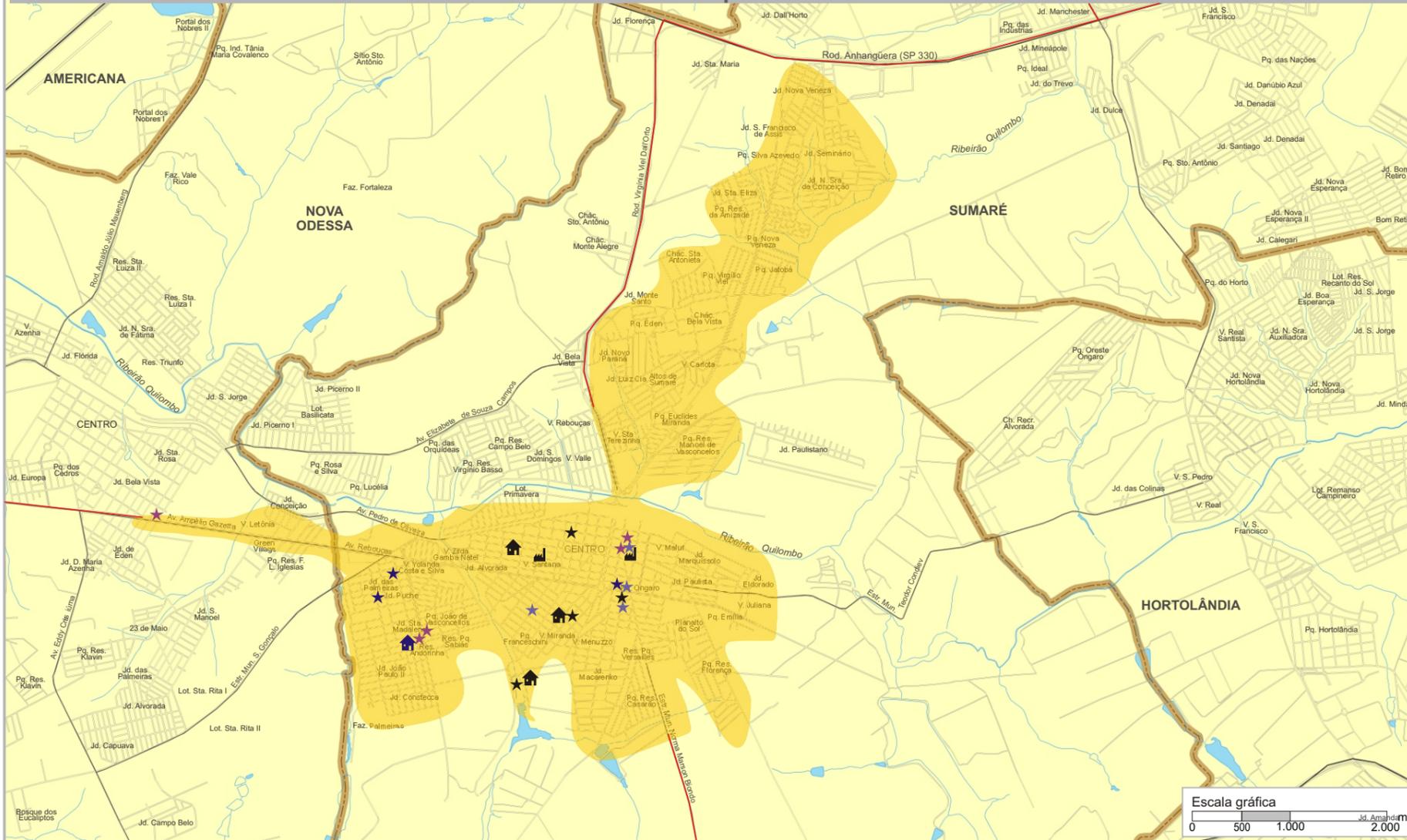
Outra cidade que R. costumava ir é São Paulo. Diz que por vezes pegava o trem para ir lá só andar, "pois nenhum lugar tem tanta coisa como São Paulo", diz. Campinas freqüentou pouco, mais na juventude em busca do cinema. As demais cidades onde possui parentes apenas ia e voltava, sem estabelecer maiores laços. É em Sumaré mesmo que R. tem segurança e apego, conhecendo muito bem a cidade em seu núcleo central e seus moradores.

Sobre as casas que morou, a mais especial da infância foi a próxima à represa do Marcelo, tendo lembrança de seu pai e de brincadeiras na represa, embora não tenha morado longo período em nenhuma casa na infância. Já casado, a casa que mais viveu foi na Vila Miranda, por 15 anos. Ali foi o auge de um processo de compra e construção de casas que o trazia cada vez mais perto do centro, numa condição e casa melhor. Na casa da Vila Miranda, viu os filhos crescerem (teve três: 1959, 1961 e 1966) casarem e os primeiros netos nascerem. Tinha árvores de frutas, ampla e confortável. O jardim deixa saudades. R. teve de deixar a casa por conta de um problema grave de saúde que o obrigou a vender quase tudo que tinha. Trabalhando como autônomo, sem pagar INSS, gastou quase tudo o que acumulara ao longo dos anos.

### Municípios do espaço de vida



### Área ampliada



### RMC



### Legenda

- Limites municipais
- Rodovias principais
- Acessos secundários
- Sistema viário
- Hidrografia
- Quadras
- Municípios do espaço de vida
- Território
- Trajetos do espaço de vida (cotidiano)
- Trajetos do espaço de vida (mais esporádico)
- Casa
- Casa natal
- Instituição de ensino
- Instituição de ensino da memória
- Lugar de trabalho
- Lugar de trabalho da memória
- Lugares relacionados ao trabalho
- Lugares do casulo protetor (família)
- Lugares de encontros (serviços)
- Lugares de encontros (lazer)
- Lugares de encontros (pessoal)
- Lugares da memória

Sistema de projeção UTM Zona 23      Autor: Eduardo J. Marandola Jr.      Base cartográfica: Emplasa, 2003.  
 Elaboração: Marina Piazzon Teixeira

Mudou para algumas casas de aluguel, até construir três cômodos no fundo da casa da filha, que mora no jardim João Paulo II, sua atual residência. Mudou-se quando o neto mais velho tinha três anos; depois vieram mais três. Outro filho mora próximo, no jardim das Palmeiras. Tem no total 10 netos e um bisneto, todos morando em Sumaré. Embora sinta ter perdido a casa e o que acumulou, hoje sente-se bem em morar com a filha e os netos, pois pode usufruir de uma relação muito próxima com eles. Gosta do bairro pois tem um supermercado próximo e para o que precisa fazer no centro tem seu carro. Ainda trabalha, fazendo pequenos serviços, o que lhe dá mobilidade na cidade toda. Mas em termos de mobilidade regional, embora ainda mantenha laços fortes com os parentes em várias cidades, as visitas já não são freqüentes. Assim como O., é da família que deriva a maior sustentação do casulo protetor, mas ao contrário dele, R. tem um território mais amplo, com uma mobilidade maior, talvez por ainda manter-se em atividade ou mesmo pela dimensão e intensidade urbana de Sumaré, menor que a de Americana.

Mas nem todos chegam à velhice com um casulo protetor imediato. J., 60, nascido e criado em Nova Odessa, vive sozinho em sua casa num terreno com outras duas famílias (Figura 7.8). Casou-se na juventude, mas o casamento durou menos de dois anos. Desde então, sempre morou sozinho. Filho de imigrantes italianos, teve uma vida mais ou menos errante, embora não tenha saído de Nova Odessa. Nasceu na Anhanguera, no posto Pitanguí, onde foi criado nos primeiros anos de vida. Viveu no Santa Rosa, no Jardim Viel, em Sumaré e no Jardim Florely, durante a época que trabalhou na 3M e na Eletrometal (atual Villagio), ambas na via Ananguera, já em Sumaré. Entre os dois empregos, conseguiu um trabalho em Jaú, onde ficou dois anos e voltou, já que não conseguiu fixar-se lá.

Embora não tenha filhos, tem irmãos e sobrinhos com quem mantém contato. Mas sua vida hoje é no centro de Nova Odessa. Mora no Jardim do Éden há mais de 22 anos e todos os dias vai ao centro no bar do China, na Avenida Carlos Botelho, e na padaria Tutti Pan, ajudar nos afazeres. Diz que o faz por passatempo, não como um emprego, e nem recebe por isso. Muito conversador, não se conteve e quis contar muitas coisas de sua vida. Costuma ir numa casa de shows na saída de Nova Odessa para Americana, onde pode divertir-se e conhecer pessoas. Mas não mantém nem tenciona manter nenhum relacionamento. Sempre foi só e assim quer continuar sendo.

Teve amigos, mas eles já se foram. Dois moravam no centro de Nova Odessa, enquanto outro amigo de infância, que morava na Vila Azenha, faleceu três anos

atrás. Para J., foram perdas fortes que mudaram bastante sua vida, afirma. Estes eram seus companheiros de toda hora, que estavam sempre juntos, sua família. Com essas perdas e a sua própria idade chegando, J. achegou-se mais aos sobrinhos, que sempre lhe procuraram, e procura derivar deles um pouco de aconchego familiar.

Sobre sua mobilidade na região, circulou por conta dos empregos (principalmente pela 3M), mas sem um foco específico. Conheceu muito Sumaré e Americana, por conta de bailes. Aquilo que o comércio local não oferecia, buscava primeiro em Americana e depois em Campinas. Mas o eixo de sua experiência, ao longo da juventude e da idade adulta, foi a Anhanguera. J. mal percebe a diferença entre os municípios, identificando os lugares ao longo da rodovia a partir das empresas e das saídas. Sua experiência de trabalho e de mobilidade ao longo dela é mais localizada que aquela que P. tem ou os demais conversantes. A Anhanguera para ele é vivida pontualmente, pois ele conhece as entradas, as pausas, as saídas. Morou e trabalhou em diferentes lugares dela. A Anhanguera é mencionada em sua narrativa como ponto, como lugar, não como meio para se chegar aos lugares.

Estando sua experiência tão atrelada à Anhanguera, Americana, Nova Odessa e Sumaré aparecem ao mesmo tempo em seu espaço de vida, compondo um todo ligado pela rodovia. Embora a experiência das cidades seja diferenciada, o elo que as une, garantindo a interação espacial, é a rodovia.

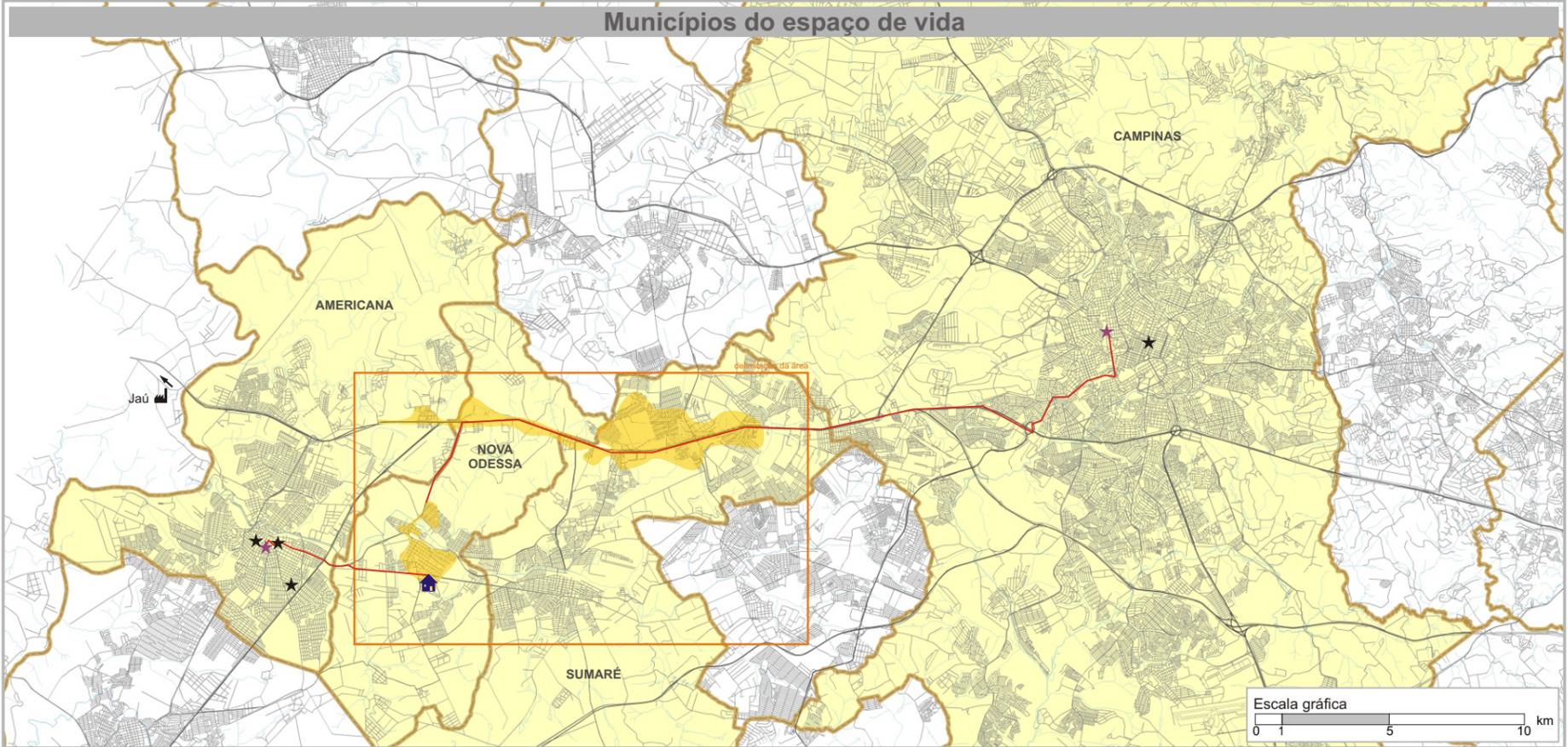
Para C., 31, residente em Sumaré, a Anhanguera pode ser o seu lugar de trabalho (indústria química), mas está longe de ser um lugar (Figura 7.9). Natural de Catanduva, mudou-se para a região pelo emprego, em 2004, e optou por morar em Sumaré, com a esposa e um filho no Condomínio Residencial Parque dos Sabiás, próximo ao jardim João Paulo II. A esposa trabalha em Americana, como representante comercial, e o filho (4 anos) fica o dia todo na escola. Eles possuem dois carros e todos os dias cada um vai a uma direção trabalhar. A esposa leva o filho e o busca, no final da tarde.

O condomínio que moram possui 10 Blocos de prédios de quatro andares (térreo mais três pavimentos), com características mistas de um empreendimento popular e de classe média. Talvez visando uma classe com menos recursos, a construtora acabou, no contexto imobiliário da cidade, atingindo outra classe, o que dotou o condomínio de algumas características particulares. Estas ficam mais claras no contexto metropolitano e urbano. Como as empresas e indústrias mantêm uma alta rotatividade de seus funcionários entre as sucursais, além da sempre crescente

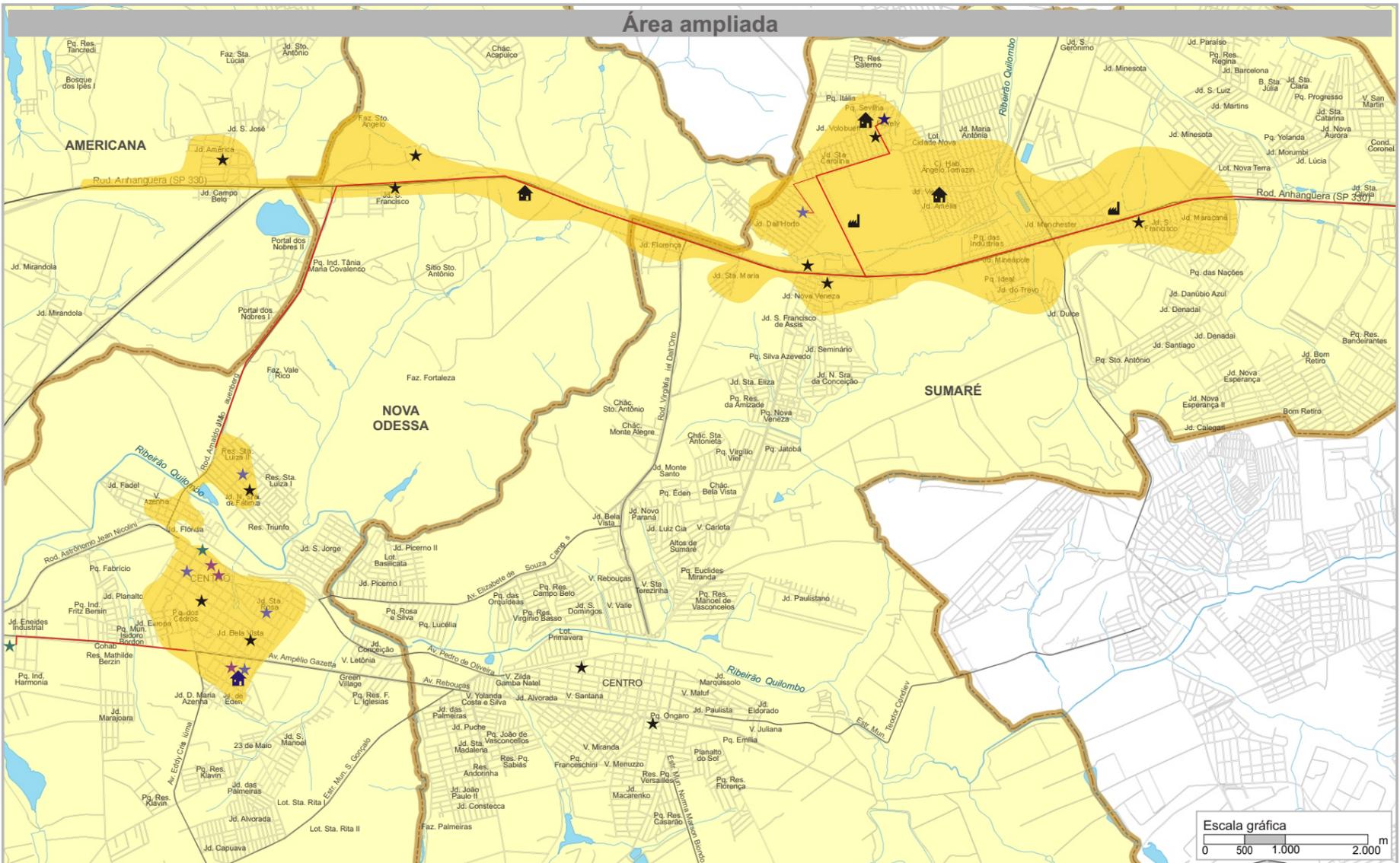
# HABITAR EM RISCO

mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana

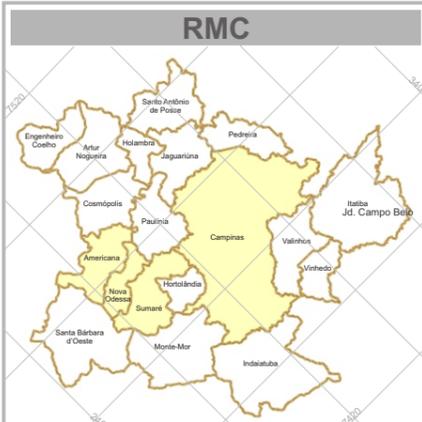
## Municípios do espaço de vida



## Área ampliada



### RMC



### Legenda

- Limites municipais
- Municípios do espaço de vida
- Rodovias principais
- Território
- Acessos secundários
- Trajetos do espaço de vida (cotidiano)
- Sistema viário
- Trajetos do espaço de vida (mais esporádico)
- Hidrografia
- Casa
- Quadras
- Casa natal
- Instituição de ensino
- Instituição de ensino da memória
- Lugar de trabalho
- Lugar de trabalho da memória
- Lugares relacionados ao trabalho
- Lugares do casulo protetor (família)
- Lugares de encontros (serviços)
- Lugares de encontros (lazer)
- Lugares de encontros (pessoal)
- Lugares da memória

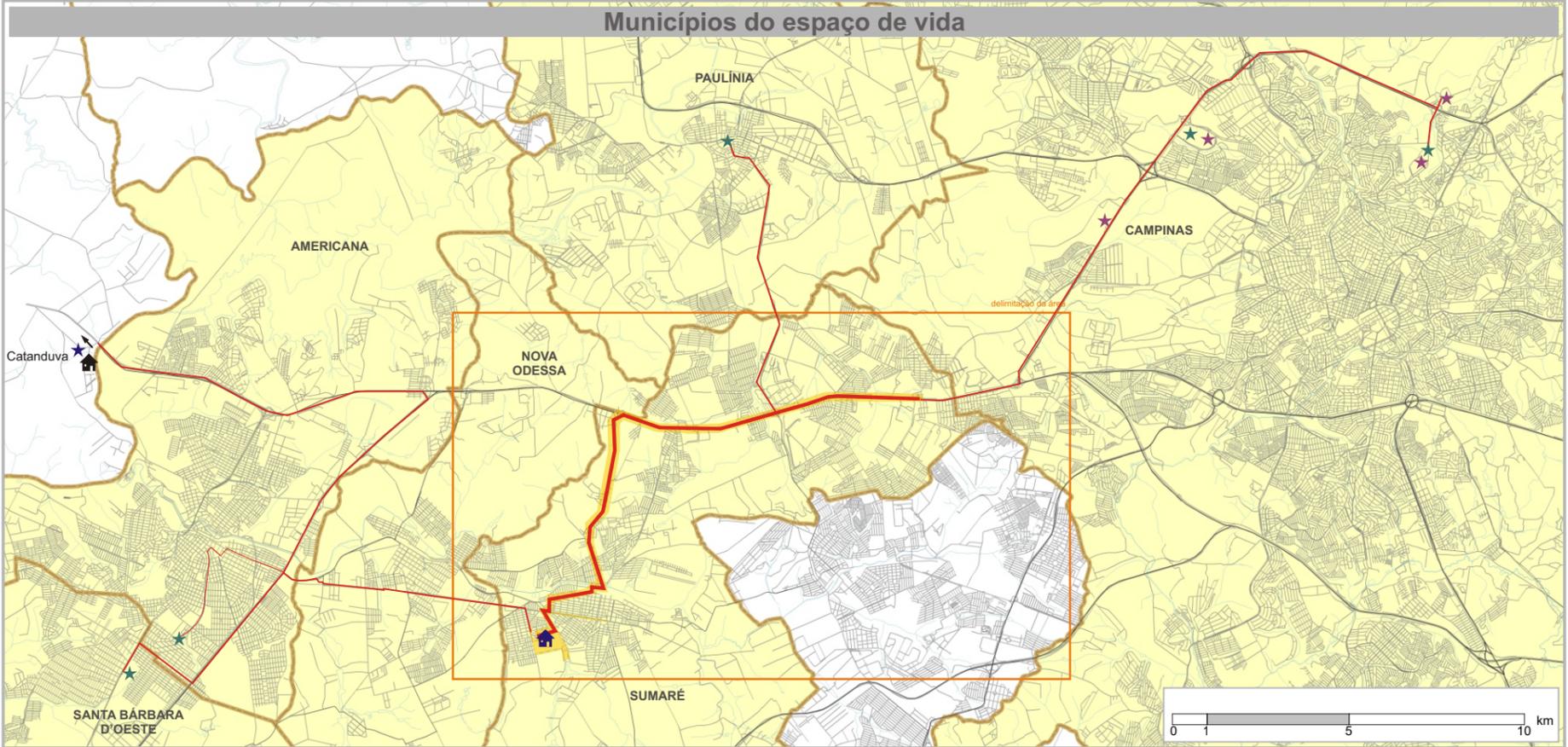


Sistema de projeção UTM  
Zona 23

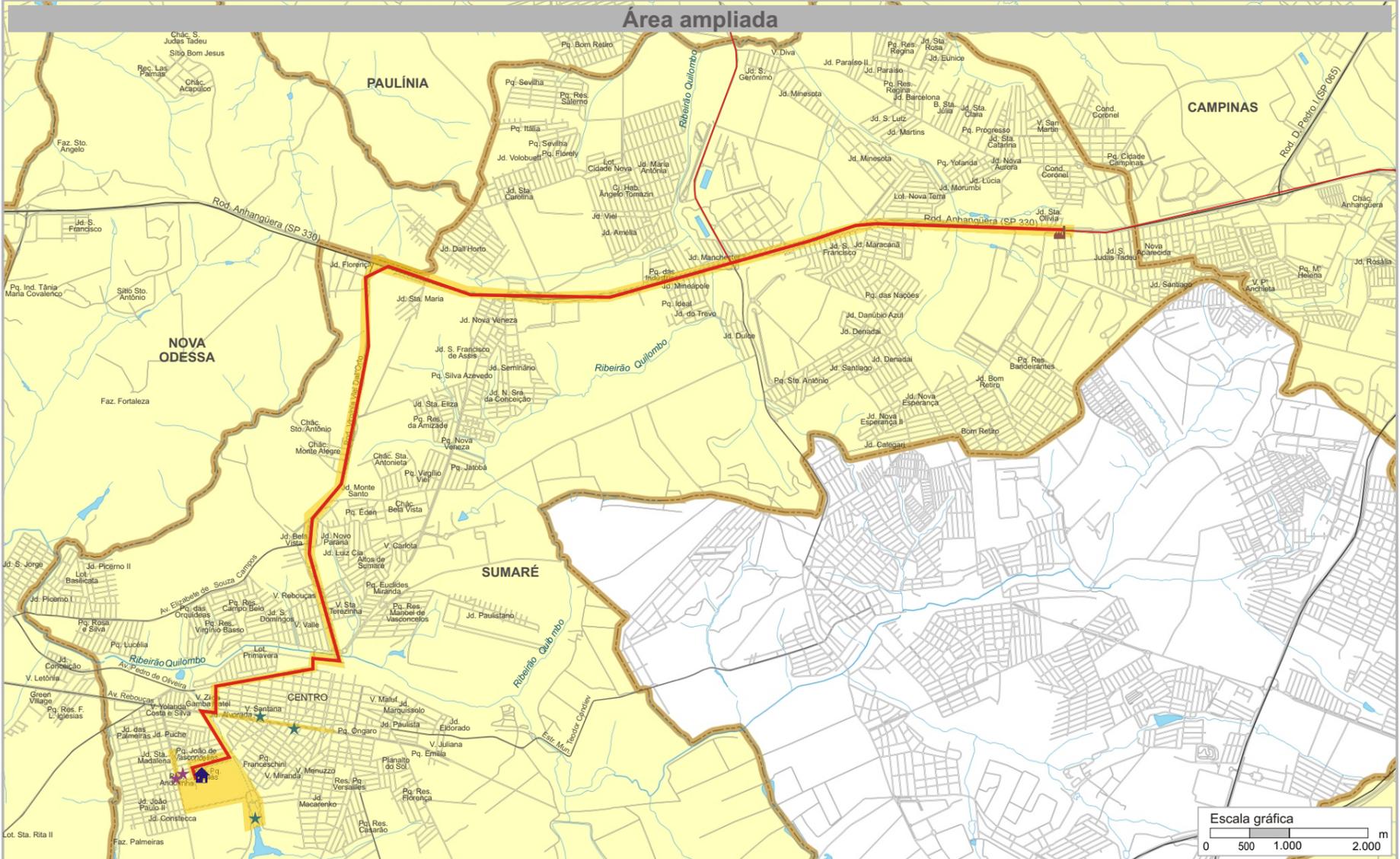
Autor: Eduardo J. Marandola Jr.  
Elaboração: Marina Piazzola Teixeira

Base cartográfica: Emplasa, 2003.

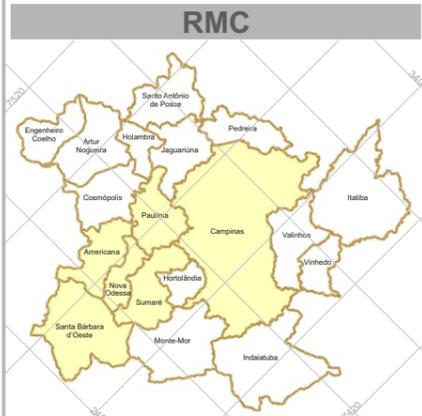
### Municípios do espaço de vida



### Área ampliada



### RMC



### Legenda

- Limites municipais
- Municípios do espaço de vida
- Território
- Trajetos do espaço de vida (cotidiano)
- Trajetos do espaço de vida (mais esporádico)
- Casa
- Casa natal
- Instituição de ensino
- Instituição de ensino da memória
- Limites municipais
- Rodovias principais
- Acessos secundários
- Sistema viário
- Hidrografia
- Quadras
- Lugar de trabalho
- Lugar de trabalho da memória
- Lugares relacionados ao trabalho
- Lugares do casulo protetor (família)
- Lugares de encontros (serviços)
- Lugares de encontros (lazer)
- Lugares de encontros (pessoal)
- Lugares da memória



Sistema de projeção UTM  
Zona 23

Autor: Eduardo J. Marandola Jr.  
Elaboração: Marina Piazzola Teixeira

Base cartográfica: Emplasa, 2003.

necessidade de profissionais qualificados, aumentou a procura por tais moradias na microrregião para o perfil de classe média, com espaço de vida metropolitano, usuários do automóvel e das rodovias, demandando segurança. As casas do centro das cidades não atendem estas pessoas, pois não apresentam a segurança necessária. Alguns bairros surgiram nos últimos anos, com padrões mais elevados, que receberam parte da classe alta da cidade e alguns destes migrantes. No entanto, no contexto metropolitano, a procura maior é por condomínios, horizontais ou verticais. E neste caso, o mercado imobiliário da microrregião não está pronto para atender a essa demanda. Em Sumaré, esse condomínio é uma das poucas opções nessa equação da escolha do onde morar.

A maior parte dos 304 apartamentos de padrão médio (com três quartos) é de propriedade de sumareenses que residem em suas casas e alugam os apartamentos para os migrantes chegados na cidade ou aqueles que por aqui ficam temporariamente. É recorrente entre os corretores imobiliários a queixa de falta de alternativas para esses migrantes. Os apartamentos nunca ficam desocupados, havendo sempre vários interessados quando se desocupa um desses imóveis.

A procura pelos apartamentos é maior entre os migrantes porque, sem conhecimento da cidade ou história/memória local, sentem-se inseguros de morar em casas. Como C. afirma, quando justificou a escolha. Segundo ele, a localização permitia o trânsito entre as cidades (seu trabalho exige mobilidade entre elas), possibilitava que sua esposa conseguisse emprego em qualquer uma das cidades próximas (leia-se Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia e até Paulínia), além de apresentar um excelente custo benefício em termos de padrão de moradia e acesso a serviços. Pela localização de sua empresa, poderia ter ido morar em Campinas, mas preferiu ficar em uma cidade menor. Campinas é grande e violenta, e não queria criar o filho ali.

A freqüência a Campinas é pequena, salvo a ida aos shoppings como o Parque Dom Pedro e o Iguatemi, além das e às *megastors* e das compras de mês que faz nos atacados na Rodovia Dom Pedro I. Aos finais de semana, quando não vão a Catanduva (o que fazem mensalmente), C. e a família costumam ir a parques como a Represa do Marcelo (próximo da casa), o zoológico de Americana e o parque de Paulínia. Shopping sempre é um programa para domingo, assim como é nele que as compras são feitas. C., trabalhando o dia todo, mal conhece o centro ou o comércio de Sumaré, enquanto a esposa, trabalhando em Americana, utiliza muito o centro de lá para compras em geral. Mas a preferência é pelos shoppings, que podem ser freqüentados à noite ou aos finais de semana, facilitando a organização da rotina familiar. Com um filho pequeno

e muitas horas de trabalho, não costumam sair à noite, salvo quando vão a Catanduva e encontram os amigos de infância e juventude.

Como não possuem parentes na cidade, portanto o círculo de amizades se limita a alguns colegas de trabalho que, no entanto, moram em outras cidades e limitam as visitas a idas muito ocasionais. A manutenção do casulo protetor se dá a partir das idas à cidade natal, uma vez por mês, às estadas aos feriados e ao telefone. No condomínio em que moram, apesar do tamanho e da quantidade de famílias, não é um lugar fácil para desenvolver amizades, pois composto em sua maioria por migrantes, encaram a estada ali como temporária, além de, como C., terem uma carga de trabalho elevada e um longo trajeto a fazer entre a casa e o trabalho. É freqüente que ele tenha que viajar ou fazer hora extra, o que diminui seu tempo em casa, tornando mais difícil o estabelecimento de relações.

A expectativa de C. e da família é conseguir mudar-se, mas eles não têm certeza de onde mudar. Sem outras referências na região (amigos, parentes, mesmo a proximidade com o trabalho), eles planejam conseguir voltar a Catanduva, onde familiares e as redes de amigos e conhecidos proporcionam aconchego e segurança.

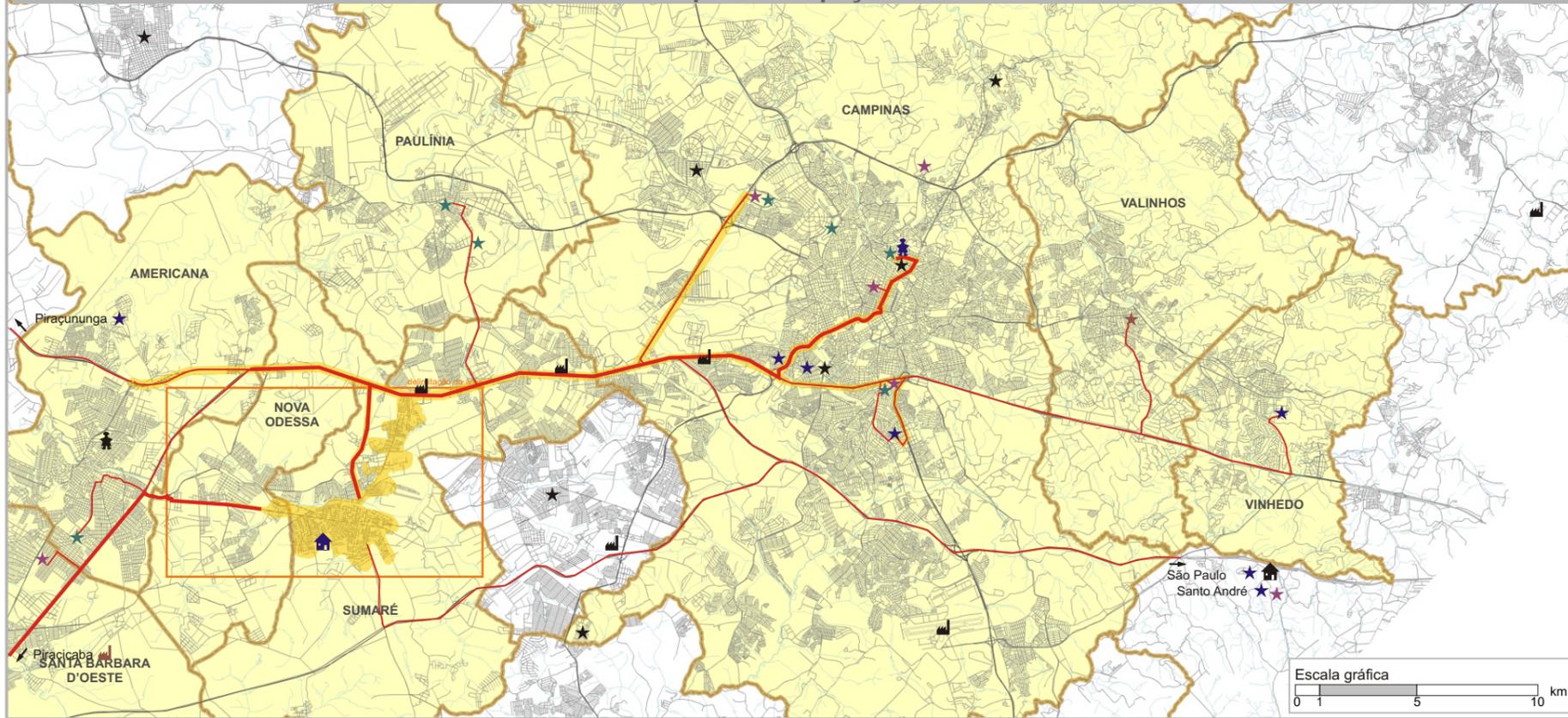
Muitos que se mudaram por questão de trabalho ou família, acabam ficando. Estes passam pelo processo de 'de fora' para 'de dentro', deixando de ser migrantes e tornando-se estabelecidos. Pessoas como Gk., que declaram não planejar ficar, podem acabar nunca mais mudando, o que torna esse habitar atual os primeiros passos para um habitar enraizado, permanente. Na verdade, não há outra forma de habitar senão essa. Enquanto não estabelecemos laços e nos envolvemos, continuamos soltos. Mesmo que o plano seja mudar-se, somente conseguimos derivar segurança existencial quando assumimos a postura do habitar: cultivar laços, cuidar do lugar e dos outros, envolver-se. Muitos que não querem ficar, por relações topofóbicas, deliberadamente não cuidam, não estabelecem laços, porque sabem que se o fizerem será mais difícil partir ou, pior, poderão não desejar partir. Habitar é envolver-se e o que era topofóbico pelo desconhecimento pode tornar-se afetivo e delimitar uma nova casa.

Assim, muitos estão no meio desse processo, com ou sem intenção, de tornarem-se estabelecidos. Mm., 29, é um desses casos, que mesmo sendo migrante (chegou a Sumaré com 12 anos), já se considera um 'de dentro', sumareense (Figura 7.10). Mm. nasceu em Santo André e logo os pais mudaram para Mauá (RMSP). Mudaram-se para a zona Leste de São Paulo quando ele tinha três anos de idade, lá ficaram até Mm. atingir 12 anos, quando a família, seguindo alguns parentes que já

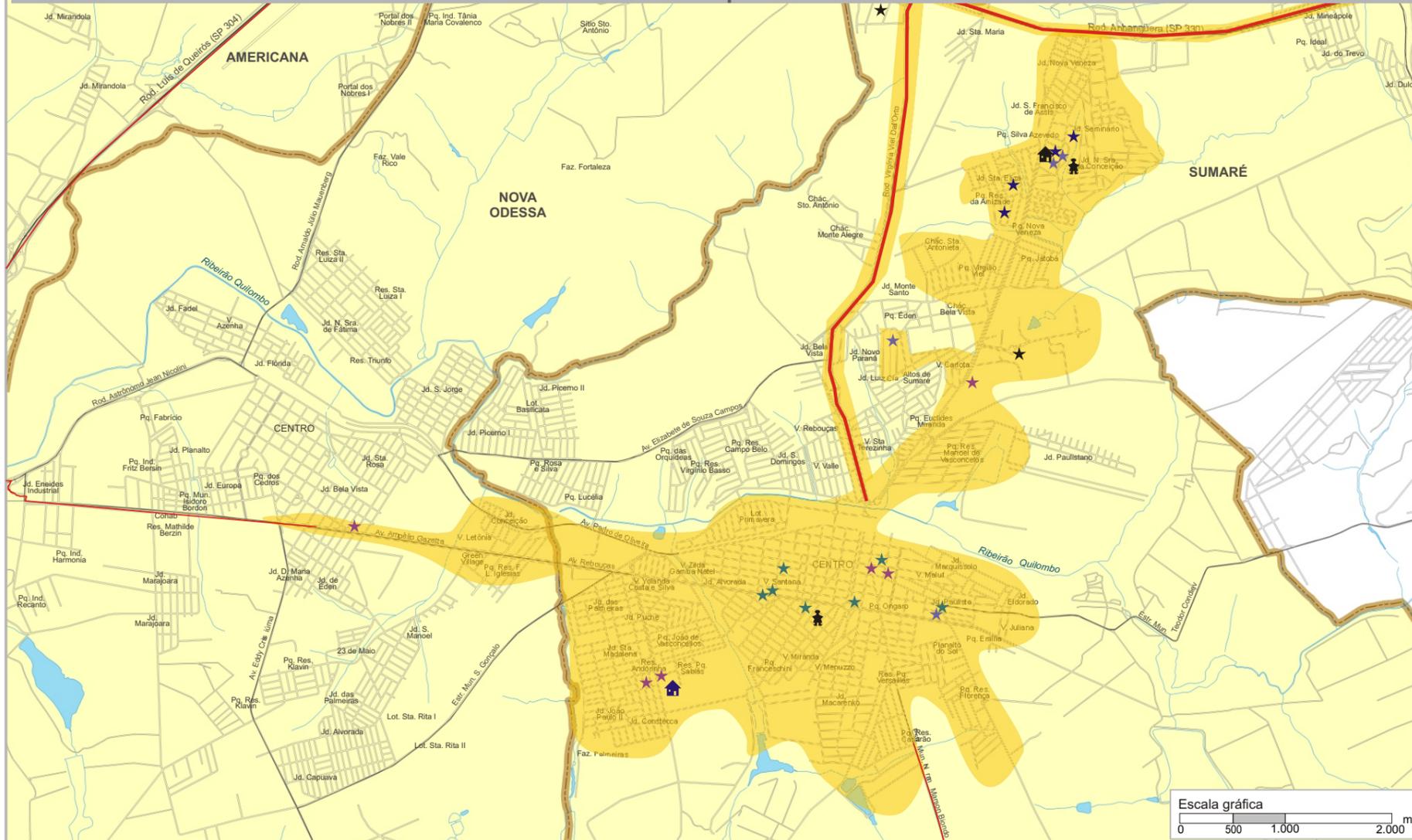
# HABITAR EM RISCO

mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana

## Municípios do espaço de vida



## Área ampliada



### RMC



### Legenda

- Limites municipais
- Municípios do espaço de vida
- Território
- Rodovias principais
- Acessos secundários
- Trajetos do espaço de vida (cotidiano)
- Trajetos do espaço de vida (mais esporádico)
- Sistema viário
- Hidrografia
- Quadras
- Casa
- Casa natal
- Instituição de ensino
- Instituição de ensino da memória
- Lugar de trabalho
- Lugar de trabalho da memória
- Lugares relacionados ao trabalho
- Lugares do casulo protetor (família)
- Lugares de encontros (serviços)
- Lugares de encontros (lazer)
- Lugares de encontros (pessoal)
- Lugares da memória

Sistema de projeção UTM Zona 23      Autor: Eduardo J. Marandola Jr.      Base cartográfica: Emplasa, 2003.  
 Elaboração: Marina Piazzola Teixeira

Figura 7.10 Migrante-estabelecido em Sumaré

MAPA DO ESPAÇO DE VIDA DE Mm.

havam se mudado, vieram para Sumaré. Toda a família de Mm. (pais, tios, avós) são do Rio Grande do Norte. O pai trabalhou em metalúrgica no ABC até vir para Sumaré, onde começou a trabalhar como caminhoneiro, profissão que tem até hoje. Apesar de ter passado quase toda a infância na RMSP, suas lembranças são focalizadas em casa, pois sua mãe tinha medo de deixá-los (ele e o irmão mais novo) brincarem na rua. Assim, mesmo tendo muitos parentes próximos, como uma tia vizinha que mora até hoje na mesma casa, Mm. diz que quando mudaram para Sumaré foi uma etapa completamente diferente na vida. Lembra-se sempre da liberdade, da tranqüilidade e segurança. Mudaram-se para Nova Veneza, onde três tios já moravam. Junto com primos e amigos de escola e do bairro, usufruem uma liberdade que era inimaginada na sua antiga casa.

Assim, onde Mm. experienciou o primeiro sentido de casa foi em Nova Veneza, muito ligado à rua e ao bairro. É desse lugar que ele tem as lembranças mais estabelecidas e, talvez por isso, se veja muito mais como sumareense do que como paulistano, pois sua experiência lá era fechada e limitada.

Mudando-se para Sumaré, Mm. estuda no bairro e depois no Colégio Franceschini, um dos mais antigos da cidade, no centro. Em sua infância, vai com a mãe ao centro da cidade, então muito distante de Nova Veneza. O supermercado e alguns lugares na Avenida Sete de Setembro são lembranças nítidas. Na juventude, Mm. trabalhou em vários lugares ao longo da Anhanguera, e em Campinas, sempre em empresas ou lugares de fácil acesso pelas rodovias. Nessa época, seu deslocamento era por motocicleta, com a qual também ia estudar na Faculdade de Tecnologia em Americana e à casa da namorada, que morava com a mãe no jardim Campos Elíseos. Mm. relata que houve época de ir trabalhar em Viracopos, de manhã, voltar pela Anhanguera no final da tarde, passando por sua casa direto para Americana, na Fatec. No final da aula, à noite, levava sua namorada para casa, em Campinas e voltava para dormir em Nova Veneza. Todo esse trajeto numa moto não era visto como perigoso, mas as mães discordavam e fizeram arranjos para que dormisse na casa da namorada, para diminuir o número de idas e vindas pelas rodovias.

Campinas sempre foi uma referência, em especial para entretenimento e compras. É lá que Mm. faz seu curso de inglês intensivo (quatro vezes por semana). Os shoppings mais freqüentados eram o Campinas Shopping e o Unimart, perto da casa da namorada, e atualmente é o Parque Dom Pedro. Mm. circulou pouco por Americana, fora o Tivoli ou algumas idas ao zoológico. Em Paulínia ele tem uma freqüência maior, indo ao

zoológico e à Rodoviária Shopping. Os bares no Cambuí, em Campinas, também são freqüentados desde a juventude, permanecendo como lugares de lazer.

Mm. se casou no início de 2007, morando em apartamento próprio no Residencial Andorinhas, vizinho do Parque dos Sabiás. Esse tem um perfil um pouco diferente do seu vizinho, tendo origem de habitação popular, com área menor e com mais estabelecidos de Sumaré morando nele do que no Sabiás. Mm. havia comprado há alguns anos o apartamento, onde a namorada morava há três anos. Apesar disso, mantém pouco envolvimento com o bairro, não tem nenhum conhecido ou amigo no condomínio ou no entorno e continua utilizando o comércio do centro ou de Nova Veneza.

Atualmente trabalha em Piracicaba, mas seu atual emprego não tem um local fixo, pois é uma prestação de serviço na área de informática para empresas. Assim, quando o projeto em Piracicaba acabar, irá para outra cidade, estando sempre em deslocamento, para direções variadas. Se a Anhanguera se tornou território para ele, por conta de todo o histórico que tem com ela em face do cotidiano de seu tráfego, a possibilidade disso se repetir com outros trajetos é menor, pois os curtos períodos que ficará trabalhando em cada lugar não permitem que estebeleça tais vínculos. Assim, do período em que trabalhou em Itatiba, Hortolândia e Paulínia, não ficou nada além da lembrança do próprio lugar de trabalho. Nenhum outro lugar da cidade ou do entorno foi adicionado ao espaço de vida, devido à fluidez e fugacidade do envolvimento.

A alta mobilidade é vista como natural e aceitável para Mm. Já está incorporado a seu habitar o deslocamento, assim como a visita a parentes dentro e fora da RMC. Esses sempre envolvem grandes deslocamentos (Pirassununga e Vinhedo, tios de sua esposa, e a RMSP, seus parentes). Esses deslocamentos não são vistos como risco, mas como possibilidade de passeio, de entretenimento e de ter próximo aqueles que lhe são importantes.

Ir a Campinas ou a outra cidade da região para algum evento ou para o lazer é atividade corriqueira, que implica aumento da mobilidade e de suas conseqüências. Mm. possui, portanto, um espaço de vida bastante esgarçado, embora com forte vinculação nos pontos do casulo protetor e do lugar original (laços familiares). A pouca permanência na casa, mesmo nos finais de semana ou à noite, não favorecem a criação de laços, estando seus lugares espalhados pela região. Vê-se que mesmo tendo um território grande, os pontos não são muito numerosos e não se concentram no entorno da casa. Mesmo que o tempo de moradia ali ainda seja pequeno, o ritmo de vida e o seu cotidiano não apontam para a formação de uma ampla rede de lugares. A

orientação que Mm. tem dado a seu habitar é a manutenção dos laços originais baseados na mobilidade, e não na transferência de tais lugares para a proximidade do bairro.

Esses espaços de vida mostram que, quando traçamos a biografia da pessoa no espaço a complexidade das relações é muito maior do que os deslocamentos padrões para estudo ou trabalho. Embora estes tenham papel central na organização dos deslocamentos e do habitar, as possibilidades de interações espaciais e envolvimento com os lugares e as cidades são muito variadas. Isso, certamente, deve ser pensado como elemento essencial do habitar a metrópole. Será que poderíamos encontrar algum morador da região que não inclui em seu espaço de vida outra cidade? Talvez em Campinas, mas com o aumento das cidades da região, a tendência é que mesmo ali esse 'isolamento' regional diminua, o que é uma importante questão a se investigar.

A morfologia dos espaços de vida descritos confirma algumas interações espaciais reveladas pelos dados de pendularidade, mas aponta para outras, mais efêmeras, que se não são incluídas nos dados, não deixam de ser fenômenos estruturantes da espacialidade e da geograficidade das cidades, da região e do próprio habitar. É por este motivo que é importante realizar essa descrição em várias situações, que são muito mais numerosas do que as expostas aqui. Há uma multiplicidade de formas de habitar que repercutem no espaço de formas diversas. Cada biografia e seu respectivo espaço de vida pode revelar aspectos importantes da vulnerabilidade que precisam ser trazidos à tona e pensados em sua densidade histórica e geográfica.

A relação entre mobilidade e vulnerabilidade fica evidenciada na análise preliminar dos espaços de vida do habitar demorado e desenraizado de migrantes e estabelecidos. Podemos ver a relação entre essas formas de habitar, as organizações familiares, o casulo protetor e o tempo de vivência na região. A complexidade crescente dos padrões de mobilidade, que envolvem diferentes cidades, trajetos, atividades e meios de transporte simultaneamente, dificulta a ação de mecanismos de proteção, favorecendo o risco em cada uma destas atividades, de forma setorial, e a insegurança, de forma mais ampla. A diferença entre as condições, no entanto, não se reflete especificamente numa maior ou menor mobilidade. Antes, é expressa pela diferença das soluções e na forma como o espaço de vida é desenhado.

A ambivalência entre o sistema do lugar e o sistema metropolitano coloca essas pessoas em posições diferentes em termos de sua vulnerabilidade existencial. Assim, é necessário adensar, a partir da morfologia dos espaços de vida, as implicações para a experiência da metrópole e para a constituição das vulnerabilidades

existenciais em cada caso. Nesta reflexão, o papel da casa, do mundo circundante, do bairro e da comunidade recebem nova luz, ao passo que procuramos olhar para a constituição dos territórios e dos mecanismos de proteção e risco.



## 8 VULNERABILIDADE EXISTENCIAL ENTRE MOBILIDADES E PERMANÊNCIAS

O ser na metrópole se constitui em meio às mobilidades e permanências que organizam, delimitam e fundam o habitar. Se por um lado os existentes estão ocupados com seus afazeres da lida diária, a consciência do estabelecimento de laços que fornecerão a garantia da continuidade de sua narrativa não é geral nem contínua. Muitas das escolhas que geram riscos à segurança ontológica vêm do próprio sujeito, que por suas escolhas ou conduta coloca em perigo a si próprio. Assim, quando ouvimos narrativas biográficas, os elementos que produzem segurança ou insegurança tendem a estar ocultos, incorporados à cotidianidade de maneira implícita. Os riscos mais evidentes que são percebidos dizem respeito à manutenção da vida e da propriedade (proteção e segurança). O sentido ontológico da vulnerabilidade não é completamente exposto. No entanto, os fenômenos que constituem a maior ou menor vulnerabilidade existencial foram revelados na experiência, cabendo a nós sua descrição e o pensar o significado dessas para o sentido do habitar em risco contemporâneo.

Tomaremos alguns eixos como guias para essa reflexão, pensando o sentido ontológico dos fenômenos e suas repercussões geográficas em termos da constituição da vulnerabilidade existencial e do próprio sentido de metrópole.

### 8.1 Casulo Protetor e Mundo Circundante

Aquelas formas de habitar fundadas na modernidade sólida (em especial aqueles que já eram adultos antes da metropolização) sofreram uma certa desorientação pela fluidez contemporânea, respondendo de forma inversa aos novos tempos. Se Mm. e P. constituíram seus espaços de vida adequados ao sistema metropolitano, aproveitando ao máximo o que ele tinha a oferecer, R., J. e Mg. mostraram-se indiferentes ao movimento. Não se interessam em participar dele nem aproveitam as novas oportunidades. O sistema metropolitano é potencialmente perigoso; trouxe o outro para

suas cidades, aumentou a insegurança e junto com o progresso (todos concordam que suas cidades se desenvolveram) vieram as faturas a pagar. O. é aquele que expressa menor adaptação ao novo tempo, provavelmente por ter vivido fora da cidade, embora ligado ao urbano, a maior parte de sua vida. Tomou o caminho contrário ao sistema, que sai do centro em busca de proteção e segurança; ele encontrou no burburinho e 'decadência' do centro a única forma de habitar possível para si na cidade. E a julgar pelos seus vizinhos, essa não é uma decisão isolada, configurando-se numa estratégia que uma geração tem lançado mão para reforçar seu casulo protetor, mantendo seu território vivo. Estar no centro mantém em si mesmo o controle das ações, acessando os lugares com uma caminhada, mesmo que lenta. A independência e liberdade estão associadas e com elas vem a segurança.

C. e Gk., migrantes, enfrentam esta situação de forma distinta. C., casado e com filho, procurou no condomínio segurança e proteção. Sem ter elementos para escolher o local de moradia, procurou aquele que mantinha a proteção dos bens e da família. Mas mesmo no condomínio dos prováveis iguais, não encontrou possibilidade de estabelecer laços que reforçassem seu casulo protetor ou mesmo que possibilitassem, a partir da casa, a composição de um território. C. é, como P. e Mm., caso de territorialidade erigida no movimento, estando a mobilidade na base da manutenção do seu casulo protetor e de sua segurança ontológica. Entre Catanduva e Sumaré, nos deslocamentos diários no trabalho, C. procura agregar segurança pela compra de um carro confortável e por sair sempre de casa para locais de entretenimento. Os lugares do sistema metropolitano são preferidos por já serem experienciados na cidade natal, permitindo um maior controle e segurança.

Gk. utiliza de outras estratégias para manter o casulo protetor e, no seu caso, a casa tem um papel central. Na fluidez contemporânea, é a casa seu maior reduto, a exemplo das fortalezas medievais. Além de fatores já mencionados como a vinda da irmã e a decisão de permanecer em Sumaré ao menos por mais alguns anos, a estratégia central de Gk. na constituição de seu lugar é o computador ligado à Internet em banda larga, serviço que tem há cerca de um ano. Gk. afirma que basta ligar o msn para encher a casa. Ali estão seus amigos de Campineiro do Sul, da universidade, da escola atual e família. Na janela de contatos do Messenger, ela tem todos seus amigos, de todos os lugares que possui relação, juntos. Quando se sente sozinha, basta ligar o programa e sempre terá alguém on line. Com webcam e microfone, pode aumentar a proximidade de forma considerável. Gk. diz que chega em casa e liga o programa, simplesmente para saber que, se quiser, tem com quem conversar, assim sente como se as pessoas estivessem ali com ela.

O Orkut (site de relacionamentos) e o e-mail complementam essa parede de seu casulo protetor. Estes permitem que ela articule encontros, que compartilhe acontecimentos cotidianos e mantenha o contato como se estivesse morando na mesma cidade. Na verdade, com o uso contínuo de tais programas entre amigos, mesmo morando na mesma cidade, amizades são mantidas por estes meios. No caso de Gk., que não fica mais de dois ou três meses sem viajar para seu casulo protetor fundamental, o distanciamento espacial é muito minimizado, diferenciando-se pouco de uma relação mantida numa cidade grande ou média.

O papel da família se torna mais importante na promoção da segurança à medida que os outros lugares falham. Até no caso de J., que viveu sozinho boa parte de sua vida, recorre ou aceita o apoio familiar nesta etapa de sua vida, na ausência dos amigos de longa data e na retração de seu espaço de vida. Mm. circula pela região e além dela para manter tais laços, assim como C. viaja para Catanduva e R. visita cunhados, primos, sobrinhos e filhos na região. Gl., mesmo sendo considerada estabelecida, como é de família de migrantes, só tem o núcleo básico, que mora próximo e faz parte do casulo protetor, mesmo com as irmãs tendo se casado e tendo filhos. Nestes casos, houve a ampliação deste casulo e seu reforço. B., ainda criança, tem na família seu casulo protetor, apesar da ausência do pai. Os irmãos, tios e primos moram no mesmo bairro, fundindo bairro, casa, casulo protetor e mundo circundante. Na verdade, as sucessivas conchas que nos envolvem são apenas a ampliação gradativa dos elementos firmados nas mais imediatas.

Nossa vida é uma pulsação que, como no universo, parte do ponto mais denso e se expande, tornando-se menos denso e disperso à medida que amplia sua extensão. Passada a maturidade, em geral o ápice da expansão, há a retração ou decantação do espaço de vida e dos mecanismos que foram expandidos. O. já está neste ponto de retorno, limitado novamente à proteção do núcleo familiar e de seu bairro. R., Mg. e J. ainda possuem um espaço de vida mais diversificado, embora já retraído em relação à idade adulta. Gl., Gk. e B. estão em franca expansão do espaço de vida, enquanto C. realizou transplantação de vários lugares e P. e Mm. estão próximos de atingir o auge dessa expansão.

A presença ou não de filhos no núcleo familiar produz diferenças significativas na forma de habitar. Não apenas pelo tipo de lugares freqüentados, mas principalmente pela reflexividade e o medo associado ao cuidado. O resguardo para progenitores envolve mais do que o ser, os bens ou o lugar: envolve seres indefesos que dependem exclusivamente de suas ações. Migrantes com filhos são aqueles que mais

sentem a fratura no casulo protetor e que têm maiores dificuldades para sentir-se seguros em casa, o que ainda precisa ser melhor delineado. Como C., a preferência pela segurança no afastamento se dá pensando mais nos filhos do que no próprio casal, que em situação distinta (como Gk. ou Gl. em Marília) optariam por localizações que lhes dessem maior acessibilidade.

Outro aspecto importante ao olharmos as gerações de estabelecidos, antes e após a metropolização, é a quantidade diferente de lugares de lazer e de amizades. P. e Gl. têm uma ampla rede de amigos, mesmo que nos dois casos não tenham vínculos familiares além do núcleo básico. P. ainda tem uma experiência regional muito significativa, como namoros, entretenimento (diurno e noturno), serviços e trabalho, enquanto Gl. desenvolveu uma relação mais estreita com seu bairro e a cidade de Santa Bárbara D'Oeste. Em contra-partida, O., Mg., J. e R. não possuem destaque, em seus espaços de vida, nos lugares de lazer. Isso está ligado à forma de habitar, a própria concepção de entretenimento e lazer mudou. Mas percebemos como a complexificação da metrópole envolve a criação de lugares novos e a morte de antigos. A importância do cinema para essa geração pré-metrópole é capital, compensando grandes deslocamentos. A verdade é que a idade adulta começava antes e hoje P., com 30, pode ser considerado, em muitos sentidos, como estando ainda na juventude.

Mm., um migrante-estabelecido, embora tenha diversidade de lugares na região, não tem uma rede tão ampla de amigos quanto os estabelecidos metropolitanos. Sua rede mais íntima foi formada na juventude, não durante a infância, como Gl. e P.. Também não possui amigos próximos que tenha feito nos seus empregos, nem na sua residência atual. Suas amizades são provenientes do bairro, da escola e da faculdade, os principais lugares do casulo protetor. Gk., migrante que se mudou pelo trabalho, tem neste sua principal fonte de envolvimento, embora também cultive laços anteriores (amigos migrantes) e tenha iniciado envolvimento com outros migrantes. Este é um ponto importante no esforço de migrantes de fixarem-se no lugar: leva tempo para que possam incorporar elementos, lugares e envolvimento componentes do sistema do lugar. Tanto C. quanto Gk., mesmo que estejam conseguindo conhecer pessoas do lugar, não conseguiram estabelecer com a mesma velocidade a profundidade dos relacionamentos que mantêm com outros migrantes. Os envolvimento são baseados em relações puras, tendo apenas elas mesmas como base de sustentação e de estabelecimento de confiança. Por receio, proteção ou simplesmente por rotina estabelecida, é difícil conseguir incorporar-se aos lugares e redes dos estabelecidos. Para esse impasse, só o tempo e um direcionamento intencional pode intervir.

Em vista disso, se pensarmos o mundo circundante de nossos conversantes, vemos que os estabelecidos não necessitam de carregá-lo por si, pois estão num território de normalidade onde reconhecem-se como estando entre iguais. O habitar é repleto de referências, conhecidos, costumes e ritmos. O espaço de vida de P., por exemplo, aponta para uma ampla área de segurança ontológica. Gl., embora sem amplitude regional, tem um território denso. R. e Mg., pelas próprias profissões, mantiveram-se sempre em movimento, trabalhando em vários lugares, adentrando na intimidade das pessoas, adensando sua experiência para além da paisagem. Por outro lado, J., R., O. e Mg., descendentes de famílias antigas nas suas cidades, possuem esse reforço no mundo circundante, que carrega uma herança histórica que se reorganiza materialmente em lugares, costumes e numa identidade territorial. O sobrenome muitas vezes precede a pessoa, fornecendo-lhe segurança.

Essas relações, no entanto, não são visíveis na escala regional. Migrantes chegados aqui mais recentemente, com a acomodação dos sistemas do lugar com o metropolitano em curso em todas as cidades, sentem dificuldade em perceber essas densidades e individualidades. Sumaré é a periferia pobre, Americana o pólo têxtil, Santa Bárbara D'Oeste a cidade-dormitório e Nova Odessa não existe. Essas são as imagens que passantes, migrantes e muitos da RMC cultivam sobre essas cidades. A idéia de metrópole e da região metropolitana costuma colocar sobre o conjunto de cidades uma manta que encobre as diferenças e circunstancialidades geográficas e culturais. Tudo parece sempre ter sido arranjado em prol do município sede e o local é diminuído em favor do regional-metropolitano. Essa é a essência da já comentada oposição entre o sistema do lugar e o metropolitano. Mas como as biografias aqui descritas nos permitem pensar esse conflito?

## **8.2 Mobilidade e Multiterritorialidade**

Para pensar essa questão, talvez seja necessário retomar a questão do grau de autonomia e de inibição que a sede da metrópole promove em relação aos demais municípios da região. Em nosso tempo líquido, há uma "[...] íntima interação entre as pressões globalizantes e o modo como as identidades locais urbanas são negociadas, formadas e reformadas." (BAUMAN, 2007, p.85) Além do peso regional da economia de uma cidade como Campinas, as cidades enfrentam pressões de escalas mais amplas, que interferem no local de forma direta e indireta. Isso se opera muitas vezes por meio de uma elite globalmente conectada, que mantém cotidianamente suas

relações externas, procurando adaptar o local aos novos padrões, dotando o espaço de conectividade e a acessibilidade para sustentar seu padrão de mobilidade. Assim, mesmo que estejam inseridos no sistema mundo, permanecem ligados ao lugar, embora de forma diferente daquela que vimos em qualquer um de nossos conversantes. Nenhum deles faz parte desta parcela da população para quem a mobilidade para além da região é o eixo de sua própria vida. Todas as experiências aqui descritas são regionais.

Mesmo que sua moradia possa ser mais fluida, Bauman (2007, p.87 – grifo do autor) assinala que essa elite necessita da localidade, pois “É em torno de lugares que os seres humanos experimentam as tendências a serem formadas eolididas, que tentam administrar a vida que compartilham, que os significados desta são concebidos, absorvidos e negociados. E é nos lugares que os impulsos e desejos humanos são gerados e incubados [...]” Assim, no conflito entre o sistema do lugar e o metropolitano-global, há o movimento desses ‘conectados’ que procuram adequar todo o espaço urbano à sua livre circulação, dotando-a de lugares conectados que permitem sua segurança na mobilidade. Ao passo que esses podem cada vez mais optar por localidades diferentes no espaço regional, ajudam a levar esse padrão de organização às cidades da região, aumentando sua ligação com esse sistema metropolitano e acirrando em muitos sentidos o conflito entre os sistemas.

Parece claro que a geração de estabelecidos pré-metropolização apresenta uma relação mais distante e reservada em relação a essa nova forma de habitar móvel e fluido. O., J. e Mg. viveram na mesma casa por mais de 20 anos. R. mudou-se até encontrar a casa que permaneceria até hoje se não tivesse sido obrigado a desfazer-se dela. Até P. ou Gl., estabelecidos pós-metropolização, vivem na mesma casa praticamente a vida toda, sem perspectiva próxima de mudança. Gk. procura estabelecer essa fixidez como forma de segurança, enquanto C. vê possibilidade da mudança apenas quando voltar para sua cidade natal.

A mobilidade, na verdade, entre os estabelecidos pré-metropolização, não era vista como possibilidade ou como estratégia de apropriação de recursos distantes. Mobilidade era apenas por necessidade e os movimentos e envolvimentos destes com lugares fora da sua cidade expressam isso. É diferente no caso dos deslocamentos propriamente metropolitanos, como nos de P., Mm. ou C. Estes utilizam-se da mobilidade como estratégia de proteção e como forma de escolher a quais lugares se ligar. E isso marca a diferença no grau de inibição e autonomia das cidades em relação à metrópole: como hoje a potencialidade e o aumento das opções são valorizados, há condições de estabelecimento de novas centralidades. Se antes a

preferência por ir direto a Campinas envolvia um misto de maiores opções, o passeio e a compra da 'marca', hoje ir a Campinas pode significar o trânsito, o preço mais caro, o tempo gasto. Muitos preferem não ter de ir ao centro metropolitano e valorizam o fato de não precisarem sair da sua localidade (Gl. expressou isso em relação a Santa Bárbara D'Oeste). Não é à toa que os shoppings tradicionalmente estão nas rodovias, favorecendo seu estabelecimento enquanto centralidade regional. As expressões dos estabelecidos da geração mais antiga, quando perguntados sobre por que ir a Campinas, a resposta era sempre ligada àquilo que só era possível comprar lá, ou que tinha mais opção. Os da nova geração justificam pelo tipo de produto ou serviço buscado ou por associar a ida a entretenimento. Por outro lado, Gk. e C. só foram ao centro de Campinas em poucas ocasiões em que tinham de comprar algo muito específico que não havia em Sumaré ou Americana. Não vêem motivo para ir se podem comprar na localidade.

Talvez o centro de Campinas não apresente atratividade que ultrapasse os aspectos funcionais. Embora tenha um patrimônio histórico arquitetônico, sua imagem não é a do acolhimento. Poucas são as praças, como a Carlos Gomes, que convidam à permanência. O próprio mobiliário arquitetônico, que tem potencial de atratividade, ainda está em processo de revalorização, envolvendo inclusive planos da prefeitura (PAES-LUCHIARI, 2006). Poucos pensam no centro de Campinas como mais do que um lugar de compras e serviços e, se for só por esse motivo, preferem unir o deslocamento de sua cidade ao entretenimento associado aos shoppings.

Se em nossa cartografia mapeamos apenas o território mais imediato e aquele de alguns trajetos muito corriqueiros (como a Anhanguera nos espaços de vida de P. e Mm.), é importante pensar que a multiterritorialidade e os territórios na forma de rede possuem uma imagem bastante evidente na experiência metropolitana dos conversantes. A cartografia não refletiu completamente a multiterritorialidade ou os processos de reterritorialização pelos quais Gk. e C., por exemplo estão passando, ou aquele passado por Mm. quando chegou em Sumaré ou mesmo de P. e Gl. ao viverem fora da cidade. Telefone, Internet e celulares são meios muito eficientes de manter a coesão do casulo protetor e a territorialidade durante afastamentos, mesmo contínuos. Mas esses laços tendem a se manter quando há densidade territorial vivida, como na cidade natal ou em lugares vividos de forma estabelecida, senão tornam-se lugares do passado, não mantendo a vinculação, mesmo que houvessem motivos para isso. Gk. em Campo Limpo Paulista é um exemplo. Embora tenha feito amizades significativas, foram poucas suas idas para lá no primeiro ano depois de se mudar. Hoje aqueles lugares estão apenas na memória. Quando C. conseguir voltar para Catanduva, sua relação com

Sumaré ou a RMC tende a permanecer apenas na memória, a não ser que laços mais profundos, baseados numa ampliação de seu território e lugares, adensem significativamente sua experiência da região e das cidades.

Por outro lado, nos territórios delimitados como áreas, certamente seria possível adensar trajetos mais freqüentes, itinerários preferidos e identificar densidades diferenciadas no interior desses territórios. A representação é do espaço público, das ruas, calçadas e praças, possuindo dobras, sombras e reentrâncias que não representam um espaço homogêneo. No entanto, a segurança existencial proveniente dele vem de seus lugares e dos ritmos do movimento de pessoas, objetos e da própria paisagem (o balé-do-lugar). Esse conhecimento permite que a percepção não se atenha a tudo, pois o conhecido pode ser desfocado em favor daquilo que intencionalmente queremos perceber. Fora do território vivido, nossa percepção fica em alerta máximo, identificando elementos estranhos e avisando sobre potenciais perigos.

Os sismos existenciais a que se refere Bauman (2007) às vezes são pessoais (uma separação, uma tragédia na família, a perda do emprego), mas são espaciais também. Os perigos ambientais como as inundações e tempestades podem ser verdadeiros terremotos no território das pessoas. A perda da casa em eventos extremos pode gerar sentimento de insegurança por longos períodos. Assalto à casa também, com ou sem a presença da família no momento, também gera fraturas no casulo protetor que por vezes só é resolvida com a mudança da própria casa. É como macular o território invulnerável: violado uma vez, perde-se completamente a confiança nele.

A tensão proteção/risco e segurança/insegurança, portanto, é muito tênue. Acontecimentos repentinos ou mudanças lentas podem se operar no sentido de minar a segurança ontológica, trazendo o risco mais para perto. Como o *Da-sein* é espacializado, transformações na ordem espacial mais geral, como o processo de metropolização, atingem a forma de habitar e exigem adaptações e estratégias de lidar com a nova situação. O deslocamento da preocupação da área de segurança para a da proteção (BAUMAN, 2007) é uma das transformações que o habitar tem de passar. Mas a forma como cada existente lida com isso é diferente. Migrantes como Gk. e C. utilizam-se de redes localizadas à distância para manter a proteção, enquanto estabelecidos têm em seus próprios territórios elementos que podem movimentar para erigir tal proteção. Em ambos os casos, apesar de a modernidade líquida jogar as soluções para o indivíduo, vemos que o território e o casulo protetor são muito eficientes em todos os casos no enfrentamento de problemas. Mesmo no tempo do "cada um por si e Deus por todos", o casulo protetor, centralizado na casa (atual e natal) é ainda a base para a qual se recorre em busca da segurança e onde fixamos a narrativa do nosso eu.

A 'fusão' exigida pela compreensão mútua só pode resultar da experiência compartilhada. E compartilhar a experiência é inconcebível sem um espaço comum. Os medos contemporâneos mais assustadores são os que nascem da incerteza existencial. Suas raízes se fincam muito além das condições da vida urbana, e o que quer que se faça dentro da cidade e na escala do espaço urbano e dos recursos administrados pela cidade para cortar essas raízes ficará aquém do que seria necessário para esse empreendimento. (BAUMAN, 2007, p.97)

No caso da família, o espaço comum é a casa. No caso das redes de amizade e solidariedade, o espaço comum é o bairro, a concha mais imediata de coletividade vivida. O bairro pode ter perdido muito de sua força, como na experiência de migrantes com alta mobilidade como C. ou migrantes-estabelecidos como Mm. Mas movimentos como os de Gk., que incorporou ao seu mundo circundante e casulo protetor o bairro, vemos que os processos permanecem ambivalentes e em transformação.

### **8.3 A Cidade da Modernidade Líquida**

Há um duplo movimento de reforço e desprezo das cidades na metrópole. Se por um lado é valorizada a conectividade e as possibilidades de mobilidade, de outro, atributos do lugar como a proximidade, o 'conhecer todo mundo' e a identidade com a cidade ou o território são reforçadas. Isso também está relacionado aos espaços públicos e ao imaginário urbano.

Para esse envolvimento, a casa tem que ser fonte do habitar no sentido essencial, ou seja, mais do que a função de morar. As cidades e os bairros precisam oferecer acolhimento e parte deste está nos espaços públicos. Estes devem ser acessíveis tanto física quanto simbolicamente (SERPA, 2007), permitindo a identificação e o envolvimento. A construção de representações sobre os lugares possibilita a apropriação simbólica, mesmo que as experiências diretas sejam limitadas. Se não há uma construção simbólica, os pedaços do urbano espalhados tendem a não conectar-se à cidade. Sumaré, Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste carecem de ícones urbanos, de paisagens reconhecidas como imagem da cidade. O centro não possui espaços públicos com força imagética que extrapole suas cercanias. Embora todas tenham praças que convidam à permanência, a centralidade não é expressiva a ponto de marcar um grande espaço público de encontros. Mesmo para os moradores da cidade, perguntar sobre a imagem da cidade ou sua paisagem não colhe muitas expressões significativas. Não há uma imagem forte projetada pelas próprias cidades, mas apenas aquelas que são projetadas de fora dela e que, por serem pejorativas, não são reconhecidas.

Americana é uma exceção, pois ainda tem alguns lugares que são apontados como imagens da cidade, como a Avenida Brasil ou a Matriz de Santo Antônio.

Porém, a primeira é uma avenida, imagem por ser símbolo da modernidade e progresso da cidade, com seus casarões modernistas dos anos 1950 e 1960, ao mesmo tempo em que as palmeiras imperiais que a pontuam remetem à história e tradição da cidade. A segunda é um ícone imponente, que foi construída em substituição à antiga matriz, e impõe-se pela dimensão e visibilidade que possui no centro da cidade. Mas não há, salvo a praça ao lado da Matriz, mais espaços que convidam à permanência.

Nenhuma das cidades da região possui muitos espaços públicos que oferecem essa oportunidade de pausa, embora eles existam e sejam freqüentados. Os espaços públicos de lazer mencionados pelos conversantes foram a represa do Marcelo, em Sumaré; o Zoológico, em Americana; o Parque Infantil, em Santa Bárbara D'Oeste; a pista de skate e bicicleta, o Bosque e o Parque Ecológico, em Nova Odessa; o Zoológico, em Paulínia, e a Lagoa do Taquaral, em Campinas. Esses espaços permitem o adensamento do território e o aumento da segurança existencial.

As ruas e calçadas são outro ponto importante do espaço público que vai além da casa. No bairro, as calçadas e ruas são a extensão da própria casa, compondo um espaço contínuo se o bairro for experienciado. Para que calçadas e ruas produzam segurança, mais do que conhecê-las ou utilizá-las, é necessário que nelas não haja a presença de estranhos em maior número que os conhecidos. Gl. mencionou a insegurança de seu bairro à noite devido ao fato de ser passagem de pessoas de uma parte para outra da cidade. Jacobs (2000) afirma que a perda da segurança nas calçadas é a primeira ruptura na experiência integral do espaço urbano. Se não nos sentirmos seguros em andar na calçada pode ocorrer a retração de nosso território e espaço de vida, diminuindo o tamanho e a eficiência do bairro enquanto elemento protetor. Pensando nos centros das cidades, espaços públicos compartilhados, em tese, por todos, a insegurança nas calçadas faz com que as pessoas limitem suas idas ao necessário. O espaço controlado do shopping recebe novamente atenção, já que a normalidade dos códigos compartilhados (ir neste ou naquele shopping não exige a apropriação de novos códigos) dá segurança em qualquer estabelecimento semelhante, independente da cidade ou posição onde se localize.

No entanto, tendemos a focar apenas os pontos, esquecendo que até chegar neste lugar idêntico, o trajeto e as condições da mobilidade podem ser completamente distintas. A energia gasta, o tempo e o cansaço envolvido nos deslocamentos representam para os conversantes algo que prejudica. No entanto, o costume já consolidou a prática de deslocar-se, como afirma Mm. e P. Quando perguntado sobre porque não se mudou para Campinas para estudar na Unicamp, P.

disse que o ônibus para lá passava a duas quadras de sua casa. Não fazia sentido, era muito prático e rápido. Gl., que tenciona ainda estudar na Unicamp, também não cogita mudar-se para a vizinhança da universidade ou para Campinas. Para ela, permanecer na casa dos pais, onde tem tranqüilidade, conforto e estar perto das amigas é mais importante. Além disso, como o ônibus passa perto de sua casa, não vê grande dificuldade no deslocamento. A acessibilidade, incorporada como qualidade do próprio lugar, é fundamental para que eles tenham a tranqüilidade no deslocamento. Outras pessoas, mesmo morando em Campinas, preferiram mudar-se para próximo da universidade, pois o deslocamento envolvido era complicado, custoso e demorado. Gl. levará de sua casa em Santa Bárbara D'Oeste até a Unicamp aproximadamente 50 minutos, enquanto P. levava 40. São tempos curtos para vencerem mais de 40 quilômetros, enquanto pessoas levam mais de uma hora para deslocar-se 15 ou 20 quilômetros dentro da própria cidade.

Isso produz um aparente paradoxo: parece que todo o esforço de tornar fluido o trânsito entre as localidades regionais não é acompanhado do mesmo empenho em termos intra-urbanos. À medida que Campinas torna-se maior e mais metropolitana, aumenta a acessibilidade de seus lugares a cidades cada vez mais distantes ao passo que áreas da própria cidade têm crescente dificuldade de mobilidade e acesso a esses mesmos lugares. O Parque Dom Pedro não é o shopping preferido de parte da população de Campinas, que buscam shoppings mais 'exclusivos' ou mais próximos de casa. A fluidez é desigual e a sede metropolitana não é a única a ganhar, nem a região a única a perder. Uma rede de localidades melhor conectadas se forma por toda a região, várias das quais podemos ver nos espaços de vida aqui descritos. Por outro lado, lugares menos ou não conectados estão nos intervalos e nos esquecimentos. É provável que estes também possuam redes de relacionamento e conectividade, em termos e ritmos distintos, os quais mereceriam uma investigação específica.

Os lugares do sistema metropolitano sempre estão entre os mais conectados, mas aqueles do sistema do lugar não estarão necessariamente menos acessíveis. É importante identificar, em casos específicos, a ação de grupos locais que procuram dinamizar suas localidades por inserí-las no sistema metropolitano, procurando, no entanto, manter o controle e a identidade. Holambra, onde ocorre a Expoflora, é um exemplo deste tipo de ação de uma elite local que ao mesmo tempo cria visibilidade do lugar, atraindo visitação e investimento, sem, no entanto, permitir que estes se insiram entre os estabelecidos. A cidade mantém-se com baixo crescimento demográfico e um controle rígido do uso do solo urbano. Um migrante em Holambra

relata a dificuldade de aceitação e envolvimento com a comunidade de holandeses na cidade. Ser local e valorizar a identidade não é, portanto, sinônimo de pouca conectividade ou não participação do sistema global. O mesmo pode ser dito de Jaguariúna, que tem eventos de projeção nacional, como um dos mais importantes rodeios do circuito nacional, uma grande casa de eventos (Red Eventos) e uma política de atração de empresas de alta tecnologia, embora mantenha um crescimento demográfico pequeno e um rígido controle do uso do solo.

No caso da microrregião noroeste, com uma diversidade e densidade muito maiores do que a pequena Holambra, esse tipo de ação não pode ser identificada no conjunto da cidade. Mas a reação de estabelecidos em Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste, onde a diferença entre o núcleo tradicional dos estabelecidos é claramente inscrita no espaço urbano e nos próprios espaços de vida, há movimentos que expressam a posição de tais grupos: manter as cidades com sua tranqüilidade e qualidade de vida, evitando tornar-se 'uma Sumaré' ou 'uma Americana'. Em ambas as cidades há uma expressão clara de que elas mesmas não precisam ter tudo, pois isso é acessível nas cidades vizinhas e, em última instância, em Campinas. Manter-se como está, com qualidade e proximidade interna, é mais importante.

Isso é claro na narrativa de Gl., que, fazendo um contraponto de Santa Bárbara D'Oeste e Marília, afirmou sentir-se completamente isolada lá. A rede urbana menos densa, a distância de aproximadamente 100km em relação a outra cidade de mesmo porte, Bauru, e o provincianismo da cidade são apontados por ela como fatores que tornam morar na região de Campinas inigualáveis. Mesmo estando em uma das partes mais distantes da RMC e tendo utilizado pouco da mobilidade intra-regional em sua experiência, Gl. é enfática em afirmar que em Santa Bárbara D'Oeste tem acesso a tudo. Ela chega a estabelecer a hierarquia urbana: Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Campinas e São Paulo. Isso lhe dá extrema segurança, não porque precisou ir a São Paulo em busca de algo que necessitava e não encontrou nas esferas anteriores. Mas é a disponibilidade do acesso, a mobilidade potencial que lhe dá segurança de que tudo que precise poderá suprir.

Isso dá outra dimensão à fluidez do espaço urbano e à morfologia dos espaços de vida. Mesmo que a experiência possa ser objetivada no sentido de identificar os lugares e trajetos em que a pessoa vive ou já esteve, ela vai além desta corporeidade, pois inclui a reflexividade e as representações que envolvem as conchas ou horizontes de alcance onde a experiência da pessoa está inserida. A casa, o bairro, a cidade e,

especialmente em áreas metropolitanas, a região, são componentes fundantes da situação geográfica que compõe o habitar.

O habitar se constitui, portanto, entre mobilidades e permanências. Entre as forças que fundam a casa, relacionadas ao lugar, ao cuidado e ao estar-junto, num bairro, numa família, numa cidade. A fluidez contemporânea impõe que consigamos nos proteger também no deslocamento, nos espaços em constante mudança e em nossa própria auto-identidade em constante construção. O ser, embora fundado em diferentes formas de negociar e tensionar esses elementos, pode se realizar poeticamente em todas as condições, dependendo da intencionalidade e volição na nossa experiência metropolitana. Carregando o mundo circundante e podendo acessar o casulo protetor mesmo à distância, há estratégias disponíveis para lidarmos com a insegurança contemporânea. No entanto, há riscos intrínsecos do uso de tais estratégias, e neste jogo entre o efêmero e o permanente procuramos consolidar nosso espaço de vida.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

# Do habitar ao pensar

*“As teorias tendem a ser recipientes claros e bem talhados feitos para receber os conteúdos limosos e lamacentos da experiência.”*

**Zygmunt Bauman (1998)**





O que há de limoso na experiência? Por que a teoria parece tão límpida e bem talhada? A teoria é a eliminação das dobras, sombras e reentrâncias. É como retificar um rio meândrico: conserva-se a direção para a qual aponta o sentido principal. Mas eliminar todas as curvas e reentrâncias transmuta a essência do rio: ele se torna um canal. Nesse sentido, o bem talhado é o acético, aquilo que perdeu a singularidade.

Sempre desejamos que a relação entre teoria e prática, razão e experiência possa estar em equilíbrio, apresentando o resultado de um trabalho como este na forma de uma construção teórico-empírica, ou seja, que não se limitou na seleção de vigas mestras que meramente contextualizem o trabalho empírico. Pensar o sentido dos fenômenos envolve tanto a produção do conhecimento tal como aparece na experiência quanto a análise crítica que visa uma compreensão geral do fenômeno.

Com esse objetivo, a partir do habitar aqui descrito, ou das experiências de algumas formas de habitar aqui reveladas, precisamos, no movimento final desta tese, direcionar a atenção para o pensar. Retomar os pontos levantados e colocá-los sob a perspectiva resultante da pesquisa é o sentido desta reflexão final.

A pergunta que pode guiar este pensar é: que é habitar em risco? É todo o habitar contemporâneo? Sim, todo o habitar é um habitar em risco. Isto não se dá em virtude da sua essência, mas por causa da essência da metrópole contemporânea. Enquanto base da segurança ontológica, o habitar é o meio de lidar com os riscos-perigos, mas ele não pode se realizar completamente nos tempos líquidos em que o risco-perigo foi imposto ao ser e o ameaça pela mediação tecnológica. A insegurança só pode existir porque temos uma medida de segurança máxima: o habitar poético, do resguardo e do cuidado. Tentando alcançá-lo lançamos mão de estratégias diversas, conforme as experiências metropolitanas aqui descritas nos ajudam a vislumbrar, na tentativa de, habitando um lugar, poder estabelecer um mundo circundante territorial que permita que aquele habitar ideal exista. Mas a direção para a qual aponta a produção

social do espaço metropolitano é outra. A lógica hegemônica desagrega e reorganiza lugares e cidades segundo outros objetivos (por vezes criando *placelessness*), atendendo outras demandas. Em vista disso, o habitar poético nunca se realiza, obrigando-nos a reajustar e reconduzir nosso cotidiano constantemente.

Os espaços de vida refletem essas flutuações sociais da espacialidade na qual se conformam as possibilidades de habitar. Eles expressam também as transformações nos modos de vida dos tempos históricos, os conflitos entre padrões e valores, o embate das escalas e o devir histórico e social da pessoa e das conchas em que está inserida. A forma particular de cada pessoa ser em todos esses contextos é a riqueza das possibilidades da existência humana.

Habitar a metrópole hoje é estar em risco porque a densidade e a amplitude dessas possibilidades são maiores do que nossa capacidade de avaliá-las. As experiências singulares descritas revelam a importância do lugar para que a segurança existencial seja consolidada. No entanto, o que não foi exposto com a mesma clareza foi o papel desconcertante que inovações provenientes do sistema tecnológico global podem desempenhar na desagregação do habitar. A força dos processos afirmativos (intencionais e volitivos) de territorialização não deixam aparecer os fenômenos que exigem e impõem este movimento. Mas eles estão ali.

R. e Mg., por exemplo, que trabalharam no setor da construção civil, mas sem uma vinculação institucional ou uma especialização, tiveram queda em seus rendimentos à medida que empresas, com padrões internacionais e oferecendo serviços especializados, se instalaram na região. Suas profissões foram desvalorizadas, marginalizadas à ação local ou em pequena escala, na direção oposta ao crescimento metropolitano, pois não estavam adequadas aos códigos profissionais do novo tempo. Por trabalharem como autônomos também ficaram sem seguridade social, aposentando-se com baixo rendimento. No caso de R., mais velho, teve de se submeter a morar com a filha, o que na ocasião foi um golpe duro para si. J., sem curso superior, teve sua carreira na 3M interrompida quando o mercado de trabalho impôs exigências que ele não era capaz de atender. O único dos conversantes dessa geração a trabalhar numa estatal, O., não teve esse tipo de preocupação, pois mesmo com pouca escolaridade, pôde crescer na empresa, chegando a cargo de supervisão. Hoje tem uma aposentadoria tranqüila com segurança material, o que foi fundamental para que tivesse a opção de escolher a forma de seu habitar e de permanecer nele.

Essa situação de seguridade de O., assim como de Gk., contrastam com a fluidez na vinculação empregatícia de P., por exemplo. Mm. e C. possuem mobilidade de forma mais ampliada, pois trabalham como pessoa jurídica, em projetos, como serviço terceirizado nas empresas. Essa flexibilização é ao mesmo tempo precarização, pois diminui a seguridade social. No entanto, em termos espaciais, C. tende a ver a mobilidade como desvantagem, enquanto Mm. a considera como possibilitadora de uma gama maior de empregos e oportunidades.

A importância do casulo protetor é tão destacada nas biografias justamente pela falta que faz ou pelos movimentos de desagregação e fluidez que o atingem. Se a união da comunidade tende a enfraquecer sem ameaças (TUAN, 2005), o contrário também é verdadeiro: é na oposição e ameaça que a busca por aquilo que fornece proteção se torna tanto mais importante. É por isso que B., ainda criança, não tem a mesma perspectiva com sua casa no Picerno como poderá ter quando adulto. Gl., ainda em busca de uma profissão e de seu próprio lugar, sua casa, valoriza a territorialidade que tem mas não teme desenvolver outras. Mas aqui as ambivalências desses processos se tornam novamente evidentes. Gl. não teme reterritorializar-se, mas resistiu à primeira possibilidade de fazê-lo, em Marília.

Outro aspecto em que as repercussões da modernidade líquida não se apresentam de forma explícita nos espaços de vida é no enfrentamento dos perigos urbanos. Nem os mapeáveis (as inundações, deslizamentos, trânsito) aparecem espontaneamente nas narrativas, que dizer então dos não mapeáveis. Na experiência, estes aparecem de forma difusa, imprecisa. Como são acontecimentos que não têm uma periodicidade definida, podendo ocorrer difusamente no espaço de vida (poluição atmosférica ou trânsito) ou simplesmente estar incorporados como parte normal da vida, a percepção de tais perigos dificilmente aparece de forma clara sem que haja um acontecimento ou perigo específico sendo referenciado. Além do mais, como as conversas focalizaram a história e o espaço de vida da pessoa, eventos desta natureza não costumam vir à tona, a não ser que haja algo extremamente significativo em sua experiência.

Em vista disso, a violência é o perigo mais presente no urbano contemporâneo. A busca por segurança é um enfrentamento da violência, que agride a continuidade do eu e ameaça a propriedade. As paisagens de defesa (*landscapes of defence*), a princípio criadas em áreas de refugiados, limites entre estados em guerra e outras situações extremas, tornaram-se constantes nas cidades (GOLD e REVILL, 2000). Mas como as experiências aqui descritas mostraram, a vinculação com o sistema do

lugar, mesmo que ele seja ameaçado por essa violência onipresente, não se reverteu completamente na busca dos muros. Entre estabelecidos, o território e os lugares, em especial a casa, ainda têm o papel de proteção, embora todos tenham se mostrado preocupados e em risco em suas casas.

Os estudos sobre os desastres, riscos e perigos ambientais precisam incorporar a perspectiva da experiência vivida e das repercussões ontológicas de tais acontecimentos. Junto com a percepção, é necessário compreender em que medida as condições de habitar interferem na vulnerabilidade existencial, pois é a partir desta que as pessoas organizarão suas ações e reações diante de situações de risco. Considerar que a racionalização, baseada na reflexividade, são determinantes em tais circunstâncias é desconsiderar a fenomenologia dos riscos-perigos, que revela a ambivalência e a ligação entre existência, experiência, percepção e ação da pessoa. Por outro lado, essa fenomenologia aponta para a relação estabelecida entre a pessoa e seus lugares, estando estes na trama causal de compreensão da vulnerabilidade, tanto nas conchas (horizontes) próximas quanto nas distantes.

A fenomenologia dos riscos-perigos é necessária para que a vulnerabilidade seja compreendida em sua inteireza, não apenas como a incapacidade de responder a acontecimentos potencialmente danosos. Quando ampliamos a vulnerabilidade para sua dimensão intrínseca, como parte do ser e dos lugares, podemos incorporar as tensões segurança/insegurança e risco/proteção, ampliando o escopo analítico. Marcar a diferença de forma radical entre riscos tradicionais, tecnológicos, ambientais ou demográficos é contraproducente para entender o que realmente é relevante no tempo atual: a insegurança e a incerteza. A primeira, existencialmente experienciada, e a segunda, difusamente percebida, são os fenômenos que catalizam e conectam essencialmente este grande campo de discussão sobre os riscos, desastres, perigos e vulnerabilidade. Enquanto marcas de nosso tempo, insegurança e incerteza compõem o nosso ser, rompem o *Da-sein* e colocam-se como elementos fundamentais do habitar. Com os riscos-perigos isso não acontece, pois são fenômenos externos que atingem o ser, e por isso podem ser objetivados. No entanto, eles perdem o sentido quando são analisados fora do ser e de sua geograficidade. A vulnerabilidade é fundamental porque permite a incorporação abrangente de todos esses fenômenos, sendo a resposta do ser, em dado espaço-tempo, ao contexto de insegurança, risco e incerteza a que está exposto, dando uma outra abrangência e possibilidades de reflexão.

A dificuldade em lidar com sistemas peritos é clara na narrativa de R., J. e Mg., que preferem as coisas mais simples e dispostas ao redor da casa. Gl., P., C., Mm.

e Gk. estão integrados às redes teleinformáticas e participam do circuito de localidades globais, embora não com a mesma intensidade. Vemos que em cada caso há uma mescla maior ou menor de inserções globais no seu espaço de vida, mas mesmo nestes casos de migrantes ou estabelecidos metropolitanos, o próximo é valorizado e nem sempre é encarado como de menor valor em relação ao globalizado.

Essa tendência certamente reflete o conjunto de formas de habitar aqui descritas. Entre nossos conversantes, não há representantes da 'elite' (conectada ou local) nem dos mais expropriados de suas possibilidades de mobilidade e condições de vida. As experiências cobrem uma variedade de um extrato médio da população em sentido abrangente, com possibilidades de interferir em suas escolhas e em sua trajetória espacial, mas sofrendo a restrição e indução da espacialidade e da situação. Investigar como esses processos interferem na construção da vulnerabilidade existencial entre os mais conectados, com padrões de mobilidade mais complexos, ou daqueles que têm sua mobilidade limitada pela renda ou mesmo pelas atividades e perspectivas de vida, é um passo importante na continuação desses estudos em direção a uma compreensão mais abrangente do habitar em risco contemporâneo.

Outro ponto para avanço é investigar de forma mais ampliada as variações no habitar de acordo com o ciclo vital. As diferenças que apontamos nos tipos ideais se mostraram reveladoras da forma como evolui o espaço de vida numa biografia e é de se esperar que em cada etapa do ciclo vital haja especificidades, dificuldades e riscos-perigos associados. Compreender melhor a vulnerabilidade existencial nessas diferentes etapas pelas quais todos passamos contribuirá para melhor delinear as nuances e especificidades do habitar.

Ter capacidade de escolha não será sempre uma vantagem, porém; a verdadeira escolha implica poder optar inclusive pela conduta padrão. A reflexividade, ambivalente em promover segurança/insegurança, transforma as escolhas em momentos decisivos e de transição (THOMSON et al, 2002). Escolhas significam mudanças e estar preparado para elas pode implicar exclusão ou inclusão. A angústia vem da falta de elementos que permitam a identificação do momento de mudar e o momento de permanecer.

Numa região de intensos investimentos e fluxos, o dinamismo caracteriza sua evolução. A metropolização impôs um ritmo veloz de transformação da paisagem e expansão da cidade. Não conseguir acompanhar tal ritmo ou simplesmente negá-lo gera a marginalização dos estabelecidos em direcionar ou controlar os rumos das

idades. Os municípios mais afetados pelos reflexos negativos da metropolização foram aqueles que não tiveram condições de impor sua condição frente aos processos hegemônicos. Estiveram, como Sumaré e Santa Bárbara D'Oeste, na posição passiva, sem o controle do processo. O resultado é a fragmentação do tecido urbano que se reflete na desagregação do tecido social.

Regiões densamente urbanizadas e fortemente integradas, como a RMC e, em especial, a microrregião noroeste, apresentam, portanto, fenômenos que estão em consolidação em âmbito global. Não se trata, no entanto, de uma transplantação, pois as especificidades históricas e geográficas reinterpretam a macro-organização social que distribui riscos-perigos junto com este modelo de sociedade e espaço. É difícil saber até que ponto estar ou não numa região assim é elemento de maior exposição ou proteção. Se os riscos-perigos contemporâneos são produzidos justamente pelo sistema e distribuídos imbutidos na própria forma de ser e estar metropolitano, os que assumem esse estilo de vida (pessoas e cidades/regiões) expõem-se diretamente a tais riscos-perigos. No entanto, sua vulnerabilidade possui os elementos também provenientes do sistema de perigos para proteger-se. Mas como o sistema é falho e não prevê todas as situações, será que a insegurança de um conectado é maior que de um desconectado?

A análise dos espaços de vida revelaram como as diferentes formas de habitar apresentam diversas estratégias de compor a vulnerabilidade. Assim, na ambivalência e fluidez contemporânea, ninguém está, *a priori*, em melhores condições de enfrentar os riscos-perigos. A insegurança e a incerteza compõem todas as formas de habitar, tornando a busca pela segurança espacial fundamento do próprio ser, que está constantemente orientando-se e fixando-se, mesmo que seja na mobilidade.

Os padrões de mobilidade precisam ser investigados de forma a abarcar a sua complexidade de motivos, frequências e natureza. Cada deslocamento implica circunstâncias próprias que potencializam o risco ou a segurança. Conseguir meios de qualificar os trajetos e os lugares é um passo importante para aumentar nossa compreensão das implicações para o habitar. O padrão de mobilidade pendular apontado pelos dados secundários, apesar de reforçarem-se com os espaços de vida aqui descritos, enfatizam apenas os grandes fluxos. Isso torna difícil apreender as variações e diferenças de intensidades das interações espaciais entre os municípios, as quais são mais dinâmicas do que os dados secundários nos fazem crer. Além disso, os deslocamentos potenciais também compõem o habitar, pois envolvem uma estrutura de oportunidades (KAZTMAN e FILGUERA, 2006) que pode ser movimentada quando necessário. Levantamentos com amostras abrangentes que incorporem a multiplicidade de motivos e

formas de mobilidade, associada a uma dimensão qualitativa, podem contribuir para aumentar a abrangência das análises realizadas nesta tese, permitindo a ampliação da discussão com a multiplicação das formas de habitar descritas. Análises mais detalhadas das durações e ritmos dos deslocamentos permitem uma maior compreensão das variações e diferenças entre eles, tal como as da Geografia Têmporo-Espacial (*Time Geography*), as quais agregariam elementos fundamentais para acompanhar não apenas espacialmente e historicamente, mas também nas várias durações dos deslocamentos e suas especificidades.

A combinação de dados de levantamentos com uma caracterização sociodemográfica e ambiental, portanto, permitiria adensar uma análise da vulnerabilidade do lugar, que tome como referência localizações enquanto acontecimento: foco do ser e estar. Nesta tese, o foco nas biografias deslocou a análise para a narrativa do ser, o que poderia se beneficiar de um aprofundamento no estudo do lugar em sua multidimensão essencial. Combinar metodologias diferentes daria maior profundidade às análises, ampliando o entendimento da experiência metropolitana no seu sentido ontológico. Abre-se a perspectiva de colaboração mais estreita entre os estudos urbanos, demográficos e sobre riscos e perigos na Geografia, que possuem pouca comunicação apesar de suas evidentes interrelações. É necessário resgatar a importância da experiência e das existências singulares como contribuição à construção de uma ciência humanista neste período de reconstruções epistemológicas. Na época de incerteza científica e de resgate do impreciso, estratégias múltiplas têm ganhado importância, enfatizando a abordagem de questões a partir de uma base interdisciplinar, embora ainda não tenhamos desenvolvido alternativas à organização disciplinar do saber. Os riscos dessas posturas acompanham suas possibilidades, apresentando desafios e oportunidades de trajetórias epistemológicas que reconduzam a ciência ao ser e às outras formas de saber. A fenomenologia, realizando o questionamento ontológico, é um caminho possível nesse trilhar, em busca da facticidade do mundo vivido e do sentido da experiência enquanto forma de conhecer e ser.

A casa é o centro dessa experiência, onde podemos ser. Por isso a moradia e as questões que envolvem a organização cotidiana da vida familiar precisam ser colocadas com maior ênfase e importância nas preocupações urbanas. A escolha do onde morar não é simples questão de racionalização econômica em que se pesam benefícios e malefícios. É a própria vulnerabilidade e a integridade do ser que estão em jogo, estando no habitar o fundamento de todas as estratégias, percepções, representações e ações que as pessoas poderão e terão diante dos riscos-perigos, tanto

os concretos quanto aqueles oriundos da sociedade de risco, difusos e imprevistos. A casa é o fundamento do próprio habitar e, portanto, fundamento do próprio ser. Garantir a todos segurança na casa é garantir condições de existência e não de mera sobrevivência. Estaríamos assim a caminho de uma possível re colocação da qualidade e dignidade de vida nos termos corretos de sua discussão: a ontologia.

A mobilidade, devido à sua importância, abrangência e repercussão nas formas de habitar, é parte integrante da própria metrópole. Permite e induz sua forma. Mesmo pessoas com pouca mobilidade a tem como potencial, o que também constitui o seu habitar. De outro lado, a mobilidade é elemento estruturador de segregações, conectando ao mesmo tempo em que desconecta. Mover-se é condição para poder ser e, às vezes, para continuar sendo. A mobilidade deve ser vista como direito, não como bem de consumo, pois está relacionada à recondução da discussão sobre o sentido do habitar e suas questões prementes contemporaneamente.

No topo desta pauta deve estar o questionamento sobre que é cidade, metrópole e casa, na sociedade contemporânea. A Geografia, ciência que sempre apresentou contracorrentes em oposição às tiranias epistemológicas (AMORIM FILHO, 2007), precisa incorporar com maior ênfase essas preocupações, refletindo de forma mais ampliada nas repercussões do *zeitgeist* atual, que ainda precisam ser discutidas de forma mais ampla do ponto de vista geográfico. Certamente, esta tese não responde a esses questionamentos ontológicos, contudo, descreve e permite pensar sua manifestação fenomenológica em experiências vividas. Isso revela as implicações e desafios que esses questionamentos colocam para o pensamento contemporâneo. A limitação dos discursos obcecados pela precisão e a dificuldade de lidar com a 'líquida experiência' revelam a importância de desenvolver e avançar a abordagem proposta, que ajuda a colocar pontos de apoio para outros questionamentos. Pensar a metrópole contemporânea (ou o novo ente que esteja em seu lugar) em seu significado ontológico é essencial para compreender a liquidez moderna e as repercussões existenciais. Por outro lado, direcionar o questionamento ontológico para sua dimensão espacial é fundamental se desejamos constituir espaços urbanos mais justos e uma sociedade que tenha como valor a vida humana em seus atributos próprios.



# REFERÊNCIAS



- ABLER, Ronald; ADAMS, John S. e GOULD, Peter. Spatial organization: the geographer's view of the world. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971. 587p.
- ABREU, Maurício. O estudo geográfico da cidade no Brasil: Evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994. p.199-322.
- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e a construção social do risco. Desenvolvimento e meio ambiente, Curitiba, n.5, p.49-60, jan./jun. 2002.
- AGIER, Michel. Lugares e redes – as mediações da cultura urbana. In: NIEMEYER, Ana M. de e GODOI, Emília P. de. (orgs.) Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p.41-63.
- ALES BELLO, Angela. Cultura e religiões: uma leitura fenomenológica. (trad. Antonio Angonese) Bauru: Edusc, 1998. 204p.
- \_\_\_\_\_. Fenomenologia e ciências humanas. (trad. M. Mahfoud e M. Massimi) Bauru: Edusc, 2004. 329p.
- ALVES, Humberto P.F. e TORRES, Haroldo G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. São Paulo em Perspectiva, v.20, n.1, p.44-60, 2006.
- AMORIM FILHO, Oswaldo B. Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia. Belo Horizonte: IGEO/UFGM, 1978. 110p.
- \_\_\_\_\_. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. Sociedade & Natureza, Uberlândia, ano 11, nos. 21 e 22, p.67-87, jan./dez. 1999.
- \_\_\_\_\_. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: KOZEL, Salette; SILVA, Josué C.; GIL FILHO, Sylvio F. (orgs.) Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007. p.15-35.
- ASCHER, François. Metapolis: acerca do futuro da cidade. (trad. Álvaro Domingues) Oeiras: Celta, 1998. 240p.
- ATHEARN, James L. Risk and insurance. 2ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1969. 648p.
- AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. (trad. Maria L. Pereira) Papirus: Campinas, 1994.
- BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. (trad. Juvental Hahne Jr.) 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 151p.
- \_\_\_\_\_. A poética do espaço. (trad. Antonio de P. Danesi) São Paulo: Martins Fontes, 1993. 242p.
- BAENINGER, Rosana. Região, MetrÓpole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980-1996. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- \_\_\_\_\_. São Paulo no contexto dos movimentos migratórios interestaduais. In: HOGAN, Daniel J.; CUNHA, José M. P. da; BAENINGER, Rosana; CARMO, Roberto L. do (orgs.) Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000a. p.127-169.
- \_\_\_\_\_. Espaços ganhadores e espaços perdedores na dinâmica migratória paulista. In: HOGAN, Daniel J.; CUNHA, José M. P. da; BAENINGER, Rosana; CARMO, Roberto L. do (orgs.) Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000b. p.173-229.
- \_\_\_\_\_. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, Daniel J.; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José M. P. da; CARMO, Roberto L. do (orgs.) Migração e ambiente nas aglomerações urbanas. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p.321-348.
- \_\_\_\_\_. A população em movimento. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Áurea M. Q.; NEGREIROS, Rovena M. C. (orgs.) Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: Unicamp.IE, 2002. p.97-134.
- \_\_\_\_\_. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. Anais. Campinas: ABEP, 2004. [CD-ROM]
- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar na pós-modernidade. (trad. Mauro Gama e Cláudia M. Gama) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 272p.
- \_\_\_\_\_. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 260p.

- \_\_\_\_\_. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. (trad. Plínio Dentzien) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141p.
- \_\_\_\_\_. Identidade. (trad. Carlos A. Medeiros) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 110p.
- \_\_\_\_\_. Tempos líquidos. (trad. Carlos A. Medeiros) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 119p.
- \_\_\_\_\_. Medo líquido. (trad. Carlos A. Medeiros) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 239p.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia de população. (trad. L. Carvalho) São Paulo: Edusp, 1971. 437p.
- BECK, Ulrich. Risk society: towards a new modernity. (trad. Mark Ritter) London: Sage, 1992. 260p.
- \_\_\_\_\_. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. (trad. Magda Lopes) São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p.11-71.
- \_\_\_\_\_. World risk society. Cambridge: Blackwell Publications, 1999.
- BECKER, Olga M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.) Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.319-367.
- BERQUE, Augustin. Géogrammes, pour une ontologie des faits géographiques. L'Espace Géographique, Paris, n.4, p.320-326, 1999.
- BERRY, Brian J.L. e MARBLE, Duane F. Spatial analysis: a reader in statistical geography. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1968. 512p.
- BILAC, Elisabete D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, José M. P. da. (org.) Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.51-66.
- BLAIKIE, Piers M.; CANNON, Terry; DAVIS, Ian e WISNER, Ben. At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disasters. London: Routledge, 1994. 284p.
- BOAS, Franz. Antropologia cultural. 3ed. (trad. Celso Castro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 109p.
- BOGARD, William C. Bringing social theory to hazards research: conditions and consequences of the mitigation of environmental hazards. In: CUTTER, Susan L. (ed.) Environmental risks and hazards. London: Prentice-Hall, 1994. p.124-136.
- BONNAMEISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDHAL, Zeny (orgs.) Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p.83-131.
- BOURDIN, Alain. A questão local. (trad. Orlando dos Reis) Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 240p.
- BREEN, Richard. Risk, recommodification and stratification. Sociology, v.31, n.3, p.473-489, aug. 1997.
- BROOKFIELD, Harold. Environmental damage: distinguishing human from geophysical causes. Environmental hazards: Human and Policy Dimensions, v.1, n.1, jun. 1999.
- BRÜSEKE, Franz J. A técnica e os riscos da modernidade. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 216p.
- BUNGE, William. Theoretical geography. Sweden: The Royal University of Lund, 1966. 289p. [Lund Studies in Geography – Ser. C. General and Mathematical Geography No. 1]
- BURTON, Ian; KATES, Robert W. e WHITE, Gilbert F. The environmental as hazard. New York: Oxford University, 1978. 240p.
- BUTTNER, Anne. Values in Geography. Washington: AAG, 1974. 58p. [Research Report, n.24]
- \_\_\_\_\_. Grasping the dynamism of lifeworld. Annals of the Association of American Geographers, v.66, n.2, p.277-292, 1976.
- \_\_\_\_\_. Home, reach, and the sense of place. In: BUTTNER, Anne e SEAMON, David (eds.) The human experience of space and place. London: Croom Helm, 1980. p.166-187.
- CADAVAL, Maurício E. G. e GOMIDE, Alexandre. Mobilidade urbana em regiões metropolitanas. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Aurea M. Q. e NEGREIROS, Rovena M. C. (orgs.) Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: Unicamp. IE, 2002. p.177-194.
- CAIADO, Maria C.S. e PIRES, Maria C.S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, José M. P. da. (org.) Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.275-304.

- CAMANARO, Ana A. E ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para Discussão, Rio de Janeiro, IPEA, n. 621, p.1-33, jan. 1999.
- CAPALBO, Creusa. Fenomenologia e ciências humanas. Londrina: Eduel, 1996. 133p.
- CAPEL, Horácio. Filosofia y ciencia em la geografía contemporánea. Barcelona: Barcanova, 1981. 509p.
- \_\_\_\_\_. Geografía Humana y Ciencias Sociales: una perspectiva histórica. Barcelona: Montesinos, 1984. 139p.
- CARVALHO, José M. de. Jaspers: Ciência e Filosofia. Crítica, Londrina, v.4, n.14, p.05-36, jan./mar. 1999.
- CARVALHO, Marcos B. Da antropogeografia do final do século XIX aos desafios transdisciplinares. 1998. 350p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CASEY, Edward S. Getting back into place: toward a renewed understanding of the place-world (studies in continental thought). Indiana: Indiana University Press, 1993. 432p.
- \_\_\_\_\_. Between Geography and Philosophy: what does it mean to be in the place-world? Annals of the Association of American Geographers, v.91, n.4, 2001. p.683-693.
- CASTEL, Robert. A insegurança social: o que é estar protegido? (trad. L. Endlich) Petrópolis: Vozes, 2005. 95p.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. (trad. Roneide V. Majer) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 590p.
- CASTRO AGUIRRE, Constancio. El riesgo de vida, nueva dimensión de la Geografía urbana. Anales de Geografía de la Universidad Complutense, Madrid, n.15, p.235-245, 1995.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Socio-demographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals. Brasília: UNA, 2002. 34p.
- CHESNEAUX, Jean. Modernidade-mundo. 2ed. (trad. João da Cruz) Petrópolis: Vozes, 1996. 226p.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2006. 144p.
- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, Francisco e KOSEL, Salet (orgs.) Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p.11-43.
- CLEMENTE, Claudelir C. Analisando territórios e laços sociais de pessoas que vivem em mobilidade internacional. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.abep.org.br>>.
- CORRÊA, Roberto L. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.) Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.279-318.
- COVELLO, Vincente T.; MENKES, Joshua e MUMPOWER, Jeryl. (eds.) Risk evaluation and management. New York: Prentice Hall, 1986. 544p.
- COURGEAU, Daniel. Méthodes de Mesure de la Mobilité Spatiale: Migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1988. 306p.
- \_\_\_\_\_. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. Notas de Población, Vol. 18, No. 50, Agosto. Santiago, Chile: CELADE, 1990. p.55-74.
- CUNHA, José M.P. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. 1994. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CUNHA, José M. P.; BAENINGER, Rosana; CARMO, Roberto L. do; ANTICO, Cláudia. Dinâmica migratória no Estado de São Paulo. In: HOGAN, Daniel J.; CUNHA, José M. P. da; BAENINGER, Rosana; CARMO, Roberto L. do (orgs.) Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000. p.61-123.
- CUNHA, José M. P. da; JAKOB, Alberto A. E.; HOGAN, Daniel J. e CARMO, Roberto L. do. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, José M. P. da. (org.) Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.143-168.
- CUTTER, Susan L. Living with risk: geography of technological hazards. Nova York: Wiley & Sons, 1993. 214p.
- \_\_\_\_\_. Vulnerability to environmental hazards. Progress in Human Geography, v.20, n.4, p.529-539, 1996.
- \_\_\_\_\_. The vulnerability of science and the science of vulnerability. Annals of the Association of American Geographers, v.93, n.1, p.1-12, 2003.

DARBY, H. C. El problema de la descripción geográfica. In: RANDLE, P. H. (ed.) Teoría de la geografía (segunda parte). Buenos Aires: GAEA, 1977. p.231-251.

DARDEL, Eric. L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique. Paris: PUF, 1952. 133p.

DE PAULA, Fernanda C. Geografia de bairro: territórios vividos e experiência urbana no bairro Bosque, Campinas. 87p. 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DESCARTES, René. Meditações sobre a filosofia primeira: edição em latim e em português. (trad. Fausto Castilho) Campinas: Ed. Unicamp, 2004. 231p.

DOMINGUES, José M. Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 159p.

DOUGLAS, Mary. Risk, acceptability according to the social sciences. New York: RSF, 1985. 115p.

\_\_\_\_\_. Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu (trad. Artur L. Cardoso) Lisboa: Edições 70, 1991. 213p.

DOUGLAS, Mary e WILDAVSKY, Aaron. Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley: University of California, 1982. 221p.

DUNN, Kevin. Interviweing. In: HAY, Ian. (ed.) Qualitative research methods in Human Geography. 2ed. Melbourne: Oxford University Press, 2005. p.79-105.

ELIAS, Norber. A sociedade dos indivíduos. (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201p.

ENTRIKIN, J. Nicholas. Contemporary humanism in geography. Annals of the Association Americans Geographers, v.66, n.4, p.615-632, 1976.

\_\_\_\_\_. The betweenness of place: towards a Geography of Modernity. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991. 196p.

FAUGÈRES, L. Géographie physique et risques naturels. Bulletin Association Geographique Française, Paris, n.2, p.89-98, 1990.

FERRAZ, Hermes. Filosofia urbana. São Paulo: João Scorceti, 1997. 354 p. (Tomo II)

FERREIRA, Luis F. Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v.22, n.1, p.43-72, jan./jun. 2002.

FEYERABEND, Paul. Contra o método. (trad. Cezar A. Mortari) São Paulo: Ed. Unesp, 2007. 374p.

FINDLAY, Allan M. e GRAHAM, Elspeth. The challenge facing population geography. Progress in Human Geography, v.15, n.2, p.149-162, 1991.

FISCHHOFF, Baruch; SVENSON, Ola e SLOVIC, Paul. Active responses to environmental hazards: perceptions and decision making. In: STOKOLS, D. e ALTMAN, I. (orgs.) Handbook of environmental psychology. Nova Iorque: Wiley, 1987. p.1089-1133.

FOLTZ, Bruce V. Habitar a terra: Heidegger, ética ambiental e a metafísica da natureza. (trad. Jorge Seixas e Sousa) Lisboa: Instituto Piaget, 2000. 230p.

FRÉMONT, Armand. A região, espaço vivido. (trad. António Gonçalves) Coimbra: Almedina, 1980. 275p.

FUKUYAMA, Francis. A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. (trad. Nivaldo Montingelli Jr.) Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 344p.

GEETZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. (trad. Fanny Wrobel) Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 323p.

GEORGE, Karen e STRATFORD, Elaine. Oral history and Human Geography. In: HAY, Ian. (ed.) Qualitative research methods in Human Geography. 2ed. Melbourne: Oxford University Press, 2005. p.106-115.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. (trad. Raul Fiker) São Paulo: Ed. UNESP, 1991. 177p.

\_\_\_\_\_. Modernidade e identidade. (trad. Plínio Dentzien) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233p.

\_\_\_\_\_. Mundo em descontrole. (tad. Maria L.X.A. Borges) Rio de Janeiro: Record, 2006. 108p.

GOFFMAN, Erving. Relations in public: Microstudies of the Public Order. New York: Harper & Row, 1971.

GOLD, John R. e REVILL, George. Landscape, defence and the study of conflict. In: \_\_\_\_\_. (eds.) Landscapes of defence. Harlow: Prentice Hall, 2000. p.1-20.

GOMES, Paulo C. da C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366p.

- GOMES, Rodrigo D. Interdisciplinaridade sistêmica e estudos geográficos ambientais. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, UFPR, 2007. [submetido]
- GREGORY, Ken J. A natureza da Geografia Física. (trad. Eduardo de A. Navarro) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 367p.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. 5ed. (trad. Maria C. F. Bittencourt) Campinas: Papirus, 1995. 56p.
- GUIVANT, Julia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. Bib, Rio de Janeiro, n.46, p.3-38, 2º Sem. 1998.
- \_\_\_\_\_. Reflexividade na Sociedade de Risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene C.; FREITAS, Carlos M. de; PORTO, Marcelo F. de S. (orgs.) Qualidade de vida & riscos ambientais. Niterói: EdUFF, 2000. p.281-303.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "Fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.
- HANNIGAN, John A. Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social. (trad. Clara Fonseca) Lisboa: Instituto Piaget, 2000. 271p.
- HARVEY, David. Explanation in geography. New York: St. Martin's Press, 1969. 521p.
- \_\_\_\_\_. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. (trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves) São Paulo: Loyola, 1992. 349p.
- HEIDEGGER, Martin. Carta sobre o humanismo. São Paulo: Moraes, 1991. 50p.
- \_\_\_\_\_. Ciência e pensamento do sentido. In: \_\_\_\_\_. Ensaio e conferências. (trad. Emmanuel C. Leão) Petrópolis: Vozes, 2001a. p.39-60.
- \_\_\_\_\_. A questão da técnica. In: \_\_\_\_\_. Ensaio e conferências. (trad. Emmanuel C. Leão) Petrópolis: Vozes, 2001b. p.11-38.
- \_\_\_\_\_. O que quer dizer pensar?. In: \_\_\_\_\_. Ensaio e conferências. (trad. Emmanuel C. Leão) Petrópolis: Vozes, 2001c. p.111-124.
- \_\_\_\_\_. Construir, habitar, pensar. In: \_\_\_\_\_. Ensaio e conferências. (trad. Emmanuel C. Leão; Gilvan Fogel; Marcia S. C. Schuback) Petrópolis: Vozes, 2001d. p.125-141.
- \_\_\_\_\_. "... poeticamente o homem habita..." In: \_\_\_\_\_. Ensaio e conferências. (trad. Emmanuel C. Leão; Gilvan Fogel; Marcia S. C. Schuback) Petrópolis: Vozes, 2001e. p.165-181.
- \_\_\_\_\_. Ser e tempo – parte I. (trad. Marcia Sá C. Schuback) 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 325p.
- HELLER, Agnes. Uma crise global da civilização: os desafios futuros. In: \_\_\_\_\_.; et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.13-32.
- HESSON, Johannes. Teoria do conhecimento. (trad. João Cutter) 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 177p.
- HEWITT, Kenneth. Regions of risk: a geographical introduction to disasters. Harlow: Longman, 1997. 389p.
- HOGAN, Daniel J. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: HOGAN, Daniel J. e VIEIRA, Paulo F. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. p.149-170.
- \_\_\_\_\_. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, George (org.) População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas: UNICAMP, 1993. p.101-132.
- \_\_\_\_\_. Mobilidade populacional e meio ambiente. Revista Brasileira de Estudos de População, ABEP, v. 15, n. 2, p. 83-92, 1998.
- \_\_\_\_\_. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In: TORRES, Haroldo da G. e COSTA, Heloisa (orgs.) População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: Senac, 2000. p.21-52.
- \_\_\_\_\_. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, ABEP, v.22, n.2, p.323-338, jul./dez. 2005.
- HOGAN, Daniel J. e MARANDOLA JR., Eduardo. Toward an interdisciplinary conceptualization of vulnerability. Population, Space and Place, n.11, p.455-471, out. 2005.
- \_\_\_\_\_. Vulnerability to natural hazards in population-environment studies. Background paper to the Population-Environment Research Network Cyberseminar on Population & Natural Hazards. 5-19 November 2007a. Disponível em: <<http://www.populationenvironmentresearch.org/seminars.jsp>>
- \_\_\_\_\_. Socio-demographic vulnerability to environmental hazards of the metropolis. Source, (Studies of the University: Reserach, Counsel, Education), UNU-EHS, 2007b. [no prelo]

HOLZER, Werther. A geografia humanista – sua trajetória de 1950 a 1990. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. 1998. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Território, Rio de Janeiro, ano II, nº 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. O lugar na Geografia Humanista. Território, Rio de Janeiro, ano IV, n.7, p.67-78, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. A Geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (orgs.) Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.103-122.

\_\_\_\_\_. Sobre paisagens, lugares e não-lugares. In: OLIVEIRA, Lúvia de; et al. (orgs.) Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p.109-128.

HOPENHAYN, Martin. A cidadania vulnerabilizada na América Latina. Revista Brasileira de Estudos de População, ABEP, v.19, n.2, jul./dez., 2002, p.05-18.

HUNTER, Lori M. Migration and environmental hazards. Bolder: Institute of Behavioral Science (IBS), 2004. 39p. [Working Paper]

HUSSERL, Edmund. Investigações lógicas. (trad. Zeljko Loparic Andréa M. A. de C. Loparic) In: \_\_\_\_\_. Husserl. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 184p. [Os Pensadores]

HUXLEY, Aldous. Admirável mundo novo. (trad. Vidal de Oliveira e Lino Vallandro) Porto Alegre: Globo, 1982. 250p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem da População. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. (trad. Carlos S. M. Rosa) São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510p.

JAKOB, Alberto A.E. e SOBREIRA, Daniel P. A mobilidade populacional diária na RM de Campinas: quem são e para onde vão? In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÕES, 4, 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

JANSSEN, Marco A.. e OSTROM, Elinor (eds.) Resilience, Vulnerability and Adaptation: A Cross-Cutting Theme of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change. Special issue of Global Environmental Change, v.16, n.3, 2006.

JARVIS, Helen; PRATT, Andy C. e CHENG-CHONG WU, Peter. The secret life of cities: the social reproduction of everyday life. Harlow: Prentice Hall, 2001. 199p.

JONES, David. Environmental hazards in the 1990s: problems, paradigms and prospects. Geography, v.78, n.2, p.161-165, 1993.

JUNQUEIRA FILHO, Laurindo M. Transporte, trânsito, tráfego e logística urbana. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Aurea M. Q. e NEGREIROS, Rovena M. C. (orgs.) Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: Unicamp. IE, 2002. p.155-175.

KASPERSON, Jeanne X. e KASPERSON, Roger E. (eds) Global Environmental Risk. Tokyo: United Nations University Press; London: Earthscan, 2001. 574p.

KASPERSON, Jeanne X.; KASPERSON, Roger E. e TURNER II, B.L. (eds.) Regions at risk: comparisons of threatened environments. Tokyo: United Nations University, 1995. 588p.

KAZTMAN, Rubén. (coord.) Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay. Montevideo: Oficina del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Oficina de la CEPAL en Montevideo, LC/MVD/R, 1999. [n. 180]

KAZTMAN, Rubén e FILGUERA, Fernando. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, José M. P. da. (org.) Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.67-94.

KATES, Robert W. The perception of storm hazard on the shores of megalopolis. In: LOWENTHAL, David. (ed.) Environmental perception and behavior. The University of Chicago, Department of Geography, 1967. p.60-74. [Research Paper n. 109]

\_\_\_\_\_. Risk assessment of environmental hazard. London: John Wiley & Sons, 1978. 112p. [SCOPE Report 8]

- KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Novos Estudos, CEBRAP, n.63, jul. 2002, p.09-30.
- KUHLICKE, Christina. (Non-)Knowledge in hazard and vulnerability research: a heuristic typology for empirical cases studies. Source (Studies of the University: Research, Counsel, Education), UNU-EHS, n.6, 2007.
- KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. (Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira) 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1989. 257p.
- LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (orgs.) Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p.157-179.
- LEDOUX, Bruno. Les catastrophes naturelles en France. Paris: Payot & Rivages, 1995. 455p.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2ed. Mexico: Siglo XXI: UNAM, 2000. 285p.
- LEMON, James T. The urban community movement: moving toward public households. In: LEY, David e SAMUELS, Marwyn S. (eds.) Humanistic geography: prospects and problems. Chicago: Maaroufa Press, 1978. p.319-337.
- LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana F.A. e LEMOS, Amália I.G. (orgs.) Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p.35-44.
- \_\_\_\_\_. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia A.; FREIRE, Désirée G. e OLIVEIRA, Floriano J.G. (orgs.) Metrópole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p.41-57.
- LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. Geographia, Niterói, ano III, n.6, p.07-20, jul./dez. 2001.
- LÉVY, Pierre. A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência. (trad. Maria L. Homem e Ronaldo Entler) São Paulo: Ed. 34, 2001. 189p.
- LEVY, Pierre e AUTHIER, Michel. As árvores do conhecimento. São Paulo: Escuta, 1995.
- LIEBER, Renato R. e ROMANO-LIEBER, Nicolina S. O conceito de risco: Janus reinventado. In: MINAYO, Maria C. de S. e MIRANDA, Ary C. de. (orgs.) Saúde e ambiente: estreitando nós. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p.69-111.
- \_\_\_\_\_. Risco e precaução no desastre tecnológico. Cadernos Saúde Coletiva, v.13,n.1, p.67-84, 2005.
- LIVERMAN, Diana M. Vulnerability to global environmental change. In: CUTTER, Susan L. (ed.) Environmental risks and hazards. London: Prentice-Hall, 1994. p.326-342.
- LUHMANN, Niklas. Risk: a sociological theory (trad. Barrett R.) New York: Aldine de Gruyter, 1993.
- LUPTON, Deborah. Risk. London: Routledge, 1999. 184p.
- MacDOWELL, João A. A gênese da ontologia fundamental de Martin Heidegger: ensaio de caracterização do modo de pensar de Sein und Zeit. Rio de Janeiro: Loyola, 1993. 206p.
- MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana. (trad. Alípio de Souza Filho) Natal: Argos, 2001. 229p.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo. (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Atlântica, 2004. 115p.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Uma ontologia geográfica dos riscos: duas escalas, três dimensões. Geografia, Rio Claro, v.29, n.3, set./dez. 2004, p.315-338.
- \_\_\_\_\_. Humanismo e a Abordagem Cultural em Geografia. Geografia, Rio Claro, AGETEO, v.30, n.3, p.393-420, set./dez. 2005.
- MARANDOLA JR., Eduardo e HOGAN, Daniel J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. Ambiente & Sociedade. Campinas, ANPPAS, v.7, n.2, jul./dez. 2004a, p.95-109.
- \_\_\_\_\_. O risco em perspectiva: tendências e abordagens. Geosul. Florianópolis, v.19, n.38, jul./dez. 2004b, p.25-58.
- \_\_\_\_\_. As dimensões da vulnerabilidade. São Paulo em Perspectiva, v.20, n.1, p.33-43, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Vulnerabilities and risks in population and environment studies. Population and Environment, v.28, p.83-112, 2006b.

MARANDOLA JR., Eduardo; DE PAULA, Fernanda C. e FERNANDEZ, Pablo S.M. A experiência do caminhar e do olhar: três percursos na Ponte Preta. Rua, Campinas, n.13, p.61-78, mar. 2007.

MARANDOLA JR., Eduardo; DE PAULA, Fernanda C. e PIRES, Maria C.S. Diários de campo: aproximações metodológicas a partir da experiência metropolitana (Campinas e Santos). In: CUNHA, José M. P. da. (org.) Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.459-491.

MARANDOLA JR., Eduardo e MELLO, Leonardo F. de. "Lugar" e "espaço de vida": novos enfoques para o planejamento e a participação? In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE GEÓGRAFOS, 10, 2005, São Paulo. Anais e Contribuições Científicas. São Paulo: Depto. de Geografia, FFLCH/USP, 2005. [CD-ROM]

MARTINS, Élvio R. Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico. 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, n.21, p.33-51, 2007.

MATTEDI, Marcos A. e BUTZKE, Ivani C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de *hazards* e de desastres. Ambiente & Sociedade, Ano IV, n.9, p.1-22, 2º Sem. 2001.

MATOS, Olgária. Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Nova Alexandria, 2006. 207p.

MAYOL, Pierre. Morar. In: DE CERTEAU; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. (trad. Ephraim F. Alves e Lúcia E. Orth) Petrópolis: Vozes, 1996. p.37-185.

McPHEE, John. The control of nature. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1990. 272p.

MELLO, João B.F. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos deslugares. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, v. 16, p. 64-72, 2003.

MELLO, Leonardo F. Trabalhadores do Conhecimento e Qualidade do Lugar em Campinas, SP. 2007. 197p. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELLO, Leonardo F. e MARANDOLA JR., Eduardo. Life spaces, mobility and metropolis: dialogue with Geography. In: INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION – INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE – IUSSP, 25, 2005, Tours. Abstracts. Tours: IUSSP, 2005. [CD-ROM] Disponível em: <<http://iussp2005.princeton.edu>>.

MENDES, Auro A. e SAMPAIO, Silvana S. Implantação industrial em Sumaré: origens, agentes e efeitos: contribuição ao estudo da interiorização da indústria no Estado de São Paulo. Geografia, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 39-76, 1992.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. (trad. Reginaldo di Piero) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971. 465p.

MEYER, Regina M. P.; GROSTEIN, Marta D. e BIDERMAN, Ciro. São Paulo metrópole. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2004.

MINAYO, Maria C. de S. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: MINAYO, Maria C. de S. e MIRANDA, Ary C. de. (orgs.) Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p.173-189.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos MCidades, Brasília, nov. 2004. [8 volumes]

MOLES, Abraham A. e ROHMER, Elizabeth. Psychologie de L'espace. Casterman, 1978.

\_\_\_\_\_. As ciências do impreciso. (trad. Glória de C. Lins) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 371p.

MONTEIRO, Carlos A.F. Travessia da crise: tendências atuais em Geografia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 50, Número Especial, Tomo 2, p.127-150, 1988.

\_\_\_\_\_. Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991. 241p.

\_\_\_\_\_. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2001. 127p.

MORAES, Antonio C. R. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, Ruy (org.) Geografia: Teoria e Crítica. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. A gênese da Geografia Moderna. 2ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 206p.

MOREIRA, Daniel A. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 152p.

- MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006. 191p.
- \_\_\_\_\_. Pensar e ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007. 188p.
- MORIN, Edgar. O método: a natureza da natureza. Lisboa: Publicações Europa-América, vol. 1, 1980.
- \_\_\_\_\_. (org.) A religação dos saberes. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 588p.
- MOSER, Caroline. The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies. World Development, 1998.
- MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa G. C.; FIRKOWSKI, Olga L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, v.19, n.4, p.121-133, out./dez. 2005.
- MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 4ed. (trad. Neil R. da Silva) São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.
- NAGEL, Ernest. The structure of science: problems in the logic of scientific explanation. New York: Harcourt, Brace & World, 1961. 618p.
- NATURAL HAZARDS OBSERVER. Institute of Behavioral Science, University of Colorado. Boulder, Colorado, v.XV, n.4, mar. 1991.
- NEGREIROS, R. M. C. e TEIXEIRA, M. P. Município de Sumaré. In: CANO, W. e BRANDÃO, C. A. (coord) A Região Metropolitana de Campinas. Urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.153-192.
- NOGUÉ, Joan. El paisaje existencial de cinco grupos de experiencia ambiental. Ensayo metodológico. In: GARCÍA BALLESTEROS, Aurora (ed.) Geografía y humanismo. Barcelona: Oikos-Tau, 1992. p.87-96.
- OJIMA, Ricardo. Periferização e as formas urbanas contemporâneas: repensando os riscos na metrópole. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 9, 2005, Manaus. Anais. Manaus: Ed. UFAM, 2005. [CD-ROM]
- \_\_\_\_\_. Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. 2007. 166p. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- OLIVEIRA, Livia. Percepção da paisagem geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. Geografia, Rio Claro, v.25, n.2, p.5-22, ago. 2000.
- OLIVEIRA, Márcio P. Reconhecendo a metrópole no cotidiano. In: SILVA, Catia A.; FREIRE, Désirée G. e OLIVEIRA, Floriano J.G. (orgs.) Metrópole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p.59-66.
- ORWELL, George. 1984. (trad. Wilson Velloso) São Paulo: Nacional, 1979. 277p.
- PACHECO, Carlos A.; PATARRA, Neide; CUNHA, José M. P. da; BAENINGER, Rosana; NEGREIROS, Rovená; GONÇALVES, Maria F. Análise demográfica do estado de São Paulo. In: PACHECO, Carlos A. e PATARRA, Neide. (orgs.) Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.351-444.
- PÁDUA, Ligia T.S. A “topologia do ser”: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. 2005. 285p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PAES-LUCHIARI, Maria T. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. Geografia, v.31, n.1, p.47-60, jan./abr. 2006.
- PATTISON, William D. As Quatro Tradições da Geografia. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, Ageteo, n.13, p.101-110, 1977.
- PEEK, Lori A. e MILETI, Dennis S. The history and future of disaster research. In: BECHTEL, R. B. e CHURCHMAN, A. (orgs.) Handbook of environmental psychology. 2ed. Nova York: Wiley, 2002. p.511-524.
- PÉGUY, Charles-Pierre. Les risques naturels majeurs. In: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert e PUMAIN, Denise. (dirs.) Encyclopédie de Géographie. Paris: Economica, 1998. p.937-948.
- PENNA, Antonio G. Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva. 3ed. Rio de Janeiro: Mercurio Star, 1982. 181p.
- PHILLIPS, J. D. Deterministic uncertainty in Landscape. Earth Surface Process Landforms, v.19, p.389-405, 1994.

- \_\_\_\_\_. Self-organization and landscape evolution. Progress in Physical Geography, v.19, n.3, p.309-321, 1995.
- PHILO, Chris. The geographies that wound. Population, Space and Place, n.11, p.441-454, 2005.
- PIAGET, Jean e INHELDER, Bärbel. The child's conception of space. (trad. F.J. Langdon e J.L. Lunzer) New York: The Norton Library, 1967. 490p.
- PICKLES, John. Phenomenology, Science and Geography: spatiality and the human sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 202p.
- \_\_\_\_\_. From fact-world to life-world: the phenomenological method and social science research. In: EYLES, John e SMITH, David (orgs.). Qualitatives methods in human Geography. Oxford: Polity Press, 1988. p. 233-255.
- PINTO, Luzia A.C.G. Campinas e seus rurais. 234p. 2006. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PIRES, Maria C.S. Morar na metrópole: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PIRES, Maria C. S. e SANTOS, Sarah M. M. dos. Evolução da mancha urbana. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Áurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená M. C. (orgs.) Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: Unicamp.IE, 2002. p.53-74.
- PITTE, Jean-Robert. The geographical way of life. Progress in Human Geography, v.26, n.5, p.583-585, 2002.
- POCHMAN, Marcio e AMORIM, Ricardo. Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. 221p.
- POCOCK, Douglas C.D. Geographical fieldwork: an experiemntal perspective. Geography, v. 68, n. 2, p.319-325, 1983.
- PORTO, Marcelo F.S. Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 244p.
- PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. (trad. Roberto L. Ferreira) São Paulo: Ed. da Unesp, 1996. 199p.
- QUARANTELLI, Enico L. Some basic themes in sociological studies of disasters. In: \_\_\_\_\_. (ed.) Disasters: theory and research. Beverly Hills: SAGE, 1978. p.1-14.
- \_\_\_\_\_. Disasters studies: an analysis of the social historical factors affecting the development of research in the area. In: CUTTER, Susan L. (ed.) Environmental risks and hazards. London: Prentice-Hall, 1994. p.18-32.
- REIS, Nestor G. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes. 2006. 201p.
- RELPH, Edward. Place and placelessness. London: Pion, 1976. 156p.
- \_\_\_\_\_. As bases fenomenológicas da Geografia. Geografia, Rio Claro, v.4, n.7, p.1-25, abr. 1979.
- RODRÍGUEZ, Jorge. Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales. Santiago del Chile: CEPAL, 2000. 79p. [Serie Población y Desarrollo n.5]
- \_\_\_\_\_. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In: CUNHA, José M. P. da. (org.) Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.95-142.
- ROSA, Eugene. Modern theories of society and the environment: the risk society. In: SPAARGAREN, G.; MOL, A. P.J.; BUTTEL, F. (eds.) Environment and global modernity. London: Sage, 2000. p.73-101.
- ROWE, William D. Alter. Alternative risk evaluation paradigms. In: HAIMES, Yacov Y. e STAKHIV, Eugene Z. Risk analysis and management of natural and man-made hazards. New York: American Society of Civil Engineers, 1987. p.1-21.
- ROWLES, Graham D. Reflections on experiential field work. In: LEY, David e SAMUELS, Marwyn S. (eds.) Humanistic Geography: prospects and problems. Chicago: Maaroufa Press, 1978. p.173-193.
- SAARINEN, Thomaz F. Perception of the drought hazard on the great plains. Chicago: University of Arizona, 1966. 183p. [Resarch Paper n.106]
- \_\_\_\_\_. Perception of Environment. Washington: AAG, 1969. 37p. [Resource Paper n.5]
- SACHS, Wolfgang. Um só mundo. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.355-370.

- SACK, Robert. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 256p.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. Terra dos homens. (trad. Rubem Braga) 26ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986. 167p
- SANTOS, Antonio C. Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas: Ed. Unicamp, 2002. 395p.
- SANTOS, Boaventura de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. 5ed. Porto: Afrontamento, 1998. 199p.  
\_\_\_\_\_. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. 415p.
- SANTOS, Douglas. A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. 217p.
- SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. São Paulo: Hucitec; Educ, 1994. 145p.  
\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000. 174p.
- SANTOS, Regina C. B. dos. Campinas como pólo tecnológicos na reestruturação do espaço urbano regional. In: CARLOS, Ana F. A. e LEMOS, Amália I. G. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p.204-211.
- SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. (trad. Helmut R. Wagner) Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 319p.
- SEAMON, David. Afterword: community, place, and environment. In: BUTTIMER, Anne e SEAMON, David (eds.) The human experience of space and place. London: Croom Helm, 1980. p.188-196.
- SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. (trad. Marcos Santarrita) 9ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 204p.
- SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007. 205p.
- SILVA, Aldo A.D. e GALEANO, Alex. (orgs.) Geografia: ciência do *complexus*: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004. 336p.
- SILVA, Armando C. O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica. In: MOREIRA, Ruy (org.) Geografia: Teoria e Crítica. Petrópolis: Vozes, 1980.  
\_\_\_\_\_. De quem é o pedaço? Espaço e cultura. São Paulo: Hucitec, 1986. 162p.  
\_\_\_\_\_. A aparência, o ser e a forma (Geografia e Método). Geographia, Niterói, Ano II, n.3, p.07-25, 2000.
- SILVA, Armando. Imaginários urbanos. (trad. Mariza Bertoli e Pérola de Carvalho) São Paulo: Perspectiva; Bogotá: Convenio Andres Bello, 2001. 247p.
- SILVA, Gláucia O. Angra I e a melancolia de uma era: um estudo sobre a construção social do risco. Niterói: EdUFF, 1999. 284p.
- SILVA, Telma C. Radiation illness representation and experience: the aftermath of the Goiânia radiological disaster. 2002. 283p. Tese (Doutorado em Antropologia) – City University of New York, New York.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. (trad. Sergio M. dos Reis). In: VELHO, Otávio G. (org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p.11-25.
- SLOVIC, Paul. Perceptions of risk. In: CUTTER, Susan L. (ed.) Environmental risks and hazards. London: Prentice-Hall, 1994. p.155-165.
- SOBREIRA, Daniel P. e CUNHA, José M.P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR, 13, 2007, Belém. Anais... Belém: ANPUR, 2007. [CD-ROM]
- SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.  
\_\_\_\_\_. Postmetropolis. Studies of cities and regions. London: Blackwell, 2000. 464p.
- SPINK, Mary J. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, n.6, p.1277-1288, nov./dez. 2001.
- THYWISSEN, Katharina. Componentes of risk: a comparative glossary. Source (Studies of the University: Reserach, Counsel, Education), UNU-EHS, n.2, 2006.

TORRES, Haroldo da G. A demografia do risco ambiental. In: TORRES, Haroldo da G. e COSTA, Heloisa. (orgs.) População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: Senac, 2000. p.53-73.

\_\_\_\_\_. Migration and the environment: a view from Brazilian metropolitan areas. In: HOGAN, Daniel J.; BERQUÓ, Elza e COSTA, Heloisa S. M. (orgs.) Population and environment in Brazil: Rio + 10. Campinas: CNPD, ABEP, NEPO, 2002. p.147-166.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. 5ed. (trad. Elia F. Edel) Petrópolis: Vozes, 1998. 430p.

TUAN, Yi-Fu. Topophilia or, Sudden Encounter with Landscape. Landscape, v. 11, n. 1, p.29-32, 1961.

\_\_\_\_\_. Space and Place: Humanist Perspective. In: BOARD, C.; CHORLEY, R.J.; HAGGETT, P. e STODDART, D.R. (eds.) Progress in Geography 6. London : E. Arnold, 1974. p. 211-252

\_\_\_\_\_. Place: an experiential perspective. The Geographical Review, v.6, n.2, p.151-165, abr. 1975.

\_\_\_\_\_. Humanistic Geography. Annals of the Association American Geographers, v.66, n.2, p.266-276, 1976.

\_\_\_\_\_. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1980. 288p.

\_\_\_\_\_. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. (trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983. 249p.

\_\_\_\_\_. Paisagens do medo. (trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 374p.

VALENTINE, G. Comparative vulnerabilities. Trabalho apresentado no seminário "Making sense of vulnerability", promovido pela Comissão sobre População e Vulnerabilidade da União Geográfica Internacional (UGI-IGU) e pelo Departamento de Geografia da Universidade de Dundee (UK), 10-11 de Março de 2005.

VASCONCELOS, Eduardo A. Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas. 3ed. São Paulo: Annablume, 2000. 293p.

\_\_\_\_\_. Transporte urbano, espaço e equidade. São Paulo: Annablume, 2001. 218p.

VEYRET, Yvette (org.) Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. (trad. Dílson F. da Cruz) São Paulo: Contexto, 2007. 319p.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 2001. 373p.

VON ZUBEN, Newton A. A fenomenologia em questão: desafios de um projeto. In: CARVALHO, Maria C. M. de. (org.) Paradigmas filosóficos da atualidade. Campinas: Papiros, 1989. p.145-166.

WATTS, Michael J. e BOHLE, Hans G. The space of vulnerability: the causal structure of hunger and famine. Progress in Human Geography, London, v.17, n.1, 1993. p.43-67.

WHITE, Gilbert F. Natural hazards research. In: CHORLEY, Richard J. (ed.) Directions in Geography. London: Methuen & Co., 1973. p.193-216.

\_\_\_\_\_. Natural hazards research: concepts, methods, and policy implications. In: \_\_\_\_\_. (ed.) Natural hazards: local, national, global. New York: Oxford University Press, 1974. p.03-16.

WHYTE, Anne V. e BURTON, Ian. Environmental risk assessment. London: John Wiley e Sons, 1980. 157p.

WINCHESTER, Hilary P.M. Qualitative research and its place in Human Geography. In: HAY, Ian. (ed.) Qualitative research methods in Human Geography. 2ed. Melbourne: Oxford University Press, 2005. p.03-18.

WISNER, Ben; BLAIKIE, Piers M.; CANNON, Terry and DAVIS, Ian. At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disasters. 2ed. London: Routledge, 2004. 471p.

WRIGHT, John K. Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography. Annals of the Association of American Geographers, v.37, p.01-15, 1947.

YOUNG, Julian. What is dwelling? the homelessness of modernity and the worlding of the world. In: WRATHALL, Mark A. e MALPAS, Jeff. (eds.) Heidegger, authenticity, and modernity: essays in honor of Hubert L. Dreyfus. Massachusetts: The MIT Press, 2000. p.187-203.

ZANCANARO, Lourenço. O significado do "dever" na ética do futuro. In: HANSEN, Gilvan L. e CENCI, Elve M. (orgs.) Racionalidade, modernidade e universidade. Londrina: Ed. da UEL, 2000. p.74-94.

ZEIGLER, Donald J.; JOHNSON JR., J. H. e BRUNN, S. D. Technological hazards. Washington: AAG, 1983. 103p.

